



IBGE / INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA



ENCE / ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

**PROGRAMA DE MESTRADO EM ESTUDOS POPULACIONAIS E
PESQUISAS SOCIAIS**

EDILMA DE JESUS DESIDÉRIO

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL COM FINS DE ESTUDO:
O CASO DOS AFRICANOS DO PROGRAMA ESTUDANTE-CONVÊNIO DE
GRADUAÇÃO EM TRÊS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO RIO DE JANEIRO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**RIO DE JANEIRO
2006**

EDILMA DE JESUS DESIDÉRIO

**MIGRAÇÃO INTERNACIONAL COM FINS DE ESTUDO:
O CASO DOS AFRICANOS DO PROGRAMA ESTUDANTE-CONVÊNIO DE
GRADUAÇÃO EM TRÊS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre, ao Programa de Mestrado em Estudos Popacionais e Pesquisas Sociais, na área de concentração: População, Sociedade e Território, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ORIENTADOR: Prof. Kaizô Iwakami Beltrão, Ph.D.

**RIO DE JANEIRO
2006**

D457m DESIDÉRIO, Edilma de Jesus

Migração internacional com fins de estudo : o caso dos africanos do Programa Estudante-Convênio de Graduação em três universidades públicas no Rio de Janeiro / Edilma de Jesus Desidério. -

Rio de Janeiro : E. de J. Desidério, 2006.

220fl. : il.

Orientador: Kaizô Iwakami Beltrão

Dissertação (Curso de Mestrado) - Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Programa de Pós-Graduação em Estudos Popacionais e Pesquisas Sociais.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Migração. 2. Brasil – Migração. 3. Migração de nações. 4. Africanos – Brasil.

5. Programa Educacional – Brasil – Africanos. 6. Globalização em áreas subdesenvolvidas.

7. Educação – aspectos demográficos – Brasil. 8. Educação – Convênios – Brasil.

9. Estudantes estrangeiros – programas de assistência. 10. Estudantes universitários - programas de desenvolvimento. 11. Migração – Metodologia.

I. BELTRÃO, Kaizô Iwakami. II. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Pós-Graduação em Estudos Popacionais e Pesquisas Sociais. III. Título.

CDU 314.7(81)

EDILMA DE JESUS DESIDÉRIO

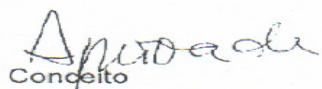
MIGRAÇÃO INTERNACIONAL COM FINS DE ESTUDO: O CASO DOS AFRICANOS DO PROGRAMA ESTUDANTE-CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO EM TRÊS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO RIO DE JANEIRO

Dissertação submetida a julgamento e aprovação para a obtenção do grau de **Mestre em Estudos Popacionais e Pesquisas Sociais no Programa de Mestrado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas** da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

BANCA EXAMINADORA



Kalzo Iwakami Beltrão

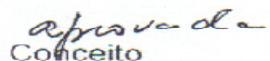


Ana Paula
Conceito

Escola Nacional de Ciências Estatísticas/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Orientador



Antônio de Ponte Jardim



aprovada
Conceito

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Examinador



Helion Póvoa Neto



APROVADA
Conceito

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Examinador

DECLARADA

a dissertação Aprovada, sendo a presente
ata firmada pelos três examinadores.

Em: 28 de Julho de 2006.

A Paulo César Rêgo Desidério,
mentor de minha mobilidade e
voz afetuosa que sempre repetia:
Vai dar certo!
Você vai vencer!

AGRADECIMENTOS

Durante essa etapa de minha trajetória acadêmica que compreende o mestrado muitos foram os momentos de realizações positivas, percalços, alegrias e muitas lágrimas. Uma vivência rica em experiências, procedimentos e condutas na arte de “ser mestre” que levo como lição em meu encaminhamento de vida acadêmica.

Agradeço as pessoas essenciais em minha vida, que me ajudaram e seguem ajudando-me, longe ou perto, estando sempre ao meu lado: Pollyne Louise Desidério, Ivanice Oliveira, Héctor Guidos, Paulo Desidério e aos meus familiares, que mesmo distante, representam minha base.

Ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pela bolsa de estudos e por financiar algumas participações, em eventos científicos, ao longo do mestrado.

Ao orientador Prof. Dr. Kaizô Iwakami Beltrão, pelo acompanhamento pontual e competente, pelos comentários construtivos, paciência e pela liberdade que me deu para que pudesse produzir com tranqüilidade.

À Coordenação do Mestrado na gerência da Prof^a Dr^a. Aída Verdugo Lazo e especialmente na gerência do Prof. Dr. José Eustáquio Diniz Alves, pela grande contribuição como professor, coordenador e amigo. Uma das mãos mais incentivadoras para que eu chegasse até o final nesta etapa e prosseguisse na condução de meus projetos de vida.

Aos professores do curso do Mestrado, pela contribuição e importantes sugestões.

À Prof^a Dr^a Neide Lopes Patarra, pela colaboração e condução inicial ao tema da migração, pelos comentários, conselhos, idéias e correções no primeiro momento da orientação da dissertação.

À Sueli Silva Candido Alves, Marilene Pereira Piau Câmara, Neuza Martins de Souza, Norma Santos, Elisa Carla Brandão e Edílson de Oliveira pelo apoio, colaboração, carinho, atenção e eficiência nas secretarias da Escola.

À Roseli de Brito Batista, Mario Sérgio Teixeira de Oliveira e todos os demais da Biblioteca pela atenção e auxílio eficiente.

Ao Sr. Ronaldo Paulino pela disposição de prestar seu serviço com alegria e cordialidade sempre.

No desenvolvimento do estudo tive o auxílio precioso de pessoas que intermediaram meu contato com a comunidade africana, dentre eles meu agradecimento especial, a minha querida amiga guineense Muminato Sani, ao amigo cabo-verdiano Deolindo Nunes de Barros e também ao amigo moçambicano Carlos Subuhana.

Aos colegas de turma que, durante esse período foram peças importantes nessa vivência, ao “grupo mestradence” muito obrigada a todos e a todas.

Alguns se transformaram em amigos queridos e agradeço especialmente a duas pérolas que guardarei comigo sempre: A brilhante amiga Taiana Santos Jung Teodósio pela sinceridade, serenidade e espírito iluminado, um colo tão necessário em muitos momentos. A minha querida, doce e irmã-amiga Daniela Santos Gomes da Silva, por estar ao meu lado durante todo o mestrado e me ajudar a enfrentar os momentos mais difíceis.

À Raquel Vasconcellos, Ingrid Lima, Aline Moura, Paulo Mitchell, Vanderson Berbat, Juciano Rodrigues, Leonardo Silva, Rafael Montanha e Rita Passos pelo carinho e por tornar os momentos mais felizes e divertidos.

A todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

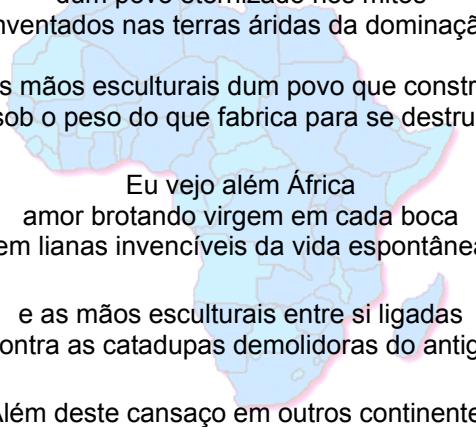
MÃOS ESCULTURAIS*

...

Além África dos atrasos seculares
em corações tristes

Eu vejo
as mãos esculturais
dum povo eternizado nos mitos
inventados nas terras áridas da dominação

as mãos esculturais dum povo que constrói
sob o peso do que fabrica para se destruir



Eu vejo além África
amor brotando virgem em cada boca
em lianas invencíveis da vida espontânea

e as mãos esculturais entre si ligadas
contra as catadupas demolidoras do antigo

Além deste cansaço em outros continentes
a África viva

sinto-a nas mãos esculturais dos fortes
que são povo
e rosas e pão
e futuro.

* Agostinho Neto (1922-1979) *apud* Sagrada Esperança, 1974.

Mapa de África em azul *

*Imagem: Africa map countries. Disponível em: <http://www.portal-education-africa.org/wiki/index_pt.php/Imagem:Africa_map_countries2gif>. Acesso em: Junho de 2006.

RESUMO

DESIDÉRIO, Edilma de Jesus. Migração internacional com fins de estudo: o caso dos africanos do Programa Estudante-Convênio de Graduação em três Universidades públicas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. 220p. Dissertação (Mestrado) em Estudos Popacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro, 2006.

O objetivo fundamental do estudo é analisar e compreender a dinâmica e as configurações da migração internacional com fins de estudo, com destaque para os estudantes africanos vinculados ao “Programa Estudante-Convênio de Graduação” em três Universidades Públicas no Rio de Janeiro. Discute-se primeiramente o estado da arte da migração internacional no contexto da globalização e os fluxos e significados da questão no Brasil. Apresentam-se o fundamento teórico para a estruturação metodológica do estudo, tendo como marco a Teoria dos Sistemas Migratórios. Traçam-se os eixos de articulação do tema e as estruturas que compõem os fluxos da migração internacional com fins de estudo em escala global e local. Analisam-se descritivamente as estimativas dos estudantes estrangeiros destacando os africanos, pelas fontes de dados e informações do Censo Demográfico 2000 e registros administrativos do Departamento de Polícia Federal referentes aos anos de 1990 a 2005. Analisa-se a Cooperação horizontal pelo aspecto educativo e o Acordo bilateral, o papel do Programa e o que reflete essa realidade pelos nexos da origem e destino. Examina-se pelos registros das Universidades (UERJ, UFRJ e UFF) o contingente de estudantes estrangeiros e especificamente dos africanos no convênio e analisa-se o perfil e o volume a partir de algumas variáveis. Pelas informações obtidas no trabalho de campo, analisam-se as etapas da migração, do deslocamento à inserção, dos estudantes africanos vinculados as Instituições selecionadas, demonstrando as especificidades deste grupo, ressaltando as percepções, opiniões, socialização e obstáculos do processo migratório. Conclui-se apresentando as reflexões, mostrando a generalidade de ser uma tendência global, salientando que o processo migratório estudantil tem suas particularidades e implicações sinalizadas neste estudo e inerentes ao fenômeno social.

Palavras-Chave: Acordo de Cooperação, Africanos, Estudante Estrangeiro, Migração Internacional, Programa Estudante-Convênio de Graduação.

ABSTRACT

DESIDÉRIO, Edilma de Jesus. International migration with study ends: the case of the Africans of the Program Student Agreement of Tertiary Education in three public Universities in Rio De Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. 220p. Dissertação (Mestrado) em Estudos Popacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro, 2006.

The aim of this study is analyze and understand the dynamics and profiles of the international migration study with a special focus in the African graduate students participating in the “Programa Estudante-Convênio de Graduação” in three Universities in Rio de Janeiro. First context, attempts to “state of the art” of the international migration in of the globalization and shows the reflect in populations flows in Brazil. The theory foundation and the methodological structure of the study appears immediately and the Theory of the Migratory Systems was adopted as frame. The connecting axes of the main topic were defined to the migration flows structures was done considering their local and global compounds. A description of main demographic variables of foreign students was elaborated, with a special attention to African students; according to the sources of Demographic Census and archives of Federal Police since 1995 to 2005. The study attempts to analyze the horizontal cooperation in educative aspects between Brazil and Africa, its role and its reflect in the field of joints that compound the nexuses to origin and destiny. The population of African students was studied since the registries of participant Universities (UERJ, UFRJ and UFF) and their profile and volume were analyzed. The field work results were used to analyze the stages of the migration and the displacement towards insertion in selected institutions by African people. The specificity of each group, perceptions, opinions, socialization and difficulties of the process were studied. The work finalizes with a reflection on the migration theme, as a global tendency and a phenomena included in specific social conditions.

Key words: Cooperation agreement, Africans, Foreign student, International Migration

RESUMEN

DESIDÉRIO, Edilma de Jesus. Migración Internacional con fines de estudio: El caso de los africanos del Programa Estudante-Convênio de Graduação en trés universidades publicas en Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. 220p. Dissertação (Mestrado) em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro, 2006.

El propósito de este estudio es analizar y comprender la dinámica y las configuraciones de la migración internacional, con énfasis especial en los estudiantes africanos vinculados al “Programa Estudante-Convênio de Graduação” en trés universidades en Río de Janeiro. Primero se articula el estado actual de la migración internacional en el contexto de la globalización, sus flujos y significados particulares en Brasil. Se presentan enseguida los fundamentos teóricos para la estructuración metodológica del estudio y la Teoría de Sistemas Migratorios aparece como Marco Teórico seleccionado. Se establecen los ejes de articulación de la temática y se hace un acercamiento a las estructuras que componen los flujos de las migraciones a nivel global y local. Se hace un análisis descriptivo de los aspectos demográficos de los estudiantes extranjeros con énfasis en el grupo africano, de acuerdo a las fuentes de datos e informaciones contenidas en el Censo Demográfico 2000 y en los registros administrativos del Departamento de Policía Federal entre los años de 1990 a 2005. Se analiza la cooperación horizontal en los aspectos educativos entre Brasil y los países africanos, el papel del Programa y su reflejo en la realidad que componen los nexos vinculados a origen y destino. Se examina el contingente de estudiantes extranjeros y específicamente la población africana vinculada al Convenio de acuerdo a los registros de las Universidades (UERJ, UFRJ e UFF) y se analiza el perfil y el volumen a partir algunas variables. Por las informaciones contenidas en el trabajo de campo se analizan las etapas de la migración, desde el desplazamiento hacia la inserción de los estudiantes africanos en las instituciones elegidas y se muestran las especificidades de este grupo, resaltando las percepciones, opiniones, socialización y obstáculos del proceso.

Se concluye presentando las reflexiones en torno al tema, como parte de un fenómeno global de migración estudiantil y en tanto fenómeno particular enmarcado en condiciones sociales muy específicas

Palabras-Clave: Acuerdo de Cooperación, Africanos, Estudiante Extranjero, Migración Internacional, Programa Estudante-Convênio de Graduação.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 4.1	Razão de Sexo dos Estudantes de Educação Superior, por Continente - 1991	79
Gráfico 4.2	Razão de Sexo dos Estudantes Estrangeiros, Superior-Graduação, Mestrado ou Doutorado, por Continente - 2000	79
Gráfico 4.3	Distribuição dos Estudantes Estrangeiros de Graduação, Mestrado ou Doutorado, por Continente - 2000	80
Gráfico 4.4	Estudantes Americanos, por Naturalidade e Cursos no Brasil - 2000	82
Gráfico 4.5	Estudantes Europeus, por Naturalidade e Cursos no Brasil - 2000	83
Gráfico 4.6	Estudantes Asiáticos, por Naturalidade e Cursos no Brasil - 2000	84
Gráfico 4.7	Proporção de Estudantes de Graduação e de Mestrado ou Doutorado, por Região no Brasil - 2000	89
Gráfico 4.8	Distribuição dos Estudantes Africanos, por idade em Classe, no Brasil - 2000	90
Gráfico 4.9	Distribuição dos Estudantes Africanos, por idade em Classe, no Rio de Janeiro (UF) - 2000	91
Gráfico 4.10	Estudantes Africanos nas instituições de Ensino Superior, Públicas e Privadas no Brasil e Rio de Janeiro (UF e Município)- 2000	92
Gráfico 4.11	Estado Civil dos Estudantes Africanos, no Brasil e Rio de Janeiro (UF e Município) - 2000	95
Gráfico 4.12	Condição Domiciliar dos Estudantes Africanos, no Brasil e Rio de Janeiro (UF e Município) - 2000	97
Gráfico 4.13	Rendimento Domiciliar Per-Capita dos Estudantes Africanos, por Curso e Classe de Salário-Mínimo no Brasil	98
Gráfico 4.14	Rendimento dos Estudantes Africanos de Graduação no Brasil - 2000	102
Gráfico 4.15	Rendimento Domiciliar dos Estudantes Africanos, por Curso e Classe de Salário-mínimo no Rio de Janeiro (UF) - 2000	99
Gráfico 4.16	Rendimento Domiciliar dos Estudantes Africanos, por Curso e Classe de Salário-mínimo no Rio de Janeiro (Município) - 2000	100
Gráfico 4.17	Registro de Entradas de Africanos, por Sexo no Brasil – 1990/2005	101
Gráfico 4.18	Entradas de Africanos por Ano de Registro no Brasil – 1990/2005	104
Gráfico 4.19	Estudantes Africanos Residentes no Brasil nas Unidades da Federação – 1990/2005	105
Gráfico 5.1	Registro de Estudantes do PEC-G, por Ano de Entrada no Brasil – 2000/2005	126
Gráfico 5.2	Estudantes Estrangeiros do PEC-G Ativos nas Universidades no Rio de Janeiro - 2005	133
Gráfico 5.3	Estudantes do PEC-G, por Sexo nas Universidades no Rio de Janeiro – 1994/2005	134
Gráfico 5.4	Razão de Sexo dos Estudantes do PEC-G nas Universidades no Rio de Janeiro – 1994/2005	135
Gráfico 5.5	Distribuição Total dos Estudantes do PEC-G, por Grandes Áreas Preferenciais nas Universidades no Rio de Janeiro – 1994/2005	136
Gráfico 5.6	Estudantes Africanos no PEC-G, por Grandes Áreas Preferenciais de Conhecimento na UERJ, UFRJ e UFF – 1994/2005	137
Gráfico 6.1	Ano de Ingresso no Convênio dos Estudantes Africanos	150
Gráfico 6.2	Escolaridade do Pai e da Mãe dos Estudantes Africanos	151
Gráfico F.1	Registro de Solicitações de Refúgio no Brasil – CONARE, 1998/2004	210
Figura C.1	Móobile students (in thousand) by region of origin, 1999 d 2004	219
Figura C.2	Mobile students from a given region as a percentage of tertiary sutudents enrolled in that region (outboun mobility), 1999 and 2004	219
Figura D.1	Mapa Da Mobilidade Dos Estudantes Internacionais Pelos Países - 2004	220

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1	Indicadores da Mobilidade de Estudantes Estrangeiros pela UNESCO	70
Quadro D.1	Instituições de Ensino Superior, Federais, Estaduais e Particulares participantes do PEC-G, nas Unidades da Federação, distribuídas por Região no Brasil	202
Quadro G.1	Acordos de Cooperação entre Brasil e África	212

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1	Estudantes estrangeiros de Nível superior, por continente no Brasil – 1991 e 2000	77
Tabela 4.2	Distribuição dos Estudantes Estrangeiros, no Brasil, estado e município do Rio de Janeiro, graduação e pós-graduação, segundo continente de origem – 2000	81
Tabela 4.3	Distribuição dos Estudantes Americanos, Asiáticos e Europeus no Estado do Rio de Janeiro segundo país de origem – 2000	85
Tabela 4.4	Distribuição da População Africana, por país de origem, segundo as grandes Regiões e Ano de Chegada de 1996/2000 – Brasil – 2000	88
Tabela 4.5	Distribuição de Estudantes Africanos, Brasil, Estado e município do Rio de Janeiro, graduação e pós-graduação, por Sexo e Razão de sexo – 2000	89
Tabela 4.6	Estudantes Africanos, por Cursos na Rede Pública e Privada de Ensino no Brasil e RJ (UF) e Município – 2000	94
Tabela 4.7	Estudantes Africanos, por Sexo e Estado Civil – 2000	95
Tabela 4.8	Registros de Africanos no Brasil, por Classificação e U.F. de Residência no Brasil – 1990 /2005	106
Tabela 5.1	Registro de Alunos PEC-G, por País de Origem, no MRE – Brasil – 2000/2005	127
Tabela 5.2	Estudantes do PEC-G, por Ano de Ingresso nas IES's no Rio de Janeiro – 1994/ 2005	131
Tabela 5.3	Distribuição dos Estudantes Africanos, nas Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes nas IES's no Rio de Janeiro –1994/2005	138
Tabela 5.4	Distribuição dos Estudantes Africanos nas Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, nas IES's no Rio de Janeiro – 1994/2005	139
Tabela 5.5	Distribuição dos Estudantes Africanos nas Ciências Biológicas e da Saúde, nas IES's no Rio de Janeiro – 1994/2005	140
Tabela 6.1	Alunos Africanos, por País e Área de Conhecimento nas IES's no Rio de Janeiro – 2005	148
Tabela 6.2	Alunos Africanos, Por Curso Preferencial nas IES's no Rio de Janeiro – 2005	149
Tabela 6.3	Renda Mensal da Família dos Estudantes Africanos em USD \$	153
Tabela 6.4	Aspecto (S) Relevante (S) Para Motivar O Estudo No Brasil	155
Tabela 6.5	Despesa Mensal No Brasil (Incluindo Alimentação, Moradia, Vestuário, Material Acadêmico, Transporte, Etc.)	158
Tabela E.1	Registros de Estudantes Africanos do PEC-PG - Brasil – 2000/ 2005	206
Tabela F.1	Estimativa de Refugiados na Migração Internacional No Mundo – 1960/2005	209
Tabela H.1	População Total Africana no Brasil – CD 2000	213
Tabela I. 1	Estudantes Africanos na Rede Pública e Particular de Ensino Superior no Brasil – CD 2000	214

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	= Agência Brasileira de Cooperação
ACNUR	= Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
C&T	= Ciéncia e Tecnologia
CD	= Censo Demográfico
CEB	= Centro de Estudos Brasileiros
CELPE	= Certificado de Proficiéncia em Língua Portuguesa para Estrangeiros
CINE	= Clasificación Internacional Normalizada de la Educación
CNIg	= Conselho Nacional de Imigração
CPLP	= Comunidade dos Países da Língua Portuguesa
DAI	= Divisão de Atos Institucionais
DCT	= Departamento de Cooperação Cultural, Ciéncia e Tecnologia
EUROSTAT	= Estatísticas das Comunidades Européias
GED	= Global Education Digest
IES	= Instituição de Ensino Superior
IFES	= Instituição Federal de Ensino Superior
MEC	= Ministério da Educação
MRE	= Ministério das Relações Exteriores
OCDE	= Organizaçao para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ODM	= Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OIM	= Organización Internacional para las Migraciones
PALOP	= Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PEC-G	= Programa Estudante-Convênio de Graduação
PEC-PG	= Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação
PNUD	= Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROÀFRICA	= Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciéncia e Tecnologia
PROMISAES	= Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
RHCT	= Recursos Humanos em Ciéncia e Tecnologia
SEPPIR	= Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESu	= Secretaria de Educação Superior
SINCRE	= Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros
UERJ	= Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	= Universidade Federal Fluminense
UFRJ	= Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO	= United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18	
Pressupostos e Questionamentos para a Investigação	22	
Estrutura e Desenvolvimento do Trabalho	25	
PRIMEIRA PARTE	MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E MOBILIDADE ESPACIAL No CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO	
Capítulo 1	Revisão da Literatura e o Estado da Questão no Brasil	31
1.1	Novas Tendências e Novos Desafios: Enfoques Teóricos	32
1.2	Migração Qualificada: Pressupostos na Formação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (RHCT)	42
1.3	Tendências nos Movimentos Migratórios do Continente Africano	46
1.4	Considerações sobre o Capítulo	49
Capítulo 2	O Brasil no Contexto das Migrações Internacionais Contemporâneas	50
2.1	Processos Migratórios nos Fluxos <i>de e para</i> o Brasil	51
2.2	A Entrada de Africanos no Brasil: Movimentos e Significados	53
2.3	Considerações sobre o Capítulo	58
SEGUNDA PARTE	PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO ESTUDO	
Capítulo 3	Fundamentos Teóricos e Aspectos Estruturais da Migração Internacional com Fins de Estudo	59
3.1	Marco Teórico do Estudo	60
3.2	Interdisciplinaridade e Migrações: Conceitos e Metodologia	63
3.3	Fluxos e Demandas da Mobilidade Internacional de Estudantes Estrangeiros de Educação Superior: Tendência Global	68
3.4	Mobilidade Espacial de Estudantes: Primeiro Ciclo de Educação Terciária (Superior) ou Primeira Etapa de <i>Brain Circulation?</i>	72
3.5	Considerações sobre o Capítulo	74
Capítulo 4	Estimativas da População de Estudantes Estrangeiros e Procedentes de África: Fontes de Dados e Informações	75
4.1	Estudantes Estrangeiros quanto a Procedência por Continente e Países de Origem no Censo Demográfico de 1991 e 2000.	77
4.2	Estudantes Africanos no Brasil e Rio de Janeiro - Unidade da Federação e Município: Um Retrato Conciso da Subpopulação no Censo Demográfico 2000	86

4.3	Procedentes de África no Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros – SINCRE	102
4.4	Considerações sobre o Capítulo	108
Capítulo 5	Aspectos Educativos e Vínculos Acadêmicos: A Cooperação Horizontal e as Relações Bilaterais no Ensino Superior	109
5.1	Internacionalização da Educação Superior e o Sistema Educativo em África	112
5.2	Levantamento dos Acordos de Cooperação Bilaterais e Multilaterais em vigor para os Países Africanos	117
5.3	Programa Estudante-Convênio de Graduação: Uma Proposta de Acordo Bilateral	122
5.3.1	Resultados Obtidos pelos Registros dos Estudantes-Convênio nas Três Universidades Públicas no Rio de Janeiro	129
5.4	Considerações sobre o capítulo	141
Capítulo 6	Do Deslocamento à Inserção: Etapas do Processo Migratório dos Estudantes Africanos do PEC-G no Rio de Janeiro	142
6.1	Metodologia da Pesquisa: Critérios para Elaboração do Questionário e Dimensões Temáticas	144
6.2	Estratégias e Percepções dos Estudantes-Convênio nas Etapas Migratórias: Resultados da Pesquisa	147
6.2.1	Etapa Pré-Migratória	150
6.2.2	Etapa Migratória	157
6.2.3	Perspectiva de Futuro	162
6.3	Considerações sobre o Capítulo	162
CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS		164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS		176
APÊNDICE		186
APÊNDICE A	Questionário	187
APÊNDICE B	Descrição das Variáveis Selecionadas: Dados da Amostra do Censo Demográfico – CD 2000	195
APÊNDICE C	Breve Histórico Dos Protocolos De Cooperação Do Programa Estudante-Convênio De Graduação (PEC-G)	200
APÊNDICE D	Distribuição das Instituições Vinculadas ao Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), por Região no Brasil	202
APÊNDICE E	Algumas Questões Sobre O PEC-PG	204
APÊNDICE F	Dados Recentes de Refugiados Sob o Amparo da ACNUR no Brasil: Uma Breve Síntese	208
APÊNDICE G	Acordos Bilaterais Em Vigor Com Países Africanos	212

APÊNDICE H	Distribuição da População Total Africana no Brasil	213
APÊNDICE I	Estudantes Africanos na Rede Pública e Particular de Ensino Superior no Brasil - 2000	214
ANEXOS		215
ANEXO A	Resolução Normativa do CNdg: Sobre Estudantes Estrangeiros	216
ANEXO B	Declaração de Compromisso (PEC-G)	218
ANEXO C	Estudantes no Exterior pelos Indicadores da mobilidade Outbound, por Regiões em 1999 e em 2004 – Global Trends/2006	219
ANEXO D	Mapa da Mobilidade dos Estudantes Internacionais pelos Países - 2004	220



► INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A pesquisa é um trabalho árduo, mas, assim como todo trabalho desafiador bem feito, tanto o processo quanto os resultados trazem enorme satisfação pessoal (BOOTH, COLOMB, WILLIAMS. 2000).

Este estudo constitui o trabalho dissertativo para o Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisa Social. O objetivo fundamental é analisar e compreender a dinâmica e as configurações da migração internacional com fins de estudo, e especificamente dos estudantes africanos vinculados ao Programa Estudante-Convênio em três Universidades Públicas no Rio de Janeiro.

As motivações pessoais que me levaram a investigar sobre o tema da Migração Internacional e especificamente sobre esta população de estudantes estrangeiros com destaque para os africanos são de diversas índoles.

Do ponto de vista de minhas práticas sociais, sempre estive muito próxima desta tríade temática: Migração – Educação – África. Fazendo uma breve síntese deste processo particular, começaria pela análise de minha própria *condição migrante*.

As raízes *andarilhas* são oriundas de antepassados por ser neta pelo lado paterno de escravo africano e pelo lado materna de itinerante das trilhas do Cangaço. Aqui se encontra a gene estrutural de minha condição migrante.

Com a temática da Educação o processo inicia-se pela necessidade de migrar de minha cidade natal para a capital do estado para dar continuidade aos estudos no ensino médio. A ausência de escolas secundárias foi o primeiro motivador e a busca por melhores oportunidades através da Educação sempre esteve presente em meu processo migratório, por pensar e acreditar que é *pela educação que se alcança a liberdade!*

África, enquanto berço de minha afrodescendência, agora me dá a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre sua população, aproximando-me mais dessa realidade, ainda que seja especificamente sobre um determinado objeto, no caso estudantes que emigram em busca de melhores condições educacionais, oportunidade social, intercâmbio cultural e utopias inerente a todo migrante, quer seja ele de outro continente, de outro país, de outra região.

Do ponto de vista de minhas práticas acadêmicas, a gênese do trabalho surge a partir do interesse nos resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa (CDHP) sobre as *Características, Percepções e Demandas da População Residente no Entorno da ENCE* realizado em 2003 pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), fonte de informações que me trouxe referência para desenvolver algumas reflexões.

Nesse sentido, observações dos levantamentos empíricos da pesquisa informavam a existência na área de uma população migrante bastante significativa. Por outro lado à inserção neste *locus* também me permitia elaborar um olhar etnográfico sobre o entorno e sobre a população estrangeira que freqüentava as cercanias, onde se destacava o grupo de africanos.

No primeiro momento de elaboração da pesquisa se pensou em fazer uma exploração da população africana, identificando os grupos e propondo entender o processo ao qual estavam inseridos. Ao mesmo tempo em que se elaborava essa possibilidade de estudo, também me chamava à atenção o grupo de estudantes africanos nas Universidades e mais especificamente aqueles que se encontravam na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que observava quando estudava naquela Instituição.

Ao iniciar a revisão da literatura, senti que os trabalhos desenvolvidos sobre a migração africana no Brasil eram parcisos estudos de caso e que, efetivamente não traziam muita informação sobre o perfil sócio-demográfico desta população.

Foi feita uma verificação inicial sobre a viabilidade de desenvolver um estudo propondo a análise dos grupos africanos distintos, como o caso dos que circulavam no entorno da ENCE, o caso dos estudantes de convênio nas Universidades e os refugiados.

Com relação ao primeiro grupo, elaborou-se uma entrevista de sondagem¹ sobre a população africana que freqüentava o entorno da ENCE. A entrevista foi realizada com o gerente de um hotel localizado na via principal de circulação destes migrantes, onde foi informado que o maior volume de hospedagem do hotel era de africanos.

Também nessa perspectiva de sondagem, foram feitas mais 2 (duas) entrevistas², sobre o grupo de estudantes africanos nas Universidades, com um aluno concluinte da UERJ e que estava seguindo para uma pós-graduação em um outro país e a outra entrevista foi com um egresso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) também do Convênio e que já se encontra há algum tempo no Brasil. Foram trazidas informações muito ricas e estas, de certa forma, direcionaram os blocos temáticos no desenvolvimento do questionário.

A partir da análise destas duas entrevistas sentiu-se a necessidade de desenvolver uma pesquisa que informasse sobre a situação destes estudantes nos espaços sociais intra e extra-acadêmicos, procurando compreender esse processo migratório especificamente.

No primeiro momento da pesquisa buscou-se fazer um levantamento da população africana através dos registros administrativos obtidos pelo Departamento de Polícia

¹ A sondagem consistiu basicamente na coleta de dados e opiniões possíveis sobre o objeto.

² Estas entrevistas foram elaboradas com roteiro semi-estruturado, com objetivo de levantar informações que subsidiasssem a organização de um questionário a ser aplicado com os estudantes do Convênio.

Federal e pelos dados do Censo Demográfico. No caso das informações no Censo, optou-se por trazer os dados comparados entre a população de estudantes africanos no Brasil e as demais procedentes de outros continentes, com objetivo de fazer uma caracterização da situação destes imigrantes a partir de algumas variáveis selecionadas especificamente para os estudantes estrangeiros, do curso superior de graduação, mestrado ou doutorado.

No segundo momento, a partir das informações obtidas do Ministério das Relações Exteriores (MRE)/Departamento de Cooperação Cultural e também do Ministério da Educação (MEC)/Secretaria de Ensino Superior (SESu), tendo em vista que o recorte espaço-temporal delimitava o Rio de Janeiro e os ingressos nas instituições nos anos de 1990 a 2005, buscou-se informações pelos registros administrativos nas Universidades vinculadas ao convênio.

Verificou-se que, segundo fontes do MRE e do MEC, que no Rio de Janeiro existiam 6 (seis) Instituições federais vinculadas ao Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), mas somente obtivemos informações de três destas, que foram: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF). A partir dos dados obtidos pelos registros destas Universidades, optou-se por realizar uma pesquisa com questionário, aplicado aos estudantes vinculados nestes três universos.

Desse modo, foram estruturados os passos iniciais para o desenvolvimento do estudo, entendendo-se que o tema está vinculado à proposta interdisciplinar da área de concentração em População, Sociedade e Território, do Programa de Mestrado, o qual estou inserida.

Pressupostos e Questionamentos para a Investigação

Ao deparar-se com um objeto de estudo, alguns pressupostos teóricos e questionamentos implícitos e/ou explícitos direcionam na construção de eixos temáticos como procedimento para a pesquisa.

Nesse contexto, evidencia-se que a migração internacional de estudantes de educação superior, com destaque para o caso africano, inclui a combinação de distintas dimensões tais como: o estatuto legal de imigração; o tempo de permanência no país equivalente a duração do curso de graduação ou de pós-graduação; as especificidades, como o propósito da mobilidade e o caráter individual ou familiar; as escolhas pelos campos profissionais; a inserção e o retorno de pessoas qualificadas ou a circulação para outros países ou continentes, após a formação no Brasil.

Nesse sentido algumas perguntas inerentes ao objeto de estudo inicialmente seriam:

- Como e porquê verifica-se um volume expressivo de estudantes africanos de educação superior;
- Como e porquê escolhem por certas áreas geográficas selecionadas;
- Como e porquê ocorre um diferencial de contingente de estudantes procedentes de África, comparando-se aos demais estudantes procedentes de outros continentes vinculados ao PEC-G nas Universidades;

Estas questões iniciais deram origem a várias outras, como forma de conhecer o perfil desta população através das fontes de dados e informações, tendo em vista que havia o pressuposto que indicava uma população de estudantes africanos relevante em âmbito global e como tendência na migração internacional, por determinadas características e, neste contexto os questionamentos a serem explorados eram:

- Como estaria caracterizada a população de estudantes estrangeiros do curso superior nos registros do Censo Demográfico;
- Que informações dispunham os registros administrativos dos órgãos vinculados ao controle de entradas e inserção dos estudantes estrangeiros nas Instituições e como seria possível fazer uma comparação das distintas fontes;
- Que estratégias eram usadas na decisão de migrar e como estariam articuladas as redes formais e/ou informais.

Os questionamentos metodológicos principalmente se encontravam nas seguintes dimensões:

- Qual a explicação para esta migração?
- Quais as teorias que explicariam esta mobilidade internacional para estudos?
- O que há de novo nesta realidade de migrar com fins de estudo e como os atores envolvidos (estudantes, Estados, convênio, universidade) percebem ou são percebidos neste processo migratório?

Estas eram algumas das questões iniciais levantados no trabalho sobre a migração internacional com fins de estudo, obviamente que, à medida que fomos desenvolvendo o estudo, outros questionamentos foram sendo adicionados.

Nesta análise, partiu-se do pressuposto que a migração internacional com fins de estudo e no primeiro ciclo de educação superior/terciária³, trata-se de um tipo de fluxo que não tem recebido atenção devida pelos estudiosos do tema; neste sentido, o presente trabalho visa contribuir para diminuir esta lacuna, tomando-se como referência o objetivo geral que é:

- Fazer um levantamento exploratório das características (social, econômica, cultural), experiências (individuais ou coletivas) e percepções desta população a fim de *explicar o processo social inerente no deslocamento à inserção dos estudantes africanos de graduação, pelas etapas pré-migratória e migratória realizada.*

Como objetivos específicos se propõem:

1. Inserir os fluxos migratórios de estudantes estrangeiros, destacando os africanos no Brasil e Rio de Janeiro, no contexto sociodemográfico, caracterizado pelas fontes de dados e informações, processos e nexos inerentes ao sistema migratório;
2. Proceder a um estudo procurando determinar as características diferenciadas dos estudantes africanos em relação aos demais imigrantes;
3. Analisar os processos de atração e inserção dos estudantes africanos nos espaços sociais intra e extra-universitários a partir das informações obtidas pelo questionário;
4. Compreender a existência, pertinência ou ausência das “redes” formais e/ou informais como suporte importante em um processo migratório.

Assim, tendo presentes os objetivos referidos, procurou-se orientar o estudo pelas seguintes hipóteses de trabalho:

- Os novos movimentos migratórios de estudantes estrangeiros inserem-se em um processo mais amplo, caracterizado pela globalização, pela internacionalização da educação superior, bem como pela institucionalização dos sistemas educativos que incorporam os Acordos de Cooperação como perspectiva de desenvolvimento humano, social e econômico. Os aspectos distintos espelham, não só o contexto de políticas sociais pertinentes, mas também as políticas de imigração aplicadas pelos países de destino, dando lugar então a uma migração seletiva e com características diferenciadas.

³ Conforme classificação da UNESCO (2003)

- ▣ Os movimentos migratórios articulam as condições macro-estruturais ou globais existentes com fatores micro-estruturais ou locais. Entende-se que ambos desempenham um papel determinante no surgimento ou desenvolvimento de determinados fluxos migratórios. Desse modo, é inegável a importância dos fatores econômicos, sociais, culturais, lingüísticos e políticos no surgimento de um determinado fluxo migratório, bem como o papel desempenhado pelas “redes” sociais formais e/ou informais, na chegada e na manutenção dos fluxos, que efetivamente servem de suporte aos migrantes;
- ▣ As motivações para desenvolver um determinado tipo de migração são múltiplas e de diversas ordens, destacando-se as razões educativas como no caso do presente estudo. Contudo o desenvolvimento do processo migratório somente se torna significativo, a partir do momento em que sua base de apoio se encontra suficiente e amplamente estruturada. Nesse contexto, esta modalidade baseia-se muito mais na estrutura organizacional familiar, através do incentivo moral e apoio econômico para que o indivíduo tenha condições efetivas de migrar. E, além do apoio financeiro importante neste processo, o nível de escolaridade dos pais seria um aspecto também importante e que se reflete no incentivo, sobretudo quando se trata de uma segunda geração de universitários.

A justificativa de quantificar, qualificar e operacionalizar as informações disponíveis tem finalidade e interesse de investigação acadêmica, contudo enquanto Pesquisa social o estudo poderia viabilizar outros interesses programáticos, referentes a essa população.

Estrutura e Desenvolvimento do Trabalho

Para uma melhor compreensão do que foi desenvolver o tema em questão, sobre a migração internacional de estudantes estrangeiros com enfoque nos estudantes estrangeiros do curso superior de graduação e com destaque para o caso dos africanos no Brasil, o estudo foi desenvolvido em 6 (seis) capítulos.

No **Capítulo 1** realizou-se uma Revisão da literatura, trazendo o “estado da arte” da migração internacional e da mobilidade espacial no contexto da globalização, onde se verificaram as novas tendências e desafios a partir do enfoque de teóricos e especialistas do tema da migração.

Nessa perspectiva, os efeitos da globalização nas migrações internacionais, tais como o nomadismo (IANNI, 1996), a inserção seletiva na sociedade informacional

(CASTELLS, 1999), a reestruturação econômica e a geografia social como condicionantes do processo migratório contemporâneo (SASSEN, 1991), a condição ‘pluralista’, ‘multicultural’, ‘multipolar’, ‘multiétnica’ e ‘multilingual’ que envolve a migração (COHEN, 1997), o aumento da diversidade, da diferenciação social, da exclusão, da segregação residencial, da feminização e da politização da migração (CASTLES e MILLER, 1998), a desmobilização mundial dos movimentos sociais e a global da força de trabalho (KURZ, 2005; MARTINS, 2002), ou a presença de comunidades transnacionais (CANALES e ZLOLNSKI, 2001) refletem efetivamente nas sociedades receptoras e de origem, nas agendas políticas e nas relações entre diferentes países, negativa ou positivamente (MARTINE, 2005).

Na abordagem da migração qualificada (PELLEGRINO, 2001; GUERRERO, 2005) surge também à questão da evasão, “êxodo” ou “fuga” de cérebros (FINDLAY, 2001) do ponto de vista da procedência como *brain exchange* e que se transforma em *brain gain*. O *brain circulation* também foi observado nesse contexto, se tratar de um aspecto importante na migração qualificada e nos movimentos de retorno e refere-se ao ciclo que começa quando um imigrante qualificado como Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (RHCT) transfere-se de um país estrangeiro para outro, principalmente para estudar, em seguida começa a trabalhar nesse país onde desenvolveu o estudo e finalmente regressa a sua origem com as experiências e os conhecimentos adquiridos fora e algumas vezes com seus próprios recursos (LÓPEZ VEGA *apud* GUERRERO, 2005).

O **Capítulo 2** aborda a Migração Internacional na Perspectiva de África e no Contexto do Brasil, onde se analisa o processo migratório no continente africano e as relações sociais que afetam sistematicamente a população, tais como os aspectos de desigualdade e exclusão social de praticamente todos os Estados.

Verificou-se nesta abordagem que na Era da Informação, a África encontra-se excluída da revolução tecnológica da informação e que há uma dependência e subdesenvolvimento na sociedade da informação (CASTELLS, 1991)

Foi observado também que os movimentos migratórios no continente africano, apesar da diversidade, apresentam tendências globais, mais também com especificidades locais tais como os fluxos migratórios motivados por conflitos étnicos e, sobretudo políticos. Nesse contexto verifica-se também a ocorrência de um crescimento significativo, no volume da migração recente e nas dificuldades de gestão nas políticas governamentais, como no caso dos refugiados e das possibilidades de repatriação dessa população migrante (CASTLES & MILLER, 2004).

Quando se observa a especificidade e caracterização de cada padrão migratório, no contexto do Brasil pode-se observar no cenário brasileiros a questão da migração e da

integração regional e a regulamentação da circulação no Cone Sul pelos nos movimentos populacionais entre os países do bloco econômico Mercosul. Um movimento que apresenta um volume crescente e que são abordados pela diversidade e as implicações destes movimentos intra-bloco (PATARRA e BAENINGER, 2004).

Ademais, a importância dos fluxos emigratórios para os países desenvolvidos e as remessas enviadas para os locais de origem foram fatores ressaltados como relevantes, enquanto tendência na migração internacional *de e para o Brasil*.

A entrada dos africanos no país, analisado através de alguns estudos de caso, revelaram movimentos e significados importantes, enquanto informação de fluxos recentes para o Brasil. Nesse contexto observou-se que a migração africana ou a presença negra com seus conflitos e encontros ainda se trata de um tema pouco explorado.

Sobre fluxos e grupos de africanos no Rio de Janeiro, se destacam alguns estudiosos do tema (RIBEIRO, 1995; TANNURI, 2001; POOL, 2001; KALY, 2001; SUBUHAMA, 2005), que apresentam informações importantes sobre as tendências recentes da migração africana, ainda que sejam trabalhos muito específicos e pontuais.

Na passagem dos capítulos que constituíram o referencial bibliográfico do estudo e representou a *Primeira Parte* do estudo, foi possível compreender que a migração internacional enquanto fenômeno social sugere novas vias e novos conteúdos e formas de agir e, nesse sentido, aspectos como o crescimento da sociedade transnacional, também pela agregação de população migrante e os vínculos entre os espaços de origem e destino, pela diversidade dos fluxos migratórios, tendem a ser considerado importante para a gestão de políticas migratórias.

Nesse contexto de formação de movimentos migratórios distintos e de distintas interpretações teórica dada aos processos, aborda-se no **Capítulo 3** os fundamentos teóricos e os aspectos estruturais da migração internacional com fins de estudo. Traça-se o marco teórico do estudo pela *Teoria dos Sistemas Migratórios*, abordada por Castles e Miller (2004). Esta perspectiva, além de trabalhar com a multidisciplinaridade para entender as dimensões do fenômeno migratório examina os nexos entre os espaços de origem e destino envolvidos e as relações que se estabelecem pelos aspectos macro, meso e microestruturais, que compõem o sistema.

De acordo com essa abordagem, pela Teoria dos Sistemas Migratórios os movimentos em geral são gerados pela existência de vínculos prévios entre os países de envio e recepção baseados na colonização, na influência política, no intercâmbio ou nos vínculos culturais. A aproximação dos sistemas migratórios, por essa perspectiva, é parte de uma tendência ou uma compreensão mais inclusiva e interdisciplinar, que surge como uma nova corrente dominante da teoria migratória.

Neste capítulo abordam-se também os fluxos e demandas da mobilidade internacional de estudantes estrangeiros de educação superior enquanto tendência global e, nesse contexto, Castles e Miller (2004) chamam a atenção que a mobilidade de estudantes com freqüência é um precursor da migração qualificada (grifo meu) e é por essa linha de análise que trata o estudo, tendo em vista que se refere aos estudantes de primeiro ciclo da migração qualificada e em formação enquanto recurso humano semqualificado.

Dentro desta discussão da mobilidade internacional de estudantes, além da crescente população que circula para os centros mais desenvolvidos e periféricos, verificou-se a tendência de alguns fluxos que buscam determinados espaços, observou-se também onde efetivamente estão as maiores demandas desta população, segundo informações dos documentos recentes da UNESCO (2006).

Desse modo, verificou-se que se trata de uma migração que apresenta um contingente cada vez maior, porém de difícil aferição, já que estimar o volume exato dessa população de estudantes no exterior representa um desafio metodológico, por ser as informações limitadas, deficientes e que somente possibilitam aferições específicas e pontuais.

Observou-se por fim, a partir de um questionamento que este primeiro ciclo de educação superior ou terciária poderá transformar-se em *brain circulation* onde o projeto de retorno imediato ao país de origem fica cada vez mais protelado para o futuro.

No **Capítulo 4** buscou-se fazer um levantamento das estimativas da população de estudantes estrangeiros no Brasil, destacando os procedentes de África, através de fontes de dados e informações obtidos nas estatísticas públicas e registros administrativos tais como: do Censo Demográfico de 1991 e 2000, dos registros administrativos do Departamento de Polícia Federal/ Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros (SINCRE), órgão de controle e emissão de entradas e saídas de estrangeiros no país.

Em síntese, neste capítulo apresentou-se uma estimativa bastante relevante para a caracterização do objeto de estudo por algumas variáveis, que nos informaram o volume de estudantes estrangeiros no Brasil e no Rio de Janeiro, bem como a distribuição por região, por país de procedência, por sexo, por condição civil, domiciliar, rendimento per capita e por ingresso em rede pública e particular de ensino. Nesse sentido, ainda que se trate de informações limitadas, tentou-se fazer um retrato desta população, captadas pelas informações sociodemigráficas destas estatísticas públicas.

Ao longo dos anos, a população de estudantes estrangeiros vem apresentando tendência de crescimento nos espaços geográficos, já que escolhem o Brasil como país de acolhida. Nesse sentido, depois de fazer um levantamento de informações com

objetivo de caracterizar a população de estudantes estrangeiros, o estudo direciona a abordagem mais especificamente, para as estruturas e práticas relacionadas com os Acordos estabelecidas pelos países bilateralmente, enquanto aspecto relevante na discussão teórico-metodológica do processo migratório de estudantes estrangeiros no Brasil, com destaque para o caso africano.

Desse modo, no **Capítulo 5** abordou-se a questão das Políticas de Cooperação que, sobretudo desde os anos oitenta, foi um mecanismo importante nas relações exteriores, no fortalecimento de vínculos de fraternidade entre os países e especialmente em promover a formação de recursos humanos, através das alianças principalmente entre os países em vias de desenvolvimento. Nesse sentido, Acordos Educativo e Cultural tem tido um papel de singular importância nas relações internacionais e na promoção de políticas sociais entre os Estados.

Foi observado neste capítulo, que as relações bilaterais e multilaterais entre o Brasil e países de África tem vínculos antigos e foram estabelecidos com ênfases em ideologias consonantes com as gestões presidenciais e que se adequavam aos momentos históricos e políticos e que foi efetivamente nos anos 2000 que se ampliaram às relações políticas com este continente.

Dentro destas propostas de Acordos celebrados bilateralmente está o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) enquanto cooperação que gera oportunidade aos estudantes para seguirem ampliando seus níveis educacionais. Oferece aos estudantes estrangeiros vagas nas principais Universidades públicas que são vinculadas ao Programa, para que se formem e regressem para que ajudem no desenvolvimento social de seu país de origem.

Contudo, ainda que revele um contingente expressivo e crescente de estudantes africanos nestas Universidades (UERJ, UFF e UFRJ) desde o ano de 1994, notou-se que se trata de um programa que atende a um público seletivo por alguns requisitos. Pelas informações obtidas, a população africana é o volume mais expressivo dentre os demais países da América Latina e Caribe que também participam do Convênio.

No contexto da internacionalização da educação superior, os Acordos de Cooperação resultam em um instrumento necessário para a maioria da população africana que apresenta uma estrutura institucional de ensino superior muito recente e que também, por essa razão não dispõe de um sistema de educação superior eficiente, pela carência de Instituições públicas na maioria dos Estados.

O **Capítulo 6** traz informações sobre a pesquisa de campo que aborda as etapas migratórias dos estudantes africanos de graduação, vinculados ao convênio educativo PEC-G, em três Universidades públicas.

A pesquisa se caracteriza como metodologia de Estudo de Caso e foi utilizado como instrumento o questionário. Os resultados obtidos com a pesquisa foram analisados pelos nexos entre a origem e o destino do processo verificado pelas etapas migratórias onde revelam as percepções dos estudantes, destacando o benefício, a riqueza do processo, a contribuição do convênio, mas também revelam obstáculos e dificuldades econômicas e sociais nos espaços de convívio.

Na etapa pré e migratória, buscou-se fazer uma relação do processo pelos nexos do sistema e como resultados obtidos pelos questionários foi observada a expressiva presença de estruturas familiares como principal mantenedora e redes sociais informais e também por origem comum como significativos vínculos de solidariedade. Estes mecanismos são ativados, mantidos e revitalizados constantemente pelos próprios estudantes africanos que interagem pelos recursos cognitivos e se integram formando uma comunidade específica dentro da Instituição. Por esse aspecto, são fortalecidos os laços de solidariedade, já que todos ainda que de distintos países, fazem parte de um mesmo grupo de migrantes africanos e estudantes de convênio.

É importante ressaltar por essas informações que, se trata, em sua maioria, de uma segunda geração de universitários, já que os pais têm níveis de escolaridade alta (superior, graduação, doutorado). São estudantes que manifestam fortemente o desejo de regressar ao país de origem ao concluir os estudos e colaborar com o desenvolvimento de seu país, atuando na área de formação.

Concluiu-se, portanto com a realização do estudo, que se trata de uma população que faz parte de uma tendência global de migração internacional com fins de estudo e que escolhem, não os centros desenvolvidos, mas países periféricos, como no caso dos que se destinam para o Brasil, onde os vínculos históricos, culturais, lingüísticos são relevantes na decisão e no processo migratório, mas também a necessidade de ingressar em Universidades com qualidade e com oferta diversificada de carreiras.

Entende-se pelas informações observadas, levantadas e analisadas, que esta migração fomentada pela educação e pelo desejo de formar recursos humanos qualificados que contribuem para o desenvolvimento do país, tem seu benefício, partindo do pressuposto que ao melhorar a educação de uma população ou ainda que seletivamente, parte dela, se realiza uma contribuição importante ao crescimento econômico e a economia familiar.

Contudo, observou-se que existe uma relação dicotómica entre benefícios trazidos pela oportunidade de educação superior e obstáculos gerados por alguns aspectos normativos, jurídicos e operacionais do convênio e que efetivamente, se transformam em barreiras à inserção, à adaptação e a condução destes estudantes no estabelecimento no Brasil.

 **CAPÍTULO 1**

Revisão da Literatura e o Estado da Questão no Brasil

As tendências recentes da migração internacional, a nível mundial, não podem ser entendidas sem se fazer referência ao caráter global que tem o fenômeno nos momentos atuais. Nesse contexto, a amplitude que têm tomado os intercâmbios comerciais pela integração de novos países, a transnacionalização das atividades econômicas organizadas a nível mundial, o crescimento dos intercâmbios de produção, comercialização, circulação e informação entre países, pela liberalização e desregulamentação dos mercados, têm gerado mecanismos que rompem possíveis fronteiras e encurtam distâncias geográficas e temporais em todas as dimensões.

Por essa perspectiva, ocorre uma maior mobilidade geográfica de diferentes setores e atores, motivados por distintas realidades e, por esse aspecto surgem movimentos migratórios os mais diversos e por distintas motivações, quer sejam por trabalho, turismo, estudo, ou ainda pela evasão ou circulação de cérebros, ou ainda por situação de refúgio ou asilos políticos.

Desse modo, a migração internacional, por se tratar de um fenômeno social, compõe-se de um emaranhado de processos que envolvem uma diversidade de aspectos relevantes, articulados por relações multiformes e abordadas por diferentes teorias e modelos, para responder as indagações que surgem a todo o momento como desafio para os estudiosos do tema.

1.1 Novas Tendências e Novos Desafios: Enfoques Teóricos

A migração internacional, na perspectiva da globalização, tem sido abordada por diversos autores que por dimensões multidisciplinares, analisam as novas relações sociais e como se manifesta à questão, inerente às novas formas das migrações. Desse modo, diferenças geradas a partir de distintos graus de desenvolvimento econômico (exclusão, pobreza e desigualdade) ou transformações demográficas, somados a fatores políticos ou étnicos em determinados momentos, são analisados como aspectos relevantes de movimentos migratórios em massa.

De acordo com Ianni (*apud* PATARRA, 1996. p.1a) “a globalização [enquanto] processo de amplas proporções, envolve nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações”. Desse modo, surgem nos espaços globais tendências que além de agravar aspectos nas dimensões sociais, políticas e culturais, alteram toda a dinâmica das

relações sociais que, para o autor, são relações mutáveis onde produzem ou reproduzem-se pelo campo do imaginário, do virtual, do imediato, do fragmentado.

Esse processo gerado pela dinâmica da *sociedade global*, ressaltada pelo autor, envolve determinadas reações de grupos, classes, da coletividade como um todo ou através de civilizações. Para Ianni, isso reflete a intensificação de uma “nova divisão internacional do trabalho”, que gera a necessidade de busca por espaços globais, uma necessidade de “reterritorializar em outros espaços” e, nesse sentido, essas reações coletivas também refletem novas redes de articulação que movimentam, conduzem e possibilitam a reprodução e ampliação do capitalismo global.

Quanto às formas de articulação e contradição desse processo global, Castells (1999), chama a atenção ao aspecto relevante que se encontra na revolução tecnológica, da inovação e expansão da comunicação e da *era informacional* que fundamentalmente, tem sua importância na geopolítica global. Para o autor, “devido a essas tendências, houve também acentuação de um desenvolvimento desigual, (...) entre os segmentos e territórios dinâmicos da sociedade em todos os lugares”. (*op. Cit.* p. 40)

No processo de reestruturação pelo qual passa o capitalismo global existiria, na análise do autor “padrões de inclusão”, universal e digital que promovem a integração nos espaços de fluxos de pessoas, de produção e de consumo. Portanto, há em seu entendimento “padrões de inclusão” que personaliza o indivíduo segundo as identidades e exigências pessoais, promovendo a integração seletiva. Há também em determinados espaços, exclusão e isolamento em outros pontos globais, por fatores diversos ou adversos, como chama a atenção Castells (1999, p. 41), de que:

(...) as redes globais de intercâmbio, instrumentos, conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e até países, de acordo com sua pertinência na realização dos objetivos processados na rede, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas.

Tanto na *sociedade informacional*⁴ quanto no *nomadismo*⁵ ocorre apropriação de espaços (reais ou virtuais) e o uso de meios de comunicação (de transporte ou telecomunicações) servem como suporte de inserção ou de exclusão, como no caso de um *subdesenvolvimento tecnológico*, a distanciam alguns espaços geográficos do mercado global.

⁴ De acordo com Castells (1999) a identidade é vista como princípio organizacional da sociedade informacional; como processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói com base em um determinado atributo cultural ou conjunto de atitudes, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais.

⁵ Para Ianni, o nomadismo será a forma suprema da ordem mercantil, que define o modo de vida, o estilo cultural e o consumo nos anos 2000.

Portanto, a inovação tecnológica associada à expansão da comunicação, trouxe mudanças significativas na organização da produção e do consumo, bem como na geração de novas necessidades, ao mesmo tempo em que incide em custos e tempos, de mobilidade de pessoas e mercadorias, sob uma nova lógica espacial que Castells (1999) chama de *espaço de fluxos*, em oposição à organização espacial comum que também denomina o *espaço de lugares*. (op. Cit. p. 468)

Nesse contexto, além de comunicar as novas formas e processos espaciais, haveria uma lógica espacial dominante, estruturada em uma recente “padronização espacial das funções econômicas e das práticas sociais predominantes” que para Castells, seria na verdade concebida, decidida e implementada por atores sociais.

Essas mudanças sociais que ocorrem pela relação com a reestruturação da sociedade global e/ou informacional, tem custos efetivamente tão drásticos nas relações sociais quanto nos processos de transformação tecnológica e econômica, em determinadas sociedades.

Com o surgimento de formas e processos de produção do espaço e do tempo no sistema global, a conexão nos mais distintos e longínquos lugares ficou mais estreita, entendendo lugar como “(...) um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contigüidade física”. (op. Cit. p. 512) Essa conexão, enquanto processo de produção, liga diferentes pontos, contudo, em sentido contrário esse mesmo processo também pode excluir, isolar, segregar pessoas e espaços, real ou virtualmente, deixando de fora parte ou algumas vezes um todo que deveria fazer parte desse sistema global, como no caso específico da inclusão seletiva e da exclusão do continente africano.

A imigração, a reestruturação econômica e a geografia social são processos analisados por Sassen (1991) em seu estudo sobre *cidade global*⁶ onde também levanta o questionamento de “qual seria o lugar da imigração” no processo de recomposição econômica a partir da análise nas três cidades⁷ de Nova York, Londres e Tóquio.

De acordo com Sassen, existem dois eixos pertinentes à imigração e à recomposição do processo que estaria, primeiramente ligada à situação dos imigrantes nos trabalhos com baixos salários e a oferta de empregos predominante nos setores “deteriorados” da economia, como a manufatura.

⁶ A *cidade global* possui recursos e competência necessária para gerenciar operações globais. Enquanto centro de domínio conjunto, de finanças e serviços empresariais com dimensão mundial.

⁷ De acordo com Sassen, o caráter “global” destas três cidades não derivaria somente das respectivas posições dentro de uma certa escala hierárquica, esses três centros, funcionariam como único mercado que desempenham funções de produção centradas nas diversas áreas econômica, política e cultural e até estilos de vida com modelo cosmopolita.

Observa a autora, que dentro da comunidade dos imigrantes, estes se tornam agentes ativamente engajados em ambos os setores, espacial e econômico nas cidades. A comunidade imigrante, nesse sentido, pode ser vista como representativa de uma pequena escala de investimento de emprego direto e de capital na economia da cidade onde vive.

Sassen chama a atenção à problemática do mercado de trabalho e a emergência de um novo modelo de crescimento urbano que se caracterizaria, por uma organização da atividade econômica espacialmente dispersa, contudo globalmente integrada. Nessa perspectiva, analisa a imigração e minorias étnicas no mercado de trabalho dessas cidades e os aspectos inerentes aos padrões de organização da economia informal nas comunidades migrantes, citando a situação de Nova York, pela variedade de atividades geradas pela demanda de bens e serviços.

De acordo com Sassen (1991), dentro de uma comunidade específica ou que incluem imigrantes residentes em outras vizinhanças, há determinantes que beneficiam o acesso a uma economia informal de bens e serviços relevante a população local que “(...), podem ser de um tipo não fornecido pela economia maior, ou fornecido em um preço demasiado elevado, ou fornecido nas posições que envolvem um deslocamento longo ou incomodo”. (*op. Cit.* p. 290)

Desse modo, sua análise pontua que: (a) diferentes localizações manifestam diferentes aspectos no desenvolvimento e processo global e, no que se refere à migração internacional; (b) cada fluxo migratório se explicaria por situações específicas de cada país e respectivos períodos históricos e ainda; (c) os fluxos migratórios estão condicionados por dinâmicas econômicas-políticas mais amplas onde se situam as decisões dos migrantes.

Tais condicionantes devem ser entendidos para além da pobreza e do desemprego, deve-se levar em consideração também e principalmente, como as formas de internacionalização do capitalismo, dos devastadores efeitos da globalização e da demanda efetiva por trabalhadores de baixos salários, conformam a estrutura do problema e revelam o verdadeiro lugar da migração, seja na cidade global ou nos espaços locais.

Cohen (1997) por sua vez, analisa a relação entre a globalização e a migração internacional pelo contexto das *diásporas* e de alguns aspectos que ele chama a atenção como relevantes e que formam a base para o entendimento das contra-tendências da globalização. Para o autor, esses aspectos são relevantes em diferentes momentos e de certa forma, motivaram o fenômeno da *diáspora* a emergir, sobreviver e prosperar como questão em conexão com a globalização.

Nesse sentido, chama a atenção aos seguintes aspectos relevantes da globalização: as *mudanças rápidas e densas* no mundo econômico e sua relação com subsetores (comunicação, transporte, divisão internacional do trabalho, corporações internacionais, comércio liberal e fluxos de capital); as *formas de migração internacional* pelos modelos permanente ou temporário e a relação de cidadania que se vinculam ao contexto; o *desenvolvimento das “cidades globais”*, que alteram as transações, interações e concentração de determinados segmentos do mundo econômico em determinadas cidades; o *cosmopolitismo* e o *localismo* que atuam na criação e promoção de culturas locais ampliadas como cultura cosmopolita e por fim; a *desterritorialização da identidade social* como desafio à hegemonia do Estado-nação que acaba por definir *locus* de submissão e fidelidade em favor da sobreposição, de permeabilidade e formas múltiplas de identificação.

De acordo com Cohen, o contexto global atual tem alterado o caráter da migração internacional, sobretudo no que se refere a livre circulação da massa de migrantes, a seletividade na sanção do estabelecer-se (permanente ou temporário) nos lugares e nas formas de oficializar a prevenção e restrição de entradas.

Por outro lado, a migração “global” que agrupa pessoas e riqueza, de acordo com o autor, vem apresentando nova vida à velha prática da diáspora e nesse sentido, novas formas são articuladas oficial e burocraticamente, tendo em vista que se trata de cidadãos diaspóricos, politizados e articulados.

A importância das cidades globais, no contexto da migração internacional e da diáspora, de acordo com Cohen (1997), está na relevância de serem centros de transporte global, centros de comunicação (telefone, fax, telex e internet), centros de informação, (*bureaux* e agências, produtoras culturais e de entretenimento). Nesse contexto, pela necessária e rápida conexão, esses centros ficam cada vez mais integrados dentro de outras cidades globais e dependentes de sua relação com sua *hinterlândia*.

Para Cohen, inerentes às cidades globais, estão às condições: “pluralista”, “multicultural”, “multipolar”, “multiétnica” e “multilingüística” e também a pertinente mudança que sofrem os setores de ofertas de serviços para atenderem aos visitantes que chegam a esses centros. De acordo com o autor, como pólo de atração de uma migração com determinada especificidade, na *cidade global* o perfil ocupacional apresenta um alto percentual de profissionais qualificados, pessoas que desenvolvem negócios nos setores financeiro, informacional, de mídia, de moda, dentre outras indústrias.

Em sua análise, a estrutura ocupacional é também amplamente dinamizada, e a natureza do mercado interno de trabalho se altera, onde alguns setores de produção permanecem e outros, para atender ao mercado global como no caso dos setores de

vestuário e moda, incorporam a mão-de-obra de imigrantes a baixos salários e trabalho temporário, em regime de superexploração e emprego de “indocumentados” ou “ilegais” para reduzir os custos.

Presente também nessa estrutura ocupacional que agrupa mão-de-obra migrante, se encontra o adicional de um aumento proporcional de mulheres em empregos pertencentes aos setores deteriorados da economia. (COHEN, 1997, SASSEN, 1991).

Para Castles e Miller (1998), a migração internacional é freqüentemente causa e efeito de várias formas de conflitos, não poderia ser um fenômeno isolado e não é uma invenção do Século XX ou da modernidade. Esta tem sido parte da história da humanidade nos últimos tempos e tem crescido em volume e significância desde 1945 e mais particularmente desde meados dos anos 80 e, nesse contexto a migração internacional pode ser um dos mais importantes fatores de mudança recente, em âmbito global.

Em *The Age of Migration*, os autores articulam migração e aumento da diversidade, sobretudo pelo modelo de migração permanente, mostrando a enorme complexidade desses movimentos populacionais e como eles afetam mais e mais partes do mundo, além das implicações, das relações étnicas e da formação de novas minorias étnicas no pós-70 no processo de reestruturação econômica global.

Identificam como possibilidades de análise algumas tendências gerais e perspectivas futuras inerentes ao processo migratório tais como: *A Globalização da Migração*, onde o aumento do volume de movimentos migratórios é uma tendência progressiva; *A Aceleração da Migração*, que tende a um quantitativo crescimento, traz dificuldades e afeta as possibilidades de políticas governamentais; *A Diferenciação da Migração*, onde há variação de tendências como a migração laboral, de refugiados ou a migração permanente, ou seja, estaria presente em um mesmo país um conjunto de tipos e arranjos que devem ser considerados enquanto diferenciação presente e que inclusive, podem vir a se tornar maior obstáculo para medidas políticas nacionais e internacionais.

Ainda enquanto tendência os autores ressaltam: *A Feminização da Migração*, onde as mulheres representam uma tendência significativa, seja pela disputa mais intensa no mercado de trabalho ou pelos movimentos de reunificação familiar e, na atualidade formam a maioria nos movimentos mais diversos; *A Crescente Politização da Migração*, onde as políticas domésticas, relações bilaterais e regionais e políticas de segurança nacional dos estados a nível mundial, se vêem afetadas cada vez mais pela migração internacional.

De acordo com os autores, estariam também presentes como temas inerentes ao fenômeno migratório à diversidade étnica, o racismo, o multiculturalismo, e estes aspectos relevantes devem ser tratados de forma conjunta na migração internacional, enquanto

forma de distinção entre os indivíduos que compõem a população receptora e as outras procedências de diferentes tipos de sociedades, com diferentes línguas e diferentes práticas culturais.

A posição do migrante, segundo o que analisam, fica geralmente marcada por um específico *status legal* que, nesse sentido é visto na população receptora como *estrangeiro* ou ainda um elemento com uma *quasi-cidadania*⁸ e essas diferenças são recapituladas nos conceitos de ‘etnicidade’ e ‘raça’. Desse modo, “em larga escala, a migração e a diversidade podem ter efeitos importantes nas instituições políticas e na identidade nacional”. (*op. Cit.* p. 34)

Portanto, para Castles e Miller (2004), a migração internacional tem um papel importante na promoção da política multicultural e os imigrantes têm impulsionado de maneira fundamental a política transnacional através da vinculação entre os sistemas políticos da sociedade de origem e a sociedade receptora.

Há na discussão do tema sobre a migração internacional algumas visões que apontam a imigração e a emigração como algo importante, relevante, mas também positivo, do ponto de vista de novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, ainda que de forma irregular. Nestes discursos, os especialistas do tema apresentam visões comuns no que se refere a geração de políticas migratórias adequadas, de regulação para controlar a massa de migrantes que se espalha pelo mundo e especificamente pelos países desenvolvidos.

Na visão crítica radical de Kurz (2005), sobre a situação contemporânea da sociedade mundial, que passa pelos movimentos migratórios sociais modernos e pelas guerras de ordenamento e ações policiais globais do Ocidente, orientados pelos Estados Unidos, a migração é vista enquanto processo universal e global que se realiza em todos os lugares simultaneamente, sob novas dimensões, que não seriam mais uma “mobilização de força de trabalho” para o capitalismo, mas a “desmobilização mundial da força de trabalho na terceira revolução industrial” (*op. Cit.* p. 29).

Para Kurz, esses movimentos são levados pela lógica do capital que subordina a força de trabalho humana à produção de “riqueza abstrata”, como analisava Marx, onde milhões de pessoas e famílias da periferia capitalista, de parte ou regiões de países, são levadas a buscar inserção nessa lógica pela mobilização massiva, por conta própria.

O processo de migração em âmbito global, de acordo com o autor, está relacionado conseqüentemente, com uma “desmobilização global de força de trabalho” e para reverter

⁸ De acordo com Castles e Miller (1998) este status especial pode conferir aos migrantes direitos como um status residencial seguro, direitos ao trabalho, a procura por emprego e a estabelecer negócios, possibilidades de acesso aos benefícios de seguro social, serviços de saúde, educação e capacitação, direitos políticos limitados, como associação e assembleia.

esse quadro, somente articulando um movimento “amplo e transnacional” disposto a eliminar o sistema produtor de mercadorias do capitalismo moderno.

Ainda nessa linha de pensamento teórico e crítico da concepção e representação da migração no social, José de Souza Martins (*apud* ZAMBERLAM, 2004, p. 15) afirma que o ato de migrar, gerado pela desigualdade e pela perda de qualidade de vida, exclui o sujeito de seu habitat e o distancia da reinserção social,

(...) submetendo os migrantes, desde o início, à formas conflitivas e antagônicas de integração na sociedade de adoção. (...) retira a possibilidade de a pessoa ter qualidade de vida, exercer a sua consciência crítica, manter a identidade política em que ela é o sujeito da construção de sua história e, com isso, perder sua identidade de poder reivindicar os direitos básicos de cidadão.

Já na visão de Martine (2005), a migração internacional, no contexto da globalização, não somente é inevitável como também potencialmente positiva. Esse deslocamento espacial massivo, segundo o autor, deverá ser entendido como parte das estratégias de sobrevivência, de impulso para alcançar novos horizontes e a globalização, que neste contexto, age como “fator de estímulo ao aumentar o fluxo de informações a respeito dos padrões de vida e das oportunidades existentes ou imaginadas, nos países industrializados”. (*op. Cit.* p.47).

De acordo com o autor, mesmo havendo o estímulo à migração internacional esse, não é acompanhado por um aumento na mesma medida de oportunidades para esses migrantes, nesse sentido ressalta que:

As fronteiras se abrem para o fluxo de capitais e mercadorias, mas estão cada vez mais fechados aos migrantes. Essa é a grande inconsistência que define o atual momento histórico no que se refere às migrações internacionais. (...). Essa inconsistência é, em grande parte responsável pelo aumento de indocumentados e do tráfico de pessoas pelas fronteiras. (*op. Cit.* p. 48)

A proposta de análise da migração internacional como vantajosa trazida por Martine e inversamente contrária a visão de Kurz e José de Souza Martins, de certa forma minimiza o caráter de enfrentamento e ausência de direitos sociais pelo qual passam os migrantes nos países receptores. Para Martine (2005), essas sociedades ao entenderem as “enormes vantagens” e ao se “despirem de formas veladas de preconceitos e racismo”, começarão a apreciar os benefícios que aportam as migrações.

Ainda no âmbito de análise da migração como “vantajosas” está a questão dos países de emigração onde o registro positivo é visto também pelos largos montantes das remessas para os países de origem. Um efeito que também torna dependentes dessas inversões pessoas e famílias inteiras, além de gerar uma demanda de especulação nos lugares que recebem as remessas, de natureza privada, como o caso do setor imobiliário,

ou ainda de natureza pública pela interferência dos estados na aplicação do patrimônio em políticas sociais.

A migração internacional no processo de globalização e, sobretudo em um contexto de “alerta vermelho” no pós-atentado de 11 de setembro, é analisada por Castro (2004), a partir do enfoque nas representações sobre o migrante, apresenta uma análise direcionada no sujeito migrante, nos direitos humanos e na cidadania destes, por combinações de reflexões e pesquisas em textos nos períodos recentes de 1995 a 1997 e de 2003 a 2004.

Migração e mídia, de acordo com Castro, são temas articulados pelo aspecto do simbólico, do exotismo, de estereótipos, onde os sujeitos são destacados como “diferente”, com predisposição “genética para delinquência” ou visto como um “outro” nos meios de comunicação.

Nesse contexto, analisa que a representação do estrangeiro e do migrante nos textos fazem referência como o migrante é marcado pelo estranhamento, por impressões e significados negativos e por vezes, vítimas de ordenação macro econômica e de conjunturas políticas. Por outro lado, há a visão do infrator das leis de entrada e permanência de um estado, ou ainda usurpador de direitos de cidadãos e cidadãs naturais, com os direitos sociais tais como a previdência social, assistência médica e educacional.

Desse modo, critica Castro, que são recorrentes as informações estatísticas sensacionalistas e que apresentam altos índices negativos nos registros dos fluxos, quando anunciados na mídia, além das notícias que associam a imagem do migrante ao aumento da criminalidade, ao tráfico e da marginalidade pelas “sombrias condições de vida”, ou ainda, denunciam a exploração da força de trabalho imigrante, enfatizando problemas e mal-estares gerados pelos próprios migrantes.

No contexto atual da globalização, pensar a migração internacional é também articular esse processo ao aspecto relevante da conformação de novos modelos migratórios que incluem a dimensão das *comunidades transnacionais* e suas novas configurações, segundo alguns estudiosos do tema (CASTLES e MILLER, 2004; PORTES, 2005; PRIES, 2002)

Nessa perspectiva, as comunidades transnacionais se distinguem das duas grandes categorias ou tipologias de migração permanente ou definitiva e de migração temporal ou circular. De acordo com Canales e Zlolniski (2000, p. 2) “através da migração, se ativaram diversos fatores e processos de articulação no âmbito cultural, social e econômico, entre comunidades e instituições sociais distintas e separadas geograficamente”.

Sem dúvida, os processos migratórios têm suas distinções em determinados locais e singularidades que vinculam seus destinos a sua origem e a esse aspecto, na análise dos autores, conformam o processo migratório internacional de alguns países, como no caso México-Estados Unidos. Desse modo, segue um formato que não estaria necessariamente vinculado aos padrões migratórios analisados pelos modelos de caráter permanente ou temporal.

O modelo de uma *comunidad transnacional* amplia sua conformação para além dos aspectos relevantes e formas de vida. De acordo com Pries (*apud* CANALES e ZLOLNSKI, 2000, p.4), o modelo de comunidade nacional partiria “de um meio de mudança de lugar de residência que se transforma em conteúdo de uma nova existência e reprodução sociais”. Portanto, ressalta Canales e Zlolnski que, analisar a migração contemporânea somente enquanto forma de vida e existência reduziria a um modelo de mero fluxo de pessoas e trabalhadores, já não daria conta para entender o que gera no espaço de origem e destino,

(...) debe también referirse e integrar, un no menos importante flujo e intercambio de bienes materiales y simbólicos, esto es, de recursos económicos, culturales, sociales y políticos. Asimismo, la migración no implica sólo un flujo en un único sentido, sino un desplazamiento recurrente y circular, un continuo intercambio de personas, bienes, símbolos e información. (*op. Cit.* 2000, p. 4)

Como a migração contemporânea na era da globalização também assume, nesse sentido, novas modalidades e formas a nível mundial, o conceito de *transmigração* e de seus atores os *transmigrantes* também apresentam caráter com distintos fatores.

Nesse contexto, a transmigração se refere a expansão do espaços e ao mesmo tempo geram comunidades transnacionais. Estas comunidades reforçam e mantém laços entre os locais de origem e de destino, práticas sociais, artefatos e sistemas de símbolos transnacionais (CANALES e ZLOLNSKI, 2000).

Portanto, os efeitos da globalização nas migrações internacionais, analisados pelos autores, tais como a inserção seletiva, o aumento da exclusão, a desterritorialidade e a desmobilização, dispersando movimentos sociais ou gerando comunidades transnacionais, refletem efetivamente nas sociedades receptoras e de origem, nas agendas políticas e nas relações entre diferentes países.

Depreende-se desse resumo à importância da migração enquanto fenômeno que se amplia e se diversifica nos lugares, gerando uma dinâmica intensa, como visto pelas análises, que não somente aqueles que compõem a população em movimento vivem as consequências dessa mobilidade espacial, bem como as famílias dos migrantes, os locais de origem impulsores e as sociedades receptoras, participam efetiva e conjuntamente

desse cenário que compõe essa realidade social, que se modifica como resultado desses movimentos a nível global.

1.2 Migração Qualificada: Pressupostos na Formação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (RHCT)

A mobilidade espacial deve ser entendida primeiramente, como um movimento temporal onde os agentes se deslocam geograficamente, configurando um processo social de uma origem a um (ou mais de um) determinado destino. Nesse sentido, estes deslocamentos são considerados movimentos de circulação ou mobilidade espacial de uma determinada população, que se dão durante certos períodos de tempo e em determinados setores da sociedade (SEDEÑO⁹, 2005).

Composto por atores sociais que se incorporam em um universo amplo de determinantes estruturais ou conjunturais, os movimentos migratórios põem em circulação recursos humanos para qualificação ou para alta qualificação que vem, segundo Pellegrino (2005), desde a capacitação técnica até as especializações mais sofisticadas, no caso da mobilidade para trabalho em áreas de Ciência e Tecnologia.

Para essa modalidade a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em conjunto com o organismo de Estatísticas das Comunidades Européias (EUROSTAT) elaboraram um documento denominado *Manual de Canberra*¹⁰ (1995), com o intuito de unificar critérios para definir o que vem a ser a mobilidade de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (RHCT).

Nessa perspectiva, são entendidos como migrantes “altamente qualificados” aqueles que apresentam requisitos prioritários tais como:

- Ter terminado com êxito seus estudos no nível superior, ou seja, que possuam como mínimo um título de graduação que implica uma escolaridade equivalente ou maior que 13 anos de estudos (CARRINGTON Y

⁹ Cf. Los Programas de Formación y Movilidad del Personal Investigador de Flujo Directo e Inverso: Problemas, Retos y Soluciones. Depto. De Ciéncia, Tecnología y Sociedad, IF-CSIC. Madrid, 2005. Documento disponível em <<http://www.Mec.es/univ/jsp/plantilla.jsp?id=2160>>. Acesso em: Janeiro de 2006.

¹⁰ Define um marco teórico e serve de guia prática para recopilar dados estatísticos comparáveis internacionalmente com relação a existência e a demanda de pessoal dedicado a C & T (RHCT). Documento disponível em <<http://www.oecd.org/dataoecd/34/0/2096025.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2006.

DETTRAGIACHE *apud* GUERRERO, 2005) em alguma área de Ciência (conhecimento) e Tecnologia (aplicação do conhecimento);

- Também os que não necessariamente têm essa qualificação, como exposto no parágrafo anterior, mas que estejam empregados em uma área de C&T, em algum posto em que normalmente estudos superiores são requeridos.

No Manual de Canberra, de acordo com Pellegrino (2002), são utilizados critérios de qualificação e de ocupação para definir este tipo de migração; nesse sentido, é importante observar, que a inserção destes migrantes se faz por via institucional já que podem trabalhar em companhias multinacionais, em empresas nacionais do país receptor, em organismos internacionais, como profissionais independentes, em instituições acadêmicas de ensino e de pesquisa ou podem também ser estudantes.

Nesse sentido, chama a atenção Khadria (*apud* GUERRERO, 2005) que, paralelamente às migrações de RHCT, deve-se considerar como importante igualmente o movimento de estudantes em processo de qualificação, “por ser capital humano calificado semiterminado con un gran valor que no deben dejarse pasar desapercibidos” [grifo meu]. (*op. Cit.* p. 4).

Nessa mobilidade internacional com fins de estudo - e por esse tipo específico de atividade - não circulam somente pessoas, circulam sobretudo idéias que favorecem o intercâmbio de expressões, saberes e signos de regiões e culturas, enquanto mecanismo importante à manutenção de vínculos transnacionais.

De acordo com Pellegrino (2002) a mobilidade de pessoas qualificadas permite manter maiores níveis de relacionamentos com os países de origem e como consequência, gera também maior número de retornos, contudo, do ponto de vista de ser esta migração um *brain exchange ou brain gain*, e se há efetivamente uma rede estruturada para a reintegração do migrante em sua origem, certamente permitiria maiores níveis de retorno.

Domenach e Picouet (1996), analisam que a mobilidade é determinada por necessidades próprias dos indivíduos e que, inerente ao processo migratório encontram-se aspectos relacionados com os estilos de vida e modelos culturais. Nesse sentido, os autores agregam à análise conceitual da mobilidade a dimensão de “espaço de vida” levando-se em consideração todas as conexões do indivíduo, as diferentes formas e alternativas onde realizam as atividades.

A circulação ou mobilidade de pessoas qualificadas ou semiqualificadas em processo de qualificação, ainda que se apresente como tendência da migração internacional contemporânea, tem raízes na antiguidade, segundo Dedijer e Gaillard (*apud*

SEDEÑO, 2005) e as razões e motivações desde então, correspondem a fatores estruturais, conjunturais e mesmo individuais.

No caso da migração qualificada com fins de trabalho científico, ressalta Sedeño que esta possui características próprias que fomentam e facilitam a mobilidade e, nesse sentido não deveríamos somente considerar um determinado fator e sim um conjunto de fatores que envolvem a ação e a decisão de se deslocar, circular ou mesmo retornar.

Para os fluxos de estrangeiros que desejam realizar estudos em outros países e que também a eles são concedidas autorizações temporárias, alguns estudiosos do tema como Castles e Miller (2004), observam que a mobilidade de estudantes com freqüência é um precursor da migração qualificada. Nesse contexto, sobre as correntes migratórias com propósito de estudo, Skeldon (*apud* CASTLES e MILLER, 2004) analisa que em fins dos anos 80 havia 366.000 estudantes estrangeiros nos Estados Unidos, dos quais quase metade era proveniente da Ásia.

Findlay (2001) que analisa a migração qualificada e as implicações da fuga de cérebros para o Reino Unido, do ponto de vista da procedência como *brain exchange* para *brain gain*, chama a atenção na discussão sobre migração de estudantes onde há um desequilíbrio entre chegadas e partidas desse fluxo migratório, ressaltando o fato de que foi uma população que teve seu volume triplicado desde os anos de 1980, naquele Estado.

De acordo com essa análise, fatores como mudanças recentes na legislação que incrementam a quota de entradas, a limitação e seletividade tanto pessoais quanto pela procedência, com entrada limitada ou negada para alguns países, além da provável permanecia no país depois de completarem seus estudos, são implicações presentes desse tipo de migração, no caso britânico.

A noção de *brain drain* abordado pela migração de recursos humanos qualificados e o efetivo exercício da profissão em locais fora de seu país põe em evidência os aspectos negativos dessa migração, por se tratar de uma evasão de profissionais qualificados necessários aos interesses de desenvolvimento social do país.

Nesse sentido, em oposição à visão tradicional de *brain drain*, uma nova perspectiva abordada como *brain gain*¹¹ é analisada por Guerrero (2005), reforçando a idéia de que há uma outra maneira de perceber o fenômeno, enfatizando que poderia haver nessa reversão, impactos positivos que as migrações de RHCT geram como inversões (remessas), criação de redes que promovem intercâmbio e Cooperação, circulação do conhecimento e impulsionam a formação de capital humano nos países de origem.

¹¹ Ganho de cérebro: Imigração de indivíduos treinados e talentosos de um terceiro país no país de recepção. Também chamado de reversão de *brain drain*. (Glossary on Migration, 2004, p.10)

Outra observação articulada pela autora está o *brain circulation* que se refere ao ciclo que começa quando um migrante qualificado como RHCT se transfere de um país estrangeiro, principalmente para estudar, começa a trabalhar nesse país onde desenvolveu o estudo e finalmente regressa a seu país de origem com as experiências e os conhecimentos adquiridos fora e ocasionalmente com seus próprios recursos (LÓPEZ VEGA *apud* GUERRERO, 2005).

Portanto, se considerarmos por um lado às condições efetivas de investimento em capital humano com a formação e por outro, a falta de oportunidade no país de procedência dos recém qualificados, poderíamos deduzir que haveria maior possibilidade de não-retorno que retorno imediato desta população, sobretudo se a duração do curso desencadeou interesses profissionais através ou algum engajamento no mercado de trabalho do país anfitrião.

Nesse sentido, deve-se considerar também que a circulação de cérebros enquanto migração transnacional que compreende um período de estudos, seguidos de experiência profissional, parece ser a “tendência” desse tipo de migração com fins de estudos, que, dentre as especificidades desta modalidade, também apresenta diversificação e peculiaridade nas escolhidos pelos espaços que darão continuidade à formação.

Contudo há que se considerar que essa continuidade dependerá de fato de determinantes de atração ou reintegração característicos dos países de procedência, e nesse sentido, mais especificamente de políticas que ponham em prática, ações que assegurem condições reais a esses indivíduos qualificados retornarem a suas pátrias e serem aproveitados em todo seu potencial de acúmulo de conhecimento; caso contrário, continuarem circulando por outros países ou continentes, que lhes dêem melhores oportunidades.

1.3 Tendências nos Movimentos Migratórios do Continente Africano

O fenômeno da migração no contexto de África remete historicamente a processos antigos e complexos que envolvem uma série de conflitos étnicos primordialmente. A África é um continente onde se dá a maior mobilidade populacional e é também um continente onde existe a maior proporção de estados pobres do mundo. (CURTIN *apud* CASTLES e MILLER, 2004)

Verifica-se neste processo histórico, movimentos migratórios vinculados a conflitos pelo colonialismo e assentamentos que conduziram ao estabelecimento de sistemas de mão-de-obra migrante para as plantações e as minas. Nesse contexto, ao entrar no processo de descolonização, desde os anos 50, essa sociedade apresenta padrões migratórios antigos ainda que se tenha começado novas formas e grandes fluxos de refugiados e pessoas internamente dispersadas pelos territórios africanos.

A migração, de acordo com Castles e Miller representa com freqüência, uma maneira de escapar da pobreza e inclusive da morte por desnutrição. “Há ainda a agravante da escassez de informações sobre a população e estes são fatores que tornam difícil à análise da migração internacional na África e, sobretudo, ao sul do Saara”.(op. Cit. p. 172)

Para estes autores, os movimentos migratórios no continente africano, apesar da diversidade, apresentam tendências globais com especificidades de fluxos migratórios africanos, motivados por conflitos étnicos e, sobretudo políticos. Nesse contexto, analisam que também houve crescimento tanto no volume da migração recente como nas dificuldades de gestão nas políticas governamentais, como no caso dos refugiados e das possibilidades de repatriação.

Outra tendência que se apresenta nas dimensões globais da migração internacional e que também estão presentes nos processos migratórios locais no continente africano é a diferenciação nas classes de migração. Nesse sentido, o que se observa nos países africanos é que houve o movimento migratório para trabalhos internos (nos setores agrícolas, de minas e petróleo) e mais recentes há novas classes que fazem parte dos fluxos de emigração e imigração nesses países já que há uma necessidade dos indivíduos deslocarem-se como trabalhadores, tanto para os países próximos, quanto para países mais distantes ou até para outros continentes, que oferecem melhores oportunidades.

Han Entzinger (2000)¹² observa que além dos países como Costa do Marfim e África do Sul que são pólos de atração destacados para trabalhadores migrantes, há também importantes movimentações de refugiados por todo este continente, sobretudo entre países vizinhos. Além dessas tendências, o aumento da migração feminina também está presente na migração nos países africanos, como também as políticas de cooperação, de relações políticas bilaterais ou regionais que estão crescendo como forte tendência na migração em África.

Como tendências da migração na *Era da Informação*, Manuel Castells (2002), analisa que nas sociedades africanas os processos de conflitos internos foram responsáveis pelos deslocamentos, nos primeiros momentos de guerra formando uma “corrente migratória interna” que passaram a estabelecer fluxos migratórios externos, com destinos diversos.

Essa população, ao mesmo tempo em que passou por um processo de redefinição de identidade étnica com sentido nacionalista (pontuado em uma política estatal, fragmentada e definida por etnias) esteve imersa em uma marginalização e exclusão social e econômica que afetaram, sobretudo a população jovem em busca de melhores oportunidades que viam como alternativa de sobrevivência a migração, como salienta o autor que:

A desintegração institucional, violência generalizada e guerra civil contribuíram para desorganizar ainda mais a economia, desencadeando processos migratórios em massa de populações que tentavam escapar em direção a uma segurança inserta. (*op. Cit.* p. 140)

Nesse contexto, dentre as motivações que levam os jovens em sua maioria, a se insiram nestes novos padrões migratórios, estaria a falta de perspectivas social e econômica existente dentro do próprio país – como já revelou o relatório do Documento Cairo +10 sobre esta situação, indicando que, na ausência de inserção no mercado de trabalho em seu país de origem, os jovens buscam em outros espaços, condições de subsistência para si e/ou para seus familiares.

Sobre a dinâmica da sociedade em rede, a desigualdade e a exclusão, Castells (2002) analisa o processo de exclusão social de praticamente todo o continente africano na *Era da Informação* onde ressalta que a África está excluída da revolução tecnológica da informação e, que há uma dependência e subdesenvolvimento na sociedade da informação.

De acordo com Castells (2002, p. 117-118), “em 1995, metade dos países africanos não tinham acesso à internet e, de modo geral, a África ainda ostenta o título de região

¹² O professor discute as “novas tendências migratórias à escala mundial” e aborda a questão dos fluxos migratórios africanos. 2000. Disponível em <<http://www.casadobrasildelisboa.rcts.pt/arq-artigos/novas-tendencias-mundial.doc>>. Acesso em: Dezembro de 2005.

desligada do mundo". Nesse sentido existe uma deficiência de infra-estrutura física, de precariedade de recursos humanos para operar a tecnologia da informação no continente africano. O autor citando Mayuri Odedra faz uma reflexão sobre a incapacidade dos países africanos de se inserirem na era da informação que, para Odedra :

A África subsaariana apresenta deficiências em termos de conhecimentos de informática em todas as áreas (...). A maioria dos países do continente carece de recursos educacionais e de treinamento para ajudar as pessoas a adquirir os conhecimentos necessários. (...). Somente alguns países como Nigéria, Malawi e Zimbábue, contam com universidades que oferecem cursos de graduação em ciências da computação. Os cursos de informática nos demais países são apenas de nível médio. Por terem profissionais não-qualificados e sem treinamento, as organizações usuárias são forçadas a contratar profissionais do exterior, que, por sua vez, desconhecem a dinâmica das organizações locais e por isso desenvolvem sistemas deficientes. (*apud* CASTELLS, 2002, p. 118)

Nesse aspecto, os países africanos para saírem da dependência e subdesenvolvimento tecnológicos em um "período de transformação tecnológica acelerada", de acordo com a abordagem de Castells, terão que investir amplamente na formação de competências, na formando recursos humanos, qualificando seus jovens para que sejam especialistas e produtores de *know-how*.

Essas estratégias, que incluem políticas de cooperação, chama a atenção o autor, teriam como objetivo promover novas tendências de mobilidade, conformada por jovens que migram com finalidade de formação e especialização fora de seus países, dentro ou fora do continente. Por esta perspectiva, haveria a possibilidade de não somente estar estabelecendo políticas sociais com objetivos programáticos de ajudar no desenvolvimento dos países africanos a ascenderem, em termos de competitividade, bem como, formar capital humano que atuem no sentido desta sociedade sair da marginalização e se inclua na economia informacional e global.

1.4 Considerações Sobre o Capítulo

O “estado da arte” aqui apresentado pelas discussões e articulações de estudiosos do tema pontuaram algumas questões singulares ao fenômeno migratório. Os enfoques mostraram, de forma breve e sucinta, a dinâmica atual da migração internacional, trazido pelas discussões e análises contextuais, conjunturais, críticas e pragmáticas dos diversos autores que pensam o fenômeno da migração internacional enquanto aspecto inerente à sociedade e ao sistema global.

Nesse sentido e para os interesses desta revisão bibliográfica, os aspectos relevantes foram enfocados e ressaltados no âmbito da “forma e conteúdo” das migrações internacionais nos espaços global e local, articulados nas dimensões econômicos, social, política e cultural, nos diversos tempos e espaços, frente às novas tendências e desafios.

Os múltiplos e variados aspectos relativos aos padrões, modelos e caracterizações das migrações internacionais nos diferentes momentos, levam a entender que se trata de um fenômeno complexo e multiforme e, para entender o emaranhado de redes e conexões que compõem o fenômeno, deve-se levar em consideração, além dos nexos de origem e destino, a ligação que se estabelece entre o contexto estrutural e o conjuntural do processo.

A migração internacional enquanto fenômeno social sugere novas vias e novos conteúdos e formas de agir e, nesse sentido, aspectos como o crescimento da sociedade transnacional também pela agregação de população migrante e os vínculos entre os espaços de origem e destino pela diversidade dos fluxos migratórios, são aspectos importantes para a gestão de políticas migratórias.

 **CAPÍTULO 2**

O Brasil no Contexto das Migrações Internacionais Contemporâneas

As perspectivas apontadas pela literatura sobre a migração internacional e globalização, conforme análise do contexto foram pontuadas por significativas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, e que se apresenta como tendência mundial.

O Brasil, como partícipe desse processo de reestruturação em âmbito global na condição de país em desenvolvimento, embora tenha passado por um período de movimentos migratórios internos, sempre foi tido no passado como um país de imigração.

Nesse contexto, no pós-64 foi dado um tratamento legal ao imigrante, com a criação do Estatuto do Estrangeiro (1969) que definia a situação jurídica deste no Brasil. Houve nesse período também uma redução no número de entradas no Brasil de estrangeiros, ainda que seu volume mais expressivo fosse predominantemente do continente europeu, como analisa ZAMBERLAM (2004, p. 54-55) considerando a população imigrante no universo do total de brasileira, “após a Segunda Guerra até 1970 percebe-se um declínio. (...) nos últimos censos do século XX, a presença percentual de imigrantes caiu significativamente”.

2.1 Processos Migratórios nos Fluxos *de e para* o Brasil

As migrações da América Latina e Caribe, no contexto de mudanças e tendências nos países da região, apresentam três padrões históricos no último quarto de século, analisados por especialistas do tema (VILLA e MARTINEZ *apud* BENINGER, 2001; PATARRA & BENINGER, 2004) tais padrões seriam: (i) imigração de ultramar, principalmente vindas da Europa [Séc. XIX e início do Séc. XX]; (ii) migração intra-regional ou deslocamentos populacionais entre países da América Latina e, (iii) emigrações para a América do Norte, sobretudo para os Estados Unidos, cujo maior impulso foi a partir dos anos 80.

Considerando as especificidades e caracterização de cada padrão migratório, para o caso brasileiro deve-se adicionar ao cenário dos movimentos internacionais a emigração para o Japão, iniciada na década de 80 pelos *dekasseguis*, que, de acordo com Kawamura (*apud* CASTRO, 2001) “ao lado de descendentes de japoneses radicados no Peru e Bolívia, passam a compartilhar, privilegiadamente, do mercado de trabalho” (*op. Cit.* p. 396).

Ainda nessa perspectiva de processos migratórios recentes, está a emigração de brasileiros para a Europa e, mais especificamente para a Itália, conforme aborda Bóguis e Bassanezi (*apud* CASTRO, 2001) o tema destes imigrantes que representam uma comunidade pequena com relação ao total de brasileiros que vivem no exterior. De acordo com as autoras, “além de semelhanças, apresentam algumas especificidades que diferenciam dos *dekasseguis*, brasiguaios e dos brasileiros que se dirigem aos Estados Unidos, ao Canadá ou a Portugal” (*op. Cit.* p. 413-414)

Na perspectiva da migração internacional no contexto dos blocos de integração econômica, como no caso do Cone Sul, a migração é analisada por dois padrões característicos, um que trata da migração para países industrializados (predominantemente para os Estados Unidos), e outro que diz respeito à migração intra-regional, esse último, enquanto uma mobilidade populacional de fronteira realizada entre regiões e que apresenta aspectos vinculados a raízes históricas e culturais comuns.

Nos movimentos populacionais entre os países do Mercosul, dos que imigram para o Brasil, notadamente é crescente o volume, a diversidade e as implicações dos movimentos intra-bloco (PATARRA e BAENINGER, 2004). Nesse processo migratório de novas modalidades, surgem implicações no que se refere a regular à circulação de pessoas e mercadorias e que, geralmente incidem em políticas locais, binacionais, regionais ou de segurança, segundo recomendação internacional.

É importante ressaltar também nas novas tendências presente na emigração brasileira a questão específica das remessas de numerários, que, a despeito das restrições sofridas pelos emigrantes pela mais absoluta ausência de direitos sociais, políticos e de cidadania (SPRANDEL *apud* CASTRO, 2001), esta renda representaria um fator importante para o desenvolvimento de seus locais de origem.

No que se refere a imigrantes qualificados no Brasil Baeninger (*apud* CASTRO, 2001) faz importantes observações quanto às autorizações de entradas, tipos de concessões e circulação de estrangeiros no país¹³. Quanto à circulação destes estrangeiros no país, a autora ressalta que “é possível identificar distintos graus de circulação de acordo com o país de origem” e, nessa perspectiva aponta para os índices de circulação ou Índice de Eficácia Migratória (IEM)¹⁴ que caracteriza a circulação como Alta, Média ou Baixa, segundo os quais “despontam como países de baixa circulação os

¹³ Baeninger utiliza fonte do Ministério do Trabalho/Secretaria de Relações do Trabalho/Coordenação-Geral de Migração.

¹⁴ Este Índice de Eficácia Migratória é calculado da seguinte maneira: (Imigração-Emigração)/(Imigração+Emigração) e mede a capacidade de absorção migratória de determinada área. Se próximo de 1 (um) indica que é uma área de atração e se próximo de 0 (zero) é uma área de circulação e, se menor que 1 (um), é área de expulsão.

da América do Sul (IEM de 0,30), América Central (0,27) e Ásia (0,26), indicando maior volume de entradas do que de saídas de estrangeiros". (*op. Cit.* p. 208).

Ademais no que se refere aos países com Baixa Circulação, como no caso dos procedentes do continente americano, onde os sul-americanos se destacam em contraposição aos norte-americanos, Baeninger (*apud* CASTRO, 2001) ressalta também que,

É possível identificar fluxos internacionais que começam a ganhar expressão no Brasil em anos recentes como os estrangeiros vindos da Bolívia; aqueles com origem na África – República da África do Sul, Angola, Marrocos, Nigéria, bem como os asiáticos vindos da China Continental, Coréia do Sul, Filipinas e Japão. (*Op. Cit.* p. 209)

Portanto, no histórico de movimento migratório recente *de e para* o Brasil, algumas leituras foram destacadas nessa revisão, informando que, desde os anos de 1980, houve um aumento significativo no volume de emigração, conforme abordam alguns estudos sobre: os *Dekasseguis* (BELTRÃO e PINHEIRO, 2005), os *Brasiguaius* (PALAU, *apud* CASTRO, 2001), a *emigração de Valadares* (FUSCO *apud* CASTRO, 2001), a emigração de *Goiás para Califórnia* (RIBEIRO, 1998), os *brasileiros em Massachusetts* (MARTES, 1999), a *emigração para a Europa Ocidental* (BÓGUS *apud* PATARRA, 1995) ou ainda os *migrantes latino-americanos que se destinam aos Estados Unidos pela fronteira mexicana* (MARRONI, 2005).

Haveria de se destacar tantas outras produções sobre o tema, dada a relevância dos fluxos que se formam e se conformam pela própria dinâmica da necessidade de mão-de-obra latina para atender a demanda gerada pela economia global, geralmente superexplorada pela própria vulnerabilidade e condição irregular ou sem documentação legal para permanecerem nos países desenvolvidos.

2.2 A Entrada de Africanos no Brasil: Movimentos e Significados.

Do ponto de vista histórico, na formação social, econômica, política e, sobretudo cultural, do Brasil, o fenômeno da imigração, sempre esteve presente desde as imigrações “forçadas” dos africanos, às migrações continentais “estimuladas” onde os europeus constituíram o terceiro grande continente de migrantes que marcaram nossa história¹⁵.

¹⁵ ZAMBERLAM (2004, p. 37-49) faz uma análise histórica sobre os fluxos migratórios para América Latina e a evolução das migrações no Brasil.

A migração africana ou a “presença negra” com seus conflitos e diversidades ainda é um tema pouco explorado na literatura sobre migração brasileira, bem como nos estudos que exploram as dimensões populacionais de um movimento migratório intenso, de tráfico transatlântico, entre os Séculos XVI e meado do Século XIX¹⁶.

Nesse sentido, esse movimento transatlântico, ainda que forçado, promoveu o povoamento do Brasil por uma população oriunda de diversas regiões do continente africano. A conjuntura histórica brasileira de escravidão, segundo Reis (2000), fez com que se “mascarassem” a relevância quantitativa dessa população de forma a parecer que os escravos nascidos no Brasil, eram minoria. Porém, de acordo com o autor;

Esta situação seria revertida somente depois de 1850, quando se intensificou o processo de ‘nacionalização’ da população escrava e os crioulos e em uma escala menor os mestiços, pouco a pouco passaram a ser maioria relativamente aos africanos. A população livre “de cor” chegou a constituir, sobretudo, os afro-mestiços, parcelas substantivas das camadas urbanas. Nas cidades ocupavam vários importantes setores da estrutura de trabalho, era a mão-de-obra qualificada – os chamados “oficiais mecânicos” – e aos poucos forçou sua entrada em ambientes que constituíam espaços exclusivamente brancos, como eram os profissionais liberais. (*op. Cit.* p. 87-88)

É importante observar, entretanto, que os estudos sobre o africano no Brasil, foram durante anos, pontuadas pela presença negra na sociedade brasileira, em parte para defender a tese de uma democracia racial no país. Nos anos 50-60 e até mais recentemente, muitos trabalhos foram desenvolvidos sobre o tema do negro, voltados freqüentemente para a questão da integração ou da desigualdade com enfoque nas relações raciais, na etnicidade, na classe, na subcidadania, na segregação espacial, na representação cultural, na religiosidade, etc. A imigração negra foi assimilada, aculturou-se, tornando impossível percebê-la unicamente como fluxo de africanos, o que dificultou o desenvolvimento de alguns estudos sobre movimentos mais recentes e representativos desta população no Brasil.

Em uma outra dimensão de migração africana recente para o Brasil, alguns estudos sobre fluxos e grupos de africanos no Rio de Janeiro (RIBEIRO, 1995; TANNURI, 2001; POOL, 2001; KALY, 2001; SUBUHAMA, 2005), diferentemente do movimento migratório forçado de africanos para o Brasil, apresentam informações importantes sobre as tendências e desafios. Estes trabalhos são, porém muito específicos e pontuam determinados fluxos, em sua maioria, de angolanos.

¹⁶ De acordo com Reis (2000. p. 81) “foram, segundo estimativas mais recentes, em torno de quatro milhões de homens, mulheres e crianças, equivalente a mais de um terço de todo aquele comércio”

Nessa perspectiva de análise destes autores, observa-se que se tratam de investigações relevantes, que contribuem imensamente para ampliar as informações sobre esta migração e estimular outros estudos sobre o tema.

Ribeiro (1995) faz um estudo com enfoque demográfico da *migração internacional Brasil-África*, particularmente a migração originária dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com destaque para Angola, por ser o que apresenta fluxos mais intensos.

O autor classifica essa migração em três momentos distintos conforme: o estímulo e tomada de decisão de migrar; as classes e grupos étnicos aos quais os imigrantes pertencem; o *status* legal de permanência no Brasil e o apoio governamental; a estrutura etária e o estado civil, e ainda a sua inscrição na vida sócio-econômica no país de origem.

A caracterização do primeiro momento toma como base o estudo de Klein (1987) que faz referência ao impacto do tráfico de escravos africanos no processo evolutivo da população brasileira e sua contribuição pouco considerada em termos do potencial reprodutor da população negra africana radicada no Brasil.

No segundo momento parte da análise dos tipos de motivação econômica e política do país de origem e a como se caracterizam, a partir de padrões, os imigrantes da década de 70 que está associado aos aspectos da estrutura social prevalecente em Angola. Estes padrões estariam relacionados com o processo de independência de Angola e a saída de quadros qualificados (técnicos médios e superiores, operários especializados, etc.) observado como um momento do “êxodo” de cérebros.

O terceiro momento, de acordo com Ribeiro (1995) é caracterizado pelo caso dos angolanos refugiados que buscavam ajuda humanitária no Brasil. Nesse momento também o autor discute a questão do asilo político, reflexo da ação humanitária no sentido de proporcionar proteção à pessoa vulnerável, em situação grave e com necessidade urgente de segurança, embora poucos foram os angolanos que conseguiram este tipo de visto no Brasil.

Para o autor, a quantificação é um fator extremamente complicado, dentre outros motivos, também pela inexistência de qualquer agência ou programa governamental destinado ao cuidado de refugiados no Brasil, havendo somente outros organismos internacionais ou filantrópicos para atenderem a essa população.

O fluxo de turistas provenientes de Angola desde 1984, de acordo com Ribeiro, cresceu mais no Brasil do que em qualquer outro país africano, bem como o número de entradas de estudante cujo aumento também foi significativo no mesmo período.

O autor chama a atenção para as situações em que os angolanos chegam no Brasil como turistas, permanecem em situação irregular, principalmente no Rio de Janeiro e São

Paulo com intuito de manterem negócios, enviando pequenas quantidades de bens (principalmente os de primeira necessidade) para Angola.

O estudo de Tannuri (2001) traz uma contribuição importante no sentido de focalizar especificamente a *migração de jovens angolanos para o Rio de Janeiro* no contexto das migrações forçadas. Segundo a autora, a construção de trajetórias e as dimensões entre coletivo e individual, entre a coerção e a liberdade, são aspectos e questões relevantes para entender essas novas tendências e os desafios dessa migração. Aborda fatores sociais que envolvem o processo que os obrigam a abandonar o seu país no contexto de conflitos de guerra no início da década de 90, onde a fuga do recrutamento militar se tornou o principal motivo na decisão de migrar.

Desse modo, apesar desse fluxo migratório não possuir características de tipo familiar, o projeto migratório pode ser articulado como um, tendo em vista que se trata de uma saída, não só para os mais jovens, mas também como uma oportunidade de ter acesso a outras possibilidades de sobrevivência e melhorias nas condições de vida dos membros do grupo familiar mais restrito.

A autora analisa a questão da “mucunza” que é o envio de mercadorias para Luanda e são vendidas de porta em porta ou por encomenda como estratégia de mercado informal de trabalho.

Outras questões analisadas também por Tannuri, referem-se a vulnerabilidade pela qual passam os angolanos até obterem o visto como refugiado no país, bem como sua inserção e pertencimento aos espaços, como no caso dos que vivem na favela, lugar de exclusão onde também são excluídos. Além do aspecto peculiar da língua que os aproximam (o português) e os diferenciam (pelo uso de dialetos entre eles).

Portanto, o trabalho realizado pela autora, mostra que há uma população africana de jovens que buscam inserção em outros espaços distantes de sua origem e passam por adversidades sem, contudo, olhar para a origem como possibilidade de retorno promissor.

Nessa perspectiva etnográfica, o estudo de Pool (2001) faz uma exploração sobre o significado da religião *Kimbanguista no contexto carioca*, onde os fiéis congregam com familiares e amigos da República do Congo. Trata de duas grandes categorias de refugiados angolanos: de um lado os luandeses falantes de português e, do outro, os angolanos nascidos no norte de Angola, falantes de dialetos como kikongo, lingala e um pouco de francês; são seguidores da igreja de Simon Kimbangu, e são caracterizados pelo contraste de identidade.

Trata-se de uma população recente, em que todos chegaram na década de 90 e cuja principal razão de migrarem é dada pela situação de conflitos civis em seu país de origem.

De acordo com a análise de Pool, a principal atividade remunerada que os migrantes desenvolvem é o comércio estabelecido entre Brasil e Angola, especificamente, entre o Rio de Janeiro e a capital angolana, Luanda. Alguns desses migrantes conciliam a atividade comercial com um emprego paralelo (carpinteiro, mecânico, marceneiro, entre outros) no mercado informal ou emprego como segurança de empresas, restaurantes e lojas.

A questão central da pesquisa são as relações que se estabelecem em torno da vida social e religiosa dessa comunidade. A congregação, *locus* de sua investigação, é um ambiente estritamente masculino e as mulheres, em sua maioria, vem ao Brasil acompanhando suas famílias.

Os dois grupos distintos da população angolana (os luandeses e os do norte de Angola) refugiada no Rio de Janeiro não ocupam os mesmos espaços geográficos (bairros), não dividem tarefas ou obrigações, não fazem transações comerciais uns com os outros e não compartilham o mesmo sentimento de nacionalidade.

As relações de poder e de solidariedade também são trazidas como discussão e, desse modo, Pool chama a atenção para a percepção do outro, ainda que esse “outro” seja um compatriota. Nesse sentido, os *kimbanguistas* são acusados pelo outro grupo de ‘desertores’ ou ‘regressados’, por terem abandonado o país. Ou seja, os conflitos apresentados no estudo desse grupo trazem como especificidade relevante à questão da etnicidade e o sentimento gerado pelo nacionalismo ligado à origem.

O estudo desenvolvido por Subuhana (2005) sobre uma população moçambicana, traz informações específicas da imigração temporária de estudantes no Rio de Janeiro. Através de uma pesquisa qualitativa com estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) o autor analisa as experiências, vivências desses estudantes e tem como foco central o projeto de vida que envolve a decisão de migrar.

Apresenta a migração temporária de estudantes moçambicanos na UFRJ e promovida pelo acordo de cooperação educacional, firmado especificamente entre o Brasil e Moçambique e como estudo específico foi limitado espacialmente, contudo sua exploração faz suscitar outras questões distintas das abordadas anteriormente sobre a população africana.

Do ponto de vista das relações nos locais de destino dos migrantes africanos, Santana Vida (2001) aborda a questão da presença de imigrantes africanos no Brasil como uma “ameaça ao paraíso racial” pelo desrespeito, quer seja pelo ideário coletivo, pelas ações discriminatórias, quer seja pela manifestação de rotineira desconfiança que demonstram as autoridades policiais, responsáveis pelo controle da imigração, desde o momento da chegada.

A questão do preconceito que sofrem os africanos nos meios sociais de convívio cotidiano ou nos meios acadêmicos (KALY *apud* CASTRO, 2001; SANTANA VIDA *apud* CASTRO, 2001) se trata de um aspecto presente nas relações sociais desses migrantes, assim como a estigmatização que enfrentam os africanos ao serem chamados, indistintamente e independente de sua origem, de “angolanos” (no Rio de Janeiro) ou “nigerianos” (em São Paulo).

Desse modo, o estigma por ser estrangeiro, assim como questões de etnia, gênero e multiculturalismo são fatores que constam também nos processos dessa migração, seja em nível global ou local. A cor da pele e a identidade, como chama a atenção Kaly (2001, p.477), “estão constituindo cada vez mais um peso no mundo globalizado”.

Assiste-se, portanto, a ampliação e a geração de novas minorias étnicas que se somam ao percentual de uma população também desigual, em busca de inserção nos espaços geográficos e de melhores condições de vida e sobrevivência, como é o caso da grande massa migratória de africanos que circulam pelo mundo da qual faz parte um significativo contingente no Brasil.

2.3 Considerações sobre o Capítulo

Neste capítulo foi apresentada sumariamente a perspectiva da mobilidade da migração internacional, a luz de alguns estudiosos que tratam da temática em questão. É de interesse, ao longo do desenvolvimento do estudo que prossegue, realizar uma análise mais aproximada do que denominamos como mobilidade espacial desta migração semiqualificada, de estudantes estrangeiros que migram com fins de estudo e, nessa perspectiva, indagando sobre os aspectos inerentes a estes atores sociais, seus papéis dentro de uma estrutura social coercitiva e normativa, nas distintas dimensões das sociedades anfitriãs.

O desafio dos capítulos posteriores será o exame de como se configura esse processo migratório com fins de estudo, nos espaços do Rio de Janeiro e pertinente a Cooperação educativa, com destaque para os Estudantes Africanos de Educação Superior no Programa de Convênio celebrado entre o Brasil e países de África.

 **CAPÍTULO 3**

Fundamentos Teóricos e Aspectos Estruturais da Migração Internacional com Fins de Estudo

O estudo dos movimentos migratórios pressupõe a revisão de alguns conceitos, paradigmas e critérios de classificação, assim como de modelos tradicionais de migração temporária, permanente, de trânsito ou ainda modelos recentes que abordam a migração pela teoria transnacional (BASH *et al*; PORTES *apud* CASTLES & MILLER, 2004)

Alguns pressupostos teóricos sobre o fenômeno enfatizaram como se estrutura o processo social da migração internacional e da mobilidade espacial de pessoas que se deslocam para sociedades distintas de suas origens e de sua cultura. De acordo com o Dicionário Demográfico Multilíngüe das Nações Unidas (1969, p.62):

A migração é uma forma de mobilidade geográfica ou mobilidade espacial de um país para outro ou, dentro do mesmo país, de uma região para outra, envolvendo, em geral, a transferência de residência do lugar de origem ou do local de partida, para o lugar de destino ou local de chegada.¹⁷

No estudo da migração internacional aborda-se, entre outros tópicos a forma de mobilidade espacial de estudantes estrangeiros que buscam a qualificação de sua formação em um outro país. Ainda que, na prática seja difícil à caracterização dos migrantes, conforme aborda o mesmo dicionário das Nações Unidas (1969),

(...) procura-se determinar a diferença com base na duração da ausência da residência anterior ou na duração da permanência na nova. Outra alternativa é a distinção feita em base jurídica, decorrente da classificação do indivíduo como residente ou em trânsito, pelas autoridades governamentais. (*op. Cit.* p. 62)

Ao longo dos últimos anos, este tipo de migração tem apresentado forte tendência de crescimento como indicam tanto resultados quantitativos quanto qualitativos dos países emissores e receptores. Esta migração tem se caracterizado, ademais, por uma multiplicidade de formas e conteúdos subjacentes ao fenômeno.

Um dos primeiros desafios para entender a tendência desse fenômeno e a formação de contingente que busca em um outro país a continuidade dos estudos encontra-se na elaboração de uma dimensão conceitual que preencha a falta de uma definição específica desse tipo de migração, já que na literatura especializada os estudos limitam-se a fontes de dados e informações, que em alguns casos são analisados conjuntamente com a migração qualificada.

Castles e Miller (2004) chamam a atenção para o fato de que a mobilidade internacional de estudantes, com freqüência é precursora da migração qualificada.

¹⁷ Grifos do verbete original.

Contudo será tratada aqui especificamente a migração de estudantes estrangeiros de educação superior, nos processos migratórios recentes.

3.1 Marco Teórico do Estudo

Um sistema migratório resulta de intrincados fatores e interações que conduzem o curso das migrações internacionais (CASTLES & MILLER, 2004). Na literatura sobre a migração internacional alguns autores fundamentam as análises dos fenômenos migratórios por determinadas teorias.

Alguns estudiosos analisam tais processos migratórios pela *Teoria Econômica Neoclássica*, outros discutem ainda os movimentos pela teoria da *Aproximação Histórica Estrutural* e mais recentemente nos debates das tendências e desafios implícitos e explícitos na migração internacional, outros autores trabalham com a perspectiva da *Teoria de Sistemas Migratórios* que trata de incluir uma gama de disciplinas a fim de cobrir todas as dimensões da experiência migratória (CASTLES & MILLER, 2004). Esta última será trazida como base teórica para analisarmos o processo migratório dos estudantes estrangeiros, destacando os africanos.

Fazendo uma síntese sobre as duas primeiras teorias, Castles e Miller (2004) argumentam que este modelo de *Teoria Econômica da Migração* enfatiza a decisão individual de migrar e tem como base a comparação racional de custo/benefício relativo a esta escolha entre, buscar outros destinos ou permanecer na área de origem. O conceito central desta teoria se encontra no “capital humano¹⁸” e no investimento que se faz na migração como potencial de futuro.

Para os autores, a deficiência da teoria está na incapacidade de explicar os movimentos existentes e na limitada resposta ao fenômeno pela dimensão econômica da migração, pois ao maximizar o bem-estar individual e o equilíbrio no mercado, acaba tendo pouco valor explicativo.

Já a *Teoria da Aproximação Histórica Estrutural* que surgiu a partir dos anos 70, teve suas raízes intelectuais na economia política marxista e na Teoria do Sistema Mundial. De acordo com Castles e Miller (2004, p.38) “esta aproximação enfatiza a distribuição desigual do poder econômico e político na economia mundial”.

Desse modo, contrário a *Teoria Neoclássica* da “expulsão-atração” que se concentra principalmente nas migrações individuais e voluntárias, as explicações *Históricas Estruturais* examinam o recrutamento massivo de mão de obra pelo capital.

¹⁸ Essa vertente ideológica remeta a idéia de agregar valor econômico imediato no investimento com a educação (SCHULTZ, 1973), para garantir ingresso no mercado de trabalho.

“Para a Teoria do Sistema mundial, a migração laboral era uma das principais formas em que se forjavam laços de dominação entre economias centrais do capitalismo e sua periferia subdesenvolvida” (*op. Cit.* p. 38).

Esta teoria foi também bastante criticada, pois, tanto a perspectiva neoclássica quanto a aproximação histórica estrutural pareciam muito tendenciosas para analisar de forma adequada a grande complexidade das migrações contemporâneas. Esta última teoria pontuava os interesses do capital como absolutamente determinantes, sem prestar atenção adequada aos motivos e ações dos indivíduos e grupos envolvidos.

Na *Teoria de Sistemas Migratórios* de acordo com a concepção dos autores, um sistema migratório se constitui por dois ou mais espaços geográficos que intercambiam migrantes entre si e, nesse sentido:

A aproximação dos sistemas migratórios implica examinar ambos os extremos do fluxo e estudar todos os nexos entre dois lugares envolvidos. Isto se pode classificar como “relações e comparações de estado a estado, conexões de cultura de massa e redes familiares e sociais”. (FAWCETT y ARNOLD *apud* CASTLES & MILLER, 2004, p. 39)

Nesse sentido, pela *Teoria de Sistemas Migratórios* os movimentos em geral são gerados pela existência de vínculos prévios entre os países de envio e recepção baseados na colonização, na influência política, no intercâmbio e em outros vínculos culturais. A aproximação dos sistemas migratórios, por essa perspectiva, é parte de uma tendência ou uma compreensão mais inclusiva e interdisciplinar, que surge como uma nova corrente dominante da teoria migratória, na qual:

O princípio básico é que qualquer movimento migratório pode ser visto como a consequência da interação entre macroestrutura e microestrutura. As macroestruturas se referem a fatores institucionais em grande escala, enquanto que as microestruturas abordam as redes, práticas e crenças dos próprios migrantes. Estes dois níveis estão vinculados por um conjunto de mecanismos intermediários aos que, com freqüência se chama “mesoestruturas” (*op. Cit.* p. 39-40)

Dentre os fatores que incluem as macroestruturas, estaremos trabalhando com as relações entre os estados, às estruturas e práticas estabelecidas pelos países de origem e destino para controlar o estatuto migratório, com destaque para o papel das relações internacionais e dos estados para organizar ou facilitar as entradas.

Com relação aos fatores que se referem às microestruturas, estaremos tratando de verificar as redes familiares e sociais informais desenvolvidas pelos migrantes como suporte da migração e do estatuto. Além disso, se enfatiza o papel da informação e do “capital cultural” captado nesse processo, como o conhecimento dos espaços geográficos

anterior ao deslocamento, a capacidade de organizar o projeto de migrar, integrar-se e adaptar-se a um novo ambiente pelo processo de socialização.

As redes informais que estaremos destacando incluem as relações pessoais, padrões de organização familiar, vínculos de amizade e comunitários e a ajuda mútua e solidária em assuntos econômicos e sociais.

De acordo com Bourdieu e Wacquant (*apud* CASTLES & MILLER, 2004), com relação as implicações inerentes as redes sociais informais, “estes vínculos apontam recursos vitais para os indivíduos e grupos e podem ser considerados ‘capital social’ (*op. Cit.* p. 41)”. Nesse sentido, Boyd (*apud* CASTLES & MILLER, 2004, p. 42) chama a atenção para as redes sociais vinculadas aos migrantes e não-migrantes que geram uma complexa rede de papéis sociais e relações interpessoais.

A família e a comunidade, segundo os autores “são críticas nas redes migratórias”. Críticas no sentido das decisões, que em alguns casos não são feitas pelos indivíduos, mas sim pelos familiares, pois, com freqüência, são estes que proporcionam tanto o capital financeiro como o cultural que tornam possível a migração.

Assim como as redes familiares, também serão abordadas as redes por origem comum que ajudam a proporcionar uma permanência com menos dificuldade no sentido social. “Essas redes sociais fazem com que o processo migratório seja mais seguro e manejável para os migrantes e seus familiares”. (CASTLES & MILLER, 2004, p.41)

Quanto a mesoestrutura que se refere a fatores relacionados ao papel das instituições, estaremos observando as Instituições educativas, abordando o papel social da organização como apoio aos estudantes nos espaços acadêmicos.

Portanto, a macro, meso e microestruturas serão abordadas de forma que todas estejam inter-relacionadas neste processo migratório, onde o esforço metodológico será entender alguns dos muitos aspectos deste processo, a partir dos nexos entre as etapas migratórias.

3.2 Interdisciplinaridade e Migrações: Conceitos e Metodologia

Como parte de processos econômicos, sociais, culturais, demográficos e políticos igualmente complexos, que operam simultaneamente em nível local, regional, nacional, e internacional (CASTLES & MILLER, 2004), as migrações são analisadas como fenômenos sociais que se manifestam por variados e distintos âmbitos.

As diferentes disciplinas que vem estudando o fenômeno da migração no Brasil tais como a Antropologia, a Economia, Sociologia, Ciência Política, Direito, Geografia, etc. realizam, através de metodologias diversas, um trabalho de compreensão da realidade deste fenômeno complexo e multidimensional.

Tendo em vista a dimensão interdisciplinar na qual se enquadra os Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais e levando em consideração a área de concentração em População, Sociedade e Território a que pertence este trabalho, se pode inferir sua proposta.

Nesse sentido, em termos metodológicos, este trabalho consiste essencialmente em um estudo de caso da migração internacional que busca analisar os movimentos migratórios de estudantes estrangeiros de curso superior para o Brasil focalizando no fenômeno migratório dos africanos vinculados ao Convênio de Cooperação, em particular o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

A escolha pelo estudo de caso como método de pesquisa social foi julgada a mais adequada a este tipo de pesquisa, pois é capaz de considerar diversos pontos de vista. Nesta pesquisa, utiliza-se um método quantitativo de análise para se tentar chegar a uma abordagem qualitativa do fenômeno da migração, específico de um grupo social e culturalmente relacionado.

Foram valorizadas as componentes que se manifestam nas estratégias individuais e/ou do grupo e os mecanismos relacionados nesta forma de mobilidade, verificada inicialmente como espacial, mas que, por se tratar de aquisição de maior nível de escolaridade, poderia implicar também em uma mobilidade social.

Não é pretensão da pesquisa reduzir os casos estudados a variáveis que expressem homogeneidade e semelhança, ao invés disso, procurou-se entender as especificidades do caso, a partir da elaboração de hipóteses interpretativas que permitam entender este processo pelos nexos entre a origem e o destino conforme o modelo teórico de sistemas migratórios.

Como a proposta do estudo não visa elaborar uma tipologia ou uma conceituação desta migração no processo de formação superior, não se delimitará qualquer conceito, tendo em vista a diversidade de definições a esse respeito.

A definição usada pela UNESCO (2003), por exemplo, se refere aos **Estudantes Estrangeiros** como *estudiantes matriculados em programa de educação de um país sem ter a condição de residente permanente.*¹⁹ Define também como *Estudantes Estrangeiros de Primeiro Ciclo de Educação Terciária* e usa esta nomenclatura de acordo com a Clasificación Internacional Normalizada de la Educación (CINE) para este estudante, como Categoria 5, ou seja, de *Primeiro Ciclo da Educação Terciária.*²⁰

O documento mais recente da UNESCO - *Global Education Digest 2006*, ao se referir às estatísticas comparadas da educação terciária define também essa modalidade de migração ou de migrante internacional como *Estudante Internacional*, sendo aquele que cruza uma fronteira nacional ou territorial para fins de instrução/educação e é registrado agora fora de seu país de origem.²¹

Outros documentos também trazem verbetes relacionados à definição do termo *Estudantes Estrangeiros*, como o Tesauro Terminológico (OIM, 2004)²² com base nas Recomendações sobre Estatísticas das Migrações Internacionais das Nações Unidas que se refere como:

Pessoas admitidas em um país que não é o seu próprio, normalmente com permissão ou vistos especiais, com o objetivo concreto de seguir um programa particular de estudos em uma instituição acreditada no país receptor.

Também se considera que não haja uma definição específica para essa modalidade de migração, pois as normas que regem a imigração nos países receptores são definidas localmente.

Além disso, o status de Estudante Estrangeiro no Brasil é normalizado por regulamentos e resoluções, através do Conselho Nacional de Imigração - CNIg²³ que estabelece os critérios para concessão de visto temporário ou permanente ou permanência definitiva. Para os propósitos deste estudo, a atribuição do CNIg de

¹⁹ Cf. Compendio mundial de la educación 2003. Versão original em espanhol. Disponível em <<http://www.unesco.org.uy/educacion/estadisticas.html>> . Acesso em: Abril de 2006.

²⁰ Cf. Glosario. Compendio mundial de la educación 2003. Instituto de Estadística de la UNESCO. Disponível em <<http://www.uis.unesco.org>> . Acesso em: Abril de 2006.

²¹ Cf. Glossary. In. Global Education Digest 2006. Comparing Education Statistics Across The World. UNESCO. Institute for Statistics. Montreal, 2006. Disponível em <<http://www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/ged/2006/GED2006.pdf>> . Acesso em: Maio de 2006.

²² O presente material foi elaborado de acordo com as prioridades estabelecidas na III Reunión Técnica de Consulta, realizada na cidade de Caracas, República Bolivariana de Venezuela, nos dias 23 e 24 de agosto de 2004. Disponível em <<http://www.osumi-oim.org/documentos/5%20Tesauro.pdf>> . Acesso em: Julho de 2005.

²³ Órgão colegiado vinculado ao Ministério do Trabalho e que disciplina por resoluções migratórias Administrativa, Normativa, Recomendada e Portaria. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/menu/imigracao/conselhonacional/Legislacao/default.asp>> . Acesso em: Outubro de 2005.

disciplinar a concessão de visto para esses migrantes qualificados ou em processo de qualificação, restringe-se à Resolução Normativa nº 16, de 18 de agosto de 1998 em cujo artigo 3º se lê:

Aos estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação, inclusive aqueles que participam de programas denominados "sanduíche", com ou sem bolsa de estudo, poderá ser concedido visto temporário, previsto no inciso iv do art. 13 da lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

Segundo o Art. 13 inciso IV, o visto temporário *Tipo IV* é concedido ao estrangeiro na condição de estudante pelo prazo de 1 (um) ano, prorrogável, caso necessário, e mediante prova declaratória de aproveitamento escolar e de matrícula da Instituição de Ensino Superior ao qual está vinculado. Por esse estatuto e modalidade de visto temporário, é vedado ao estrangeiro na condição de estudante o exercício de atividade remunerada, conforme estabelece a Resolução Normativa (*ANEXO A*) em seu *Parágrafo único* que: “Caso não seja contemplado com bolsa de estudo, o estudante deverá comprovar, junto à autoridade consular, que dispõe de recursos suficientes para manter-se durante o período de estudo”.

Ao receber a permissão para residência temporária, o estudante estrangeiro de educação superior que ingressa pelo Acordo de Cooperação recebe uma outra denominação ao qual é adicionada ao estatuto jurídico pelo vínculo institucional, conforme define o Protocolo do Programa:

O estudante-convênio é um aluno **especial**, selecionado diplomaticamente em seu país pelos mecanismos previstos no Protocolo do PEC-G e dentro dos princípios norteadores da filosofia do Programa. Este visa à cooperação bilateral na área educacional, graduando profissionais de nível superior para fins de formação de quadros nos países em desenvolvimento, signatários dos Acordos de Cooperação.²⁴

Desse modo, a caracterização, tipificação e conceituação das diversas “faces” da migração internacional já é, por si mesmo uma tarefa difícil, num modelo de estudo de migração internacional com fins de estudo, isto se torna ainda mais complexo.

Outros critérios para se entender como se distingue essa migração de outros movimentos são os observados pelo documento da UNESCO (2006)²⁵ que nos informa que os estudantes estrangeiros podem ser definidos pelas seguintes características:

²⁴Cf. Manual do Estudante-Convênio. Disponível em <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC-G/ProtocoloPEC-G.htm>>. Acesso em: Outubro de 2005.

²⁵Cf Documento em versão eletrônica, originalmente em inglês. Disponível em <<http://www.uis.unesco.org>>. Acesso em: Maio de 2006.

- (a) *Cidadania*: Podem ser considerados estudantes estrangeiros se não forem cidadãos do país anfitrião em que desenvolvem seus estudos;
- (b) *Residência permanente*: Podem ser considerados se não forem residentes permanentes do país anfitrião em que desenvolvem seus estudos;
- (c) *Inscrição prévia*: Podem ser considerados se obtiverem a qualificação de entrada em seu nível educacional atual em um outro país. A inscrição prévia consulta tipicamente à parte superior - instrução secundária para os estudantes registrados em programas de graduação (superior).

Ainda que o desenvolvimento da educação superior constitua um desafio para os países em desenvolvimento, nos destinos receptores de migração com finalidade de estudos, os países periféricos representam novas vias de possibilidades, tendo em vista as oportunidades geradas pelas políticas de cooperação e apoio na formação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (RHCT).

Ao abordar o objeto de estudo pela *Teoria dos Sistemas Migratórios*, se observa que no processo migratório inerente à modalidade de migração internacional com finalidade de estudo, há alguns elementos que devem ser observados, tanto pelos nexos dos espaços de origem e de destino como também pelas distintas dimensões implícitas:

- (i) O estatuto legal desta migração, o status jurídico e o vínculo institucional;
- (ii) A duração da estada que se refere ao prazo limite de residência temporária no país;
- (iii) O propósito da mobilidade, como oportunidade de mudança social, econômica e que pode ter motivação individual ou familiar, além das escolhas pelos campos profissionais;
- (iv) A inserção no mercado de trabalho (no país emissor ou receptor) e;
- (v) O retorno de pessoas qualificadas ou circulação de cérebros para outros países ou continentes que não o seu de origem, após a qualificação.

Nesse sentido as estratégias metodológicas foram estruturadas levando em conta as dimensões macro, micro e também mesoestruturais próprias a este processo migratório mediado pelos Acordos e pelas Instituições educativas.

Inicialmente aborda-se a questão da migração internacional com objetivo de estudo a partir do levantamento das estimativas sobre as tendências recentes nesta mobilidade espacial em âmbito global, verificando através das informações contidas no documento da UNESCO (2006) os fluxos de estudantes estrangeiros pelo mundo e, em âmbito local se verifica, através das estatísticas obtidas com os dados do Censo Demográfico de 1991 e 2000, as estimativas de estudantes estrangeiros no Brasil, nas regiões e unidades da federação, nos cursos superiores de graduação, mestrado ou doutorado.

Essa abordagem, mais que revelar comparativamente o contingente da população de estudantes estrangeiros de maneira geral, tem o intuito de trazer informações mais pontuais dos estudantes procedentes de África e mais especificamente dos estudantes africanos lusófonos que se destinam para o Brasil.

Dando seqüência no entendimento do processo migratório dos estudantes estrangeiros, analisa-se a questão da Cooperação horizontal como instrumento de políticas sociais e o encadeamento do convênio educativo como política voltada para a formação de recursos humanos e desenvolvimento local dos países vinculados ao Acordo.

O processo migratório dos estudantes do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) das três Instituições de Ensino Superior compõe o capítulo onde efetivamente se traz os resultados obtidos com as informações dos registros administrativos e que também se discute *como e porquê* se desenvolve essa migração, conectando os nexos da origem e destino.

No último momento do estudo, analisam-se os resultados obtidos com o trabalho de campo onde se usou o questionário como instrumento de coleta de dados. Este capítulo aborda, do deslocamento à inserção como um processo social, em que as etapas migratórias indicam as transformações do antes, durante e a perspectiva de futuro destes estudantes, ainda que sejam informações específicas deste grupo de africanos do PEC-G, nos três universos selecionados.

3.3 Fluxos e Demandas da Mobilidade Internacional de Estudantes Estrangeiros de Educação Superior: Tendência Global

As tendências globais na mobilidade de estudante internacional apontam para um aumento cada vez mais expressivo de pessoas que desejam estudar. Assim, de acordo com as estatísticas da UNESCO (2006), “em 2004 pelo menos 2,5 milhões de estudantes superiores se encontravam fora de seus países de origem, comparando com os percentuais dos cinco anos anteriores que era de 1,75 milhão apenas, representando um aumento de 41% desde 1999”.²⁶

Contudo, o documento ressalta que o aumento na mobilidade de estudantes pelo mundo deve ser analisado também considerando a expansão geral da educação superior

²⁶ Cf. Global Education Digest 2006. Comparing Education Statistics Across The World. UNESCO. Institute for Statistics. Montreal, 2006. Disponível em : <<http://www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/ged/2006/GED2006.pdf>> Acesso em: Maio de 2006.

cujo aumento no número de matrículas passou de 92 para 132 milhões nos anos de 1999 e 2004, o que representou um crescimento de 40%. Todavia, o documento chama a atenção, que essa ascensão do número total de estudantes estrangeiros no mundo não significa que as pessoas estão estudando cada vez mais no exterior, mas sim que estão buscando cada vez mais elevar o nível de sua instrução no geral.

Ainda tomando como referência o mesmo documento da UNESCO (2006), o volume de estudantes internacionais teve um impacto significativo nos países anfitriões, considerando os principais receptores desse público. De acordo com as estatísticas, seis países hospedam 67% dos estudantes internacionais de todo o mundo, são eles: os Estados Unidos (23%), o Reino Unido (12%), Alemanha (11%), França (10%), Austrália (7%) e Japão (5%). Nesse sentido, ressalta o documento que as populações de estudantes internacionais cresceram quase três vezes mais rápida (41%) do que o número de matrículas nacionais nestes países (15%).

Pelas estatísticas da OCDE (2002), há uma crescente demanda em termos relativos de estudantes que realizam estudos fora de seu país de origem e há também a predominância por estudos de doutorado. Entre os países da OCDE observa-se que os países que mais concentram estudantes estrangeiros, agregando mais de 80% dos mesmos são: Estados Unidos (34%), Reino Unido (16%), Alemanha (13%), França (11%), Austrália (8%) e os outros 18% restantes se encontram mais dispersados (PELLEGRINO, 2002).

Verifica-se também, pelas informações recentes deste documento que, além do expressivo volume de estudantes estrangeiros no mundo, alguns países ou regiões vêm demonstrando crescimento deste contingente, como no caso da África subsaariana que apresenta um crescimento nesta mobilidade.

De acordo com o documento, a mobilidade dos estudantes africanos da região subsaariana para uma determinada região ou país é três vezes mais elevada do que o percentual global. Nesse contexto, cinco países africanos têm mais estudantes de curso superior estudando fora do que em seu país que são: Cabo Verde, Comores, Djibout, Guiné-Bissau e Togo; os demais países na mesma situação e que estão fora do continente africanos são: Andorra, Belize e Luxemburgo. Nesse contexto, informa o documento:

Another 15 countries, mostly in sub-Saharan África, have rates exceeding 33%. Not surprisingly, countries with large populations of young people have the highest absolute numbers of students and the biggest share in the distribution of mobile students by origin. (cf. UNESCO, 2006, p. 37-38) [ver figuras - ANEXO C]

No que se refere às motivações que podem determinar a mobilidade, no caso dos estudantes de educação superior, são bastante peculiares e, nessa perspectiva o

documento ressalta que estes estudantes saem de seus países por diversas razões onde se incluem: a experiência de estudar e de viver no exterior com propósito de se tornar mais globalizado, pela falta de acesso à educação superior em seus países de origem ou à falta de opções de carreiras, de instituições públicas ou a oportunidade para a instrução de qualidade melhor do que aquela oferecida em seu país.

Pelas informações da UNESCO, para se chegar a um registro da demanda dessa população, um número de indicadores é requerido, alguns com foco no país de origem com uma perspectiva nacional ou regional. Estes indicadores informam quanto, ou que porcentagem, equivale aos estudantes de um determinado país no exterior; Aonde vão; qual a distribuição de estudantes pela origem e em que regiões estão registradas as maiores demandas de intercâmbio educacional.

Para obter resultados sobre estes questionamentos a UNESCO (2006) elaborou indicadores que refletem a perspectiva dos países de origem dos estudantes (por exemplo, aonde os estudantes vão), estes são chamados *Indicadores de mobilidade Outbound*. Outros indicadores refletem a perspectiva de países que são anfitriões (por exemplo, de onde os estudantes vêm) e são chamados *Indicadores da mobilidade Inbound*. (Quadro 3.1).

Os Indicadores da mobilidade *outbound* referentes aos países da África subsaariana, de acordo com as estatísticas do Relatório da UNESCO (2006), apresentam a média mais elevada da mobilidade (5,9) e isto equivale a três vezes a média global. Esclarece também que na região subsaariana 1 em cada 16 estudantes africanos de educação superior estuda no exterior. De acordo com os indicadores de Outbound,

The number of students abroad exceeds domestic enrolment for Cape Verde, Comoros and Guinea-Bissau. It accounts for more than 50% of domestic students in Botswana, Equatorial Guinea, Gambia, Lesotho and Namibia, and more than 33% of students in Angola, Chad, the Republic of Congo, Gabon and Mauritius. (cf. UNESCO, 2006, p. 39) [ver figura – ANEXO D]

QUADRO 3.1 - INDICADORES DA MOBILIDADE DE ESTUDANTES ESTRANGEIROS PELA UNESCO

A fim de descrever a mobilidade de estudante internacional e a sua importância aos países, o documento da UNESCO (2006) apresenta indicadores complementares que podem ser divididos em dois grupos principais:

Indicadores da mobilidade outbound

- a. **Relação Outbound da mobilidade:** Refere-se aos estudantes internacionais que vêm de um país/região e representa uma porcentagem em relação a todos os estudantes superior nesse país/região.
- b. **Números absolutos de saídas:** Indica a soma de estudantes de um país/região e que se encontra em outros países pelo mundo inteiro.
- c. **Distribuição de estudantes internacionais pela origem:** Refere-se ao volume de estudantes de uma dada região do país como uma porcentagem do número total de estudantes global.
- d. **Relação outbound bruta dos registrados (GER outbound):** Indica os estudantes que vêm de um país/região como uma porcentagem da população em idade de estudante superior em seu país de residência. Este indicador expressa o volume dos estudos no exterior na mesma escala que o volume dos estudos na origem medido por relações brutas das matrículas no ensino superior. Podem ser usados juntos para mostrar o volume total de estudos de educação superior de um país. De acordo com o documento, isto obteria uma taxa líquida para acima dos estudantes que vêm ao país, mas isto não é possível para muitos países devido à falta dos dados.

Indicadores na mobilidade inbound

- e. **Números absolutos de hospedados:** Refere-se ao número de estudantes no exterior que estudam em um dado país.
- f. **Taxa Inbound da mobilidade:** Indica os estudantes em um país/região e que representam uma porcentagem total de registros na educação superior nesse país/região.
- g. **Distribuição de estudantes internacionais pelo país anfitrião:** Refere-se ao volume de estudantes em um país/região como uma porcentagem do número total de estudantes globalmente.

Fluxo de estudantes internacionais

- h. **Fluxos do estudante:** Refere-se ao número absoluto dos estudantes que vêm de um país/região e que vai a um outro país/região. Os cinco destinos mais importantes são listados para um dado país.
- i. **Taxa líquida da mobilidade:** Indica o refluxo líquido de estudantes internacionais a um país, ou seja o número dos estudantes em um país, menos seu número dos estudantes no exterior como uma porcentagem do total de matrículas na educação superior no país/região.

Fonte: Adaptado do Relatório UNESCO/GED2006: **Box 4: Student mobility indicators.** (2006, p.36) Versão originalmente em inglês. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/ged/2006/GED2006.pdf>>. Acesso em: Maio de 2006

Informa ainda que a exceção de três países africanos, todos na região excede a média global para a relação outbound da mobilidade de estudantes, exceto África do Sul (0.8%), Nigéria (1.2%) e Libéria (1.3%). Nesse sentido, ressalta o documento que, mesmo havendo uma expansão rápida na educação superior na região, sobretudo entre 1999 e 2004, onde o número de matrículas cresceu em 53%, a mobilidade de estudantes continuou apresentando crescimento, ainda que a taxa outbound tenha diminuído ligeiramente, neste mesmo período de 6,1% para 5,9%.

Dos 194.000 estudantes no exterior procedentes da África subsaariana que representa 8% do total global, Zimbábue tem o maior grupo no exterior (17.000) seguido por Nigéria (15.000), República de Camarões (15.000) e Quênia (14.000).

Quanto aos destinos dos estudantes procedentes da região subsaariana, as observações do documento UNESCO (2006) mostram que em primeiro lugar está preferencialmente a Europa Ocidental (51%) e o segundo destino está na própria região subsaariana (21%), seguida pela América do Norte (20%). O Oeste Asiático e Pacífico, Emirados Árabes, América Latina e Caribe são destinos que apresentam menores volumes de estudantes africanos.

Dentre os estudantes que permanecem na região subsaariana, 9 (nove) entre 10 (dez) estudantes de educação superior vão para a África do Sul, especialmente aqueles procedentes de Botsuana, Malaui, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue.²⁷

Os critérios para seleção dos destinos tais como as ligações lingüísticas, culturais e históricas são fatores importantes para a escolha do país onde se pretende estudar. Contudo, há casos em que não se leva em consideração aspectos como estes e são exceções a este padrão República de Camarões, Eritreia, Etiópia e Somália.

Para os estudantes que consideram o aspecto lingüístico relevante, no caso dos francófonos a França e a Bélgica são os destinos preferenciais dos oriundos de Comores, Congo, Côte d' Ivore, Gabão, Madagascar e Senegal (cada um destes enviam em media 2.000 estudantes ao exterior a cada ano). Os Estados Unidos são destino principal para os estudantes dos países anglófonos, como os procedentes de Quênia, Nigéria e África do Sul (enviando mais de 1.900 estudantes cada um destes, a cada ano). Já os estudantes dos países lusófonos como Angola, Cabo Verde e Moçambique, tendem a emigrar para os países de língua oficial portuguesa como Portugal e Brasil.

Esta migração cujo contingente cresce cada vez mais, é, porém, de difícil aferição, e estimar o volume exato dessa população de estudantes no exterior torna-se um desafio metodológico, pois as informações são limitadas, deficientes e não permitem mais do que aferições pontuais, onde a confiabilidade das estatísticas deve ser entendida por sua representação em um universo não generalizável, mas específico de uma determinada população na migração internacional.

²⁷ Cf. UNESCO-UIS (2006), Global Education Digest 2006: Comparing Education Statistics across the World, Montreal: UNESCO Institute for Statistics. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/ged/2006/GED2006.pdf>> . p. 40. Acesso em: Maio de 2006.

3.4 Mobilidade Espacial de Estudantes: Primeiro Ciclo de Educação Terciária (Superior) ou Primeira Etapa de *Brain Circulation*?

Na análise sobre as distintas dimensões e acepções correspondentes ao termo Estudantes Estrangeiros, uma questão é suscitada ao observarmos a problemática desse fluxo migratório, sobretudo, quando se trata de contingente originário de países diaspóricos, como os africanos. Nesse sentido surge um questionamento, se a mobilidade de estudantes universitários que, a princípio é uma migração temporária, poderia reverter-se em um processo de migração permanente ou uma “evasão de cérebros” (*brain drain*) ou ainda, em uma etapa posterior, desencadear uma “circulação de cérebros” (*brain circulation*), prolongando a estada no país anfitrião, ou seguir para outro país adiando o projeto de retorno.

Os estudantes saem de seu país ou território de origem e se movem para um outro país ou território com o objetivo de estudar. O pressuposto sobre o questionamento, neste sentido, está na conformação de um processo que pode desencadear outro e levar os estudantes a outros destinos transnacionais, antes de se pensar em um retorno definitivo.

De acordo com Pellegrino (2002), uma das características do mundo contemporâneo está no papel central que joga o conhecimento no crescimento econômico. Nessa perspectiva, os “países desenvolvidos têm estimulado o desenvolvimento da educação superior, a formação de especialistas em cursos de pós-graduação e no desenvolvimento do sistema de investigação”. (*op. cit.* p. 5)

As políticas de cooperação, principalmente a partir os anos oitenta têm sido um mecanismo importante no desenvolvimento e formação de recursos humanos, sobretudo para os países em vias de desenvolvimento. Nesse sentido, de acordo com Pellegrino, um componente importante para a expansão da sociedade do conhecimento e a inclusão no mundo global de países menos desenvolvidos tem sido a internacionalização dos sistemas de educação superior e de maneira geral, do mundo acadêmico.

A migração internacional de estudantes estrangeiros de nível superior de graduação, Mestrado ou Doutorado, além de promover o intercâmbio e a circulação de cérebros, de ciência e tecnologia, geram redes importantes na sociedade da informação e do conhecimento²⁸, além de fortalecer relações bilaterais ou multilaterais.

²⁸ Por sociedade do conhecimento, define a UNESCO (1998) entende-se primeiramente por um conceito mais amplo que o da sociedade da informação e, nesse sentido trata-se de um sistema econômico e social onde o conhecimento e a informação constituem fontes fundamentais de bem-estar e progresso que representam uma oportunidade de desenvolvimento para os países do Sul. (GUERRERO, 2005).

Contudo, o retorno dos estudantes pode se tornar preocupante para os que enfrentaram longos períodos fora de seus mercados de trabalho e de sua sociedade de origem, pois as perspectivas de vida podem ser frustrantes. A permanência do estudante estrangeiro no país anfitrião permite-lhe incorporar redes sociais, acadêmicas e laborais que podem resultar em inserção no mercado de trabalho nos países em que estudam, além de participação em projetos de pesquisa acadêmica e ainda integração em redes transnacionais de conhecimento em ciência e tecnologia.

O primeiro ciclo de educação superior ou terciária poderá, neste sentido, se transformar em *brain circulation* onde o projeto de retorno imediato ao país de origem fica cada vez mais protelado para o futuro. Desse modo, o que se observa neste caso é efetivamente a falta de colaboração entre os países de origem e de destino destes estudantes, que tem sido identificado como um obstáculo fundamental para as políticas de desenvolvimento dos países.

3.5 Considerações sobre o Capítulo

Neste capítulo que trata da dimensão do marco teórico do estudo, apresentou-se algumas articulações de como seria desenvolvido o trabalho que toma como base a Teoria de Sistemas Migratórios para demonstrar como se relacionam aspectos migratórios com aspectos educativos e que fazem uma conexão com aspectos econômicos. Nesse sentido, ressalta-se a relevância dos nexos que compõem os processos na origem e no destino na análise dos processos.

As informações sobre os fluxos e demandas da migração internacional de estudantes trazidas pelos documentos da UNESCO permitem dimensionar o “estado da arte” da mobilidade espacial dos estudantes globalmente, destacando a população dos africanos indicando pelas estatísticas onde estão, para onde vão preferencialmente e o que se pode trazer enquanto informação comparativa com as estimativas de estudantes estrangeiros no Brasil.

Verificou-se também, que como efeito da qualificação pela educação e, como passo seguinte na aquisição de experiência poderia desencadear em um processo de diminuição de retorno imediato e fomento de circulação de cérebros. Portanto, nota-se que, efetivamente trata-se de um fenômeno multivariado que agrupa aspectos os mais diversos e que deve ser tratado, desde o ponto de vista de teórico-metodológico interdisciplinar.

A light blue rectangular banner is positioned at the bottom of the page. It contains the text "► CAPÍTULO 4" in a bold, black, sans-serif font.

► CAPÍTULO 4

Estimativas da População de Estudantes Estrangeiros e Procedentes de África: Fontes de Dados e Informações

A migração internacional com finalidade de estudo da população de estudantes estrangeiros do ensino superior - Graduação, Mestrado ou Doutorado - como tendência, se caracteriza por colocar em circulação um contingente de pessoas que buscam novas oportunidades para formar-se e produzir conhecimento nas Instituições de Ensino Superior.

Como foi ressaltado anteriormente, estimar o volume desta migração qualificada ou *semiqualificada*, como já analisado por Pellegrino (2002) é uma tarefa complexa no estado atual das informações estatísticas dos países, que efetivamente geram limitações, evidenciando que, quando se propõem estudos sobre esse tema, nos deparamos com barreiras as mais diversas.

Neste estudo específico de uma população também de difícil mensuração, é proposto um levantamento das fontes de dados e informações obtidas pelo arquivo de microdados da amostra²⁹, verificadas e analisadas por tabelas e gráficos, interpretados pelos resultados da amostra do Censo Demográfico de 1991 e 2000, referentes à população de estudantes estrangeiros em cursos de educação Superior (Graduação, Mestrado ou Doutorado), com destaque para a população de estudantes africanos, de acordo com algumas variáveis selecionadas para o estudo como: estrutura por sexo, idade, naturalidade por continente e por país de origem e escolaridade, dentre outras para o Brasil, Rio de Janeiro (UF) e Município³⁰.

Neste propósito de fazer um retrato desta população de estudantes africanos, algumas outras fontes de dados e informações são trazidas, como as estatísticas do Sistema Nacional de Cadastramento e Registro de Estrangeiros (SINCRE), do Departamento de Polícia Federal, órgão de controle e emissão de entradas e saídas de estrangeiros no país. Ainda que as informações disponibilizadas pelo órgão federal, sejam limitadas comparativamente as informações do Censo Demográfico que traz um volume maior de variáveis, trata-se de um registro relevante para conhecer as entradas dessa população no período compreendido entre 1990 e 2005, segundo seu status como Permanente, Temporário, Estudantes e Refugiados (Lei nº 9.474/97 – Estatuto do Estrangeiro).

²⁹ A partir da amostra expandida é possível obter um estimador e um intervalo de confiança correspondente. Para não sobrecarregar as tabelas e gráficos disponibilizados, atendo-se tão somente o estimador.

³⁰ Descrição das variáveis selecionadas da Amostra do Censo Demográfico. (ver APÊNDICE B)

4.1 Estudantes Estrangeiros quanto a Procedência por Continente e países de Origem no Censo Demográfico de 1991 e 2000

As informações comparativas dos Censos Demográficos³¹ de 1991 e 2000 permitem verificar a dinâmica de entradas e participações desta população de estudantes estrangeiros no Brasil, neste caso particular, os dos cursos: superior – graduação, mestrado ou doutorado; de acordo com a procedência por continente.

Nesse contexto, em 1991, havia entre os estudantes estrangeiros 48,7% de estudantes procedentes do continente americano (excetuando-se o Brasil) e este volume apresentou um pequeno aumento, em torno de 0,6%, em 2000; os estudantes procedentes do continente africano foram os que apresentaram o aumento maior em relação aos demais procedentes de outros continentes - acréscimo relativo de 3,75% de 1991 para 2000. (ver *Tabela 4.1*)

Embora haja um aumento em números absolutos de estudantes vindos de outros continentes para o Brasil, conforme mostra a *Tabela* houve um decréscimo nos números relativos desta migração e para os procedentes do continente europeu, verifica-se um decréscimo no volume em torno de 2,4%. Em relação aos estudantes asiáticos, observa-se também, no mesmo período, um decréscimo deste volume em torno de 2,0%.

Tabela 4.1 - Estudantes Estrangeiros de Nível Superior*, por Continente no Brasil - 1991 e 2000

Continente	Censo Demográfico 1991		Censo Demográfico 2000	
	Total Estrangeiros	Dist. Relativa (%)	Total Estrangeiros	Dist. Relativa (%)
América (Exceto Brasil)	5.365	48,7	6.858	49,3
Europa	3.172	28,8	3.671	26,4
África	879	8	1.630	11,7
Ásia	1.597	14,5	1.733	12,5
Oceania	x	x	5	0,03
Total Global	11.013	100	13.897	100

Fonte dos Dados Brutos: IBGE - Censo Demográfico 1991 e 2000 (ARQUIVO DE MICRODADOS DA AMOSTRA)

Nota: (*) Refere-se no CD 1991 somente como “Superior” e no CD 2000 desagrega “Superior –Graduação” e “Mestrado ou Doutorado”.

Observa-se também que foi a população africana que apresentou o maior percentual relativo entre 1991-2000, com 85,4% comparativo aos procedentes da América (exceto Brasil) com 27,8%, Europa com 15,7% e Ásia com 8,5%.

Dentre os estudantes estrangeiros procedentes da América, que, de acordo com os Censos de 1991 e 2000, apresentaram a maior participação dentro desta população de

³¹ Para fins de entendimento, estaremos abreviando Censo Demográfico como CD.

estudantes no curso superior – Graduação, Mestrado ou Doutorado, deve-se levar em consideração os fluxos regionais da migração procedente dos países do Cone Sul, conforme analisa Sala (2005, p.2)³²:

Em 2000, os naturais da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai pertenciam ao grupo dos dez países que apresentavam maior quantidade de imigrantes internacionais, residentes no Brasil. Tendo registrado quase todos eles, à exceção do Chile, taxas de crescimento médio anual positivo, no período 1991-2000.

Dos estudantes estrangeiros vindos para o Brasil para realizar estudos na graduação, mestrado ou doutorado, observa-se no Censo Demográfico 1991 um volume absoluto de 11.013 estudantes, deste contingente, 1.790 se encontra no Rio de Janeiro, Unidade da Federação (UF) e 1.183 no Município.

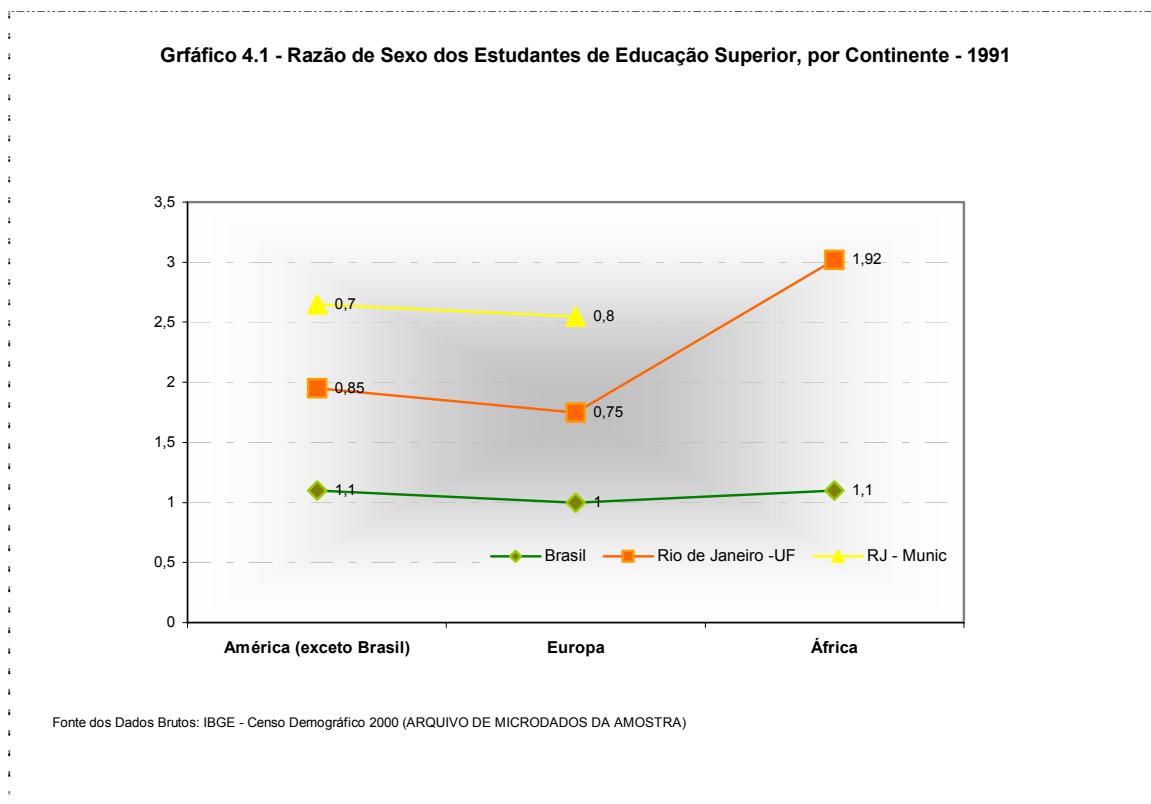
Desse contingente de estudantes estrangeiros no país, metade da população é masculina, ou seja, 52,5% de homens (5.789 homens e 5.224 mulheres) e quanto a população residente no Rio de Janeiro a distribuição de estudantes por sexo é relativamente igual e, neste quantitativo na UF observa-se 897 homens e 893 mulheres e no Município, 597 homens e 586 mulheres.

Nesse contexto verifica-se que a razão de sexo³³ para os estudantes procedentes por continente é equilibrada no Brasil, comparativamente aos procedentes do continente europeu, americano e africano. No Rio de Janeiro (UF) a razão de sexo para os americanos e europeus é feminina, contudo para a população africana a razão é predominantemente masculina com 1,92 homem para cada participação feminina.

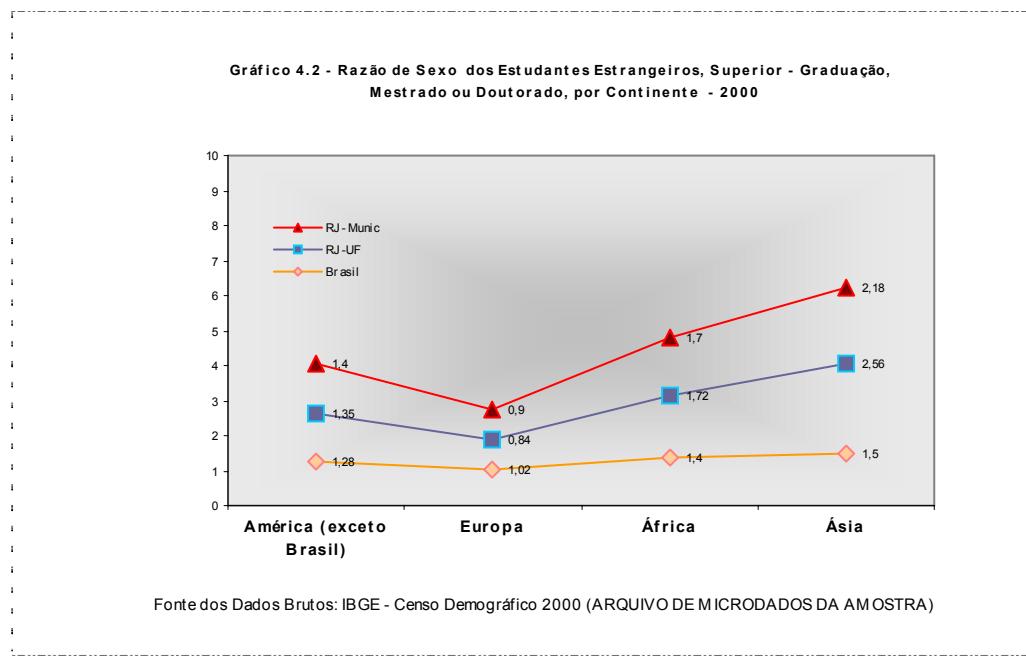
Já a razão de sexo para o Rio de Janeiro (Município) é predominante a presença feminina como mostra o Gráfico 4.1. Não há ocorrência de razão de sexo para os procedentes do continente asiático e da Oceania, bem como para os procedentes de África no Município do Rio de Janeiro, no CD 1991.

³² A autora realiza um estudo sobre as características demográficas e sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do cone sul residente no Brasil.

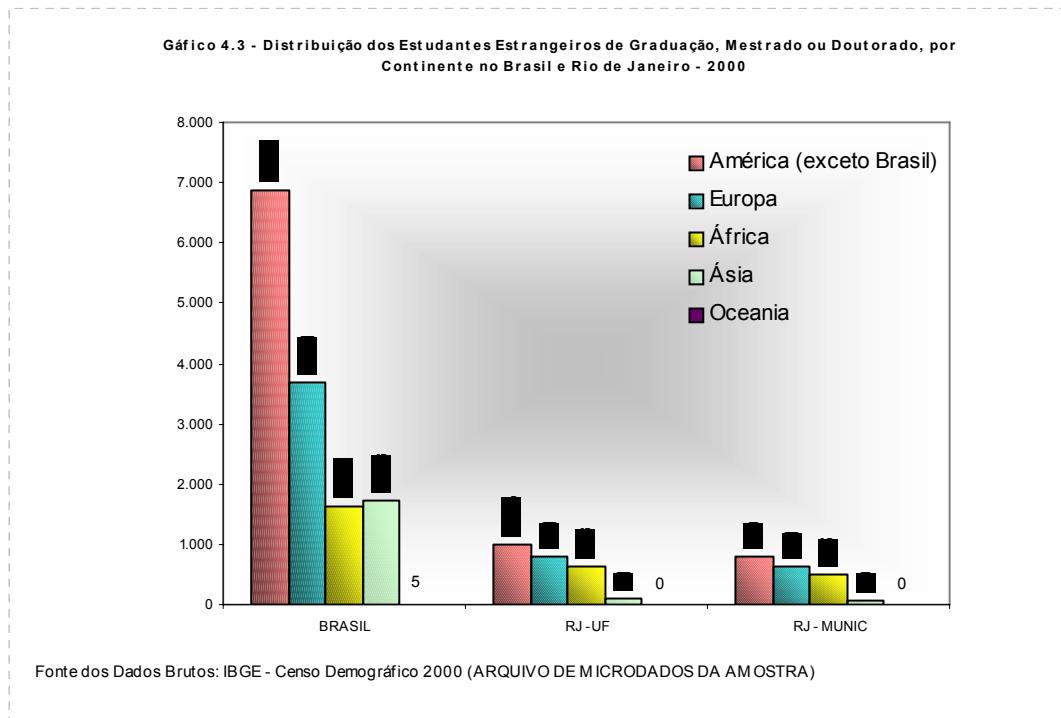
³³ Razão de Sexo entre homens e mulheres de uma população, expressada pelo quociente (Homens/Mulheres), onde a razão > 1 significa um número maior de homens e a razão < 1 significa um número maior de mulheres. Admite-se equilíbrio entre 0.9 e 1.02. Cf. IBGE, Estudos e Pesquisas. Tendências Demográficas, nº 10, v. 1. Brasil. 2002, p. 24.



Quanto à distribuição desta população, procedente por continente no Brasil, Rio de Janeiro (UF e Município), conforme razão de sexo (CD 2000), verifica-se que ao contrário do CD de 1991 há uma predominância de estudantes do sexo masculino para todos por continentes, havendo um equilíbrio somente para os procedentes da Europa (1,02) para o contingente no Brasil, sendo que no Rio de Janeiro (UF e Município) ocorre razão de sexo feminino, como mostra o *Gráfico 4.2*.



O volume absoluto desta população no CD 2000 para o Brasil é de 13.897 estudantes estrangeiros por continente, sendo que, deste contingente, 2.541 se encontram no Rio de Janeiro (UF), e 1.995 no Município. Comparando os dois universos, nota-se que os volumes seguem as tendências da distribuição para o Brasil nas entradas com maiores volumes de americanos, europeus, africanos e asiáticos, sendo observada ocorrência de procedentes da Oceania somente no Brasil, como mostra o *Gráfico 4.3*.



Na Tabela 4.2 observam-se os valores absolutos de participações por continente e por cursos e, destes volumes, pode-se verificar as entradas relativas à população total no Rio de Janeiro (UF) que é de 2.541 estudantes, dos quais 1.995 estão no Município. Nota-se pelos dados do CD 2000 que há um maior contingente para os estudantes de graduação (10.855) em comparação aos estudantes de mestrado ou doutorado (3.042) no Brasil. No Rio de Janeiro (UF), estão presentes 1.974 estudantes de graduação e 567 de mestrado ou doutorado, enquanto que no Município esses volumes são respectivamente de 567 e 488.

Tabela 4. 2 - Distribuição dos Estudantes Estrangeiros, Brasil, Estado e Município do Rio de Janeiro, graduação e pós-graduação, segundo Continente de Origem – 2000.

Continente	Superior-Graduação			Mestrado ou Doutorado		
	BRASIL	RJ -UF	RJ - MUNICÍPIO	BRASIL	RJ -UF	RJ - MUNICÍPIO
América (exceto Brasil)	5.047	638	502	1.811	368	308
Europa	2.941	683	513	730	118	118
África	1.386	549	423	244	74	62
Ásia	1.476	104	69	257	7	0
Oceania	5	0	0	0	0	0
Total Global	10.855	1.974	1.507	3.042	567	488

FONTE DOS DADOS BRUTOS: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO 2000 (ARQUIVO DE MICRODADOS DA AMOSTRA)

Quando observamos pelo volume relativo desta população, verificamos que, dos estudantes que se encontram no curso de graduação no Brasil (10.855), 18% estão no Rio de Janeiro (UF) e 13,8% no Município; o volume de mestrado ou doutorado é de 18,6% (UF) e 16% (Município).

Por procedência, verificamos que o volume relativo de estudantes americanos de graduação no Brasil é de 46,5% dos quais 12,6% estão no Rio de Janeiro (UF) e 10% no Município. Dos estudantes de Mestrado ou Doutorado a proporção relativa ao volume no Brasil é de 59,5%, sendo que, deste contingente 20,3% se localizam no Rio de Janeiro (UF) e 17% no Município.

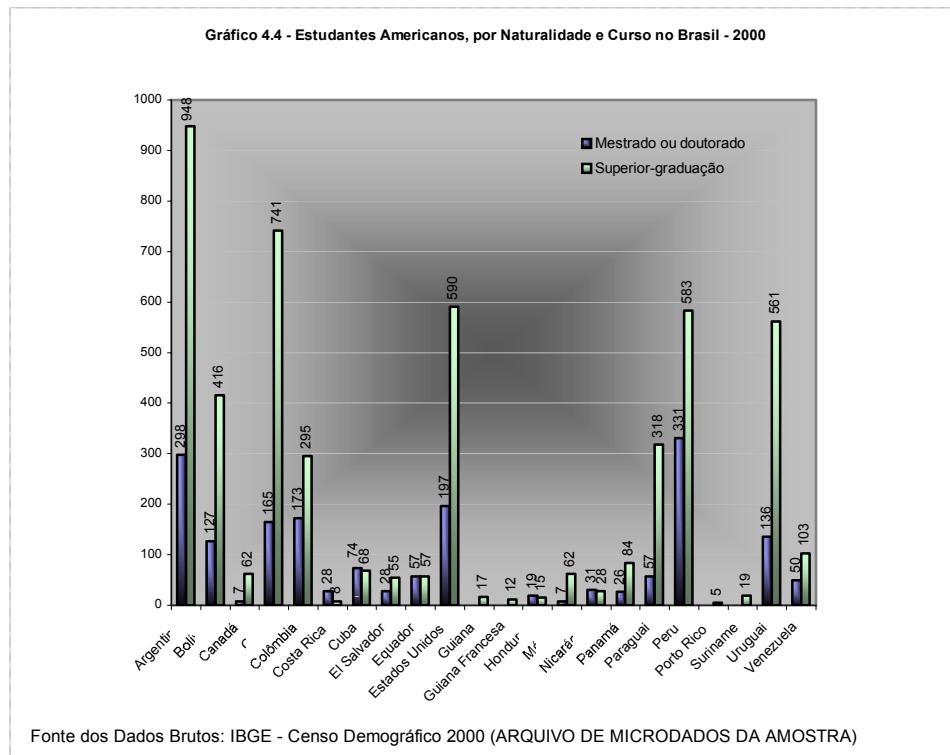
Quanto ao volume proporcional, a população de estudantes europeus no Brasil é de 27,1%, destes 23,2% são estudantes de graduação no Rio de Janeiro (UF) e 17% no Município. Dos estudantes europeus de mestrado ou doutorado que se encontram no Brasil (24% do total) 16% estão no Rio de Janeiro (UF) e também no Município.

Da população de africanos no Brasil 39,6% são estudantes de graduação no Rio de Janeiro (UF) e 30,5% no Município. O percentual de estudantes do mestrado ou doutorado no Brasil é de 8% e, deste contingente, 30,3% estão no Rio de Janeiro (UF) e 25% no Município.

Com relação aos asiáticos no Brasil (13,6%), apenas 7% dos estudantes da graduação estão no Rio de Janeiro (UF) e 4,6% se encontram no Município. Dos estudantes do mestrado ou doutorado no Brasil (8,4%), 2,7% se encontram no Rio de Janeiro (UF) e não há ocorrência para o Município. Observa-se que, para os estudantes asiáticos, o Rio de Janeiro não seria o destino preferencial para desenvolver seus estudos, ao contrário do que ocorre com os europeus e com os africanos, especialmente.

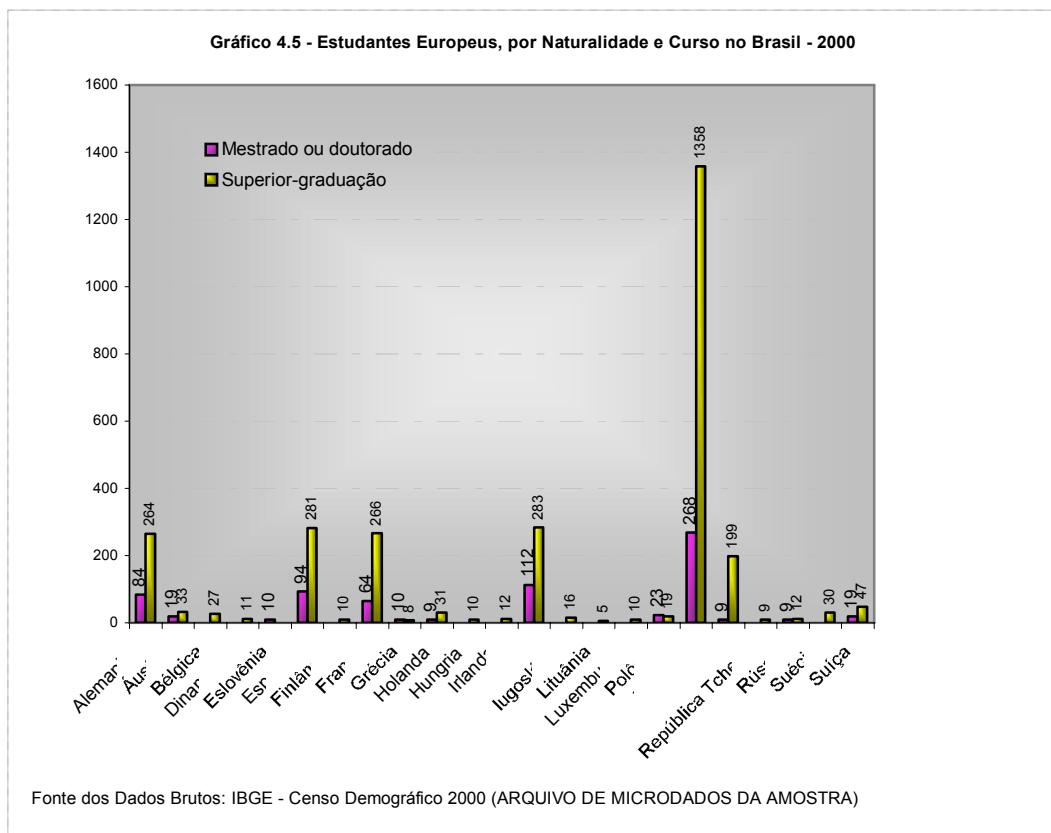
Quando desagregadas as procedências de Estudantes nos cursos de graduação, mestrado ou doutorado, por países de naturalidade, tomando-se como referência o CD 2000 no Brasil, percebe-se que para os estudantes americanos (excetuando o Brasil) os maiores volumes, por curso, são de estudantes de graduação (5.057).

Por naturalidade, o maior contingente é de argentinos com um volume de 1.246 estudantes (18%), em seguida estão os peruanos com 914 estudantes (13,3%), os chilenos, com 906 (13,2%), os estadounidenses, com 787 (11,5%) e uruguaios com 697 (10%) e ainda os bolivianos, com 543 (8%), os colombianos com 468 (6,8%) e os paraguaios com 375 (5,4%). Os demais representam volumes menores que 150 estudantes e com percentuais relativos abaixo de 5%, como mostra o Gráfico 4.4.

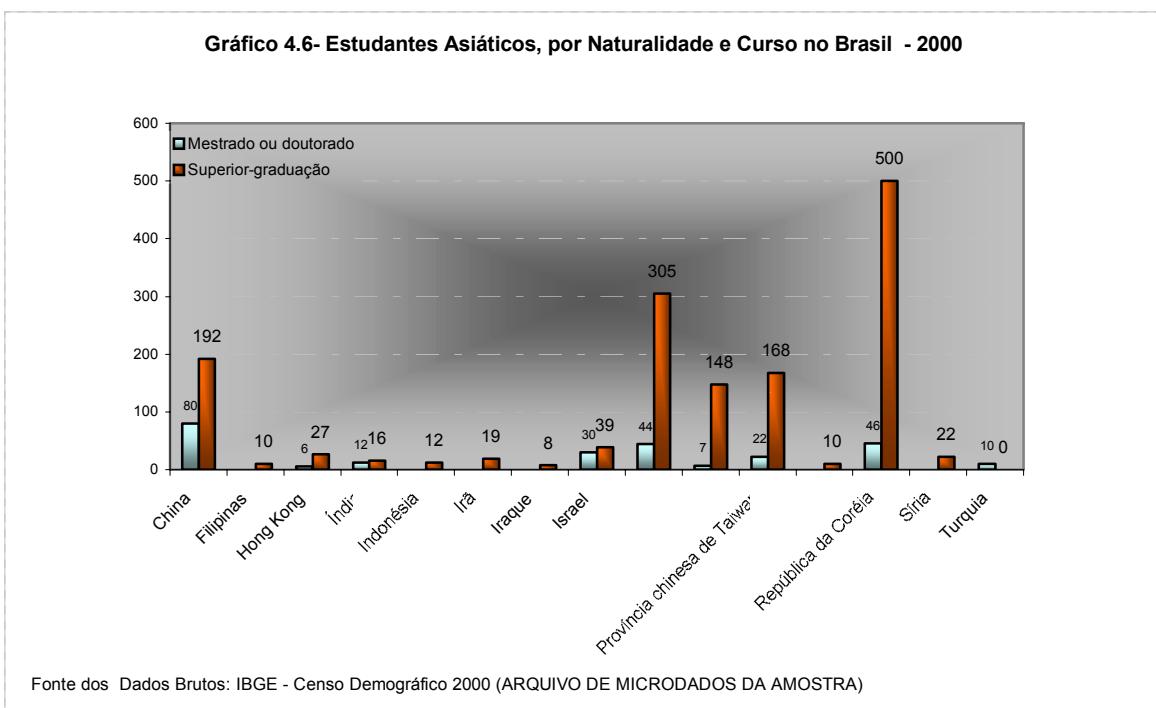


Quanto aos europeus, se observa que o contingente mais expressivo, por curso, está na graduação (2.941), comparativamente ao volume do mestrado ou doutorado (730). Por naturalidade como mostra o Gráfico 4.5, o maior volume desta população é

procedente de Portugal, com 1.626 estudantes (44,3%), em seguida observa-se à procedência de italianos com 395 (10,7%), espanhóis com 375 (10,2%), alemães com 348 (9,5), franceses com 330 (8,9%) e por fim os britânicos com 208 (5,6). Os demais apresentam contingentes bem menores que 100 e percentual de participação abaixo de 2%.



Analizando os estudantes asiáticos por curso, observamos que o maior contingente também está na graduação (1.476) em relação aos estudantes no mestrado ou doutorado (257) e, quanto ao volume por naturalidade verifica-se que os volumes mais expressivos são respectivamente de estudantes procedentes da República da Coréia com 546 estudantes (31,5%) e em seguida do Japão com 349 (20%), da China com 272 (16%), da Província Chinesa de Taiwan com 190 (11%) e ainda do Líbano, com 155 (9%). Os demais com volumes absolutos e relativos pouco expressivos, como mostra o Gráfico 4.6.



Nos registros para o Estado do Rio de Janeiro, observa-se que os maiores volumes, por curso, também se encontram na graduação. No mestrado ou doutorado, como foi visto na tabela anterior, quando desagregamos a procedência por país de nascimento, verifica-se que os contingentes mais expressivos vindos dos países americanos (excetuando o Brasil), são em primeiro lugar de estudantes peruanos (102 no mestrado e 62 na graduação), em seguida os argentinos (123 estudantes de graduação e 37 de mestrado ou doutorado), colombianos (92 na graduação e 53 no mestrado ou doutorando), bolivianos (96 na graduação e 27 no mestrado ou doutorando) e estadounidenses (78 na graduação e 45 no mestrado ou doutorando) com o mesmo volume absoluto.

Verifica-se também que, dos contingentes com volumes menos expressivos, como é o caso dos chilenos e paraguaios, ambos apresentam o mesmo volume absoluto de 52 estudantes, sendo a maior entrada na graduação. A mesma situação se observa para os uruguaios, equatorianos, venezuelanos e mexicanos, como mostra a *Tabela 4.3*.

Tabela 4.3 – Distribuição dos Estudantes Americanos, Asiáticos e Europeus, no Estado do Rio de Janeiro segundo país de origem - 2000

Contingente Americano (Exceto Brasil)	Valor Absoluto	Contingente Asiático	Valor Absoluto	Contingente Europeu	Valor Absoluto
Peru	164	Japão	43	Portugal	526
Argentina	160	China	19	França	61
Colômbia	145	Rep. Coreia	18	Espanha	45
Bolívia	123	Israel	12	Reino Unido	35
Estados Unidos	123	Prov. Chinesa de Taiwan	12	Alemanha	33
Chile	52	Líbano	7	Itália	27
Paraguai	52			Suécia	11
Uruguai	51			Finlândia	10
Equador	44			Holanda	10
Cuba	28			Bélgica	9
Costa Rica	19			República Tcheca	9
México	14			Rússia	9
Venezuela	14			Polônia	8
Nicarágua	9			Suíça	8
Canadá	8				
Total Global	1.006		111		801

Fonte dos Dados Brutos: IBGE - Censo Demográfico 2000 (ARQUIVO DE MICRODADOS DA AMOSTRA)

Nesse sentido podemos observar que existe um contingente bastante heterogêneo quando desagregados por países, ao contrário das observações feitas pela variável procedência por continente, que se nota uma participação mais homogênea.

Há também uma variação nos totais de pessoas, nos níveis superior – graduação, mestrado ou doutorado, tanto procedente por continente, quanto por países de origem. Quanto aos estudantes da Oceania que são oriundos da Austrália, verifica-se um contingente de apenas 5 observações (amostra expandida) no curso de graduação.

Quando observamos a população de estudantes internacionais no Brasil, por regiões, nota-se que a região Sudeste é o destino preferencial desta migração para 66% dos estudantes, enquanto a região Sul é para 17%, a região Centro-Oeste e Nordeste igualmente para 6,6% e a região Norte para apenas 3,5%.

A Unidade da Federação com mais estudantes estrangeiros é São Paulo (5.733), seguido por Rio de Janeiro (2.541) e Minas Gerais (569) na região Sudeste; Rio Grande do Sul (1.113) e Paraná (783) na região Sul; Distrito Federal (502) e Goiás (216) na região Centro-Oeste; Pernambuco e Bahia com igual volume (364) e Ceará (127) na região Nordeste e Amazonas (280) na região Norte.

4.2 Estudantes Africanos no Brasil e Rio de Janeiro - Unidade da Federação e Município: Um Retrato Conciso da Subpopulação no Censo Demográfico (CD) 2000

Dentre os estudos publicados sobre os migrantes africanos no Brasil, como já analisado na revisão bibliográfica, são notadas algumas limitações para definir um perfil sociodemográfico da população. Esta é preocupação fundamental quando se analisa um grupo com pequenos percentuais, comparativamente a outros grupos de imigrantes. Nesse sentido, a contribuição deste estudo será explorar a dinâmica e configuração dos fluxos recentes, verificando como se articulam ao processo imigratório brasileiro no momento atual.

Ao longo dos debates sobre migração, as informações selecionadas sobre movimentos migratórios da população e seus deslocamentos nos Censos Demográficos tem sido uma fonte relevante nas investigações, apesar de todas as suas limitações (VILLA; PELLEGRINO *apud* BAENINGER, 2000).

As informações a partir do CD 2000 permitem verificar o contingente da população observada como *Estudantes estrangeiros*, naturais dos países de África e que se encontram nos cursos *Superior Graduação e Mestrado ou Doutorado*. Para tanto, este levantamento tem como propósito retratar essa população no universo de estrangeiros observados pelas ocorrências nos dados da amostra expandida, captados como migrantes internacionais.

Nesse sentido, a unidade de análise do estudo sobre a mobilidade será composta pelas pessoas selecionadas como estrangeiro de países africanos, nos cursos de graduação, mestrado ou doutorado que residem, ainda que temporariamente, no Brasil e no Rio de Janeiro (estado e Município).

Embora a população seja captada por uma seleção conjuntiva³⁴ de variáveis no CD 2000 esta não é a população específica do estudo, que são os *estudantes africanos de Convênio de Cooperação Educacional*. O propósito macrodimensional é trazer o maior número possível de informações sobre a população de africanos nos espaços geográficos recortados, partindo do pressuposto das informações do documento da UNESCO (2006) sobre os fluxos de estudantes de África pelo mundo e os destinos dos lusófonos. Nesse sentido, observa-se o que revelam os dados do Censo demográfico, buscando chegar a uma comparação lógica destas informações com outras fontes.

³⁴ A seleção era definida de acordo com os critérios de relevância das informações contidas nas variáveis, filtradas por características específicas do objeto de estudo.

Fazendo uma breve caracterização sócio-demográfica da população africana no Brasil, antes de se verificar efetivamente o subgrupo ou *subpopulação* de interesse, que são os estudantes estrangeiros de educação superior, com destaque para os africanos, observa-se a partir das informações do CD de 2000, que residem no Brasil um contingente total de 15.568 africanos. (*APÊNDICE H*)

Deste total, a maior população angolana, com 6.319 (40,5%) de residentes distribuídos pelas unidades da federação. A segunda maior população é a do Egito com 3.386 (22%), seguidas por Moçambique, com 1.328 (8,5%), da África do Sul, com 1.268 (8,0%) e, por último está a população de Cabo Verde, com 804 (5,0%) residentes distribuídos pelas unidades da federação.

No estado do Rio de Janeiro a população de africanos procedentes de diversos países do continente é de 4.092 (26,3% do total da população no Brasil). No Município do Rio de Janeiro este contingente é de 2.865 (18,4%), sendo o maior volume vindo de Angola e Egito.

Analizando a *Tabela 4.4* da distribuição da população africana, residente no Brasil por Grandes Regiões, observa-se que existe uma proporção relativamente maior entre o número de estrangeiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) - Angola, Guine Bissau, Moçambique e São Tome e Príncipe - comparativamente aos demais, como foi analisado no capítulo anterior, com relação à tendência dos africanos migrarem para países com vínculos lingüísticos.

Tabela 4.4 - Distribuição da População Africana, por país de origem, segundo as Grandes Regiões e ano de chegada de 1996/2000 - Brasil – 2000

País de Nascimento e Itens Geográficos	Região Norte	Região Nordeste	Região Centro-Oeste	Região Sudeste	Região Sul
África do Sul	27	39	41	986	175
Angola	93	563	310	4.667	686
Argélia	0	23	8	97	7
Burkina Fasso	0	0	0	7	0
Burundi	0	76	8	0	0
Cabo Verde	29	51	17	621	86
Camarões	0	0	5	33	0
Congo	20	0	0	55	0
Costa do Marfim	17	7	0	19	0
Egito	0	25	33	3.209	119
Etiópia	0	0	9	9	0
Gabão	0	0	6	0	0
Gana	0	0	0	103	0
Guiné-Bissau	29	29	0	147	13
Libéria	0	0	0	38	0
Libia	0	11	9	30	31
Mali	0	9	0	0	0
Marrocos	0	0	33	331	63
Maurício (ilhas)	0	0	0	9	0
Mauritânia	0	0	8	0	0
Moçambique	7	85	28	951	257
Namíbia		0	0	9	0
Nigéria	0	36	15	476	0
Quênia	0	8	0	20	28
Rep. Democrática do Congo	0	0	0	77	0
Santa Helena	0	0	0	16	0
São Tomé e Príncipe	0	14	0	40	0
Senegal	8	0	9	50	10
Serra Leoa	0	0	0	31	0
Sudão	0	0	0	13	0
Tanzânia	0	0	0	22	0
Togo	0	0	8	11	0
Tunísia	0	7	0	137	14
Uganda	11	0	0	0	0
Zâmbia	0	0	12	16	0
Zimbábue	15	0	0	42	9
Total Global	256	983	559	12.272	1.498

Fonte dos Dados Brutos: IBGE - Censo Demográfico 2000 (ARQUIVO DE MICRODADOS DA AMOSTRA).

O total de africanos de língua oficial portuguesa residentes no país é de 8.723, o equivalente a 56% de toda a população africana restante. Nesse sentido, pela distribuição dos africanos lusófonos nota-se que a Região Norte possui o menor volume com 158 (1,8%), a Região Nordeste possui o contingente mais expressivo de 742 africanos (8,5%) e na Região Centro-Oeste de 355 (4,0%). O maior volume está na Região Sudeste com 6.426 (73,6%) e na Região Sul com 1.042 (12%).

Quando observamos a população absoluta de estudantes procedentes de África para o Brasil, como vimos anteriormente, é de 1.630 pessoas dos quais, 623 moram no Rio de Janeiro (UF) sendo 485 do Município. Assim, a distribuição dos estudantes africanos por cursos no país é de 1.386 de graduação e 244 de mestrado ou doutorado.

No Rio de Janeiro (UF) são 549 estudantes africanos de graduação e 74 de mestrado ou doutorado; no Município são 423 da graduação e 62 do mestrado ou doutorado.

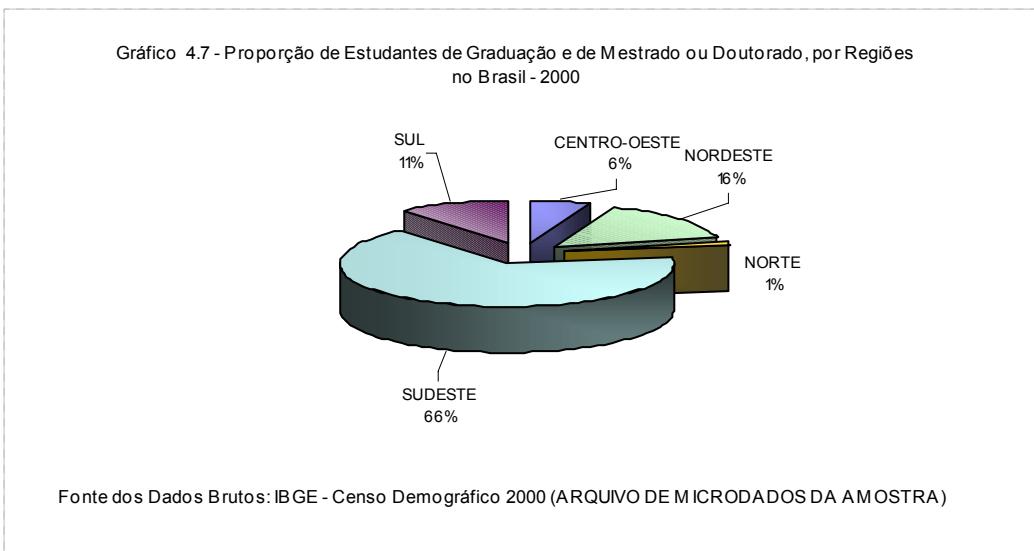
A razão de sexo, como já foi observada, é predominantemente masculina, tanto para o Brasil como para o Rio de Janeiro, estado e Município. Quanto à razão de sexo nos cursos verifica-se que, além da predominância do sexo masculino, ocorre maiores entradas de homens efetivamente no mestrado ou doutorado, principalmente no Rio de Janeiro (UF e Município), como mostra a *Tabela 4.5*.

Tabela 4.5 - Distribuição de Estudantes Africanos, Brasil, Estado e município do Rio de Janeiro, graduação e pós-graduação, por Sexo e Razão de Sexo – 2000

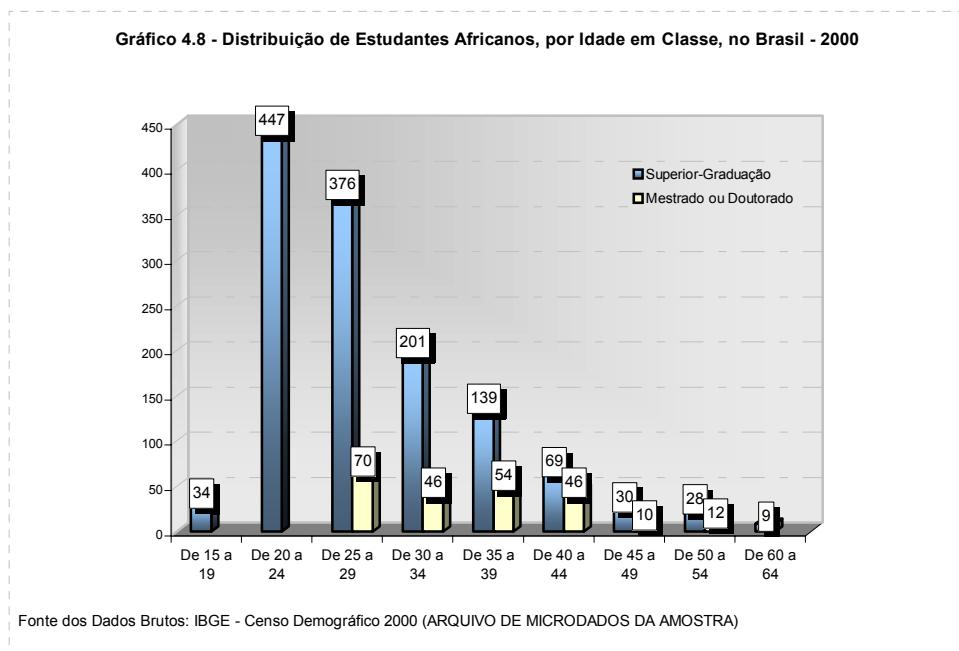
Sexo	Brasil		RJ(UF)		MUNICÍPIO	
	Mestrado ou Doutorado	Superior-Grado	Mestrado ou Doutorado	Superior-Grado	Mestrado ou Doutorado	Superior-Grado
Masculino	149	800	54	340	42	262
Feminino	94	583	19	207	19	159
Razão de Sexo	1,58	1,40	2,80	1,60	2,20	1,60

Fonte dos Dados Brutos: IBGE - Censo Demográfico 2000 (ARQUIVO DE MICRONDADOS DA AMOSTRA).

Ao se observar onde se localiza a população de estudantes africanos, distribuídas conforme as Regiões Geográficas (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste), verifica-se o volume mais expressivo está na Região Sudeste (66%) dos quais 38% se encontram no Rio de Janeiro (UF). A Região Nordeste e Sul também são destinos preferenciais para realizar estudos, pois apresentam um volume expressivo de estudantes africanos. Em contrapartida a Região Norte e Centro-Oeste aparecem como os destinos menos preferenciais. (*Gráfico 4.7*).

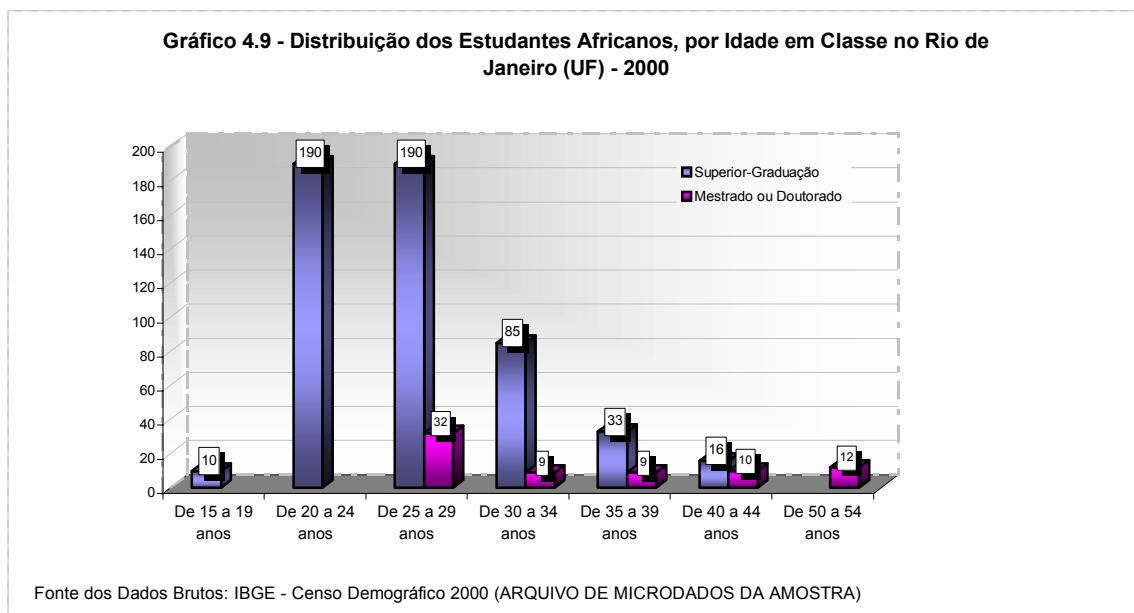


Na relação idade e curso superior – graduação, mestrado ou doutorado, verifica-se conforme os dados do CD 2000 que há maior freqüência de estudantes na classe de 20 a 29 anos equivalente para ambos os sexos. Os volumes mais expressivos estão na classe de 20–24 anos (447) e de 25–29 anos (376) na graduação. No mestrado ou doutorado essa concentração é mais expressiva na classe de idade entre os 25 a 29 anos (70) e 35 a 39 anos (54), como mostra o Gráfico 4.8.

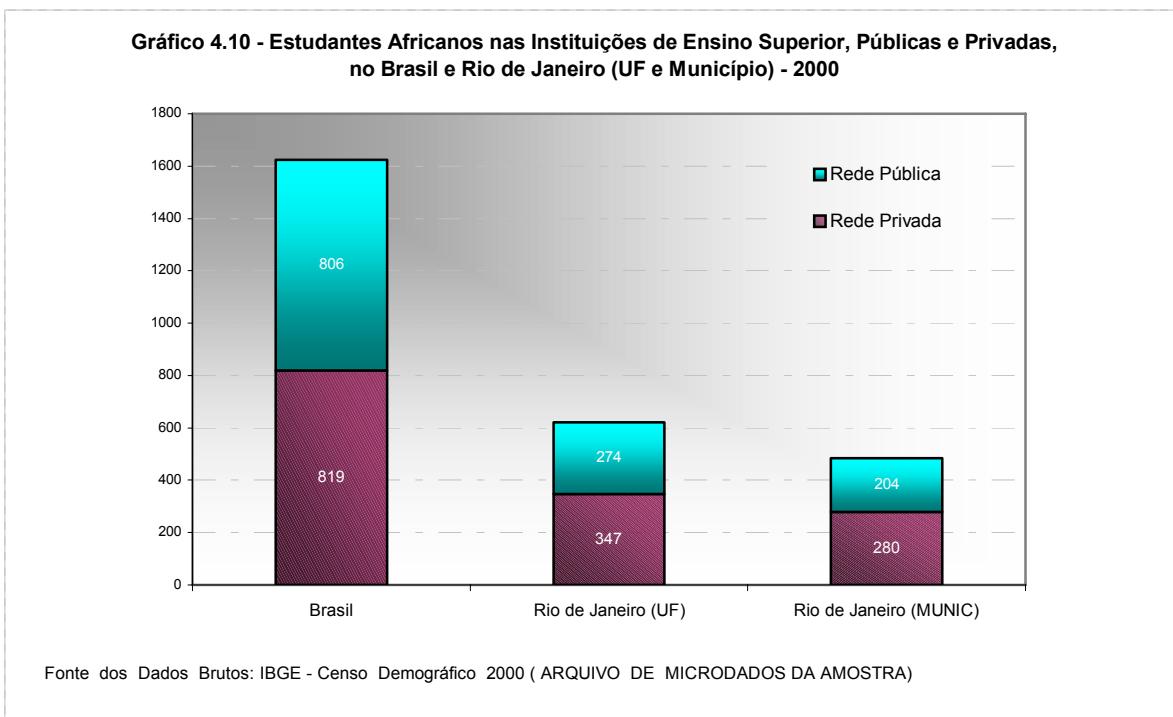


No Rio de Janeiro (UF) as observações nos cursos também demonstram que se trata de um público jovem onde a maior concentração de estudantes de graduação está na classe de idade entre os 20 a 29 anos e segue a tendência igual para os estudantes no Brasil. Contudo, há um volume considerável na classe entre os 30 e 39 anos e a partir da qual se observa um menor volume de entradas.

Já no mestrado ou doutorado a concentração é relativamente equivalente na classe de idade entre 25 e 29 anos, entre 35 e 44 e ainda na classe dos 50 e 54 anos, revelando uma população mais amadurecida, como era de se esperar, em comparação aos estudantes da graduação, como mostra o *Gráfico 4.9*.



Quando se analisa a população de estudantes africanos estudantes em Instituições de Ensino Superior da rede pública ou privada do Brasil, observa-se que a maior parte deles (819 ou 50,4% do total) está na rede privada de ensino, enquanto os demais (806 ou 49,6% do total) estão na rede pública. Em relação aos estudantes africanos residentes no Rio de Janeiro (UF), a maioria (55,9) pertence à rede privada e o restante (44,1%) à rede pública. Semelhante proporção existe no Município do Rio de Janeiro, onde 57,9% dos estudantes africanos são de rede privada e 42,1% de rede pública, como mostra o *Gráfico 4.10*.



Quando se verifica essa distribuição por país de procedência dos estudantes, nota-se que o maior contingente de africanos nas redes públicas e privadas de ensino superior no país é de angolanos com um volume de 732 estudantes dos quais 408 são da rede privada e 324 na rede pública. No Rio de Janeiro (UF) são 307 estudantes angolanos, sendo 181 da rede pública e 126 da rede privada e no Rio de Janeiro (Município) são 177 estudantes angolanos, sendo 109 da rede privada e 68 da rede pública.

Nesse contexto, deve-se considerar que a incorporação de estudantes angolanos mais na rede privada deve-se ao fato de recebem o apoio institucional da Fundação Eduardo dos Santos que intermedeiam convênio educativo entre o governo de Angola e Instituições de Ensino Superior públicas e em sua maioria privadas no país, além de conceder bolsas de estudo para os estudantes.³⁵

O segundo contingente mais expressivo no Brasil nas redes de ensino superior são de estudantes cabo-verdianos, com um volume total de 439 alunos, destes 153 são da rede privada e 286 da rede pública. No Rio de Janeiro são 221, dos quais 86 são estudantes da rede privada e 135 da rede pública. Dos estudantes do Município (126), 54 são alunos da rede privada e 72 da rede pública.

Os moçambicanos representam no Brasil o terceiro contingente mais expressivo nos cursos de graduação, mestrado ou doutorado, com um volume de 166 estudantes, sendo

³⁵ A Fundação Eduardo dos Santos – FESA, que é uma instituição de apoio aos angolanos em várias partes do mundo, estabelecendo diversos convênios com entidades e instituições nacionais e internacionais com o objetivo de atuar como parceira do governo angolano nas diferentes vertentes do desenvolvimento.

92 alunos da rede privada e 74 da rede pública no país. No Rio de Janeiro (UF e Município) o volume é o mesmo, de 28 estudantes, sendo 20 da rede pública e 8 da rede privada.

Os estudantes da África do Sul participam com menor volume, embora em número bastante significativo, são 63 e todos da graduação. Destes, 46 são da rede privada e 17 da rede pública; Rio de Janeiro (UF e Município) são apenas 12 e todos da rede pública e da graduação.

Com relação à participação dos guineenses que totalizam 58 estudantes no Brasil, 41 estão na rede privada e 17 na rede pública. O contingente no Rio de Janeiro (UF e Município) é o mesmo com apenas 11 estudantes na rede privada. Ressalta-se nesse sentido, que conforme se observa por outras fontes de dados e informações, o fluxo procedente de Guiné-Bissau foi intensificado após 2000, principalmente na graduação e com um volume significativo para a rede pública.

Os demais estudantes africanos, tanto no Brasil quanto no Rio de Janeiro (UF e Município), na rede pública e na rede privada apresentam volumes menores que são: Egito com 36 estudantes no Brasil e todos no Rio de Janeiro, sendo 26 alunos de graduação (17 na rede privada e 9 na rede pública) e 10 de mestrado ou doutorado, todos estudantes da rede privada de ensino; Os nigerianos que são 32 estudantes no Brasil e 23 no Rio de Janeiro (UF e Município), estando 20 na graduação e na rede pública e 12 no mestrado ou doutorado na rede privada. Deste contingente, 23 se localizam no Rio de Janeiro (UF), estando 11 na graduação e também estudantes residentes no Município na rede pública e 12 no mestrado e na rede privada; não havendo mais ocorrência, portanto para o Município além deste volume da graduação.

Os demais africanos, somente participam com contingentes para o Brasil e não há observações no Rio de Janeiro (UF ou Município). (*APÊNDICE I*)

Desse modo, quando observamos a distribuição relativa comparativamente, nas redes pública e privada de ensino, para os estudantes dos cursos de graduação, mestrado ou doutorado verifica-se que os estudantes que se encontram na rede pública também são maioria, tanto na graduação quanto no mestrado ou doutorado. Ocorre, ademais, uma maior participação na rede pública para o Município, no mestrado ou doutorado (71%) com relação aos estudantes africanos que estão na rede privada (29%). Tanto no estado quanto no Município do Rio de Janeiro, observam-se mais estudantes de graduação na rede pública do que na rede privada.

Portanto, há uma considerável heterogeneidade nos volumes, por curso e nos espaços acadêmicos e geográficos, no Brasil, e RJ (UF e Município), tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino superior, como se observa na Tabela 4.6.

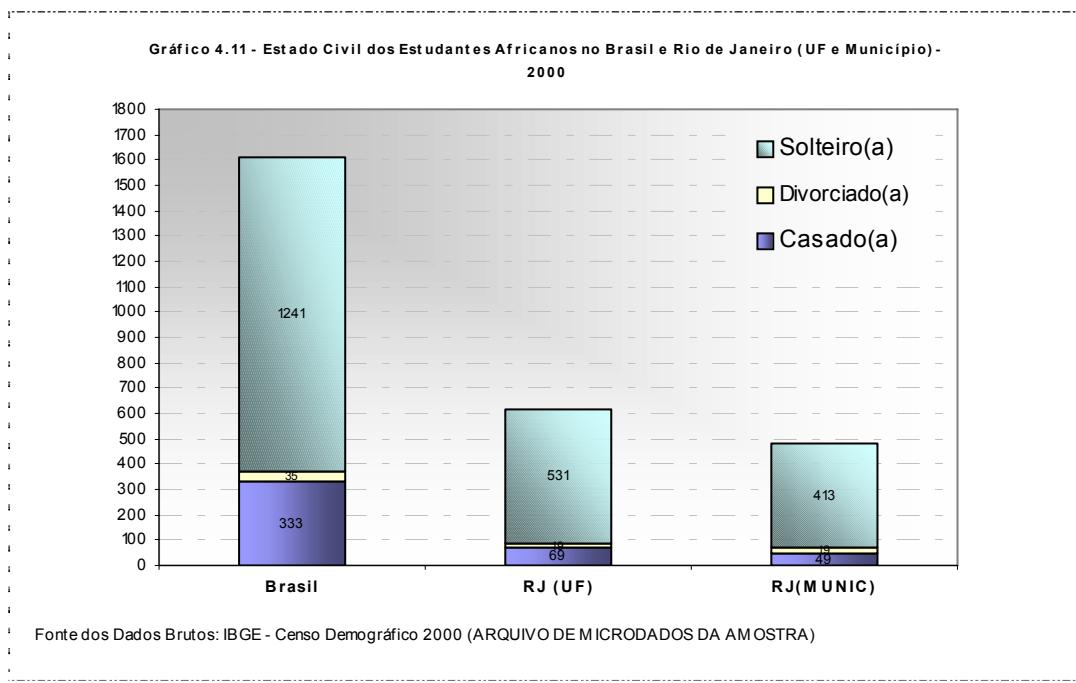
Tabela 4.6 - Estudantes Africanos, por Cursos na Rede Pública e Privada de Ensino no Brasil e RJ (UF) e Município – 2000

Estudante, curso	Estudante, escola	Pessoa(s)
Mestrado ou doutorado		243
	Rede privada	106
	Rede pública	137
Superior-graduação		1382
	Rede privada	713
	Rede pública	669
Total Global - Brasil		1625
Mestrado ou doutorado		74
	Rede privada	30
	Rede pública	44
Superior-graduação		547
	Rede privada	244
	Rede pública	303
Total Global - RJ (UF)		621
Mestrado ou doutorado		62
	Rede privada	18
	Rede pública	44
Superior-graduação		422
	Rede privada	186
	Rede pública	236
Total Global - RJ (MUNICÍPIO)		484

Fonte dos Dados Brutos: IBGE - Censo Demográfico 2000 (ARQUIVO DE MICRODADOS DA AMOSTRA).

Quanto à situação econômica desta população, algumas variáveis são importantes para entender a relação dos estudantes quanto ao estado civil, por exemplo, a condição domiciliar e como declaram rendimento per capita.

Nesse contexto, com relação ao estado civil dos estudantes africanos no Brasil e no Rio de Janeiro (UF) e Município, observa-se, conforme os dados da amostra expandida que o contingente mais expressivo é de Solteiro (a), nos três universos (1.241 no Brasil; 531 no estado do Rio de Janeiro e deste volume 413 se encontram no Município), em seguida o contingente de Casado (a) (333 no Brasil e 69 no estado dos quais 49 moram no Município), um volume menor de divorciado (a) (35 no Brasil e 19 se encontram no Município do RJ) e somente 10 estudantes Desquitados (as) ou separados (as) judicialmente no Brasil. (Gráfico 4.11).



Quando analisamos as variáveis, estado civil e sexo (*Tabela 4.7*) observa-se a predominância de homens mais do que mulheres solteiras no Brasil, no Rio de Janeiro (UF e Município). Contudo há mais estudantes casadas no estado e Município do RJ, em relação ao observado no Brasil. Isto poderia indicar que elas migram para acompanhar os esposos e se dedicam a dar continuidade aos estudos no Rio de Janeiro.

Deste contingente de estudantes casadas, 70% são de graduação no Brasil e 53,6%, de graduação no Rio de Janeiro, ao passo que no Município do Rio de Janeiro o maior percentual de estudantes casadas está no mestrado ou doutorado. Já com relação ao contingente de estudantes solteiras no Brasil, 92% estão na graduação e no Rio de Janeiro (UF) e Município, todo o volume está na graduação.

TABELA 4.7 - ESTUDANTES AFRICANOS, POR SEXO E ESTADO CIVIL – 2000

ESTADO CIVIL	Brasil		RJ(UF)		RJ(MUNICÍPIO)	
	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO
Casado(a)	178	155	28	41	12	37
Desquitado (a) ou separado (a) judicialmente	0	10	9	10	9	10
Divorciado(a)	16	19	0	0	0	0
Solteiro(a)	752	489	357	174	283	130

Fonte dos Dados Brutos: IBGE - Censo Demográfico 2000 (ARQUIVO DE MICRONDADOS DA AMOSTRA)

A relação entre as variáveis, condição no domicílio³⁶ e o rendimento domiciliar per capita por classe de salário-mínimo³⁷ permite observar qual a posição familiar e econômica dos estudantes, importante ao se buscar elementos que possam esclarecer os recortes sociais desta população.

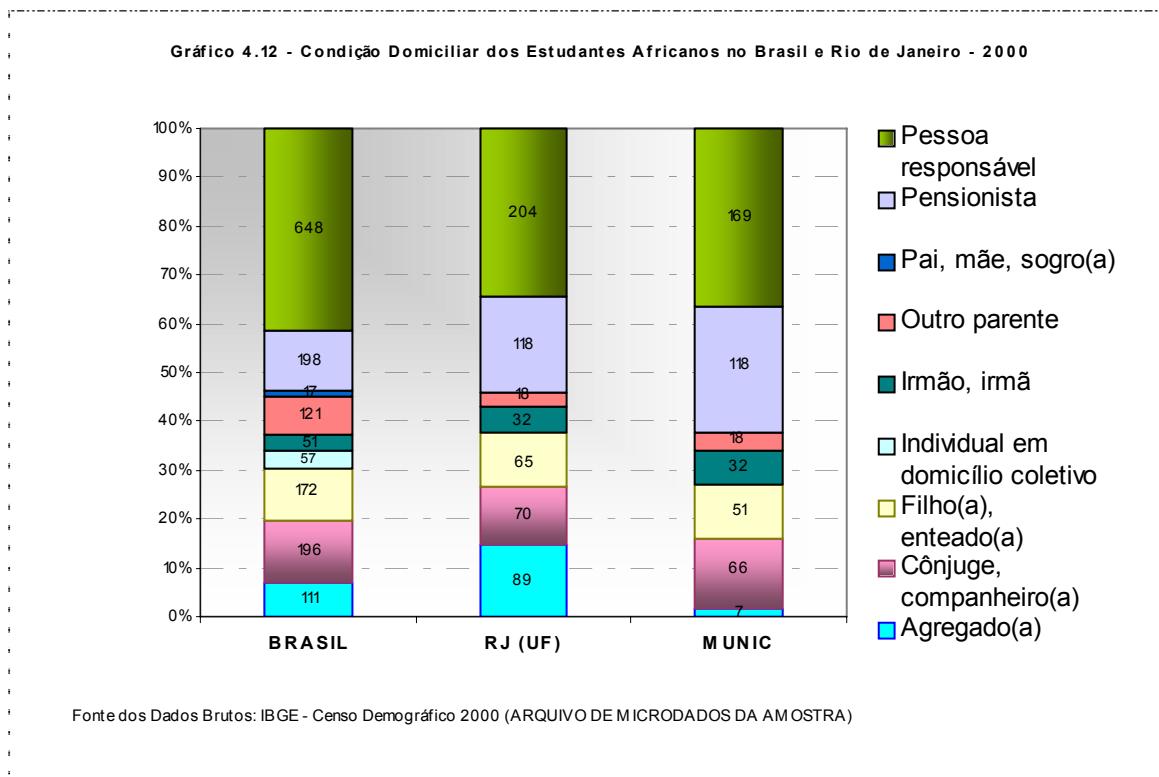
Analizando a variável condição domiciliar verifica-se que no Brasil 648 estudantes africanos são responsáveis pelo domicílio e no Rio de Janeiro (UF) são 204, enquanto que no Município são 169. Observa-se que há um contingente de estudantes bastante expressivo que são pensionistas - isto é, aquela pessoa que sem ser parente, contribui para as despesas de moradia e alimentação no domicílio – e, com relação à população de estudantes africanos se encontram nessa condição 198 no Brasil, 118 no Rio de Janeiro (UF) e o mesmo contingente no Município (118).

Um outro contingente significativo de estudantes se declaram na condição de *cônjugue ou companheiro(a)* e são 196 no Brasil, 70 no Rio de Janeiro (UF) e destes, 66 estão no Município. Dos que declaram condição domiciliar como filho (a) ou enteado (a) nota-se um contingente um pouco menor no Brasil (172), comparativamente aos que se declaram na condição de cônjuge ou companheiro (a) que são 196, um pouco maior no Rio de Janeiro (UF) na mesma condição (70) e como filho(a), enteado(a) também em menor volume (65).

Conforme os dados anteriores sobre estado civil, nota-se uma distribuição coerente em relação aos contingentes de solteiros (as) e casados (as), que tendem a ser os responsáveis pelo domicílio ou que contribuem de alguma forma com as despesas mensais. E ainda, com relação aos estudantes africanos no Brasil que se declaram em condição de *outro parente* e de agregado, observa-se um volume também significativo, como também no Rio de Janeiro onde ocorre mais agregados do que outro parente, como mostra o Gráfico 4.12.

³⁶ É a relação de convivência existente entre cada pessoa e o responsável pelo domicílio. cf. CD 2000.

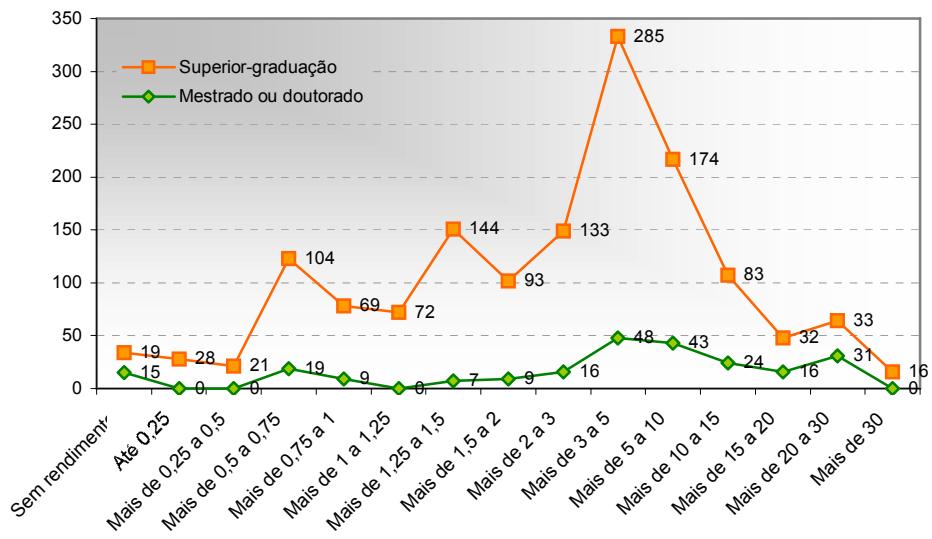
³⁷ Soma dos valores dos rendimentos nominais mensais dos moradores de domicílios privados, expressa em reais (R\$), dividida pelo número de moradores do domicílio, exclusive das pessoas consideradas na condição do domicílio como pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos, em classes de valores de salários-mínimos. Ver toda a descrição da variável em Anexos: anexo do capítulo.



Quanto ao rendimento nominal mensal, por classe de salário-mínimo declarado³⁸ para os estudantes africanos no Brasil, observa-se que 285 estudantes de graduação e 48 de mestrado ou doutorado declararam receber *mais de 3 a 5 salários-mínimos*, ao passo que 174 estudantes de graduação e 45 de mestrado ou doutorado declararam receber *mais de 5 a 10 salários-mínimos*. Nota-se também que há uma forte concentração de estudantes de graduação na classe de *mais de 1,25 a 1,5 salário-mínimo* (144 estudantes) assim como na classe de *mais de 2 a 3 salários-mínimos* (133 estudantes), como mostra o Gráfico 4.13.

³⁸ valor do salário-mínimo na data de referência do Censo: R\$151,00 (cento e cinqüenta e um reais).

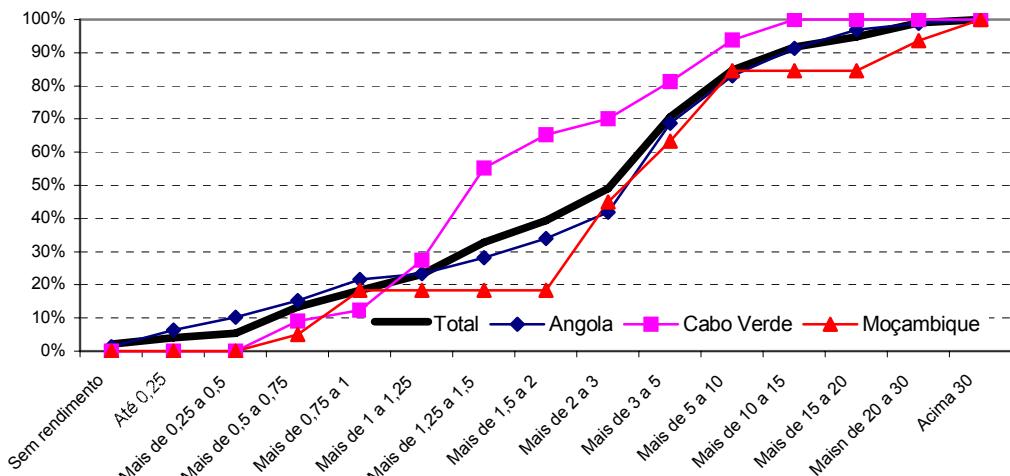
Gráfico 4.13 - Rendimento Domiciliar dos Estudantes Africanos, por Curso e Classe de Salário-Mínimo



Fonte dos Dados Brutos: IBGE - Censo Demográfico 2000 (ARQUIVO DE MICRONDADOS DA AMOSTRA)

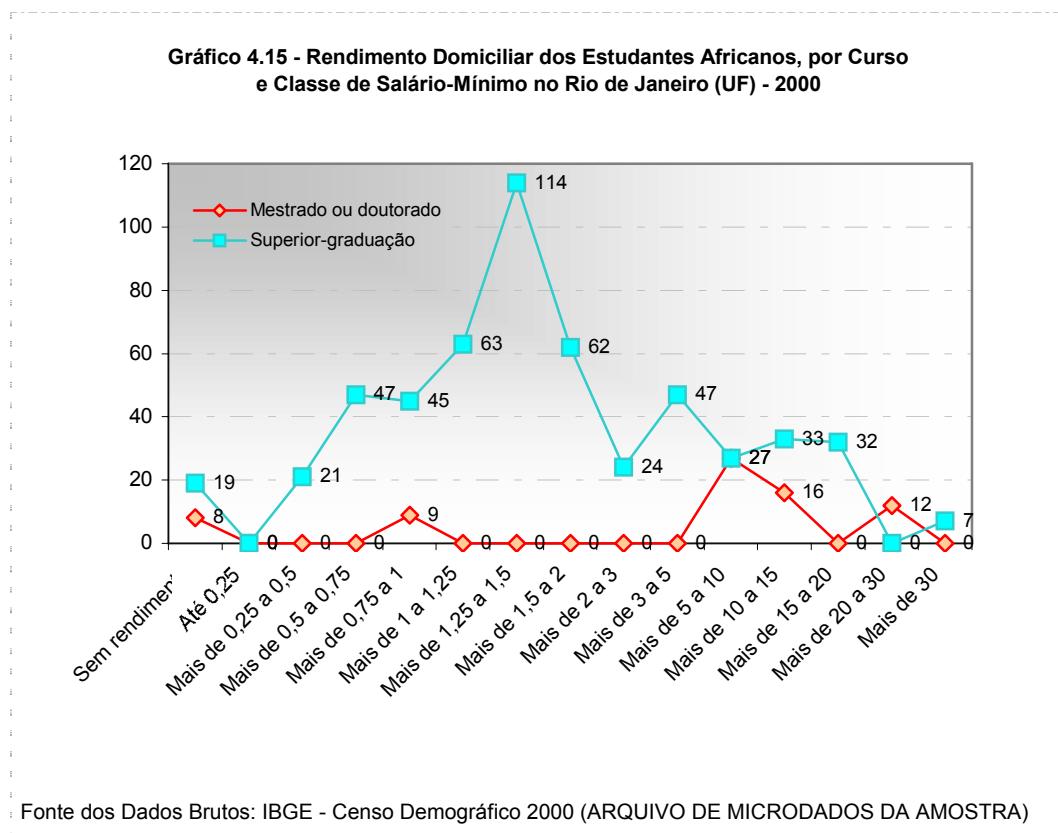
Quando se comparam os maiores percentuais de concentração de rendimento declarados pelos estudantes da graduação no Brasil, por país de procedência, os resultados indicam que o contingente de Angola, Cabo Verde e Moçambique (os maiores volumes), evoluíram diferentemente conforme rendimento e apresentam distribuição mais concentrada entre as faixas mais baixas, como mostra o Gráfico 4.14.

**Gráfico 4.14 - Rendimento dos Estudantes Africanos de Graduação no Brasil, por Países
- 2000**



Fonte dos Dados Brutos: IBGE - Censo Demográfico 2000 (ARQUIVO DE MICRONDADOS DA AMOSTRA)

No que diz respeito aos estudantes africanos no curso superior – graduação, mestrado ou doutorado, residentes no estado do Rio de Janeiro, que declaram rendimento mensal, há uma concentração de declarações nas classes de *mais de 1,25 a 1,5 salário-mínimo* (114 estudantes de graduação), bem como na classe de *mais de 1 a 1,25 salário-mínimo* (63) e *mais de 1,5 a 2 salários-mínimos* (62). Com relação à concentração dos estudantes de mestrado ou doutorado, a maior concentração está na classe de *mais de 5 a 10 salários-mínimos* (27), *mais de 10 a 15 salários-mínimos* e *mais de 20 a 30 salários-mínimos* (12), como mostra o Gráfico 4.15.



Fonte dos Dados Brutos: IBGE - Censo Demográfico 2000 (ARQUIVO DE MICRONDADOS DA AMOSTRA)

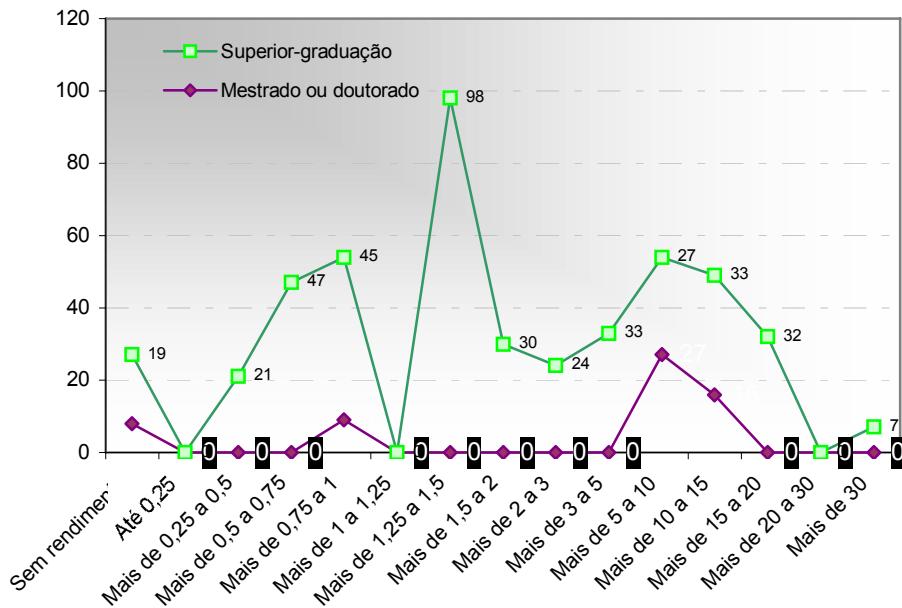
Quando observamos a evolução das concentrações de rendimento domiciliar no Município, Angola, Moçambique e Cabo Verde, que são os países que apresentam maior volume, nota-se que, no que se refere aos estudantes angolanos as maiores concentrações estão na classe de *mais de 5 a 10 salários mínimos* e *mais de 10 a 15 salários mínimos*.

Dos estudantes procedentes de Cabo Verde as maiores freqüências acumuladas de concentração estão nas classes *mais de 1 a 1,25* e *mais de 1,25 a 1,5 salário-mínimo*. Já os estudantes de Moçambique a concentração estão na classe de *mais de 3 a 5 salários mínimos* e *mais de 5 a 10 salários-mínimos*.

Nesse sentido, ao se observar à distribuição de rendimentos declarados, por classe de valores equivalentes a salário-mínimo, podemos verificar que há uma relativa disparidade nas condições econômicas dos estudantes, tanto nos cursos superior-graduação quanto de mestrado ou doutorado.

Observa-se na distribuição de rendimento dos estudantes africanos no Município do Rio de Janeiro, uma tendência muito próxima às concentrações existentes na UF, isto é, nas classes: *mais de 1,25 a 1,5 salário-mínimo* (98), *mais de 0,75 a 1 salário-mínimo* (54) e *mais de 5 a 10 salários-mínimos* (54), seguidos pelas concentrações também nas classes *mais de 10 a 15 salários-mínimos* e *mais de 0,5 a 75 salário-mínimo*, sendo o volume mais expressivo de estudantes da graduação. (Gráfico 4.16)

Gráfico 4.16 - Rendimento Domiciliar dos Estudantes Africanos, por Curso e Classe de Salário-Mínimo no RJ/Município - 2000



Fonte dos Dados Brutos: IBGE- Censo Demográfico 2000 (ARQUIVO DE MICRODADOS DA AMOSTRA)

Quanto às concentrações por classe no Município e nos volumes mais expressivos dos países africanos que são Angola, Cabo-Verde e Moçambique, podemos verificar também uma tendência equivalente a observada na UF. Para os declarantes de Angola observa-se, além da freqüência para todas as classes, uma concentração maior nas classes de *mais de 0,25 a 0,5 salário-mínimo a mais de 0,75 a 1 salário-mínimo* e a maior concentração na classe, *mais de 10 a 15 salários mínimos*. Para os cabo-verdianos a freqüência mais expressiva está na classe de *mais de 1,25 a 1,5 salário-mínimo e mais de 0,75 a 1 salário-mínimo*. E, quando observamos os moçambicanos a freqüência se concentra na classe de *mais de 3 a 5 salários –mínimos*.

Portanto, através da análise dos dados registrados no Censo Demográfico 1991 e mais especificamente de 2000, pode-se entender a distribuição espacial da população de estudantes africanos de graduação, mestrado ou doutorado no Brasil, Rio de Janeiro UF e Município, pela seleção conjuntiva de variáveis.

As variáveis, naturalidade, continente e país de nascimento, instrução, desagregando por estudante, curso, escola (rede privada e rede pública) sexo, idade em anos, classe, rendimentos domiciliar mensal per-capita, observadas as procedências desta população pelo volume absoluto e relativo, permitem verificar, através das informações demográficas, algumas características dessa população. De fato, existe um

maior contingente de estudantes de graduação, comparativamente aos estudantes do mestrado ou doutorado; ademais, tal contingente apresenta razão de sexo predominantemente masculino, tanto em relação ao Brasil, quanto ao Rio de Janeiro (UF) e Município.

Contudo, a exceção da população de estudantes de Cabo Verde proporção de mulheres (54,2%) é superior ao dos homens (45,8%). No que diz respeito aos cursos de mestrado ou doutorado, a razão de sexo fica equilibrada em 1 para 1.

Observou-se também que o volume registrado para o Rio de Janeiro (UF), corresponde a 38,5% da população de estudante africanos, de mestrado ou doutorado no Brasil, embora a maior proporção deste volume estude no Município (78%).

Das ocorrências de estudantes na rede pública e privada, para o Brasil, como foi observado anteriormente o maior contingente se encontra na rede privada e não na rede pública. Quanto às observações referentes a declaração de rendimento domiciliar mensal dos estudantes de graduação, mestrado ou doutorado, para o Brasil as maiores concentrações de rendimentos estão nas classes de *mais de 3 a 5 salários-mínimos* e *mais de 5 a 10 salários-mínimos*.

Nesse contexto, propõe-se revelar determinados aspectos da dinâmica do processo migratório dos estudantes africanos de curso superior com base nesses dados sociodemográficos, cotejados com outras fontes de informações, de modo a conhecer melhor este subgrupo populacional, pouco explorado e analisado.

4.3 Procedentes de África no Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros (SINCRE)

Segundo as estatísticas da Divisão de População das Nações Unidas - UNPD, o número estimado da população emigrante africana no mundo em 1990 era de 16.351.076 milhões de pessoas e em 2005 verificou-se um aumento no volume que passou para 17.068.882 milhões de africanos, considerando homens e mulheres juntos.

Os imigrantes com entradas temporárias ou permanentes no Brasil são cadastrados e registrados pelo Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros (SINCRE), segundo as modalidades de vistos concedidos.

A situação jurídica do estrangeiro no Brasil foi definida por Lei nº 6815/80, alterada pela Lei nº 6964/81 e regulamentada pelo Decreto nº 86715, de 10 de Dezembro de 1981 e confere ao Ministério da Justiça através do seu Departamento de Polícia Federal (DPF),

as funções de polícia de imigração pela Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira (DPMAF).

São fixados também, regulamentos e resoluções através do Conselho Nacional de Imigração - CNIg³⁹ (ANEXO A) que dispõem sobre critérios para concessão de visto temporário ou permanente ou permanência definitiva e também como refugiado⁴⁰.

Ao estudante estrangeiro o CNIg que disciplina a concessão de visto, fica restrita à Resolução Normativa nº 16 de 18 de agosto de 1998 cujo artigo 3º informa o seguinte:

Aos estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação, inclusive aqueles que participam de programas denominados "sanduíche", com ou sem bolsa de estudo, poderá ser concedido visto temporário, previsto no inciso IV do art. 13 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

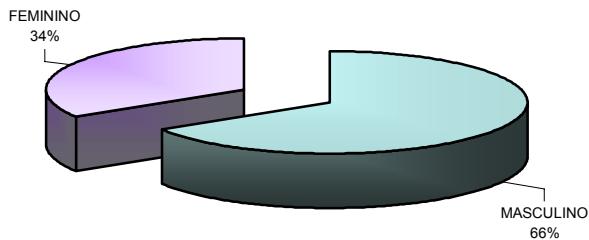
Nesse contexto, segundo o *Art 13 inciso IV* o visto temporário é concedido ao estrangeiro na condição de estudante pelo prazo de 1 (um) ano, prorrogável, caso necessário e mediante prova declaratória de aproveitamento escolar e de matrícula da Instituição de Ensino Superior ao qual está vinculado.

Pelo cadastro do SINCRE, observa-se, de acordo com a distribuição total de estrangeiros por sexo, procedentes de países de África, com entrada desde o ano de 1990 até 2005, foram registrados 13.266 estrangeiros, dos quais 8.766 foram registros para o sexo masculino e 4.500 foram para o feminino. Observa-se uma predominância de entradas no Brasil, ao longo dos anos, de estrangeiros africanos do sexo masculino. (*Gráfico 4.17*).

³⁹ Órgão colegiado vinculado ao Ministério do Trabalho e que disciplina por resoluções migratórias Administrativa, Normativa, Recomendada e Portaria. Disponível em <<http://www.mte.gov.br/menu/imigracao/conselhonacional/Legislacao/default.asp>> . Acesso em: Outubro de 2005.

⁴⁰ Dados recentes de refugiados sob o amparo da ACNUR, ver APÊNDICE F.

Gráfico 4.17 - Registro de Entradas de Africanos por Sexo No Brasil - 1990/2005



Fonte: DPF/Sistema Nacional de Cadastramento e Registros de Estrangeiros (SINCRE). Outubro de 2005.

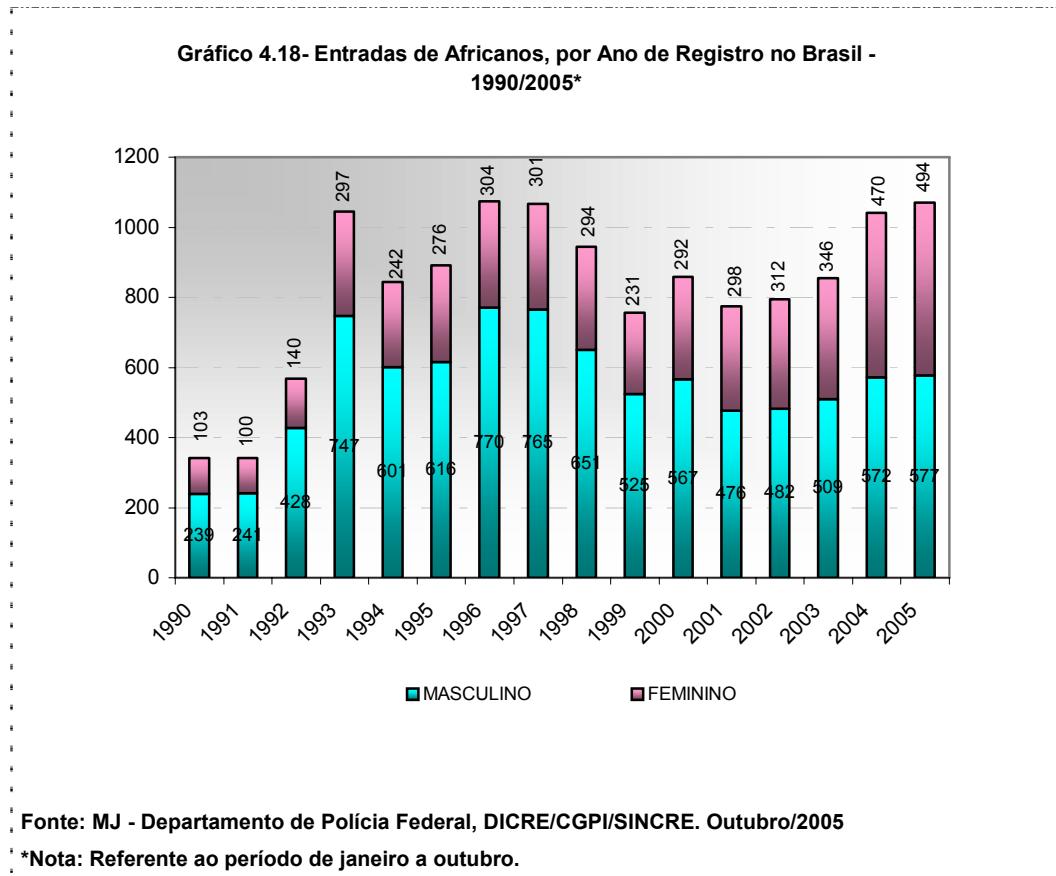
Esses registros mostram que os maiores volumes, para todas as entradas por países, para homens e mulheres, referem-se ao período entre os anos de 1996 a 1997 e também ao ano de 2005⁴¹; contudo houve um crescimento expressivo nos percentuais de entradas desde 1990 que representam 2,57% dessa população para o sexo masculino e feminino e, em 2005 foi de 8,07%.

Observando-se os volumes por ano de registro, nota-se que em 1990, o contingente de africanos cadastrados no SINCRE era de 342 (2,57%) dos quais 239 (2,72%) eram do sexo masculino e 103 (2,28%) do sexo feminino. Esse volume se manteve quase inalterado em relação ao ano seguinte. Em 1992 houve um crescimento expressivo de registros, sobretudo por causa do fluxo do sexo masculino que era de 428 (4,88%) em comparação ao volume do sexo feminino de 140 (3,11%). Esse volume se elevou em 1993, tanto para os registros de homens que era de 747 (8,52%) quanto para mulheres com 297 (6,6%).

Observa-se também que de janeiro de 1990 a dezembro de 1993 há um efetivo crescimento no volume feminino de 103 para 297 registros. De 1993 a 1994 observa-se uma ligeira queda no volume que logo volta a apresentar crescimento de 242 para 304 registros em 1996. Observa-se também que ocorre um decréscimo desta população no período de 1997 a 1999 de 301 para 231 registros e logo após um crescimento no volume absoluto no período de janeiro de 2000 a outubro de 2005 de 292 para 494 registros.

⁴¹ Registros referentes ao período de janeiro a outubro de 2005.

Com relação à quantidade de estudantes do sexo masculino, de janeiro de 1990 a dezembro de 1993, observa-se um crescimento nos registros de 239 para 749 entradas. De 1993 a 1994 observa-se, no entanto, uma pequena queda no volume que logo volta a crescer de 1995 a 1997 e passam de 616 para 765 registros. Verifica-se que para o período de 1997 a 2001, ocorre um decréscimo expressivo de 765 para 476 registros, voltando a crescer de 2003 (509) até outubro de 2005 (577). (Gráfico 4.18)



Nos registros de africanos, por regiões, nas Unidades da Federação e por situação jurídica do estrangeiro, observa-se que ocorrem mais registros, na Região Sudeste (3.859 registros) e por estado, o volume mais expressivo está em São Paulo (1.845 registros) e no Rio de Janeiro (1.692 registros). (*Tabela 4.8*)

Tabela 4.8 - Registros de Africanos no Brasil, por Classificação e U.F. de Residência no Brasil – 1990-2005

Registros por Regiões	Permanentes	Temporários	Refugiados	Total
NORTE	58	61	2	121
Acre	6	16	1	23
Amapá	4	0	0	4
Amazonas	18	6	0	24
Pará	18	21	0	39
Rondônia	3	0	0	3
Roraima	4	3	0	7
Tocantins	5	15	1	21
NORDESTE	180	227	5	412
Bahia	61	38	2	101
Ceará	21	52	0	73
Maranhão	17	4	1	22
Paraíba	12	30	0	42
Pernambuco	41	41	1	83
Piauí	0	2	0	2
R. G do Norte	21	46	1	68
Sergipe	7	14	0	21
CENTRO-OESTE	217	143	1	361
Distrito Federal	142	93	0	235
Goiás	44	23	0	67
Mato Grosso	7	5	0	12
Mato Grosso do Sul	24	22	1	47
SUDESTE	2.285	1.010	564	3.859
Espírito Santo	29	6	1	36
Minas Gerais	141	128	18	287
Rio de Janeiro	909	424	358	1691
São Paulo	1206	452	187	1845
SUL	199	307	13	519
Paraná	111	144	3	258
Rio Grande do Sul	40	107	10	157
Santa Catarina	48	56	0	104
Total Global	2.939	1.748	585	5.272

Fonte: MJ - Departamento de Polícia Federal/SINCRE. Outubro/2005.

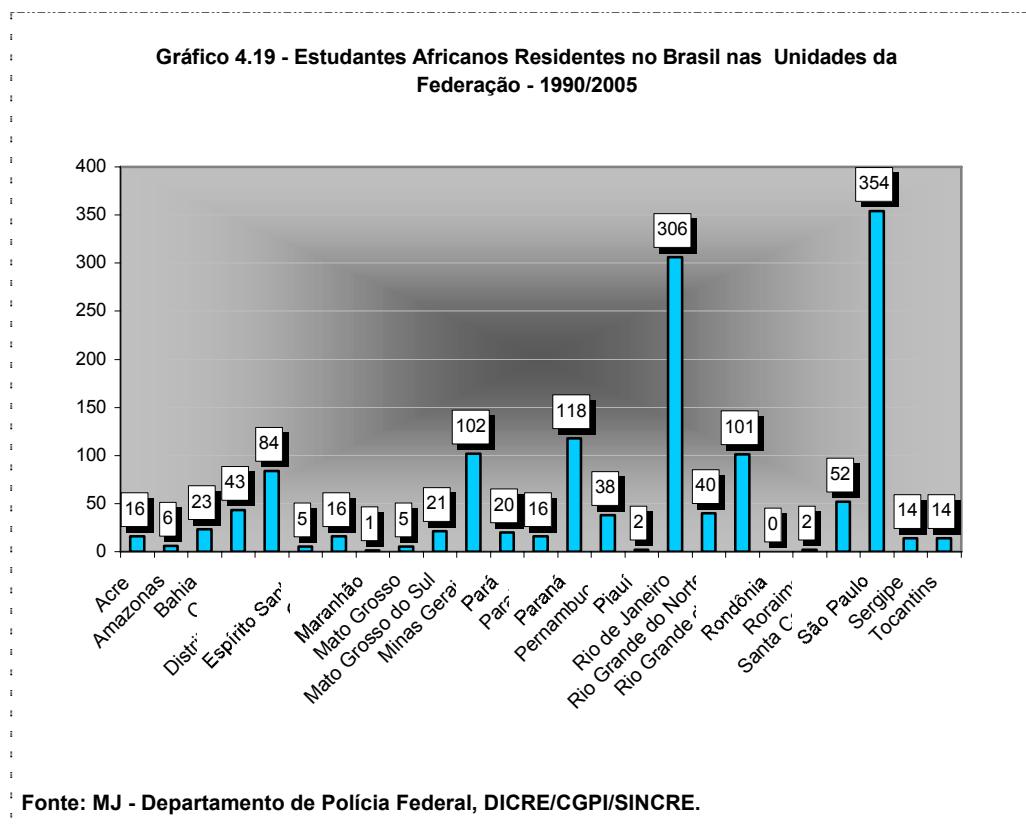
É também em São Paulo onde se encontra o maior número de estrangeiros na modalidade permanente (1.206) e temporários (452). Contudo, está no Rio de Janeiro o maior volume de estrangeiros refugiados⁴² (352) do país. Pelos registros do SINCRE, em algumas unidades da federação não ocorre registro de estrangeiros refugiados, eles se concentram basicamente na Região Sudeste (RJ, SP, MG).⁴³

Entretanto, quando se observa o registro dos vistos temporários para estudante, nota-se uma concentração maior também no Rio de Janeiro e em São Paulo primordialmente. O grupo dos estados com maiores volumes de africanos é composto por:

⁴² De acordo com os dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), no Brasil ao longo dos anos de 1998 até 2004, 3.074 solicitações foram atendidas e destas a maioria são solicitações de africanos.

⁴³ Como o SINCRE/DPF/MJ é o órgão do governo brasileiro encarregado do registro, optamos por usar a informação oficial. (ver APÊNDICE F).

Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Distrito Federal e revelam também a continuidade das escolhas pelos grandes centros urbanos, conforme ilustra o Gráfico 4.19.



Na distribuição comparativa das modalidades de estrangeiros temporários na condição de estudante e refugiados, conforme unidades da federação, o maior volume pertence aos estudantes, desde os anos de 1990 até outubro de 2005. Os registros de estudantes por escolaridade indicam um volume de 459 estudantes no curso superior e dos quais 177 encontram-se em São Paulo e 100 no Rio de Janeiro.

Em comparação com os dados obtidos com o Censo Demográfico 2000, as informações coletadas a partir do SINCRE são bastante precárias. Todavia, eles permitem observar o comportamento dos movimentos de entradas de africanos, de janeiro de 1990 até outubro de 2005. Ressalta-se, portanto a importância dessas fontes, como o Registro de Cadastro dos Estrangeiros no país, para se entender algumas especificidades dos movimentos migratórios internacional para o Brasil e nas unidades da federação.

4.4 Considerações sobre o Capítulo

O propósito deste capítulo foi trazer o maior número de informações possíveis sobre a população de africanos nos espaços geográficos recortados, de forma a comparar tais informações com outras fontes de dados.

Como entendimento inicial sobre essa população de estudante-convênio, foram levantadas diferentes bases de dados aqui explorados, quer seja apresentando a população de estudantes estrangeiros e, destacando os africanos pelo Censo Demográfico 2000, quer seja explorando através de registros administrativos as entradas de estrangeiros provenientes de países de África para o Brasil isto tornou possível captar os fluxos recentes no Brasil, Rio de Janeiro (UF e Município).

Segundo as informações procedentes do Sistema de Informação Nacional de Cadastramento e Registros do Departamento de Polícia Federal, foi possível apreender, conforme modalidades e estatuto jurídico desses estrangeiros africanos, onde se encontram os maiores contingentes de acordo com regiões, entradas no estado e Município do Rio de Janeiro, bem como tendência desses fluxos e demandas de estrangeiros e especificamente de africanos ao longo dos anos de 1990 até outubro de 2005.

Em síntese, o presente capítulo, embora apresente uma estimativa sub-registrada devido ao déficit de informações e do recorte limitado desse estudo, os dados observados contribuíram para esclarecer, como informado no capítulo anterior sobre os destinos dos estudantes estrangeiros, que existe uma população significativamente importante de estudantes africanos no país, pelos registros do Censo Demográfico e que, ao longo dos anos, vem apresentando tendência de crescimento nos espaços geográficos, já que escolhem o Brasil como país de acolhida, quer seja para desenvolver estudos, quer seja para acolher pessoas em situação de refugiados.

 **CAPÍTULO 5**

Aspectos Educativos e Vínculos Acadêmicos: A Cooperação Horizontal e as Relações Bilaterais no Ensino Superior

A Cooperação horizontal constitui no âmbito dos Estados, um instrumental estratégico de desenvolvimento econômico e social necessário para melhorar o nível de vida das populações em condições similares de desenvolvimento. É também um instrumento de política externa que permite reforçar os laços de amizade e solidariedade entre povos e governos.

O pacto social mundial estabelecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na Declaração do Milênio, traz como um de seus objetivos:

Fomentar uma aliança mundial para o desenvolvimento onde os países em desenvolvimento se esforçarão mais [grifo meu] para impulsionar seu próprio desenvolvimento” e, por essa dimensão os compromissos são estabelecidos de forma que caiba aos países desenvolvidos a ajuda no sentido de aliviar suas dívidas e contribuir com melhores oportunidades de intercâmbio⁴⁴.

Nesse sentido, como a responsabilidade de cumprir os objetivos recaem sobre os países em desenvolvimento e principalmente para os mais afetados pela pobreza e/ou isolamento geográfico, como os do continente africano. Estes deverão redobrar os esforços buscando apoio de instituições financeiras internacionais e doadores para trabalharem em parceria na reestruturação de suas nações, na diminuição da pobreza e da fome, bem como na melhoria nos níveis de educação.

O intercâmbio de atividades e projetos, nessa perspectiva, além de ser um instrumento importante de promoção de novas oportunidades de formação e/ ou capacitação de recursos humanos, permite a estes países obterem maior proveito das experiências e tecnologias a partir da promoção de ações de cooperação horizontal.

Na perspectiva de unir forças através de alianças de cooperação outras regiões foram focalizadas, redirecionando a cooperação, concentrando basicamente na África e no sudeste asiático. A cooperação horizontal tem se constituído um instrumento importante da política exterior dos Governos, através dos quais os países se relacionam bilateralmente ou multilateralmente.

⁴⁴ Cf. Documento em versão eletrônica. NACIONES UNIDAS (2005). Objetivos de Desarrollo del Milenio. New York, 2005. Versão originalmente em Espanhol. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/mi/pdf/MDG%20BOOK_SP_new.pdf>. Acesso em: Maio de 2005.

O Brasil, desde a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em setembro de 1987⁴⁵ vem recebendo o apoio do PNUD atuando como parceiro:

Na formação de seu corpo técnico, na capacitação dos profissionais contratados, na adoção de técnicas gerenciais apropriadas para a gestão da cooperação técnica brasileira, na implantação dos sistemas informatizados de acompanhamento de projetos, entre outras linhas de trabalho desenvolvidas.⁴⁶

Dentre os compromissos que o Governo Federal assumiu diante da comunidade internacional, ao assinar a Declaração sobre Desenvolvimento Social e o Programa da Ação da Cúpula de Copenhague, em 1995, encontra-se em: “Aumentar e fortalecer os esforços em favor da **cooperação** internacional, regional e sub-regional para o desenvolvimento social”.⁴⁷ (grifo meu)

São prioridades da cooperação o fortalecimento nas relações com os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e com os países da América Latina, Caribe e Timor Leste e, nesse sentido, os Convênios Educativos que promovem ofertas de vagas nas universidades brasileiras, nos níveis de graduação, pós-graduação e técnico, tornam-se também um eixo prioritário da cooperação.

O histórico das relações internacionais dos acordos sobre cooperação entre Brasil e países do continente africano, tem raízes datadas nas duas primeiras décadas do século passado, tanto no âmbito das estratégias políticas como da Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica. Esses acordos têm como base fortalecer os laços comuns de amizade e promover as relações no campo da cultura, da ciência, das artes, tornando efetiva essa cooperação no âmbito da educação, especificamente no campo da formação universitária e da promoção de igualdade social.

⁴⁵ Órgão encarregado da coordenação dos programas e projetos de Cooperação Técnica Internacional, executada por instituições brasileiras. Criado por meio do Decreto Nº 94.973, como parte integrante da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao Ministério das relações Exteriores (MRE). Histórico disponível em <http://www.abc.mre.gov.br/abc/abc_historico.asp>. Acesso em: Novembro de 2005.

⁴⁶ Cf. Documento disponível em <http://www.abc.mre.gov.br/abc/abc_historico.asp> Acesso em: Novembro de 2005.

⁴⁷ Relatório Copenhague +5. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/publi_04/compromisso.htm> Acesso em: Novembro de 2005.

5.1 Internacionalização da Educação Superior e o Sistema Educativo em África

As políticas de cooperação, sobretudo desde os anos oitenta tem sido um mecanismo importante para impulsionar o desenvolvimento através da formação de recursos humanos, principalmente para os países em vias de desenvolvimento. Um componente importante para a expansão da sociedade do conhecimento e a inclusão no mundo global de países menos desenvolvidos que tem sido a intensificação da internacionalização dos sistemas de educação superior e de maneira geral, do mundo acadêmico (PELLEGRINO, 2002).

A Cooperação como política de promoção social adota um procedimento equânime, embora para muitos países a cooperação educativa não seja simplesmente uma opção, mas uma necessidade, tendo em vista que em muitos países (a exemplo dos africanos) os sistemas de educação superior são incapazes de absorver boa parte da população que necessitam ingressar nas Universidades.

De acordo com as informações anteriores sobre a população de estudantes africanos no mundo e para o Brasil, observa-se que há uma tendência crescente de indivíduos buscando outros países para complementar os estudos, já que a implementação do sistema universitário nos seus países de origem é ainda muito recente e em alguns os cursos superiores foram criados a pouco tempo.

A criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁴⁸, em âmbito geral, abriu novas perspectivas com relação à cooperação sul-sul e notadamente no que se refere ao desenvolvimento de projetos e programas multilaterais. O Brasil, um dos principais parceiros desta comunidade na cooperação, desenvolve desde meados dos anos de 1990, uma gama de programas no sentido de fomentar instrumentos eficazes para a melhoria nos indicadores de desenvolvimento social. A educação, nessa perspectiva, foi eleita o principal veículo de integração e promoção social entre os membros.

Com relação à educação superior do continente africano, mesmo após a independência dos países, as instituições de ensino superior ainda mantêm o formato e a filosofia das universidades coloniais, espelhadas no sistema europeu de origem. O desenvolvimento destas instituições é amparado por donativos estrangeiros, conforme

⁴⁸ A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em Lisboa, em julho de 1996, com a finalidade de reunir os sete países lusófonos existentes - Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe - em torno de três objetivos gerais, definidos nos Estatutos da Comunidade: a concertação político-diplomática entre os seus membros; a cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa. O Governo brasileiro mantém vários projetos de cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, especialmente na área de capacitação de recursos humanos e saúde. Documento disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/relext/mre/cplp/apresent.htm>> Acesso em: Junho de 2006.

analisa Sehoole (2005)⁴⁹. Segundo o autor, apesar da independência política, a dependência financeira das instituições de ensino superior continua, principalmente na África do Sul, de agências como a *US Agency for International Development* (USAID) e a *British Inter-University Council for Higher Education* (IUC).

O que se observa, entretanto, é que embora haja poucas Universidades e algumas instituições de Ensino Superior nestes países, há uma deficiência de Instituições públicas em relação a oferta maior de Universidades privadas. Assim, cada vez mais um público maior prefere migrar para estudar fora a ter que estudarem em Universidades privadas, pois além de muitos estudantes não terem condições financeiras de pagar os estudos, muitos pais preferem manter seus filhos em outros países. Nesse contexto, de acordo com Gomes e Nardini (1996, p. 2):

As estratégias de mobilização de bolsas de estudos, de criação de um embrião de ensino superior e de escolas semiprofissionalizantes permitiram colmar algumas destas graves insuficiências, graças em parte a um processo intenso de mobilização de recursos financeiros através da cooperação internacional.

A maioria das Instituições de Ensino Superior em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe datam da década de 1990, outras universidades públicas mais antigas são remanescentes do período colonial e sofreram revitalização nas diretrizes e estruturas curriculares após 1990. Elas ampliaram as ofertas de vagas, mas ainda apresentam deficiência na cobertura, não atendendo a demanda da população universitária.

Em Angola, a única Instituição pública, a Universidade Agostinho Neto, a mais antiga do país, data de 1985, tem 41 cursos distribuídos em sete centros universitários. Em Luanda, Benguela, Huíla, Huambo, Cabinda, Uige e Lunda.

Os cursos estão distribuídos nas Faculdades de: Engenharias – Com os cursos de Arquitetura, Engenharia Civil, Engenharias de Minas, Engenharia Eletrônica, Engenharia Informática, Engenharia Mecânica, Engenharia Química; Faculdade de Medicina; Instituto Superior de Enfermagem; Faculdade de Direito – com os cursos Direito Jurídico-civil, Jurídico-econômico e Jurídico-político; Faculdade de Ciências – com os cursos de Biologia, Engenharia Geográfica, Física, Geofísica, Geologia, Matemática, Química; Faculdade de Economia – com os cursos de Economia, Gestão; Faculdade de Letras – com os cursos de Ciência Política, Gestão e Administração Pública, História,

⁴⁹ Molathegi Trevor Sehoole, (Universidade de Pretória – África do Sul) pesquisador da política educativa superior no período pós-apartheid na África do Sul e chama a atenção para o deslocamento de políticas macroeconómicas governamentais africanas para políticas neoliberais que agravam o problema do sistema educativo no educação superior.

Sociologia, Psicologia, Lingüística, Filosofia, Inglês, Francês, Língua Portuguesa, Antropologia.

Há alguns outros cursos oferecidos no Instituto Superior de Ciências da Educação – com os cursos de Ensino da pedagogia, Ensino da Psicologia, Ensino da Sociologia, Ensino da filosofia, Ensino da história, Ensino da língua francesa, Ensino da língua inglesa, Ensino da língua portuguesa, Ensino da matemática. Também na Faculdade de Ciências Agrárias e na Escola Superior Pedagógica.

Em Angola, no âmbito da rede particular de ensino, está a Universidade Católica de Angola (UCAN), propriedade da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). Esta Instituição foi autorizada em 1992, mas sua criação oficial data de 1997. As ofertas dos cursos estão distribuídas em 4 (quatro) Faculdades de Direito, Economia, Engenharia e Ciências Humanas.

O Instituto Jean Piaget é uma cooperativa de ensino superior que foi fundada em 1979 e conta com centros nacionais em Angola e internacionais em Cabo Verde e Moçambique. A Universidade Jean Piaget de Angola (UniPiaget) é resultado das ações empreendidas no âmbito da Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura de Angola e o Instituto Piaget de Portugal, em 1998.

A UniPiaget em Angola, funciona desde 2000 e possui 7 (sete) Campus Universitários distribuídos nas regiões do país. No Campus de Angola há oferta em diversos cursos de Licenciatura Plena ou de graduação tais como: Ciências Farmacêuticas, Direito, Economia e Gestão, Enfermagem, Engenharia de Construção Civil e Ordenamento do Território, Engenharia de Informática de Gestão, Engenharia de Petróleo, Medicina, Motricidade Humana e Reabilitação, Psicologia Clínica, Sociologia.

Nos demais Campus há ofertas também para cursos: Biotecnologia, Ciência da Comunicação, Ciências Químicas e do Ambiente, Engenharia Alimentar, Música, Ciência da Ecologia e Desenvolvimento Sustentado, Engenharia de Sistemas e Telecomunicações, Engenharia Eletromecânica, Engenharia de Manutenção e Gestão Empresarial, Pintura e Escultura, Relações Internacionais, além de uma oferta em cursos de licenciaturas curtas ou Bacharelados.

Compondo também o sistema de educação superior da rede de ensino particular angolana está a Universidade Independente de Angola, com funcionamento muito recente (desde 2004). Ela situa-se unicamente na província de Luanda, com uma oferta de cursos nas áreas de Ciências da Comunicação, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Informática, Engenharia Eletrotécnica e Telecomunicações, Engenharia dos Recursos Naturais e Ambiente, Gestão e Marketing.

Cabo Verde dispõe, dentre os países africanos membros da CPLP de melhor cobertura escolar. De acordo com Gomes (1996) o país implementa uma política de valorização de recursos humanos que permite atrair bons professores de outros países de África, sobretudo da região Ocidental.

O ensino superior reconhecido como de curta duração (bacharelados de 3 anos) nasce no país a partir de uma demanda latente de pós-secundários. A organização do ensino superior foi criada com objetivo de dar condições para a institucionalização da educação superior, “designadamente nos domínios técnico e de gestão”. Nesse sentido, segundo Gomes, foram criados os Institutos Superiores de Educação (ISE) e de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR).

Outros Institutos também cooperaram no âmbito da Comissão Nacional para Instalação da Universidade de Cabo Verde como o Instituto Nacional de Administração e Gestão (INAG) e o Instituto Superior de Ciências Econômicas e Empresariais (ISCEE), o Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA), cidade de Praia, o Instituto Isodoro da Graça e a UniPiaget com a Universidade Jean Piaget, de Cabo Verde.

A peculiaridade deste país, entretanto é que, apesar de apresentar um sistema nacional de ensino bastante incipiente e onde a grande maioria dos quadros é formada no exterior, o investimento feito neste setor é bastante elevado para as possibilidades do país. Conforme analisa Alves (1998), cerca de 60% da verba para formação é investida em oferta de bolsa de estudos, espalhados em 160 escolas superiores no estrangeiro, além das ofertas para as escolas nacionais. De acordo com o autor,

A inserção da Universidade de Cabo Verde em redes universitárias no contexto dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com destaque para Portugal e Brasil, dará continuidade à formação de quadros nas áreas não organizadas internamente. (*op. Cit.* p. 4)

Existe uma relação estabelecida com universidades portuguesas e brasileiras que permite a formação de professores e investigadores, além da capacitação de recursos humanos no âmbito da graduação nas Universidades pelos acordos bilaterais de cooperação, nesse sentido a circulação e o intercâmbio de quadros para qualificação em outros países tem como finalidade a criação de redes de docência e investigação para atividades nas Instituições, potencializando a internacionalização do sistema educativo em Cabo Verde.

Guiné-Bissau, segundo Gomes (1996) possui algumas semelhanças no plano educativo com a evolução histórica e estrutural da educação em Angola. O país não dispõe de instituições de ensino médio e superior que datam o período colonial e, nesse contexto, há uma estrutura recente, com base no ensino profissional para atender as necessidades da população.

O país possui uma Instituição pública, a Universidade Pública Amílcar Cabral, inaugurada em 2004, a Faculdade de Direito de Bissau criada em 1990 e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), criado em 1984 para gerar capacidade de pesquisa nos áreas de conhecimento em ciências humanas e também nas áreas de preservação histórica e patrimônio cultural do país. Em 2003, uma Associação denominada Grupo de Apoio ao Desenvolvimento Cultural e Científico da Guiné-Bissau cria a Universidade Colinas de Boé, a primeira instituição universitária independente do país.

Há nesses países uma enorme carência de acesso à universidade e o ensino superior é privilégio de poucos e não um direito a todos, um fator de exclusão e um indicador de aumento de desigualdade social neste país. Desta forma, torna-se cada vez mais necessária para muitos jovens que desejam continuar sua formação.

Moçambique apresenta um histórico de educação superior desde o período colonial, quando foi criada a instituição denominada Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM) cujos cursos superiores são nas áreas de: Ciências Pedagógicas, Medicina e Cirurgia, Engenharia de Minas, Mecânica, Eletrônica, Química, Agronomia e Florestas e medicina Veterinária.

O país conta com algumas instituições públicas, como a Universidade Eduardo Mondlane (UEM), antiga Universidade de Lourenço Marques (desde 1976), o Instituto Superior Pedagógico (transformado em Universidade Pedagógica em 1995), o Instituto Superior de Relações Internacionais (criado em 1986), a Escola Náutica de Moçambique (criada em 1991) e a Academia de Ciências Policiais (criada em 1999).

A rede privada de ensino superior em Moçambique é composta pelo Instituto Superior Politécnico e Universitário e as Universidades Católicas de Moçambique, cujas atividades foram iniciadas em 1996, o Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique (desde 1997), a Universidade Pedagógica de Maputo (Centro de Língua Portuguesa em Maputo) - desde 1999. Também há previsão de instalação de um centro universitário da Universidade Jean Piaget em Moçambique.

Assim como nos demais países africanos membros da CPLP existe em Moçambique um excesso na procura por instituições de ensino superior públicas, em relação ao número de vagas. Ocorre também no país a centralização das instituições na capital, dificultando ainda mais a ampliação do acesso às Universidades, “em um país onde as distâncias são enormes e os meios de transporte são escassos e dispendiosos”.⁵⁰

⁵⁰ Cf. Plano Estratégico do Ensino Superior em Moçambique para o período 2000-2010. Arquivo digital. Disponível em: <<http://www.mct.gov.mz/docs/default.htm>> Acesso em: Junho de 2006.

São Tomé e Príncipe apresentam a situação mais grave dentre os países membros da CPL, pois conta somente com um Instituto Superior Politécnico (desde 1997), para atender a demanda da população, não apresentando, portanto, um quadro sustentável e adequado de sistema de ensino superior.

Além do grave quadro do sistema educativo superior que obriga os estudantes a se deslocarem para o estrangeiro para fazer a graduação, as despesas são arcadas pelos familiares dos estudantes, uma vez que a promoção da educação superior com bolsa de estudos depende de estratégias políticas.

Brasil e Portugal são os principais parceiros na cooperação para a melhoria do ensino, tanto no nível profissionalizante bem como na formação superior, concedendo bolsas de estudos para os jovens santomenses.

Portanto, há efetivamente carência de Instituições públicas em alguns muitos países, ausência em outros e deficiência em todos por não atender a crescente demanda de estudantes para o ensino superior. A cooperação, nesse sentido, é um instrumento importante e necessário de ajuda no desenvolvimento social, capacitação e formação de recursos humanos, representando também uma solução de repercussão regional e também global ao integrar a partir de políticas sociais educativas de cooperação horizontal, espaços e pessoas.

5.2 Levantamento dos Acordos de Cooperação Bilaterais e Multilaterais em vigor para o Brasil e Países Africanos

O contexto político das relações exteriores com África foi mais precisamente enfatizado pelas questões econômicas e ideológicas, havendo alternância destes Acordos conforme os interesses dos governos militares brasileiros (APÊNDICE G). Penha (1998) argumenta em sua tese sobre as relações Brasil-África, que, no que se refere a “Fronteira Oriental” brasileira, havia uma relação de alternância entre as estratégias permeadas por fronteira ideológicas - como no caso do governo Castelo Branco que, de acordo com o autor:

(...) possibilitou, à política externa brasileira, tanto se posicionar junto aos países desenvolvidos, quanto aos pertencentes ao Terceiro Mundo – como por fronteiras estratégicas enfatizadas no governo Médici que seria um ‘ponto de inflexão’ na política de fronteira do Atlântico Sul. (op. Cit. p. 7)

Nesse sentido, chama a atenção para as estratégias diplomáticas abordando a viagem do Ministro Mario Gilbson Barboza (outubro-novembro de 1972) a nove países africanos (Costa do Marfim, Togo, Benin, Zaire, Camarões, Gabão, Nigéria, Gana e Senegal) com objetivos definidos nas relações exteriores Brasil e África que:

Segundo Saraiva (1996:127-8), a gestão Costa e Silva significou o advento de um *turning point* da política africana, pois a busca da diversidade de parceiros possibilitou maior incremento de relações comerciais com a África Negra. (op. Cit. p. 8)

Nessa perspectiva, alguns Acordos bilaterais⁵¹ foram celebrados entre o Brasil e países da África, como Egito onde foi estabelecido em 1960 um *Acordo Cultural*, entrando em vigor somente a partir de 1964. Nesse ínterim foi celebrado com Senegal um *Acordo Cultural*, em Setembro/1964, que entrou em vigor somente a partir de Junho de 1967. Um adendo em novembro de 1972, referente ao Acordo, foi estabelecido como *Protocolo de Aplicação do Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964*.

No período de 1972 à 1974 o Brasil, no governo militar de Emílio Garrastazu Médici estabeleceu *Acordo Cultural e Educacional* com Costa do Marfim, Gana e Benin.⁵² Nesse mesmo ano, o Brasil estabeleceu *Acordo Cultural* com a República de Camarões, com Quênia e com a República Democrática do Congo, mas que entrou em vigor somente a partir de 19 de junho de 1976.

Nas relações bilaterais nos períodos anteriores, o Brasil manteve os acordos com países africanos, como na gestão presidencial de Ernesto Geisel (1974-1979) que imprimiu uma “nova orientação à política externa brasileira” ampliando as relações diplomáticas e comerciais com países da África, Ásia e Europa. Dentre outras iniciativas e ações de estreitamento de relações exteriores, foram estabelecidas embaixadas em Angola, Moçambique, Guiné-Equatorial⁵³.

Em novembro de 1975, foi celebrado com Moçambique um *Comunicado de Imprensa sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas*, que entrou em vigor nessa mesma data e um *Acordo de Cooperação Cultural*, celebrado em junho de 1989, mas que entrou em vigor somente a partir de abril de 1991.

⁵¹ Cf. MRE/Divisão de Atos Internacionai. Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/dai/bilaterais.htm>>. Acesso em Novembro de 2005

⁵² Nesse governo, referente ao contexto de política exterior, o Brasil assinou importantes acordos, privilegiando algumas áreas que se coadunavam com o *Programa de Metas e Bases para Ação do Governo*, prioritários para a política de desenvolvimento.

⁵³ Cf. Documento eletrônico: Arquivo Nacional e base de dados do Portal Brasil. Presidência da República. Disponível em <http://www.portalbrasil.net/politica_presidentes.htm> Acesso em Dezembro de 2005.

Com Guiné-Bissau o Brasil celebrou em junho de 1976, o *Memorando de Entendimento* que entraria imediatamente em vigor. Em maio de 1978, também é celebrado o *Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio*, em vigor em julho de 1980. Com Gabão foi estabelecido um Acordo de Cooperação Cultural, celebrado em outubro de 1975, em vigor somente em março de 1981, no governo de João Figueiredo.

Ainda na esteira dessas iniciativas, foram firmados Acordos com Cabo Verde (1979 e em vigor em 1980) e com a Nigéria (1979) celebra *Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio* o qual entrou em vigor nessa mesma data. Com Angola celebra *Acordo de Cooperação Cultural e Científico*, em 1980 entrando em vigor em 1982⁵⁴.

Em setembro de 1982, o Brasil volta a estabelecer relação bilateral com a República do Congo celebrando outro *Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica* que entraria em vigor em setembro de 1986⁵⁵. No período entre 1984 e 1991 foi celebrado também *Acordo Cultural*, com Marrocos e São Tomé e Príncipe.

No período presidencial de Fernando Henrique Cardoso⁵⁶, foram ampliadas as relações bilaterais com os países africanos e, conforme os eixos no relacionamento Brasil/África que eram das relações bilaterais e das multilaterais. O eixo multilateral foi orientado para a maior cooperação, sobretudo no desenvolvimento econômico entre os membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e no eixo bilateral, deu-se atenção privilegiada aos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP)⁵⁷.

Na área da educação, a cooperação foi ampliada para todos os países do continente africano e nessa ocasião, é celebrado em 1995 com a Namíbia o *Acordo de Cooperação Cultural e Educacional* em vigor em outubro de 1998.

Já com a África do Sul, o governo brasileiro celebrou o *Acordo Cultural* em 1996, em vigor em 1997 e, com o governo de Cabo Verde volta a estabelecer relação celebrando um *Memorando de Entendimento na Área de Educação*, em abril de 1998 entrando em vigor nesta mesma data. Todos esses acordos teriam como objetivo o intercâmbio de conhecimento e formação de uma sociedade da informação para o desenvolvimento social e econômico dos países africanos.

O fortalecimento da cooperação internacional no governo de Luis Ignácio Lula da Silva foi, desde o início de sua gestão (2002), pautado em iniciativas significativas para

⁵⁴ Promulgado na gestão presidencial de Fernando Collor de Melo, em 05 de outubro de 1990.

⁵⁵ Período referente à gestão presidencial de João Batista Figueiredo, em transição para o governo de José Sarney (1985-1990).

⁵⁶ Período: De 01 de Janeiro de 1995 a 01 de Janeiro de 1999 e de 01 de Janeiro de 1999 a 01 de Janeiro de 2003.

⁵⁷ Cf. Documento eletrônico. Brasil: 1994 – 2002. A Era do Real. Disponível em <http://www.psdb.org.br/biblioteca/era_do_real/30.pdf> Acesso em Dezembro de 2005.

retomar as relações internacionais com os países africanos, direcionando ações para políticas afirmativas concretas, onde a educação foi colocada como “mote principal dos acordos diplomáticos”.

No contexto de alianças entre Brasil e Angola, os acordos se intensificaram, sobretudo nas áreas de agricultura, pecuárias (por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e através de programas de apoio à extensão rural e desenvolvimento sustentável. As áreas de esportes, cultura, meio ambiente e pesquisa em C&T - que incluiria a participação da Petrobrás e a Agência Nacional de Petróleo - estavam na pauta de Protocolos a serem estabelecidos pelos países.

Com a Namíbia e com São Tomé e Príncipe, também foram retomadas as relações com o governo brasileiro celebrou em novembro de 2003, especificamente, o *Protocolo de Intenção sobre Cooperação Educacional*. Com o governo da República de Camarões, também são retomadas as relações com a celebração em 2004 do *Memorando de Entendimento na Área de Educação*.

No âmbito de acordos estratégicos de compromisso com políticas públicas, o governo brasileiro e o governo angolano firmaram em 2004, referente até 2006, um *Programa Executivo Cultural*, através do Ministério da Cultura. Este programa abrange, sobretudo as áreas de pesquisa e formação de quadros de capacitação e de requalificação de pessoal nos níveis técnico e artístico nas áreas da cultura. Além de levar recursos humanos para este país no intuito de atuarem como mediadores para a concepção do programa, há o objetivo específico gerar uma especialização de nível universitário. Contudo, ressalta-se que foi no ano de 2005 que o Brasil apresentou maior progresso no sentido de Acordos bilaterais com Angola.

Brasil e Moçambique ao longo da história das relações bilaterais sempre mantiveram políticas em bom nível de reciprocidade; nesse sentido, no intuito de ampliar e estreitar os laços com os países africanos o governo brasileiro, através da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), assinou em agosto de 2004 um *Protocolo de Intenções* na área de *Combate a Discriminação e Promoção de Igualdade*⁵⁸, celebrado com o governo moçambicano. O documento ressalta a necessidade de executar programas, dar efetiva contribuição ao desenvolvimento econômico e social de ambos os países, além de desenvolver e aprofundar as relações de cooperação técnica que para a aplicação de direitos sociais, igualdade de raça e combate à discriminação.

⁵⁸ Cf. Documento disponível em <http://www2.mre.gov.br/dai/b_moça_43_5352.htm> Acesso em: Outubro de 2005.

Essas iniciativas de efeito multiplicador resultam também em melhorias de políticas setoriais, já que as partes se comprometem em desenvolver ações e atividades sobre questões de interesse comum. Através de intercâmbio bilateral se pretende estimular estudos e pesquisas nacionais, regionais e locais, relacionados às questões previstas no Protocolo se propõe, tais como: questões raciais, historiografia, cultura, identidade negra e aos novos desafios frente à globalização.

Ainda nessa perspectiva de celebração de acordos de cooperação através de *Programa Executivo Cultural*, o governo brasileiro assinou em abril de 2005 um convênio revigorando acordo feito em 1964 entre Brasil e Senegal⁵⁹, com vigência até dezembro de 2008. Este programa foi estruturado com o intuito de valorizar o patrimônio cultural comum de seus povos, bem como o estímulo ao intercâmbio nos diversos campos de expressão dos dois países.

No âmbito da cooperação técnico-científica entre Brasil e países africanos, foi criado em julho de 2004 o *Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia (ProÁfrica)* que tem como objetivo:

Contribuir para a elevação da capacidade científico-tecnológica dos países africanos, por meio do financiamento da mobilidade de cientistas e pesquisadores com atuação em projetos nas áreas selecionadas por sua relevância estratégica e interesse prioritário para a cooperação científico-tecnológica⁶⁰.

O *ProÁfrica* é um Programa multilateral de estratégia regional, voltado para iniciativas de desenvolvimento de estudos nas ciências humanas e sociais, na elaboração de programas e projetos na área de C & T, bem como na promoção de desenvolvimento na área de recursos hídricos, mineração e petróleo, saúde, com especial enfoque nas doenças tropicais, aquacultura (zootecnia) e biotecnologia. Desse modo, as estratégias são concretizadas por financiamento da mobilidade de especialistas (cientistas e pesquisadores) que atuam nessas áreas incentivando o desenvolvimento de projetos com um referencial de excelência na produção do conhecimento científico e tecnológico.

As relações internacionais estruturadas no âmbito de cooperações bilaterais reforçam as relações e o fortalecem vínculos políticos; nesse sentido os governos, ao longo da história da Cooperação horizontal, estreitaram os laços com países da América Latina e, sobretudo de África. O governo de Luís Inácio Lula da Silva articula ações

⁵⁹ Cf. Ministério das Relações Exteriores. DAÍ - Divisão de Atos Internacionais. Documento disponível em <http://www2.mre.gov.br/daí/b_sene_22_5487.htm> Acesso em: Setembro de 2005.

⁶⁰ Cf. Versão eletrônica: Portaria MCT nº 523, de 16.08.2005. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/legis/portarias/523_2005.htm>. Acesso em: Setembro de 2005

orientadas para política externa voltada para a população do continente africano, sobretudo na área de educação como compromisso prioritário.

5.3 Programa Estudante-Convênio de Graduação: Uma Proposta de Acordo⁶¹ Bilateral

Antes de entrarmos diretamente na análise dos registros administrativos disponibilizados pelas Instituições de Ensino Superior, há alguns aspectos importantes a serem ressaltados e que se referem às motivações pelos espaços geográficos e acadêmicos na mobilidade populacional dos estudantes estrangeiros.

De acordo com o documento das Nações Unidas: *Informe conciso sobre las tendencias demográficas en el mundo, 2003: población, educación y desarrollo*⁶², “os estudantes estrangeiros costumam proceder de países que têm vínculos geográficos, históricos, lingüísticos ou institucionais com os países que os acolhem” e no caso de estudantes estrangeiros procedentes de África que vêm para o Brasil, seria um aspecto importante considerar os vínculos históricos e, sobretudo culturais além de outros fatores de familiaridade que motivam a escolha geográfica.

No que se refere às escolhas pelos espaços acadêmicos, as informações observadas pelo documento nos informam que, “com a internacionalização dos sistemas educativos de muitos países, nos últimos anos muitas universidades tem estabelecido relações de associação e cooperação com instituições do estrangeiro (...). Este seria também um aspecto relevante, como é o caso especificamente tratado nesse estudo sobre a Cooperação educativa bilateral e nesse sentido, ressalta o documento também que “estas tendências tem sido acompanhadas de uma maior mobilidade internacional dos estudantes e é cada vez maior o número de pessoas que saem de um país para estudar no estrangeiro”.⁶³

⁶¹ O Brasil tem feito amplo uso desse termo em suas negociações bilaterais de natureza política, econômica, comercial, cultural, científica e técnica. Acordo é expressão de uso livre e de alta incidência na prática internacional, embora alguns juristas entendam por acordo os atos internacionais com reduzido número de participantes e importância relativa. Apud. MRE/DAI – Denominação de Atos Internacionais. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/003.html>> Acesso em: Maio de 2006.

⁶² Cf. Commission on Population and Development. 36th Session. (31 March-4 April 2003) Theme: Population, education and development. E/CN.9/2003/2 - Report of the Secretary-General on world population monitoring focusing on population, education and development. Versão em Espanhol. Original: Inglês. Disponível em <<http://www.un.org/esa/population/cpd/comm2003.htm>>. Acesso em: Abril de 2006.

⁶³ *Idem*.

O Brasil, tendo o compromisso pela educação superior como fator essencial da cooperação para o desenvolvimento dos países africanos, tem formado, qualificado e capacitado recurso humano para que se tornem futuros colaboradores no desenvolvimento social de seus países , no âmbito de política de cooperação com o acesso de estudantes estrangeiros às Instituições de Ensino Superior (IES) nas unidades da federação, através de Acordo Educativo e Cultural, seja para a formação na graduação ou para a pós-graduação pelo Programa Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)⁶⁴.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é uma atividade de cooperação bilateral cujo objetivo é formar recursos humanos oriundos de países em desenvolvimento os quais celebraram acordos educacionais ou culturais para que jovens possam realizar estudos nas universidades brasileiras participantes do Programa de cooperação educativa. Este teve suas atividades iniciadas desde o final dos anos vinte do século passado o qual foi administrado exclusivamente pelo Ministério das Relações Exteriores ou Itamaraty, até o ano de 1967.

O PEC-G foi desenvolvido com base na assinatura de *Protocolos*⁶⁵ (APÊNDICE C) conjuntos, com prazos indeterminados, entre dois Ministérios: da Educação (MEC) - com a participação da Secretaria de Ensino Superior (SESu) para a execução interna do programa, articulada com as Instituições de Ensino Superior (IES) - e o Ministério das Relações Exteriores (MRE)/ Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica (DCT) na gerência externa com a participação das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares.

O estudante conveniado deve atender às normas vigentes no Estatuto do Estrangeiro e aos objetivos e metas do programa; ou seja, estudar, graduar-se, comprometendo-se com o retorno ao seu país de origem, em no máximo três meses após a colação de grau. Esse incentivo, argumentado pelas instâncias bilaterais, “permite o atendimento [imediato] às demandas específicas dos governos parceiros”, conforme dispositivo do manual do candidato⁶⁶.

⁶⁴ Sobre o PEC-PG ver APÊNDICE E.

⁶⁵ Protocolo é um termo que tem sido usado nas mais diversas acepções, tanto para acordos bilaterais quanto para multilaterais. Aparece designando acordos menos formais que os tratados, ou acordos complementares ou interpretativos de tratados ou convenções anteriores. É utilizado ainda para designar a ata final de uma conferência internacional. Tem sido usado, na prática diplomática brasileira, muitas vezes sob a forma de "protocolo de intenções", para sinalizar um início de compromisso. Apud. MRE/DAÍ – Denominações Dos Atos Internacionais. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/003.html>> Acesso em Maio de 2006.

⁶⁶ Cf. Versão eletrônica disponível em <http://www.dce.mre.gov.br/PEC-G/ManualPEC-G.doc> Acesso em Novembro de 2005.

O PEC-G, coopera no sentido de incentivar os estudantes a seguirem ampliando seus níveis educacionais, traz um benefício coletivo e individual, para que esses migrantes temporários estabeleçam vínculos e redes sociais e acadêmicas, além do intercâmbio cultural. Contudo, é também um programa que se limita a um determinado público seletivo que comprove solvência econômica para estudar no país e se manter sem custos adicionais para o estado que o recebe e/ou que o envia.

Desse modo, no Protocolo está explícito que não haverá qualquer ajuda das IES, das SESu's e do MRE, “visto que o estudante-convênio assina Declaração de Compromisso, na Embaixada do Brasil sediada em seu país, de que tem recursos para se manter; além do comprovante de capacidade econômica”.⁶⁷

Segundo o protocolo, haveria uma ressalva para o caso do aluno, estudante do convênio ter a possibilidade de receber ajuda da Instituição, conforme dispositivo na Seção X, Cláusula 20, § 1º e em caráter excepcional.

Nesse sentido, as Universidades no âmbito de suas deliberações internas, oferecem benefícios aos alunos estrangeiros, conforme a demanda. A assistência acadêmica pode ocorrer em distintos formatos, desde (i) bolsas de estudo onde os alunos devem cumprir carga horário de atividade acadêmica que variam entre 20 horas semanais e 60 horas mensais; (ii) moradia estudantil em domicílios coletivos denominados Casa do Estudante; (iii) descontos em Restaurantes Universitários; (iv) assistências médicas, psicológicas, dentárias, etc.

Algumas Instituições de Ensino Superior também instituem bolsa de estudos com prazo estabelecido de vigência, através de convênios entre a Universidade, Embaixada e Organizações multilaterais como a UNESCO.⁶⁸

A Secretaria de Ensino Superior (SESu) através de seu Departamento de Política da Educação Superior, desenvolveu desde setembro de 2005 o o *Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior – PROMISAES*⁶⁹ que oferece apoio financeiro aos estudantes vinculados ao PEC-G e oriundos principalmente dos países africanos, como benefício para a manutenção dos estudantes durante o curso. O PROMISAES oferece uma bolsa de estudos no valor de um salário-mínimo mensal, restringindo-se àqueles que estão

⁶⁷ Cf. Seção X, Cláusula 20. Novo Manual do Estudante-Convênio, item 3.1.2 - Deveres; Disponível em <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC-G/ProtocoloPEC-G.htm>>. Acesso em Setembro de 2005.

⁶⁸ Um exemplo concreto foi a ajuda desenvolvida pela UFMG em 2004 (por 1 ano) com a bolsa de estudos Paula Domingues Vargas, instituída através de convênio entre a Universidade, o Embaixador José Israel Vargas e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Texto: UFMG ONLINE. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/online/arquivos/000352.shtml>> Acesso em outubro de 2005.

⁶⁹ Cf. Versão eletrônica: Portaria Nº 3. 167, de 13. 09.2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Promisaes/portaria3167.pdf>>. Acesso em Nov./2005.

regularmente matriculados nos cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

No que se refere à oferta de vagas nos cursos de graduação das IES's em todo o território nacional, estas podem condicionar às escolhas pelos espaços geográficos e possibilitando a ocorrência de maior quantitativo de estudantes nas Universidades, por região ou por outros determinantes que também pode relacionar-se com as redes sociais ou acadêmicas.

No caso da distribuição de IES's vinculadas, por região, ao Programa, de acordo com as informações do APÊNDICE D, o maior volume de Universidades públicas vinculadas ao Programa está na Região Sudeste (36 Instituições), em seguida na Região Sul (21), na Região Nordeste (13), na Região Norte (8) e na Região Centro-Oeste (6).

Neste estudo estaremos analisando os resultados obtidos pelos registros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF), verificando essa população pelas variáveis: sexo, país de procedência, situação acadêmica, cursos preferenciais por grandes áreas de conhecimento, com destaque para os estudantes africanos.

Considera-se nessa análise que estes estudantes pertencem a classe de idade exigida como requisito preferencial do Programa na Seção IV - Processo Seletivo no § 3º que diz: “Terão prioridade às vagas oferecidas pelo PEC-G, os candidatos com idade de 18 e 25 anos completos.”⁷⁰

Antes de verificarmos as estimativas para essa população, ressalta-se algumas observações no que se refere ao processo de seleção de candidatos para o Programa que, de acordo com o Protocolo, na mesma seção já citada:

(...) inicia com a seleção preliminar dos candidatos pelas missões diplomáticas brasileiras, encerra-se sob a coordenação do DCT, com a participação da SESu, assessorada por uma comissão indicada pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras.

Contudo, à missão diplomática brasileira preserva o direito de julgamento da candidatura. E ainda a *Cláusula 9* informa que: “A seleção de candidatos não-lusófonos estará condicionada à apresentação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (CELPE-Bras).”⁷¹ E chama a atenção no Parágrafo único que:

⁷⁰C.f. Protocolo PEC-G. Versão eletrônica disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC-G/ProtocoloPEC-G.htm>> Acesso em Outubro de 2005.

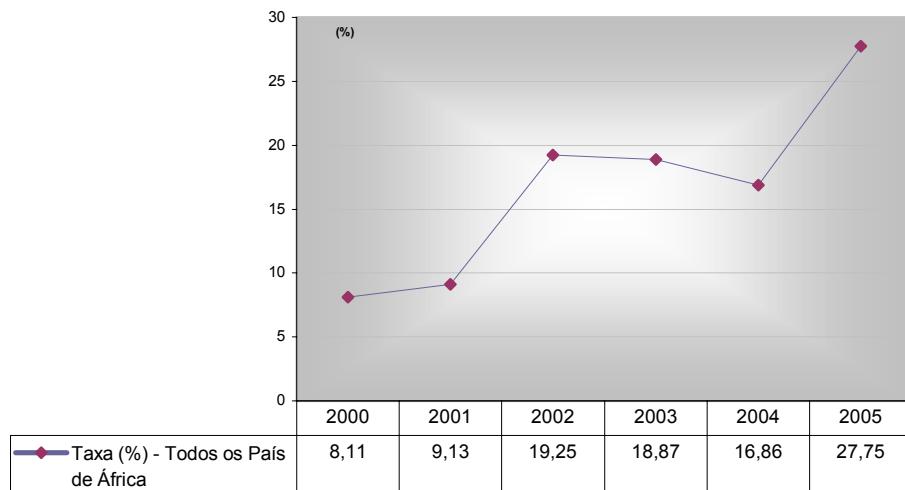
⁷¹ Cf. Manual CELPE disponível em <<http://www.portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/manual2003.pdf>> Acesso em Novembro de 2005.

Para candidatos de países que não dispõem de Centros de Estudos Brasileiros (CEBs), será permitida a realização de exames no Brasil, após conclusão do curso de Português para Estrangeiros em IES credenciadas.

Para uma análise em nível nacional, inicialmente foram captadas as informações registradas no Ministério das Relações Exteriores, Departamento Cultural, Divisão de Temas Educacionais que disponibilizaram, de maneira limitada, as estatísticas parciais dos registros de entradas vinculadas as Instituições de Ensino Superior.

As informações disponibilizadas revelam que foram registradas 2.342 entradas de estudantes para o PEC-G, distribuídos em todo o país, durante o período que compreendido entre janeiro 2000 e outubro de 2005. Nesse período pode-se observar um aumento relativo nos registros, em 2000 (8,11%) até 2002 (19,25%). Observa-se também, entre 2002 e 2004 uma variação decrescente em 12,4%. Em 2005 houve no entanto, um aumento relativo de 27,75% de registros, conforme ilustra o Gráfico 5.1. Ressalta-se que há uma predominância de estudantes procedentes dos PALOP⁷².

Gráfico 5.1 - Registro de Estudantes do PEC-G, por Ano de Entrada no Brasil - 2000/2005



Fonte: MRE/Dep.Cultural/Div.Temas Educacionais.Outubro de 2005

A maior concentração de Estudantes-Convênio procedentes de África pelos registros do Ministério das Relações Exteriores, para todo o Brasil, é de cabo-verdianos, que também é o maior contingente populacional de conveniados desde 2000 até 2005. Nesse contexto, observa-se que o volume de cabo-verdianos é de 1.093 estudantes em

⁷² Países de Língua Oficial Português (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe)

todo o país, seguido por procedentes de Guiné-Bissau com um volume um pouco menor, de 575 estudantes.

E ainda os santomenses que estão em terceiro lugar, com um total de 218 alunos, ressaltando que esse país somente apresentou um volume representativo, recentemente em 2004 e em 2005, conforme a *Tabela 5.1*, onde se observa também a peculiaridade de Moçambique que, apesar de apresentar uma distribuição com baixo volume, mantém um registro constante de entradas ano após ano, sem alterações significativas.

Tabela 5.1 - Registro do MRE de Alunos Africanos no PEC-G, por país de origem no Brasil – 2000/2005*

País	Ingressos PEC-G						Participação Relativa dos Países (%)
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
África							
Angola	2	20	29	23	33	11	5,00
Cabo Verde	117	64	227	263	192	230	46,60
Camarões	1	0,04
Costa do Marfim	1	1	1	..	0,12
Gabão	..	11	..	2	1	1	0,60
Gana	4	3	7	9	11	6	2,00
Guiné-Bissau	36	87	111	97	58	186	24,50
Marrocos	..	1	0,04
Moçambique	13	14	27	21	26	27	5,50
Namíbia	1	1	0,08
Nigéria	9	7	7	11	14	27	3,20
Quênia	..	4	14	14	11	12	2,30
São Tomé & Príncipe	24	..	47	147	9,30
Senegal	7	2	4	1	1	3	0,72
TOTAL Global	190	214	451	442	395	650	100

Fonte: MRE/Dep.Cultural/Div.Temas Educacionais.Outubro de 2005.

Nota (1): (*) 2000 a 2004 refere-se a Jan-Dez. 2005 refere-se ao período de Janeiro até Outubro.

Nota (2): Dois pontos (..) significa que não há ocorrência para este país neste ano

Um outra informação obtida pela Secretaria de Educação Superior (SESu)⁷³ revela que durante os últimos cinco anos, até dezembro de 2005 foram registros 1.588 ingressos nas IES's em todo o país, dos quais 877 são africanos e 711 procedentes da América Latina. De acordo com a Coordenação do órgão, 1.165 estudantes encontram-se em Universidades Federais, 238 em Universidades Estaduais e 185 em Instituições particulares. Deste contingente, 753 encontram-se na região Sudeste, dos quais 344

⁷³ Cf. Coordenadoria do PEC-G/MEC. Dados obtidos em Janeiro de 2006.

estão na região Sul, 276 na região Nordeste, 154 na região Centro-Oeste e 62 estudantes na região Norte.

A seguir serão analisados os registros administrativos em 3 (três) das 6 (seis) Universidades Públicas no Rio de Janeiro⁷⁴. As informações são produto da cooperação dos setores específicos que tratam dos Convênios Internacionais nas Universidades, cujas valiosas contribuições aumentaram consideravelmente nosso conhecimento sobre o tema.

Os registros correspondem ao recorte temporal de Janeiro de 1994 até setembro de 2005⁷⁵ e o enfoque é, sobretudo na caracterização desta população e a participação dos estudantes africanos, importantes para demonstrar ainda que limitadamente, algum resultado do Programa nestes universos.

5.3.1 Resultados Obtidos pelos Registros dos Estudantes-Convênio nas Três Universidades Públicas no Rio de Janeiro

Os registros correspondem ao recorte temporal de janeiro de 1990 até setembro de 2005, ano para o qual os registros referem-se ao semestre letivo completo (2005/2º). O enfoque dos dados é sobre o acesso, a participação e a conclusão, aspectos importantes para demonstrar, ainda que limitadamente, os resultados do Programa nestas universidades especificamente, com destaque para os estudantes africanos.

As instituições seguem as normas gerais do Protocolo e do Manual do Candidato, contudo têm autonomia para estabelecer deliberações de acordo com o regimento interno de cada uma. De acordo com as normas gerais, esses estudantes-convênio somente são aceitos dentro do número de vagas oferecidas anualmente pela Universidade à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). A seleção no país de origem, o encaminhado ao MEC bem como a matrícula obedece ao prazo fixado pela instituição e participam do Programa os países da África e América Latina e Caribe.

⁷⁴ Ao todo no estado do Rio de Janeiro estão vinculadas 9 Instituições de Ensino Superior, sendo 6 (seis) públicas: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Universidade do Rio de Janeiro - UNI-RIO; 3 (três) privadas: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/RJ, Universidade Católica de Petrópolis – UCP e Universidade Gama Filho – UGF. Apud. Manual do Candidato. Versão eletrônica disponível em <http://www.dce.mre.gov.br/PEC-G/ManualPEC-G.doc> Acesso em Novembro de 2005.

⁷⁵ Foi solicitado registro dos anos de 1990 a 2005, contudo somente foram disponibilizadas informações nos anos de 1994 a 2005/2º semestre na UERJ e UFRJ, com exceção da UFF que disponibilizou seu cadastro desde os anos de 1980. Optou-se pelo recorte temporal de 1994 a 2005 para análise comparativa igualmente referentes às três IES's.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, através do Convênio de Cooperação Internacional, faculta a alunos estrangeiros que se beneficiem do Programa Estudante-Convênio/Graduação (PEC-G) o ingresso em todos os seus cursos de graduação que disponibiliza a instituição. A Coordenação do Programa de Estudante-Convênio (PEC), em nível de graduação na UERJ, está sob a responsabilidade da Sub-Reitoria de Graduação e do Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica/DEP. Através da Deliberação nº 033/95⁷⁶, dispõe sobre as Normas Gerais de Ensino de Graduação da UERJ.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituição de Ensino Superior vinculada ao Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece a estudantes estrangeiros matrícula especial beneficiados por convênio internacional. A coordenação do Programa (PEC-G) está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente – PR1 e os registros são disponibilizados pela Divisão de Assistência ao Estudante (DAE)⁷⁷.

A Universidade Federal Fluminense - UFF, Instituição de Ensino Superior que também participante do Programa, outorga a matrícula de estudante estrangeiro, em curso de graduação, por convênio cultural do Brasil com outros países. A coordenação do PEC-G e os registros destes estudantes conveniados estão sob a responsabilidade a Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (PROAC)⁷⁸ a cargo do Serviço de Cadastro Discente da Divisão de Registro Escolar.

Considerando os principais fluxos de estudantes estrangeiros pelos registros nas IES's UERJ, UFRJ e UFF, é possível observar que os ingressos não se estabelecem com a mesma temporalidade. Nesse sentido, observam-se comparativamente os volumes nas três universidades, verificando a evolução do contingente por ano de ingresso, a razão de sexo e a demanda nos cursos preferenciais por grandes áreas de conhecimento.

Na UERJ, segundo os registros da Sub-Reitoria de Graduação/ SR-1 e do Departamento de Orientação Pedagógica - DEP, ao longo do processo de admissão dos estudantes-convênio desde 1994 até 2005, foram registrados 189 ingressos de alunos

⁷⁶ Cf. Deliberação Interna. Disponível em < http://www2.uerj.br/~srhconcurso/edit_41.html > Acesso em: Setembro de 2005.

⁷⁷ Conforme informe em versão eletrônica: “À DAE compete coordenar os programas da Política de Assistência ao Estudante da UFRJ, que visa garantir o apoio necessário à plena realização do aluno como universitário (nos âmbitos acadêmicos, culturais, sociais e político), bem como desenvolver mecanismos que promovam condições sócio-econômicas que viabilizem a permanência dos alunos de baixa renda na Universidade”. Disponível em: < [http:// www.pr1.ufrj.br](http://www.pr1.ufrj.br) > Acesso em: Dezembro/2005.

⁷⁸ Unidade responsável pela formulação e acompanhamento da política de ensino de graduação da Universidade e pela administração da vida escolar do estudante, desde sua entrada na Universidade até a colação de grau e o registro do diploma. Disponível em: < <http://www.proac.uff.br> > Acesso em: Dezembro de 2005.

estrangeiros procedentes dos países da América Latina e Caribe e países de África e, desse quantitativo 75% corresponde ao volume de estudantes africanos.

Os registros da UFRJ/ Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente – PR1 e Divisão de Assistência ao Estudante (DAE), neste mesmo período de 1994-2005, revelam que a instituição recebeu para todos os cursos disponíveis um volume de 137 estudantes-convênio procedentes dos países da América Latina e Caribe e países de África, deste quantitativo, 80,3% correspondente a estudantes africanos.

Na UFF, segundo os registros da PROAC/ Serviço de Cadastro Discente da Divisão de Registro Escolar, foram registrados durante o período de 1994-2005 um volume de **168** estudantes procedentes dos países da América Latina e Caribe e países de África, deste quantitativo 79% corresponde aos estudantes africanos.

Fazendo-se uma análise comparativa por ano de ingresso dos estudantes estrangeiros no PEC-G, observa-se que, no que se refere aos ingressos dos *Africanos* e dos *Demais Países* há uma diferença de entradas por períodos nas três Universidades.

Desse modo, na UERJ⁷⁹ destacam-se importantes ingressos entre os anos de 1994/1999. Nesse período se observa uma tendência ascendente, com expressivo volume de 36 ingressos para o intervalo de 1994 a 2000 e um decréscimo no período posterior de 2000 a 2005, com 11 ocorrências.

Na UFRJ, os registros revelam situação inversa nas entradas de estudantes pertencentes aos *Demais Países*⁸⁰ o período de 1994-1999 observa-se um volume relativamente baixo de ocorrências (8) e no período seguinte de 2000-2005 houve um acréscimo deste volume (19 observações).

E ainda, quanto aos ingressos dos procedentes dos *Demais Países* na UFF⁸¹ é possível observar que ocorre uma situação similar aos ingressos na UERJ, onde se verifica que é no período de 1994-1999 onde se encontra o maior volume de ingressos (21) e no período seguinte observa-se um decréscimo neste volume com somente 14 entradas.

Quando se observa o contingente de ingressos para os estudantes *Africanos*, se verifica uma demanda, por período também similar aos ingressos do *Demais Países*; no período de 1994-1999 se observa um expressivo volume de ingressos na UERJ (95) e igualmente na UFF (94), ao contrário da UFRJ, que apresenta um volume bem mais baixo

⁷⁹ Compreendem: Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Honduras, Luxemburgo, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

⁸⁰ Compreendem: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Panamá, Paraguai, Peru, Trinidad e Tobago.

⁸¹ Compreendem: Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai.

(29). Já para o período de 2000-2005 os ingressos de procedentes africanos na UFRJ são os mais expressivos (81), ao contrário da UERJ e UFF que sofrem um decréscimo no volume de entradas com 47 e 39 observações respectivamente. (*Tabela 5.2*).

Tabela 5.2 - Estudantes Africanos do PEC-G por Ano de Ingresso nas IES's no Rio de Janeiro – 1994-2005

Ano de Ingresso	<i>UERJ</i>		<i>UFRJ</i>		<i>UFF</i>	
	Africanos	Demais Países	Africanos	Demais Países	Africanos	Demais Países
1994	23	1	2	1	30	4
1995	12	3	1	0	12	4
1996	17	7	2	1	31	4
1997	15	4	8	0	16	6
1998	17	7	9	1	2	2
1999	11	14	7	5	3	1
2000	9	4	6	4	7	3
2001	4	3	2	4	10	8
2002	4	0	12	2	7	0
2003	5	0	16	2	7	1
2004	6	1	23	4	4	2
2005	19	3	22	3	4	0
Total Global	123	44	88	24	129	35

Fonte: SR1/DEP-UERJ; PR1/DAE-UFRJ; PROAC/DRE-UFF. Setembro de 2005

Quando se analisam as entradas de estudantes africanos, por país de procedência, observa-se que dos registros desde 1994-2005, para o total da população nas três Universidades, o maior volume absoluto e relativo é de estudantes cabo-verdianos, o que corresponde na UERJ a 50% (71), na UFRJ 41% (45) estando o maior volume na UFF que representa 76,7% (102) desta população de estudantes africanos do PEC-G.

Os angolanos representam a segunda maior população com um volume de participação comparativamente maior na UERJ de 22,5% (32) em relação a UFRJ que corresponde a 17,3% (19) e a UFF 5,3% (7). Ainda nesse contexto, se observa a participação dos guineenses menor do que Angola e Cabo Verde: com volume mais expressivo na UFRJ que corresponde a 17,3% (19) e um pouco menores na UERJ com 12% (17) e na UFF com 5,3% (7).

Para as demais participações de africanos, observa-se que os moçambicanos representam uma população expressiva na UFF com 9,7% (13) da população naquela instituição, um volume menor na UFRJ com 5,4% (6) e na UERJ com 2,1 (3). Os santomenses participam com entradas pouco expressivas, tendo em vista também que

não há ocorrências em todos os anos desde 1994 e nesse sentido o volume mais expressivo de participação se encontra nos registros da UERJ com 6,3% (9) e um pouco menores na UFRJ com 5,45 (6) e UFF com 1,5 (2). Para os demais ingressos africanos não há participação concomitante nas três instituições e portanto, as populações não comparáveis analiticamente que correspondem as entradas de Camarões, Gabão, Gana, Nigéria, Quênia, Senegal e Zaire.

De acordo com os registros para toda a população, comparando-se as três Instituições, no que se refere à situação acadêmica, observa-se que de 1994 até 2004, na UERJ 46% dos estudantes-convênio chegaram à situação de Conclusão e 29% foram *Eliminados* dos cursos e automaticamente desvinculados da instituição; foi também observada somente uma ocorrência de *Transferência* para outra instituição.

Na UFRJ, o percentual foi bem menor e apenas 19,7% dos estudantes chegaram à situação de *Conclusão* nos cursos. Não foi observada nos registros disponíveis, situação de Eliminação ou Transferência. Na UFF o percentual foi o maior entre as três instituições aonde 66,6% dos estudantes chegaram à situação de *Conclusão* nos cursos e, como analisado na UFRJ, não foi observado situação de Eliminação ou Transferência.

Quando se observam os estudantes-convênio do PEC-G em situação de *Ativos* nas três Universidades até o ano de 2005/2º, em todos os cursos e para todos os países participantes, verifica-se que, na UERJ o volume é de 46 alunos, sendo deste total 38 (82,6%) procedentes de África. Observa-se também pelos registros que, dos estudantes ativos dos demais países, o Paraguai representa o volume mais expressivo com 37,5% de participação, enquanto que para os demais (Bolívia, Equador, Honduras, Peru e Venezuela) observa-se um percentual igual para cada um deles de 12,5%.

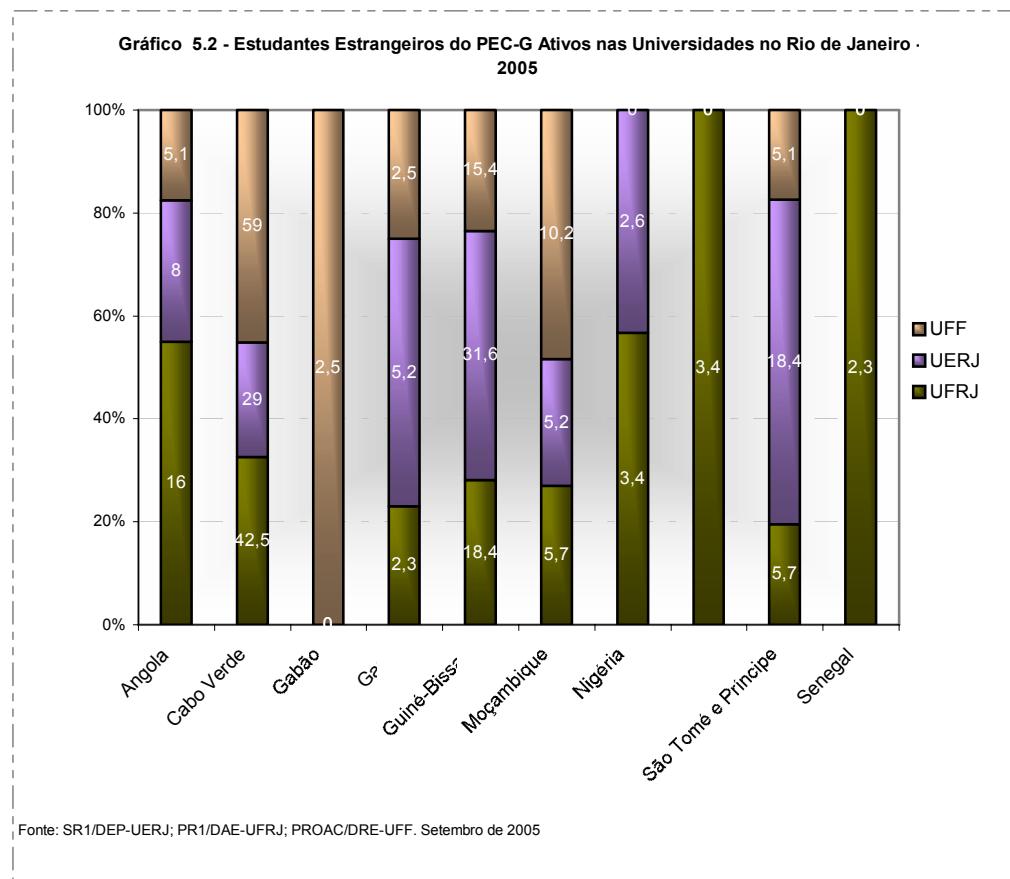
Com relação a UFRJ, até o ano de 2005/2º, em todos os cursos e para todos os países participantes do Programa eram 110 alunos na situação de Ativos dos quais 87 (80%) eram procedentes de países africanos. Verifica-se também que entre os demais estudantes ativos da América Latina e Caribe os paraguaios representam o volume mais expressivo (33,3%), enquanto que os estudantes da Panamá e Peru representam respectivamente 14,3%; os colombianos e equatorianos representam 9,5% e ainda, argentinos, chilenos, costa-riquenhos e trinitinos representam 4,7%.

Quanto a UFF, foram registrados até o ano de 2005/2º semestre, em todos os cursos e para todos os estudantes-convênio, 56 alunos ativos dos quais 39 (69,6%) eram procedentes de África. Observa-se também que os volumes mais expressivos de ativos nos demais estudantes procedentes de América Latina e Caribe são: paraguaios (53%) e os bolivianos (23,5%).

Analisando-se especificamente os alunos Ativos africanos nas três Universidades e tomando-se como referência os maiores percentuais de entradas desde 1994 até 2005

que corresponde aos procedentes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique e São Tomé e Príncipe, observa-se que ocorrem diferenciais no volume de ingressos, por país de procedência. Verifica-se que na UERJ os estudantes de Guiné-Bissau apresentam o maior volume de alunos Ativos o equivalente a 31,6% do total relativo para todos os procedentes de África, já os alunos *Ativos* de Cabo Verde representam 29% e os procedentes de São Tomé e Príncipe representam 18,4%.

Na UFRJ os volumes mais expressivos de alunos africanos em situação de ativos correspondem aos cabo-verdianos com 42,5%, aos guineenses com 18,5% e aos angolanos com 16% do total relativo desta população. Contudo, quando se verifica a situação na UFF, observa-se que os estudantes cabo-verdianos apresentam o volume mais expressivo e que corresponde a 59% desta população, já os ativos guineenses correspondem a 15,4% e os moçambicanos 10,2% do volume relativo, estando os demais com percentuais mais baixos, como mostra o Gráfico 5.2.

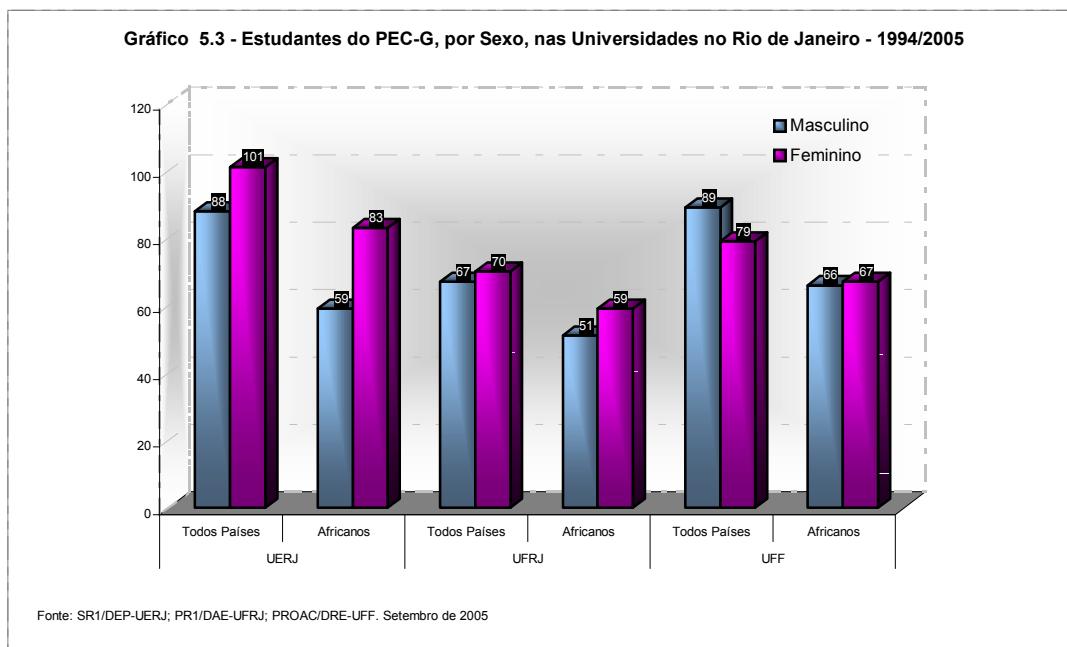


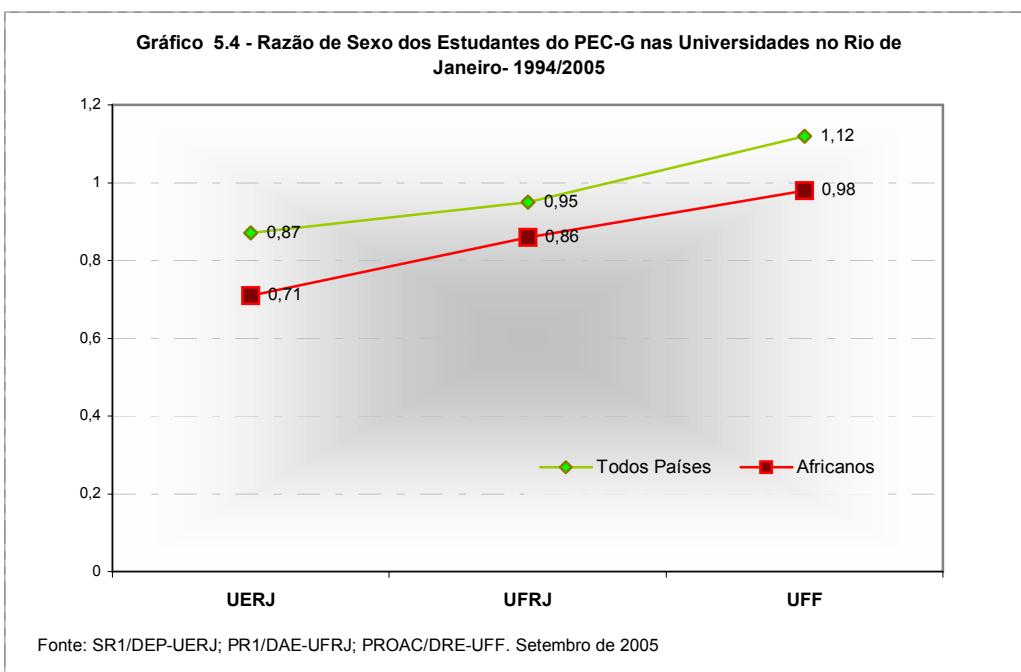
No que se refere à distribuição de estudantes estrangeiros por sexo e a razão de sexo comparativamente nas três Instituições, observa-se que na UERJ no que se refere ao total de participações foi predominantemente feminina tanto para todas os estudantes procedentes de todos os países (101 mulheres e 88 homens) como especificamente para

a população de alunos africanos (59 homens e 83 mulheres). A razão de sexo da população total é de 0,87 homem para cada ingresso do sexo feminino e menor ainda para a população de africanos que é de 0,71 homem para cada ingresso feminino.

Quanto ao contingente de estudantes africanos na UFRJ é marcante também a ocorrência de uma razão de sexo predominantemente feminina, com uma população total de 67 homens e 70 mulheres a razão é de 0,95 homem para cada ingresso feminino. Para a população especificamente africana que é de 51 homens e 59 mulheres a razão de sexo é também feminina de 0,86 homem para cada registro de mulheres. Esse contingente por sexo, apesar de apresentar uma diferença pequena de entradas, em alguns países participantes o contingente de sexo feminino supera o número de entradas do sexo masculino, como Angola e Cabo Verde.

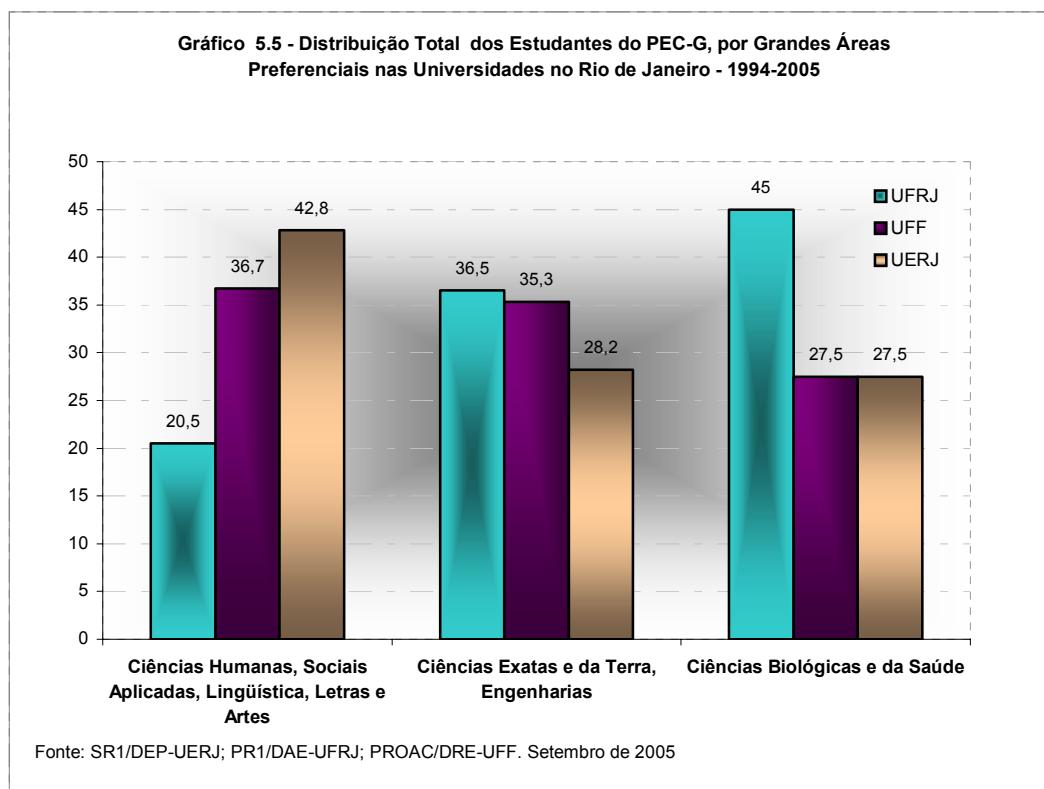
No contexto geral relativo aos ingressos por sexo na UFF, os registros revelam um contingente masculino comparativamente mais expressivo que o do sexo feminino. Para todos os países participantes, a razão de sexo é de 1,12 homem para cada ingresso feminino. Quanto ao contingente africano podemos verificar um volume de 67 mulheres e 66 homens, sendo a razão de sexo para essa população, portanto, predominantemente feminina de 0,98 ou menos que um homem para cada ingresso de feminino. (Gráfico 5.3 e 5.4).





Quanto aos cursos preferenciais dos estudantes-convênio, de todos os países participantes nas três instituições, os registros revelam que, comparando-se por grandes áreas de conhecimento⁸², há uma relativa diversificação nas carreiras preferenciais. Nesse contexto, para a UERJ e a UFF a demanda mais expressiva por vagas está na grande área das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes, enquanto que na UFRJ a demanda mais expressiva está na grande área das Ciências Biológicas e da Saúde. Na grande área das Ciências Exatas e da Terra, juntamente com as Engenharias, observa-se uma demanda relativamente equilibrada para as três instituições, como mostra o Gráfico 5.5.

⁸² Cf. Áreas de Conhecimento do CNPq. As grandes áreas são: 1- Ciências Exatas e da Terra; 2 – Ciências Biológicas; 3 – Engenharias; 4 – Ciências da Saúde; 5 – Ciências Agrárias; 6 – Ciências Sociais Aplicadas; 7 – Ciências Humanas; 8 – Lingüística, Letras e Artes, 9 – Outros. Disponível em <<http://www.cnpq.br/areas/tabconhecimento/index.htm>>. Acesso em: Dezembro de 2005.



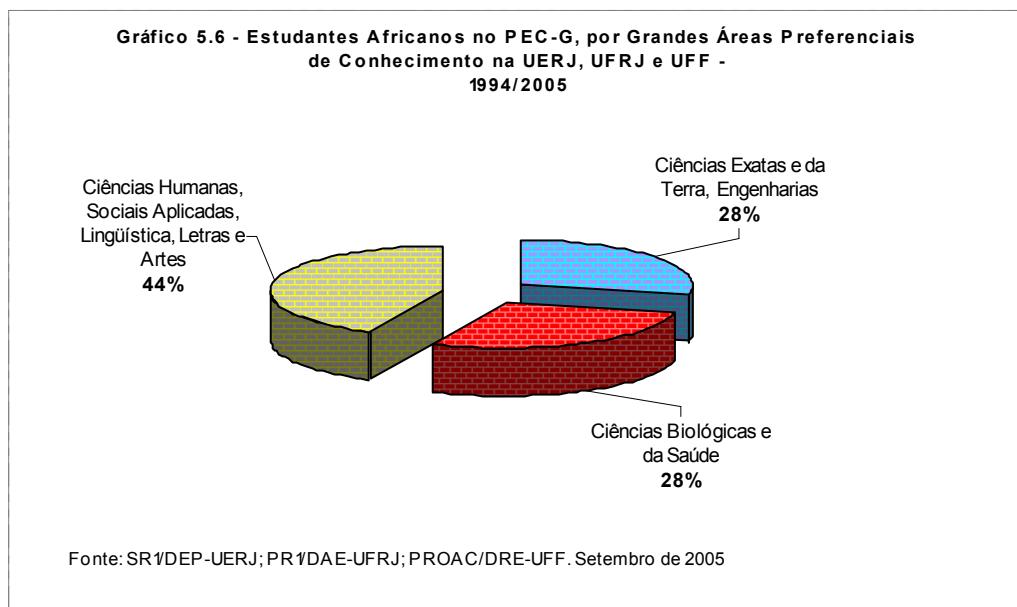
Quando se observa a demanda por Instituição, nota-se que na UERJ a grande área das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes correspondem a 63,7% do total proporcional da população de estudantes-convênio e a áreas das Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, corresponde ao volume de 17,7%, ficando as Ciências Biológicas e Ciências da Saúde com um volume de 15%.

Na UFRJ também há uma demanda mais expressiva nos cursos das Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes, que corresponde a 40% do total proporcional a população de estudantes-convênio desta Instituição e na área das Ciências Exatas e da Terra, adicionando as Engenharias observa-se um volume relativo de 31% enquanto que nas Ciências Biológicas e Ciências da Saúde o volume é de 29%.

Quanto à distribuição na UFF, o volume mais expressivo de ingressos segue a tendência da UERJ e da UFRJ e está também nas Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes. O percentual mais expressivo desta demanda é de 58%, enquanto que nas Ciências Exatas e da Terra, e Engenharias observa-se um volume que corresponde metade do percentual observado na grande área anterior (23%), ficando as Ciências Biológicas e da Saúde com o menor percentual preferencial equivalente a 19%.

Para as observações da população de estudantes africanos, verifica-se que as demandas preferenciais por determinadas áreas seguem a tendência da população total e nesse contexto, em relação às três Universidades, o volume relativo mais expressivo está na grande área que compreende as Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Lingüística,

Letras e Artes, estando as duas outras grandes áreas com volume relativo bem menor e com percentual igual para ambas, como mostra o *Gráfico 5.6*.



As carreiras preferenciais na grande área das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes, observadas nas três Universidades, são as de Ciências Econômicas, com o volume absoluto e relativo mais expressivo (16%), em seguida a carreira de Comunicação Social e Administração, que representam o mesmo volume absoluto e relativo com 15% e Direito com o terceiro maior contingente preferencial com volume relativo de 13,5%. Além disso, observa-se na distribuição que alguns cursos também recebem um contingente significativo, como nas Ciências Contábeis, Psicologia e Arquitetura e Urbanismo, como mostra a *Tabela 5.3*.

Tabela 5.3 – Distribuição dos Estudantes Africanos nas Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Lingüística, Letras e Artes, nas IES's no Rio de Janeiro – 1994/ 2005

CURSOS	Total no curso-UFRJ	Total no curso- UFF	Total no curso-UERJ
Administração	7	12	16
Arquitetura e Urbanismo	4	9	..
Arquivologia	..	4	..
Biblioteconomia	..	5	..
C. Contábeis	1	7	8
C. Econômicas	5	11	21
C. Sociais	4	3	7
Comunicação	6	10	19
Direito	6	8	17
Geografia	1	1	2
História	1	1	..
Letras	2	5	1
Pedagogia	3	2	..
Psicologia	2	1	8
Serviço Social	5	5	..
Total Global	47	84	99

Fonte: SR1/DEP-UERJ; PR1/DAE-UFRJ; PROAC/DRE-UFF. Setembro de 2005

Nota: Dois pontos (..) significa que não há ocorrência neste curso na Instituição.

Quanto à distribuição na grande área das Ciências Exatas e da Terra, bem como as carreiras de Engenharias, observa-se que o maior percentual se encontra, preferencialmente, nas Engenharias (69,4% do total proporcional nas três Universidades), estando o maior percentual desagregado, na Engenharia Civil (25% dentro da área de Engenharias ou 17,6% do total na grande área). Verifica-se também que o curso de Geologia tem um percentual de preferência correspondente a 8,2%. Para as demais carreiras, observa-se um volume quantitativamente pouco expressivo como mostra a *Tabela 5.4*.

Tabela 5. 4 – Distribuição dos Estudantes Africanos nas Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, nas IES's no Rio de Janeiro - 1994 /2005.

CURSOS	Total no curso- UFRJ	Total no curso- UFF	Total no curso - UERJ
Desenho Industrial	1
Ciência da Computação	..	4	..
Engenharia	13
Engenharia Civil	8	7	..
Engenharia da Computação	1
Eng. Elétrica	4	3	..
Eng. Eletrônica	1
Eng. Mecânica	2	2	..
Eng. Naval	3
Eng. Produção	1	4	2
Eng. Química	2	2	..
Eng. de Telecomunicações	..	4	..
Física	1	..	1
Geologia	2	..	5
Informática	2	..	2
Matemática	..	3	1
Química Industrial	3	1	..
Total Global	31	30	24

Fonte: SR1/DEP-UERJ; PR1/DAE-UFRJ; PROAC/DRE-UFF. Setembro de 2005

Nota: Dois pontos (..) significa que não há ocorrência neste curso na Instituição.

Ainda que os cursos sejam de livre escolha pelos candidatos há uma recomendação para áreas prioritárias com objetivo de atender as demandas dos países, como na área de saúde. Desse modo, observamos que na grande área das Ciências Biológicas e da Saúde o volume mais expressivo está efetivamente no curso de Medicina (23,2%) como preferencial dos estudantes do PEC nessa área; contudo, há também uma demanda significativa nas carreiras de Odontologia que representa o segundo volume mais expressivo (19%), bem como as carreiras de Enfermagem e Farmácia, que também receberam um volume considerável desta população, como mostra a *Tabela 5.5*.

Tabela 5.5 – Distribuição dos Estudantes Africanos nas Ciências Biológicas e da Saúde, nas IES's no Rio de Janeiro – 1994 – 2005

CURSOS	Total no curso- UFRJ	Total no curso-UFF	Total no curso-UERJ
Biologia	1
Biologia Marinha	1
C. Biológicas	1	1	4
Educação Física	2	„	..
Enfermagem	2	2	4
Enfermagem Obstétricia	2
Farmácia	4	4	..
Fisioterapia	3
Medicina	7	3	6
Medicina Veterinária	..	2	..
Nutrição	2	3	2
Odontologia	6	4	3
Total Global	31	19	19

Fonte: SR1/DEP-UERJ; PR1/DAE-UFRJ; PROAC/DRE-UFF. Setembro de 2005

Nota: Dois pontos (..) significa que não há ocorrência neste curso na Instituição.

5.4. Considerações sobre o capítulo

Pode-se observar que o Convênio e o Programa efetivamente representam importante instrumento de política social, com a oferta de oportunidade para a continuidade na formação superior, atendendo cada vez mais à demanda crescente de estudantes estrangeiros nas Universidades brasileiras.

Com a internacionalização da educação superior e através do sistema recente de oferta de cursos nos países africanos, nota que diante da carência, deficiência e, em alguns casos ausência de Instituições públicas de ensino superior nos países africanos, o convênio se torna cada vez mais, instrumento de viabilidade para a população universitária.

Portanto, as informações disponibilizadas pelos registros da UERJ, UFRJ e UFF permitiram conhecer o volume e os ingressos por sexo, bem como situação acadêmica desta população mostrando, apesar das limitações, que houve durante o período de 1994-2005, um contingente expressivo de ingressos de estudantes estrangeiros no PEC-G,

sobretudo de alunos africanos e, pelo número de conclusões, o Programa está gerando resultados satisfatórios em termos quantitativos.

A seguir serão analisados os resultados obtidos a partir de questionários, explorando informações sobre as etapas migratórias, alguns aspectos tais como: a percepção sobre os efetivos benefícios, sobre o convênio, obstáculos sócio-econômicos, lingüísticos e culturais e a socialização pela interação e dentro desta dinâmica, além dos efeitos estão explícitos no processo migratório.

A light blue rectangular box spans the width of the page, centered vertically below the page number.

► CAPÍTULO 6

Do Deslocamento à Inserção: Etapas do Processo Migratório dos Estudantes Africanos do PEC-G no Rio de Janeiro

O processo de elaboração, planejamento e execução da Pesquisa, é, sobretudo, uma arte que exige, além de um adequado método, certa criatividade, disciplina, organização e modéstia (GOLDEMBERG, 1997; BECKER, 1999). Nesse sentido, ao se desenvolver a metodologia desta Pesquisa Social, foi buscada também a união dessas quatro virtudes do fazer científico, tanto no planejamento e quanto na execução do projeto.

Como se trata de uma população específica de estudantes estrangeiros de graduação, para elaboração do questionário, tomou-se como modelo de referência algumas questões e itens de respostas existentes no Questionário da Pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior – 2003/2004⁸³ e também da Pesquisa do INEP/Exame Nacional de Avaliação e Desempenho dos Estudantes (ENADE) feito com estudantes de educação superior em 2004⁸⁴.

De acordo com Babbie (2003) haveria duas razões específicas justificáveis e, por sua vez, válida para todas as pesquisas, sejam elas científicas ou não na realização do desenho da amostra, que são *tempo* e *custo*. Nesse sentido que se justifica o método usado para selecionar a população da “amostragem”, considerando o universo das três Instituições de Ensino Superior (IES), vinculadas ao Programa de Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

Optou-se para desenvolver a pesquisa pelo *método de amostragem não probabilístico* baseado no conhecimento desta população e de seus elementos, chamado de *amostragem intencional* ou *por julgamento* (BABBIE, 2003). Apesar da superioridade dos métodos de amostragem probabilísticos, pela precisão em quantificar, existia nesse caso, a inviabilidade efetiva por não existir a disponibilidade de uma listagem de todos os alunos africanos, que pudesse identificá-los na Instituição, o que impossibilitou a opção por amostragem probabilística.

Ressalta-se que se trata de um Estudo de Caso, de um determinado grupo de estudantes africanos, em determinadas IES's do Rio de Janeiro e nesse sentido, os dados obtidos com os respondentes, terão única e exclusivamente a dimensão deste universo e

⁸³ Cf. Relatório de pesquisa. Disponível em: <http://www.unb.br/portal/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/UNB/relatorio1_final_unb_ok.doc> Acesso em: Janeiro de 2006.

⁸⁴ Documento disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/enade/2005/QuestionarioSocioEc.pdf>> Acesso em: Outubro de 2005

destes elementos e não poderá ser expandido, generalizado ou aplicado à população total de estudantes-convênio do PEC-G no estado e nem no país. Contudo, esta pesquisa mesmo não sendo probabilisticamente representativa, estará trazendo dados e informações úteis e algumas características e percepções relevantes desta população e para os interesses da pesquisa.

6.1. Metodologia da Pesquisa: Critérios para Elaboração do Questionário e Dimensões Temáticas

Depois de disponibilizado o registro dos estudantes-convênio nas três Universidades (UERJ, UFF e UFRJ), elaborou-se um banco de dados com as seguintes informações: volume de alunos por sexo, por curso, por situação de matrícula, ano de ingresso e país de origem o qual teve por finalidade, fazer um levantamento descritivo dessa população. Em seguida, foi elaborado um questionário a ser aplicado nestes três universos.

O número delimitado de alunos para responder ao questionário voluntariamente foi estabelecido em um terço (1/3) da população representada pelas seis Universidades públicas vinculadas ao Programa Estudante-Convênio de Graduação no Rio de Janeiro. Ressalta-se, que este grupo representa apenas um subgrupo de uma população maior de estudantes africanos do PEC-G em todo o país.

Embora seja relativamente fácil a identificação dos mesmos nas universidades, encontrá-los dentro deste três universos, em todos os cursos onde estão matriculados, é tarefa de difícil alcance.

Muitos estudantes foram contactados, mas não era viável definir e amostrar todos os ativos, concluintes ou recém-egressos nas IES's públicas, vinculadas ao Programa em todo o estado e município do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, optou-se por incluir todos os estudantes africanos que se disponibilizassem voluntariamente, com interesse em colaborar com a pesquisa nestas três Universidades.

Entende-se que a amostra dos estudantes mais ampliada proporcionaria a coleta de dados suficientes para inferir sobre todos os estudantes africanos, dessa forma, para os propósitos desta pesquisa, o volume das informações levantadas terá uma dimensão bem mais restrita e somente permitirá considerar as informações sobre esse subgrupo especificamente.

De acordo com Babbie (2003, p. 79), “a pesquisa científica tem duas metas principais *descrição e explicação*”. Nessa perspectiva, a meta/objetivo desta pesquisa é

fazer um levantamento exploratório das características (social, econômica, cultural), experiências (individuais ou coletivas) e percepções desta população a fim de *explicar o processo social do deslocamento e inserção dos estudantes africanos de graduação nas etapas pré-migratória e migratória realizada.*

Desse modo, busca-se entender através das informações coletadas, os mecanismos acionados na condução e na decisão de migrar para estudar em outro país, o papel da família, das redes sociais e do próprio migrante/estudante, a relação de socialização (interação/adaptação) nos espaços dentro e fora das Universidades.

Nessa perspectiva foram determinados os questionamentos que comporiam as etapas do processo migratório:

- *A etapa pré-migratória* – que se refere a tomada de decisão por parte dos estudantes africanos de emigrar temporariamente para prosseguir nos estudos; *A etapa migratória* – que inclui as experiências vivenciadas nos espaços de destino e neste momento se leva em consideração os aspectos sociais, intra e extra-acadêmicos, bem como as dimensões de escolhas, percepções, opiniões, etc., e; *A etapa pós-migratória* - que se refere à formação, aos projetos de futuro e perspectivas de retorno dos estudantes após finalizar os estudos no Brasil.

Contudo, os fatores presentes em cada uma das etapas se relacionam para compor os nexos do processo pela origem e destino, dando sentido lógico e encadeamento à problemática do estudo.

No processo de operacionalização foram dimensionadas variáveis que pudesse trazer respostas representativas para esta população e que gerasse dados relevantes para uma análise posterior significativa. Para tanto, foi elaborado instrumento, no caso o questionário (*APÊNDICE A*), auto-administrado, com questões em blocos definidos, para dar maior flexibilidade e possibilidades de obter mais respostas, enriquecendo e trazendo qualidade às informações.

O questionário de 10 (dez) páginas, 7 (sete) caixas de perguntas e opções de respostas e 63 questões no total, foi impresso em Word. Foi realizado um pré-teste para verificar a aplicabilidade do conjunto das perguntas, administrando o esboço do questionário a um grupo de estudantes africanos na UERJ que fizeram considerações provocando algumas alterações em determinados itens.

Com relação à aplicação do questionário foi feita diretamente com os estudantes nas universidades ou disponibilizado por meio eletrônico (e-mail). As questões, como já mencionada, foram distribuídas em blocos

- I - Identificação do Entrevistado; II - Informações Gerais [Individual e Familiar na Origem]; III - Informações da Etapa Pré-deslocamento [dados da origem]; IV - Informações da Inserção nos Espaços de Destino: Social e Institucional; V - Informações sobre o Convênio; VI - Informações sobre Cultura, Lazer e Sociabilidade; VII - Informações sobre Perspectiva e Projeto de Vida.

Ao iniciar a comunicação, o respondente era informado sobre o propósito da pesquisa, o *objetivo* e as *considerações gerais*, passando-se imediatamente o questionário auto-administrado. Quando enviado por correio eletrônico, essa apresentação e o propósito da pesquisa era dito no corpo do texto, com o questionário anexado.

Estruturou-se também um quadro contendo instruções básicas sobre o preenchimento e comentários introdutórios. Na seqüência das instruções, pediam-se os *dados demográficos* e o espaço para definir a *situação final da entrevista, dia e horário inicial da aplicação*, onde o *horário final* aparece no término da marcação de respostas, que também indica, caso seja de interesse ter acesso aos resultados *identificar-se (opcional)* por nome e sobrenome ou endereço eletrônico (*Email*).

Na elaboração das questões optou-se por construir perguntas *fechadas*, pedindo para os respondentes escolherem *uma* ou *mais de uma* alternativa em uma lista apresentada com categorias de respostas, procurou-se incluir todas as opções possíveis acrescentando-se, portanto a categoria “Outros”, e em seguida “Especifique”, dando espaço para que dessem suas próprias respostas.

Foram elaboradas perguntas que levaram em consideração parâmetros de níveis escolares tanto referentes aos sistemas educacionais africanos quanto o brasileiro, de modo que fossem entendidas por todos procedentes dos diversos países africanos.

Quanto aos procedimentos para a coleta de dados, os estudantes foram informados sobre a pesquisa a partir de alguns colegas das Universidades e, como a comunicação entre eles é freqüente, os contatos foram ampliados através de informantes pertencentes aos grupos, como de Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e Angola.

No que se refere aos procedimentos para a análise dos dados, para a tabulação das informações foi utilizado o software SPSS 13.0 for Windows. Em seguida foram feitos cruzamentos de variáveis para um encadeamento lógico das etapas referentes do processo migratório desde o deslocamento até a inserção nos espaços sociais, explorando os aspectos sociais, econômicos e culturais, bem como a percepção sobre a cooperação, a assistência e os projetos de vida referente à etapa final.

E ainda, a socialização - interação e adaptação - destes indivíduos, em face de uma situação nova que estão expostos, eram sinais importantes para serem explorados para entendermos através de suas singularidades, este coletivo particular.

6.2. Estratégias e Percepções dos Estudantes-Convênio de Graduação nas Etapas Migratórias: Resultados da Pesquisa

A pesquisa, que se inscreve dentro de uma metodologia quantitativa, utilizando-se como instrumento o questionário limitou-se a um Estudo de Caso dos estudantes africanos no Programa de Estudante-Convênio, em três Instituições de Ensino Superior, públicas e no Rio de Janeiro. Desse modo, as análises feitas a partir das informações obtidas com o questionário, permitem explicar, pela distribuição empírica dos valores nas variáveis, como se constitui essa dinâmica migratória, focalizada nesta amostra específica.

Perfil dos respondentes – Para um universo de 164 estudantes africanos ativos nas três Instituições (UERJ – 38; UFRJ – 87; UFF – 39) até o ano 2005, de acordo com os registros obtidos (ver *Capítulo 5*), apenas 40 estudantes africanos responderam o questionário, e dos questionários enviados por e-mail, apenas 20% retornaram⁸⁵. Deste contingente, 20% são estudantes da UFRJ, 35% da UFF e 45% da UERJ, sendo 67% do sexo masculino e 33% do sexo feminino.

A idade dos estudantes variou entre 20 anos (o mais jovem) e 39 anos (o mais velho), sendo que grande parte destes estudantes está na classe de idade de 24 a 27 anos (50%). Observou-se que a grande maioria se autodeclarou negro (92,5%) e poucos foram os que se autodeclararam pardos (7,5%). E, quando se observa por estado civil, o maior percentual é de solteiro (95%) e somente um pequeno percentual é casado (5%).

Quanto à procedência, por país de origem, os estudantes cabo-verdianos, que é o grupo com maior contingente nas três instituições, foi também o grupo com maior percentual de respondentes (45%), destes, 22% são da capital Praia; em seguida foram os estudantes de Guiné-Bissau (27,5%), destes 45% da capital Bissau; dos estudantes de Angola (15%) metade é procedentes da capital Luanda e, dos respondentes de Moçambique (12,5%), a maioria é da capital Maputo (40%).

⁸⁵ Este procedimento teve resultados pouco favoráveis pela demora no envio do questionário respondido e também pela quantidade de não questionários não respondidos, que constituíram um volume significativo.

Ainda que a maior parte dos estudantes respondentes sejam da graduação (90%), os recém-egressos do Programa e que ainda permaneciam, sendo atualmente da pós-graduação, também responderam (10%).

Quanto à situação acadêmica, quando perguntado se houve transferência para outra Universidade, a grande maioria respondeu que não (90%). Nesse sentido, essa observação nos leva a crer que não é um procedimento muito comum entre os estudantes de convênio, também verificado pelos registros administrativos das Universidades, indicando que os africanos iniciam e finalizam o curso na mesma instituição.

Quanto à área e curso dos estudantes africanos, as observações revelaram que comparativamente aos registros das IES's, esse grupo também segue as tendências mais gerais de áreas e cursos preferenciais dos estudantes africanos, com uma menor representatividade nas Ciências biológicas e uma superioridade nas Ciências exatas e Engenharias. Desse modo às informações obtidas com o questionário revelam um percentual elevado na área de Humanidades (45%), outro também significativo nas Ciências Exatas (35,5%) e um pouco menor nas Ciências Biológicas (17,5%).

E no que se refere à área preferencial por país de origem, observa-se a presença maior de estudantes cabo-verdianos nas Humanidades (44%), nas Biomédicas (57%) e nas Exatas (40%), em segundo guineenses nas Humanidades (39%) e nas Exatas (26,6%), não havendo ocorrência, neste caso, nas Biomédicas. Os estudantes moçambicanos com volume de respondente proporcionalmente menor estão preferencialmente nas Humanidades (17%) e em menor proporção nas Biomédicas (14,3%) e nas Exatas (7%) e quanto aos respondentes angolanos somente registrou-se a presença, em menor proporção nas Biomédicas (22%) e nas Exatas (26%), como mostra a *Tabela 6.1*

Tabela 6.1 – Alunos Africanos, por País e
ÁREA DE CONHECIMENTO NAS IES'S NO RIO DE JANEIRO - 2005

PAÍS	HUMANAS	BIOMÉDICAS	EXATAS	TOTAL
ANGOLA	0	2	4	6
GUINÉ-BISSAU	7	0	4	11
CABO VERDE	8	4	6	18
MOÇAMBIQUE	3	1	1	5
Total	18	7	15	40

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados obtidos com questionário

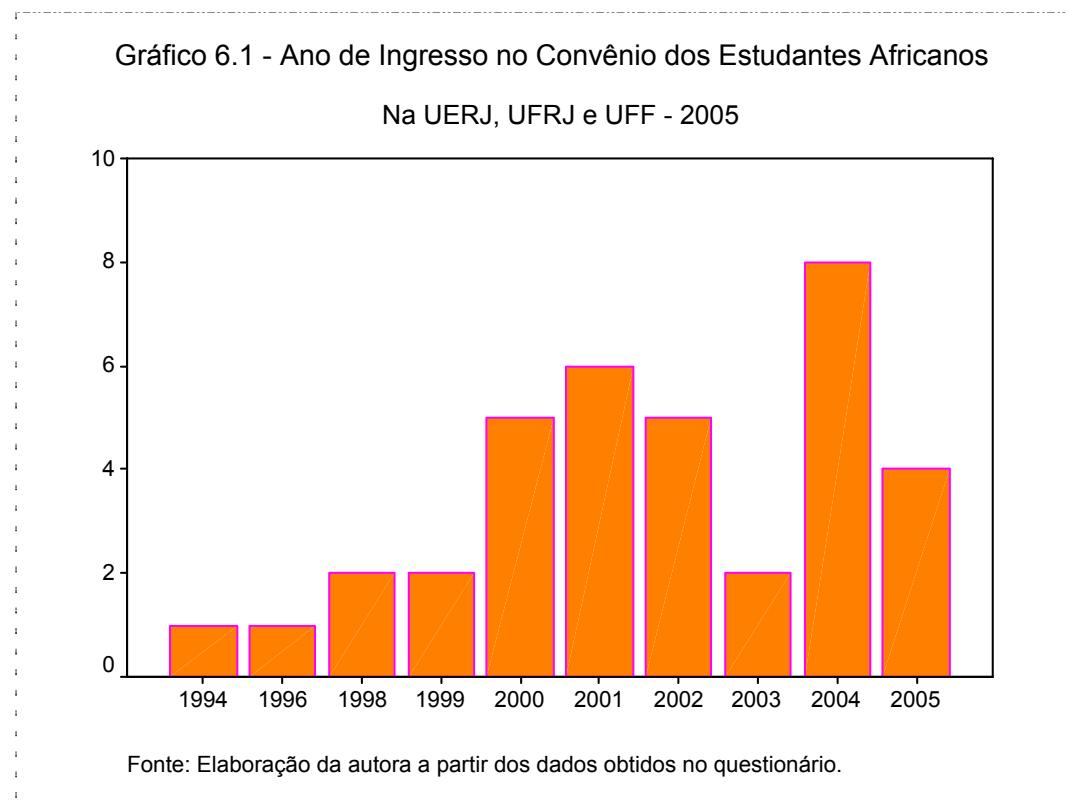
Observa-se pelas informações trazidas dos estudantes estrangeiros, nas instituições de Ensino Superior no Brasil que há uma preferência por determinados cursos e áreas. Pelas informações obtidas do questionário, os estudantes respondentes se encontram nas carreiras notadamente mais preferenciais desta população de estudantes africanos, desse modo, registrou-se a maior proporção nos diversos cursos das Engenharia (20%), em seguida na Administração (17,5%), e em menor proporção estudantes nas Ciências Sociais (7,5%). (*Tabela 6.2*)

**Tabela 6.2 Alunos Africanos,
Por Curso Preferencial nas IES's no Rio de Janeiro – 2005**

Curso	Freqüência	Percentual
ADMINISTRAÇÃO	7	17,5
ARQUITETURA	1	2,5
ARQUITETURA E URBANISMO	1	2,5
BIOMEDICINA	1	2,5
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	1	2,5
CIÊNCIAS SOCIAIS	3	7,5
CONTÁBEIS	1	2,5
ECONOMIA	1	2,5
EDUCAÇÃO	1	2,5
ENGENHARIA	4	10,0
ENG. DE TELECOMUNICAÇÕES	1	2,5
ENG. MECÂNICA	2	5,0
ENG. NAVAL	1	2,5
JORNALISMO	1	2,5
MEDICINA	1	2,5
ODONTOLOGIA	1	2,5
QUÍMICA INDUSTRIAL	1	2,5
SAÚDE PÚBLICA - EPIDEMIOLOGIA	1	2,5
SERVIÇO SOCIAL	2	5,0
Total	40	100,0

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados obtidos com questionário.

Com relação ao ano de ingresso no convênio, observou-se que a maioria dos que responderam (90%), teve ingresso mais recente, nos anos 2000 a 2001 que representa 40% relativo as entradas em todos os anos, contudo o pico de ingresso, para o caso observado foi em 2004 (20%) e somente 10% destes respondentes tiveram ingresso em 2005, como mostra Gráfico 6.1. Desse modo pode-se notar também, que grande parte deles já estão a algum tempo no convênio e portanto, com tempo suficiente para desenvolver opinião e percepção sobre ser estudante de convênio.



6.2.1 Etapa Pré-Migratória

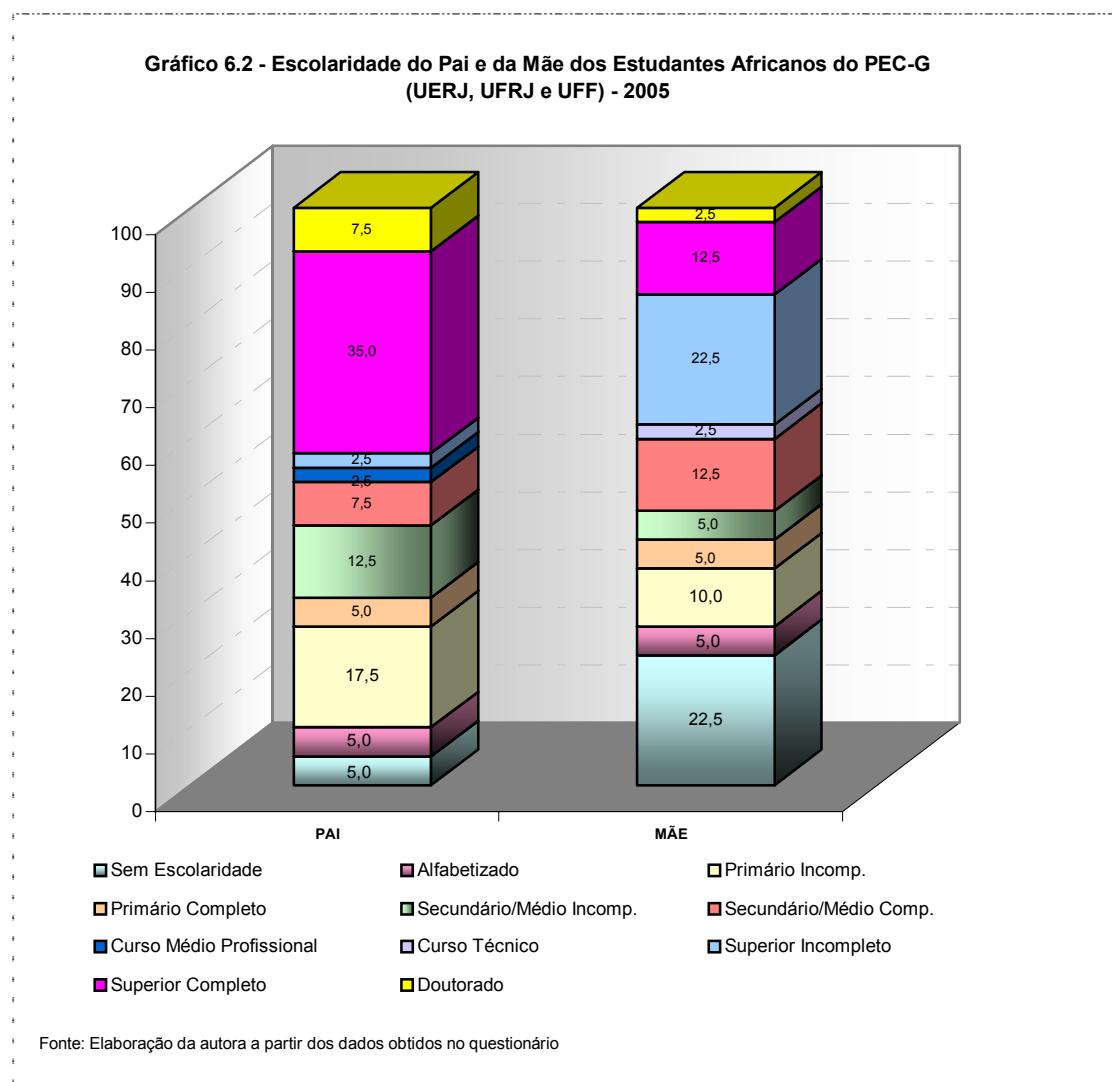
As informações referentes, conjuntamente, aos estudantes e a sua família, trazem indicativos sobre os fatores que desencadearam a decisão de prosseguir os estudos em Universidades em outro país a exemplo do Brasil. Foram verificados, portanto, os dados sobre a configuração sócio-econômica da família, observados, sobretudo a partir das variáveis de escolaridade e renda mensal da família.

Constatou-se pelos dados que a maior parte dos estudantes têm quatro ou mais irmãos (82,5%) embora o nível de escolaridade dos pais seja relativamente alto, ainda que se note uma disparidade nos níveis de escolaridade do Pai que supera o nível da mãe dos estudantes. Este aspecto das famílias dos estudantes com muitos filhos é resultado dos altos níveis de fecundidade que prevalece na África.

A maior proporção é de mães com nível superior e grande parte delas, tem superior incompleto (22,5%), um percentual menor, superior completo (12,5%) e uma minoria com doutorado (2,5%)

Observou-se também que, grande parte destes estudantes tem mães sem nenhuma escolaridade (22,5%), com ensino primário completo (10%) e ensino secundário/médio incompleto (12,5%).

Em relação à escolaridade do Pai dos estudantes, que apresentam níveis muito mais elevados de escolaridade, observou-se que a maioria possui superior completo (35%) e doutorado (7,5%). Contudo, observou-se também que há estudantes com Pai menos escolarizado e que representa um percentual significativo nos níveis primário incompleto (17,5%) e também secundário/médio incompleto (12,5%), como mostra o Gráfico 6.2.



Nesse sentido, uma vez que se trata de estudantes que em sua maioria são filhos de pais com melhores níveis de escolaridade completos (Ensino Médio, Superior e Superior com Pós-graduação), estas informações remetem a questão do capital social onde à família e, nesse sentido, a escolaridade dos pais tem papel fundamental no processo de investimento na educação da geração posterior e na reprodução, de geração a geração, do capital social acumulado.

Quando se analisa a origem da formação escolar secundária destes estudantes, foi possível identificar o tipo de escola freqüentada no ensino médio (equivalente ao secundário que é da 7^a a 11^a classe no país de origem) destes estudantes e observou-se que mais da metade cursaram todo o ensino médio em escola pública (60%). Houve também aqueles que cursaram a maior parte do ensino secundário em escola pública (15%) e outra metade que cursou em escola privada/particular (15%).

Outra informação importante dentro dos aspectos mais específicos, refere-se à formação escolar dos estudantes africanos e foi perguntado se haviam iniciado algum curso pós-secundário e grande parte respondeu que não (45%), embora um outro percentual significativo tenha informado que iniciaram curso profissionalizante/técnico (40%)

Vale ressaltar, que o Brasil como parceiro de cooperação, desde o ano 2000 implementou, coordenou e estruturou alguns Centros de Formação Profissional e Promoção Social em alguns países de África, como Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, dentre outros, contando com o apoio técnico-profissionalizante do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), na formação e viabilidade à inserção de jovens africanos no mercado de trabalho.

Quando se perguntou aos estudantes se eles iniciaram algum curso superior, antes de vir para o Brasil, grande parte deles responderam que *não* (77,5) e somente uma minoria disse ter iniciado curso superior em seu país (15%)

A origem familiar e social dos estudantes africanos é também relevante para identificar elementos representativos de uma classe ou ainda que possam ajudar na caracterização destes alunos estrangeiros.

Por tratar-se de realidades econômicas diferentes, entre o Brasil e países africanos, haveria que se comparar às rendas no país de origem usando-se a paridade do poder de compra (PPP). Contudo o que se pretende com essa informação é tão somente comparar a renda familiar declarada pelos estudantes com a cota obrigatória que estes ou seus familiares se comprometem a manter mensalmente (*ANEXO B*).

Observou-se, quanto à renda familiar mensal dos estudantes, que a maior parte deles, não sabem responder quanto a família percebe mensalmente (22,5%) e, dos que sabem sobre a renda mensal, a maioria informou renda acima de US \$ 1,000 mensais (20%) e um outro percentual significativo declarou na faixa de US \$ 300 a US \$ 500 (15%), alguns estudantes também responderam a renda na faixa de US \$ 800 a US \$ 1,000 mensais (10%) e uma minoria informou renda familiar mensal de até US \$ 300 (7,5%) ou outro valor (7,5%), como mostra a distribuição na *Tabela 6.3*.

Tabela 6.3 - Renda Mensal da Família dos Estudantes Africanos em USD \$

VALOR, EM CLASSE	FREQÜÊNCIA	PERCENTUAL
ATÉ \$300	3	7,5
DE \$300 A \$500	6	15,0
DE \$500 A \$800	4	10,0
DE \$800 A \$1000	5	12,5
ACIMA DE \$1000	8	20,0
OUTRA FAIXA/VALORES	3	7,5
NÃO SEI RESPONDER	9	22,5
Total	38	95,0
Missing	2	5,0
Total	40	100,0

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados obtidos com questionário.

Por essas informações, não se poderia dizer, sobre os que declararam mais de US \$ 1,000 mensais de renda familiar, que são estudantes oriundos de classes com melhores condições sociais, ou ainda, sobre os que declaram renda familiar de US \$ 300 a \$ 500 dólares mensais que estas famílias estão suprindo com as necessidades de manutenção dos filhos. No limite, o que se pode concluir, comparando renda familiar declarada e Declaração de Responsabilidade nas despesas dos estudantes, os dados informam, neste caso, que se trata de estudantes que estão dentro dos requisitos do *Protocolo do Programa*, onde deverão apresentar declaração de solvência financeira de US \$300 dólares mensalmente⁸⁶.

Nesse contexto de rendimento mensal familiar, quando se perguntou quantas pessoas contribuem para obtenção da renda e fazendo uma correlação com o principal responsável pelo sustento da família se observa que pouco menos da metade disse serem *duas pessoas* que contribuem (40%), boa parte também declarou como principal responsável pelo sustento familiar o *pai* e a *mãe*, conjuntamente (35%), um outro percentual relevante disse ser apenas uma pessoa que contribui (25%) e destes, 10% o responsável é o pai.

Vale ressaltar, que foi observado também, ainda que em percentuais bem mais baixos, declarações que informam ser mais de três pessoas que contribuem para obter renda familiar mensal e, nesse caso, observa-se que a responsabilidade é partilhada dentro da própria família ou mesmo para manter o estudante aqui no Brasil.

Na decisão de migrar – Com se analisou nos capítulos anteriores, de acordo com a análise de especialistas (COHEN, 1997; CASTLES y MILLER, 2004; PELLEGRINO, 2001)

⁸⁶ Ressalta-se que esse valor passou de US \$ 500 (dólares americanos) mensais para o valor atual, igualmente exigido para todos os estudantes independente da procedência.

e documento da UNESCO (2006), haveria alguns aspectos relevantes, tanto na decisão de migrar, quanto na escolha pelo país de destino. Como visto no caso dos africanos vínculos históricos, culturais e, sobretudo lingüísticos são alguns aspectos relevantes, além de ser um projeto, grande parte familiar, de investimento na educação.

Com relação ao grupo pesquisado, quando se perguntou sobre a decisão inicial e final sobre o projeto de estudar no Brasil, mais da metade dos estudantes disseram que a iniciativa foi própria, mas que tiveram o apoio familiar (60%); em contrapartida, alguns estudantes responderam que a decisão foi familiar do início ao fim (15%) e outros também que foi decisão tomada individualmente, do início ao fim (15%) e apenas somente uma minoria disse que a decisão foi inicial da família e depois resolvida por ele (10%).

Quanto aos aspectos relacionados com a decisão de estudar em outro país, seja ela um projeto individual ou familiar, observou-se que, dentre estes estudantes, a maioria disse não haver nenhum motivo realmente relevante para a decisão de estudar no Brasil (22,5%). Contudo, de acordo com os dados, dos que responderam ter havido algum motivo relevante quando se pensou em estudar no Brasil, boa parte deles responderam que o aspecto que mais motivou foi o nível de qualificação das universidades brasileiras (20%).

Este aspecto também foi revelado no documento da UNESCO (2006) e vai de encontro com a realidade da educação superior nos países africanos, que apresenta carência de oferta de Instituições públicas e, quando há universidade pública há deficiência na oferta de carreiras, portanto a opção de estudar em outro país onde o ensino superior tem melhor qualidade, maior oferta de vagas e carreiras se torna, algumas vezes opção até necessária.

Ainda nessa perspectiva sobre os “aspectos relevantes”, alguns estudantes também informaram ser o custo financeiro de manutenção, melhor que em outros países (12,5%). Esta informação também tem um sentido bastante lógico, em se tratando de cooperação, pois o Brasil estabeleceu muitos Acordos educativos, nos últimos cinco anos, incluindo a oferta em Universidades públicas e particulares/privadas, incluindo a opção de ajuda financeira através de bolsas de estudo do governo brasileiro, de alguns governos dos países africanos, bolsa das próprias instituições e de organismos não-governamentais.

Em se tratando de vínculos culturais, o aspecto lingüístico foi pouco relevante, neste caso especificamente, como mostra essa distribuição na *Tabela 6.4*, ainda que em âmbito global já se confirma a relevância deste aspecto, principalmente na inserção e socialização dos indivíduos nos países anfitriões.

Tabela 6.4 - Aspecto (S) Relevante (S) Para Motivar O Estudo No Brasil

Itens Relevantes	Freqüência	Percentual
NENHUM	9	22,5
CUSTO FINANCEIRO DE MANUTENÇÃO MELHOR QUE NO PRÓPRIO PAÍS.	1	2,5
CUSTO FINANCEIRO DE MANUTENÇÃO, MELHOR QUE EM OUTROS PAÍSES.	5	12,5
NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS	8	20,0
FAMILIARIDADE COM A LÍNGUA	3	7,5
PELOS ASPECTOS CULTURAIS (CARNAVAL, FUTEBOL, NOVELA, ETC.)	1	2,5
AS REDES SOCIAIS	1	2,5
OPORTUNIDADE DE ESTUDO	1	2,5
Total	38	95,0
Missing	2	5,0
Total	40	100,0

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados obtidos com questionário.

Como foi observado nos dados anteriormente, ainda que a rede social não tenha sido considerada um dos aspectos mais significativamente relevante para estes estudantes (2,5%), é importante considerar que, laços de solidariedade de origem comum refletem situação de reforço à adaptação e desempenham papel de suma importância na interação do migrante na sociedade do lugar de destino.

Entretanto, quando se perguntou aos estudantes se antes de vir ao Brasil, já conheciam pessoas que estudaram no país, grande parte deles disseram que sim (92,5%) e dos responderam que já conheciam alguém, mais da metade deles responderam que tinham amigos no país (55%), muitos inclusive com familiares no Brasil (32,5%), outros disseram que tinham, conjuntamente, familiares e amigos (5%) e somente um percentual pequeno disse que não conheciam ninguém (7,5%). Portanto, as informações nos levam a crer que efetivamente haveria redes sociais vinculadas fortemente ao processo, apesar de, no momento inicial de migrar não tenha sido um aspecto relevante, na etapa posterior a possibilidade destes amigos virem a estruturar-se em redes de origem comum é bastante provável, como iremos observar em outras respostas analisadas na *etapa migratória* da inserção nos espaços geográficos.

Verificamos também pelas informações que a maior parte destes estudantes conseguiram entrar no curso e na Universidade escolhida de imediato (65%), alguns, contudo, disseram não conseguir na primeira vez (30%). Entretanto, por este resultado favorável de entradas imediatas, observa-se que as solicitações são atendidas satisfatoriamente, tendo em vista que, anualmente, a demanda depende da oferta de vagas, tanto no Programa quanto nas Instituições anfitriãs.

E, no que se refere à escolha pela Universidade, a maioria dos estudantes disseram que a escolha foi pelo curso pretendido oferecido na Universidade (35%), o que se pode observar que, a questão da carreira é realmente um fator importante também na decisão por estudar em um outro país e em determinada Instituição.

Dos respondentes que informaram não ter havido critérios para a escolha da Universidade (27,5%), a maioria disse que foi pela disponibilidade de vaga na instituição (17,5%) e poucos disseram ter sido a escolha pela Universidade por influência familiar (2,5%) e Institucional (5,0%). A opção por colocar esses dois últimos itens de respostas, se justifica por haver a possibilidade de indicação familiar que já estudou em determinada Universidade, específica e, no caso de Institucional, quando a própria Universidade no Brasil estabelece o convênio educativo diretamente com o Ministério da Educação do país ou ainda quando há indicação de alguém sobre determinada universidade, melhor qualidade de ensino, mais oferta de cursos.

Acerca da escolha pela carreira, o aspecto mais relevante foi, para a grande maioria dos estudantes pela realização pessoal (32,5%), contudo outros critérios foram bastante relevantes, como a influência familiar/parentes (12,5%), o mercado de trabalho (10%), ausência do curso preferencial no país de origem (10%) e ainda pela influência de amigos no mesmo curso (7,5%). Alguns, entretanto, responderam não ter havido nenhum aspecto relevante na escolha pela carreira (12,5%).

E, para finalizar a análise da *etapa pré-deslocamento* com os dados referentes à origem, quando se perguntou sobre o critério considerado para a escolha pelo espaço escolhido como destino, no caso o Rio de Janeiro, observou-se que, dos que responderam (77,5%), a maior parte destes estudantes disseram que foi pela oferta de Universidades e cursos no estado do Rio de Janeiro (35%), uma boa parte dos estudantes consideraram como relevante as estrutura da cidade, por ser atrativa socialmente para viver, estudar, sobretudo para lazer, transporte, etc. (12,5%). Houve aqueles também que responderam não ter havido nenhum critério para a escolha (15%).

E, dos que responderam que a decisão de morar no Rio de Janeiro foi anterior a chegada no Brasil, mais da metade deles responderam que sim (52,5%) e os demais disseram que não (40%). Destas observações depreende-se que não houve efetivamente uma relação direta de ser o Rio de Janeiro destino específico, mas, por ter no estado uma maior oferta de melhores Universidades, fazendo uma correlação com as informações sobre os critérios que motivaram estudar no Brasil, onde a maioria respondeu que foi pelo nível de qualidade das Universidades no país e, nesse caso também das Universidades do Rio de Janeiro.

6.2.2 Etapa Migratória

Esta etapa se refere à seqüência do processo migratório dos estudantes após a decisão de migrar e a experiência deles uma vez inseridos nos espaços de destino: Social e Institucionalmente. Nesse sentido os dados serão analisados por algumas variáveis como: moradia, condição domiciliar, renda mensal per-capita, participação em atividade acadêmica e interação social.

Observa-se pelas informações que o local de residência próximo a Universidade não foi o fator mais relevante na escolha residencial (42,5%), contudo, dos que apontaram esse fator como relevante, a maioria destes informaram que residir próximo da Universidade era importante (35%). O que é bastante razoável de ser considerado, tendo em vista que os gastos seriam maiores pelo deslocamento e despesa com transporte. Contudo quando verificamos a situação domiciliar destes estudantes, a maior parte mora em domicílios coletivos, ou seja, com amigos onde compartilham despesas ou vivem agregados, é significativo entender o resultado anterior da não influência da proximidade com a Universidade onde estuda.

Observou-se também que se trata de um grupo que, grande parte destes optam por morar com amigos, compartilhando despesas ou de favor (72,5%). Há alguns que moram com sozinho (10%), com familiares (7,5%), entendo que alguns deles dividem moradia com primos inclusive, outros compartilham residência com cônjuge ou companheiro (a) (2,5%) ou em moram alojamento universitário (2,5%)

Verificamos também que se trata de uma população, onde os gastos em sua maioria são financiados unicamente pela família (42,5%) e destes, os principais responsáveis pela manutenção aqui no Brasil são, conjuntamente pai e mãe (27,5%) que custeiam todas as despesas mensalmente.

Outros estudantes recebem bolsa e ajuda da família (30%) para se manterem e alguns, e destes, metade se sustenta pela bolsa ou por financiamento (15%). Dos que responderam receber bolsa do governo brasileiro, alguns são atendidos pelo Ministério das Relações Exteriores (10%), outros de Fundações ou ONG's (7,5%) e ainda do CNPq (5%).

Destes que recebem um financiamento institucional (do governo de origem ou do governo brasileiro), apenas poucos são responsáveis pelo próprio sustento (5%). Há também os que não recebem nenhum tipo de ajuda, ainda que seja um percentual baixo (2,5%), mas que pode ser reflexo de muitos outros casos, onde os estudantes africanos têm que contar com a solidariedade de amigos para se manter, na Universidade e no país.

Quando se perguntou sobre a despesa mensal destes estudantes, incluindo alimentação, moradia, vestuário, material didático, transporte, etc., metade deles respondeu ter despesa de R\$ 301,00 a R\$ 900,00 mensais (50%), outro percentual significativo disse ter despesas de R\$ 901,00 a R\$ 1.500,00 mensais (17,5%) e alguns disseram ter despesa de R\$ 1.501,00 a R\$ 2.100,00 mensais (12,5%), como mostra a *Tabela 6.5*.

Tabela 6.5 - Despesa Mensal No Brasil (Incluindo Alimentação, Moradia, Vestuário, Material Acadêmico, Transporte, Etc.)

Valores	Frequencia	Percentual
ATÉ R\$ 300,00	2	5,0
DE R\$ 301,00 A R\$ 900,00	20	50,0
DE R\$ 901,00 A R\$ 1.500,00	7	17,5
DE R\$ 1.501,00 A R\$ 2.100,00	5	12,5
DE R\$ 2.101,00 A R\$ 3.000,00	3	7,5
Total	37	92,5
Missing	3	7,5
Total	40	100,0

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados obtidos com questionário.

As despesas custeadas mensalmente pela família dos estudantes, são na maioria integrais (47,5%) e alguns deles recebem manutenção somente para moradia (10%), para material acadêmico (5%) e poucos somente para despesas com alimentação (2,5%). Isso nos leva a entender que há uma divisão social onde cada um desempenha o seu papel; por um lado os pais de manter o estudante minimamente em condições para que ele estude e, por outro lado os estudantes em levar adiante a oportunidade de se formar, ainda que isso possa levá-lo a enfrentar adversidades, eventualmente ou talvez até com maior freqüência nos espaços sociais de destino.

A forma de assistência ao aluno estrangeiro conveniado que eles mais têm conhecimento é a Assistência Consular do país (27,5%) e o Acompanhamento de Orientação pedagógica da Universidade (22,5%). Nesse sentido, considerando-se que nas Instituições existem, paralelamente às assistências ou orientações pedagógicas, programas de assistência aos estudantes estrangeiros, os africanos informaram, em sua maioria, que não participam de programa oferecido pela Universidade (87,5%), poucos disseram participar (7,5%) e destes, alguns participam do programa de alimentação (5%) e do odontológico (2,5%).

É importante observar também que, quando se pergunta à opinião sobre a assistência ao aluno estrangeiro conveniado especificamente, grande parte desta população acha que é regular (60%), alguns acham ruim (10%), outros boa (10%) e ainda, um percentual significativo não soube responder (15%). Podemos notar com essa

resposta que não é uma assistência que apresente somente resultados negativos, o que nos leva a crer, que faltaria mais gerenciamento no que se refere ao atendimento social destes estudantes estrangeiros, levando em consideração algumas demandas essenciais a essa população.

Sobre as dificuldades existentes entre os estudantes africanos para se manterem economicamente na Universidade, dos que responderam, grande parte deles disseram que não (35%) e destes, pouco menos da metade disse não sentir dificuldade atualmente (12,5%), por outro lado, também boa parte deles também respondeu que sim (35%) e que sente dificuldade econômica eventualmente (12,5%).

No que se refere à participação na vida acadêmica, no processo de socialização e interação destes estudantes africanos nas Instituições, podemos verificar que, são alunos que em sua maioria, não participam de atividades acadêmicas como desenvolvimento ou participação em projetos de pesquisa, seja pela falta de interesse ou pela falta de oportunidade dentro da instituição (45%)

E, com relação aos que se interessam por desenvolver ou participar destas atividades (35%), a maior parte desenvolve projetos com professores (17,5%), seja projetos de monitoria, projeto de pesquisa ou Iniciação Científica (PIBIC). Estes estudantes, em sua maioria, dedicam semanalmente três a cinco horas para os estudos (42,5%) e outros até mais de oito horas de estudo semanalmente (32,5%).

A inserção nos espaços, intra e extra-acadêmico, também é um fator importante enquanto mecanismo de adaptação dos estudantes africanos, desse modo, dos que responderam, grande parte deles informou não terem sentido nenhuma dificuldade social (57,5%), além disso, foi observado que muitos informaram terem sentido alguma dificuldade (32,5%), que sentem dificuldade dentro da Universidade, com os colegas (17,5%) e com os professores (2,5%), poucos disseram sentir dificuldade somente fora da Universidade ou em todos os ambientes de convívio (5%).

E sobre o tipo de dificuldade que enfrentam, dos que responderam (45%), a maioria deles disseram que a dificuldade era estabelecer amizades com brasileiros (12,5%), outros responderam sentir discriminação racial (10%) e um percentual menor disse sentir dificuldade com a compreensão do português e a pela restrição em alguns espaços sociais (5%).

Interessante observar que, ao mesmo tempo em que sentem dificuldade em estabelecer amizade com brasileiros, eles informam que existe forte solidariedade entre os estudantes africanos e apenas um pequeno grupo acha que, em sua opinião, não há solidariedade. Nota-se que se trata de uma comunidade que mantém laços de solidariedade constantemente e a socialização é muito mais endógena que exógena e os vínculos são reforçados.

Isto é compreensível, todavia, por se tratar de jovens que em sua maioria estão no primeiro ingresso na Universidade onde a socialização é mais espacialmente dispersa e tende a formar grupos mais restritos. Além desse aspecto, ocorre também “barreira” cultural, ainda que se trate de uma população de língua oficial portuguesa, os africanos que não dominam bem a língua portuguesa tendem a se cercar muito mais de sua própria comunidade africana e se distanciar dos colegas brasileiros.

Percepção sobre o Convênio – quando se perguntou sobre a opinião dos estudantes com relação ao convênio, no sentido deste contribuir no desenvolvimento de competências, tais como: atuação ética com responsabilidade social, formação humana com análise crítica da realidade social, compreensão de processos econômicos, sociais, políticos no contexto global e, contribuição na atuação profissional, grande parte dos estudantes responderam que o convênio contribuiu/contribui amplamente (37,5%), muitos também informaram que contribuiu/contribui parcialmente (30%), alguns disseram que o convênio contribuiu/contribui muito pouco (15%) e outros não souberam responder (7,5%).

Segundo informação da maioria dos estudantes a principal contribuição do convênio é efetivamente a obtenção do diploma de nível superior e com ele, a aquisição de formação teórica e profissional (60%), outros responderam que a principal contribuição do convênio está na aquisição de cultura geral (12,5%).

Portanto, para a grande maioria dos estudantes africanos o Programa de Estudante-convênio de Graduação é um fator positivo amplamente (47,5%) e bastante válido para ambos os países que participam (22,5%), entretanto, é também positivo parcialmente (17,5%) à medida que é válido somente para as pessoas que se beneficiam (2,5%). Isso leva a analisar, por essa percepção vista para os estudantes como um Programa bastante seletivo, que, por um lado poderia estar ajudando na inclusão social fomentada pela inserção acadêmica principalmente para os oriundos de espaços menos favorecidos, privilegia por outro lado, aqueles que conseguem entrada no convênio, visto que há uma seleção por alguns requisitos.

Quanto ao perfil cultural deste grupo, levando-se em consideração como estabelecem a sociabilidade e o lazer, observou-se que, nas horas de lazer estes, em sua maioria saem com amigos africanos e com bastante freqüência (35%); em menor proporção, outros preferem ficar em casa estudando (15%). Dos que participam de atividades artístico-culturais, grande parte deles preferem a dança (32,5%), outros preferem o cinema (30%) e ainda, alguns deles em menor proporção, preferem shows musicais ou concertos (12,5%).

No que se refere ao interesse por leitura, observou-se que se trata de uma população que em sua maioria, se interessa por livros técnicos ou indicados como referência bibliográfica no curso (35%), nota-se também que alguns lêem mais obras

literárias de não-ficção (12%) e livro de auto-ajuda (10%). Nesse sentido, com relação ao consumo de informação via mídia impressa (jornal, revista, etc.) o jornal é o mais consumido dentre estes, sendo que a maioria lê jornal algumas vezes por semana (40%), outros lêem raramente (25%), diariamente (22,5%) e apenas uma proporção baixa informou que nunca lê jornal (7,5%).

De maneira geral, podemos verificar que ocorre um percentual bastante significativo desta população que consome este tipo de mídia (jornal), tendo em vista que é uma das leituras de razoável acesso nas bibliotecas, já que não está disponível em todos os lugares, especificamente nestes espaços onde eles passam a maior parte do tempo.

Quando se perguntou sobre os assuntos dos jornais que eles mais lêem a maior parte deles informaram ter interesse por todos os assuntos (35%), alguns se interessam por assuntos de política e economia (15%), outros informaram cultura e arte (7,5%) e poucos somente esportes (5%). E ainda, para se manter informado sobre os assuntos mais globalmente, os meios de comunicação, incluindo-se os impressos e eletrônicos, preferencialmente, são igualmente televisão (25%) e internet (25%).

Os estudantes africanos utilizam a internet como meio de comunicação, com razoável freqüência (30%), diariamente e muitas horas por dia (30%), alguns utilizam semanalmente, para realizar pesquisa e apenas poucos utilizam raramente ou eventualmente (5%). Vale ressaltar que, dentro das Universidades há laboratório de informática onde funciona o acesso livre aos estudantes, como ferramenta para estudo.

Verificou-se também que a grande maioria dos estudantes se mantém informado sobre os acontecimentos de seu país (87,5%), dos quais, mais da metade se informa freqüentemente (50%), alguns se informam eventualmente (25%) e um percentual relativamente menor, se informa diariamente (12,5%) e o principal meio de comunicação que se utilizam para se manterem informados sobre as notícias do país de origem é, principalmente pela internet (55%) e também em menor percentual, por telefone celular (7,5%).

Portanto, essas informações indicam trata-se de um grupo de estudantes que se estruturam em uma comunidade razoavelmente fechada e que reforçam os vínculos constantemente, seja socializando-se nos momentos de lazer, seja se comunicando, via internet, sem deixar de estar a par dos acontecimentos referentes às origens.

6.2.3 Perspectivas de Futuro

Essa etapa traz informações sobre os projetos de vida que os estudantes tenham sobre o futuro e que posam incluir o retorno ao país de origem, adiar o retorno imediato e/ou dar seguimento aos estudos de qualificação na pós-graduação. Nesse sentido, com relação ao compromisso de retornar ao país de origem após o término do curso, observou-se que a grande maioria destes estudantes concorda fortemente com a obrigatoriedade (62,5%), alguns 17,5% discordam com essa obrigatoriedade (17,5%) e uma minoria não soube responder (12,5%).

Com relação aos projetos de vida após o término do curso, quase metade destes estudantes pretende voltar e trabalhar na área na qual se formaram (40%), alguns informaram que pretende voltar para seu país de origem e depois retornar para o Brasil e dar continuidade aos estudos (25%), outros disseram que pretendem voltar para sua origem e depois ir para outro país para dar continuidade aos estudos (15%) e poucos não têm decisão formada (10%).

Sobre a percepção das condições de oportunidade e trabalho no país de origem ao retornar, os estudantes informaram, em sua maioria, que conheciam (77,5%), destes, boa parte disse conhecer a situação somente na área de interesse (25%) e outros informaram desconhecer a situação (17,5%).

Este grupo também informou que, se surgisse uma oportunidade de permanecer no Brasil para desenvolver trabalho, projeto, etc., a decisão a ser tomada seria, primeiramente pensar na proposta de permanência no país (32,5%), destes que pensariam, a maioria procuraria saber sobre a viabilidade legal antes de aceitar (35%). Entretanto boa parte destes informaram que não aceitariam permanecer no Brasil (25%).

Desse modo, podemos verificar que há um comprometimento bastante significativo com o retorno, em estar aplicando o conhecimento adquirido no mercado de trabalho em seu país ou ainda, no caso de ficar no Brasil para desenvolver algum trabalho, este também estaria vinculado às demandas no país de origem.

6.3 Considerações sobre o Capítulo

A existência de um histórico de vínculos entre África e Brasil tem facilitado a Cooperação Educativa entre os dois países e, de certa forma, tem influenciado a decisão dos estudantes africanos de continuar seus estudos nos cursos superiores no Brasil.

Dentro deste marco contextual, se justifica ser a população de estudantes africanos o volume mais expressivo de estrangeiros nas Universidades brasileiras.

Das informações obtidas com a aplicação dos questionários, verificamos que se trata de estudantes com perfil socioeconômico compatível com os requisitos solicitados no Protocolo do Programa, como no caso da renda familiar, onde a participação dos pais é o principal suporte de manutenção destes estudantes nas universidades no Rio de Janeiro.

Outro fator bastante interessante foi observado pela alta escolaridade dos pais, principalmente de estudantes com superior completo, alguns com Doutorado inclusive e a mãe com nível de educação superior, em sua maioria incompleto, mas ainda assim representa fator relevante quando se trata de investir na educação dos filhos. Nesse sentido, é possível identificar um ingresso no convênio de jovens africanos que representam uma segunda geração de universitários em relação à escolaridade do Pai e da Mãe.

Por essas informações pode-se observar que esse grupo é também constituído por estudantes, maior parte de solteiros e que moram em sua maioria em domicílio conjunto com amigos, compartilhando despesas ou como agregados e são estudantes que dedicam muitas horas semanalmente para os estudos, alguns chegam a preferir ficar em casa ao invés de sair para algum tipo de lazer.

De acordo com Goffman (1978, p.116) “As identidades, social e pessoal são parte, antes de tudo, dos interesses e definições de outras pessoas em relação ao indivíduo cuja identidade está em questão”. Desse modo, a declaração que os estudantes africanos se sentem bem menos discriminados racialmente e com muito mais dificuldades de estabelecerem amizade com os brasileiros, poderá nos indicar uma estigmatização destes estudantes frente a seus colegas e nesse sentido, o peso do estigma está em determinantes verificados de diversas formas e podem não ser aceitos ou podem também não estar aceitando os colegas, muito mais por fatores culturais do que raciais.

A maioria concorda fortemente com o compromisso e a obrigatoriedade de regressar ao país de origem e pretendem desenvolver algum trabalho na área de formação, ainda que estejam cientes sobre a situação de mercado do país de origem.

Finalmente percebe-se que é forte e significativa a intenção de regressar e, caso haja proposta de continuar no Brasil, a maioria manifesta o desejo de desenvolver algum trabalho, projeto que estejam vinculados com alguma temática no seu país de origem.

► CONCLUSÕES E REFLEXÕES FINAIS

Conclusões e Reflexões Finais

O princípio é um Todo Abstrato diluído em informações. No decorrer do processo vai se revelando, tomando forma e de repente surge em sua frente o OBJETO. Finalizado e com identidade própria, o criador reflete sobre a obra de criação: E agora, para onde vai você? Aí o Todo Concreto se dilui outra vez, se espalha e torna-se veículo transportável de inscrições que circulam no universo através das redes de transformações. Fora do campo de domínio do observador, já não cabe a este exercer o controle sobre ele. (DESIDÉRIO, E de J. “Elaborare”. Rio de Janeiro, 2006)

Portanto, pôde-se depreender com a realização do estudo sobre os *africanos* vinculados ao *Programa Estudante-Convênio de Graduação*, que se trata de uma população que faz parte de uma tendência global na modalidade de migração internacional com fins de estudo.

De acordo com as informações trazidas ao estudo, há um volume de pelo menos, 2,5 milhões de estudantes de educação superior que se encontram fora de seus países (UNESCO, 2006) e o aumento de 41%, de 1999 a 2004, deve-se, não somente ao fato das pessoas quererem estar estudando fora de seu país, mas principalmente pela necessidade cada vez maior de formação e alta qualificação no mundo globalizado.

Ao aumento de estudantes internacionais deve-se considerar a questão da internacionalização dos sistemas educativos e também o aspecto da Cooperação bilateral ou multilateral no eixo da Educação superior e da formação de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia, como instrumento de viabilidade e promoção para que essas pessoas se desloquem e permaneçam temporariamente em outros países, para realizar estudos.

No Brasil, o volume que corresponde aos estudantes estrangeiros procedentes de todos os continentes, teve um aumento em 1991 que era 11.013 passando para 13.897 estudantes em 2000, segundo levantamento dos Censos Demográficos, sendo o maior percentual de estudante procedente da América (excetuando o Brasil) e da Europa, Ásia em terceiro lugar e África em quarto. Contudo, quando se observam os dados do volume gerado pelo Acordo e especificamente no caso do Programa Estudante-Convênio de Graduação, nota-se que os procedentes de países africanos representam os maiores contingentes, comparativos aos oriundos dos demais países.

A escolha pelos destinos, conforme se observou, ainda que sejam os Centros desenvolvidos os anfitriões desta população de estudantes estrangeiros, tais como Estados Unidos e Reino Unido, nota-se que países periféricos como o Brasil também são destinos escolhidos para realizar estudos.

Nessa sentido verificam-se nas escolhas dos destinos, alguns aspectos relevantes, vinculados as ligações lingüísticas, culturais e históricas como fatores importantes em um país de acolhida, ou ainda pela própria experiência que irão adquirir ao viver no exterior, de se tornar mais globalizado.

As microestruturas também são aspectos inerentes as motivações para os estudantes estrangeiros se deslocarem, quer seja pelas redes sociais formais e/ou informais, quer pela falta de acesso à educação superior em seus países de origem, pela falta de opções de carreiras, de instituições públicas melhores do que aquelas oferecidas em seus países. Este é o caso específico dos estudantes africanos analisados neste estudo que nos informaram, pelo questionário, que o aspecto mais relevante para eles foi à oportunidade de estudar em uma instituição de qualidade e pela vasta opção por carreiras/cursos nas Universidades brasileiras que, freqüentemente não existem nos países de origem.

Além dos seis países com maiores percentuais de hospedagem dos estudantes estrangeiros de todo o mundo que são: Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Austrália e Japão, de maneira geral os registros das populações de estudantes estrangeiros crescem quase três vezes mais rápido, comparativamente ao número de matrículas de estudantes nacionais durante os anos letivos, o que se pode analisar com isso é que, a cada ano ocorre mais solicitações de matrículas de estudantes estrangeiros e a oferta, nem sempre acompanha a demanda, já que existiriam fatores explícitos de status jurídico, de políticas migratórias, dentre outros, que regulam, definem e condicionam este processo.

No caso dos estudantes africanos e, sobretudo dos procedentes da região subsaariana, os destinos preferencialmente são Europa Ocidental, América do Norte ou ainda países da própria região e, dentre os que permanecem na região, quase a totalidade destes, escolhem a África do Sul, especialmente os oriundos de Botsuana, Malaui, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue. (UNESCO, 2006).

Como visto anteriormente, a população de estudantes africanos fora de seus países representa 8% (194.000) do total global, sendo o contingente mais expressivo os procedentes do Zimbábue, depois da Nigéria e República de Camarões e por último do Quênia.

Fazendo uma análise das estimativas trazidas neste estudo, de maneira geral no Brasil, pelos registros do Censo Demográfico há 1.630 estudantes africanos que representa 11,7% do total da população de estudantes estrangeiros e, pelos registros administrativos do Departamento de Polícia Federal/SINCRE, de 1990 a 2005 entraram no país 459 estudantes africanos de curso superior.

Quanto aos estudantes africanos do Acordo Educativo e Cultural e pelo registro do Ministério das Relações Exteriores ingressaram nas Universidades brasileiras pelo PEC-G, durante o período de 2000 a 2005 um volume de 2.342 estudantes africanos. E ainda, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior registraram para o mesmo período um ingresso de 877 estudantes africanos.

Por estas informações, ainda que se trate de estimativas diferenciadas, notou-se em todos os registros que a população de estudantes africanos, comparativo aos demais estudantes estrangeiros, representa o volume mais expressivo e, nesse sentido, verifica-se uma demanda constante de solicitações de entradas temporárias e vagas no Programa e nas Instituições de Educação Superior, pois, cada vez mais, estudantes africanos chegam ao Brasil para realizarem estudos.

Com relação aos principais destinos dos estudantes africanos, como no caso dos francófonos que tem como países anfitriões preferenciais França e Bélgica e dos anglófonos que se destinam primordialmente para os Estados Unidos, com relação aos estudantes africanos lusófonos, os países anfitriões com os maiores volumes observados são Portugal e Brasil.

Destes lusófonos que se destinam para o Brasil, de acordo com as informações anteriores, no Censo Demográfico 2000, os estudantes angolanos lideram o ranking de participação, por procedência. Entretanto, em se tratando de estudantes de convênio de graduação, as populações mais expressivas são, principalmente de cabo-verdianos e guineenses, que lideram as participações, tanto nas Universidades brasileiras pelos registros do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Educação, quanto das três Universidades no Rio de Janeiro.

Nesse contexto, quando analisamos pelos nexos de origem e destino deste processo migratório para estudos superiores, se observa que os angolanos, mesmo sendo o grupo com participação mais expressiva, dispõe de uma maior oferta de Universidades e Centros universitários no país, diferentemente de Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, tanto pelo alto nível de carência de Instituições e cursos, como também pela total ausência de curso de licenciatura plena visto no caso de São Tomé e Príncipe.

Ressalta-se Cabo Verde como sendo o segundo maior grupo de estudantes africanos no Brasil, pelo incentivo maciço do governo que destina mais da metade do orçamento para a educação investindo em oferta de bolsa de estudos para manter estudantes em outros países, tanto na formação superior universitária quanto na qualificação de pesquisadores em Ciência e Tecnologia.

Sobre a tendência global de ter predominantemente estudantes de doutorado realizando estudos fora de seu país (PELLEGRINO, 2002) a qual se refere mais especificamente à migração qualificada ou de Recursos Humanos em Ciência e Tecnologia (RHCT), quando se analisou a informação no caso do Brasil, notou-se que a predominância não era de estudantes estrangeiros de doutorado ou mestrado, mas sim de uma população três vezes maior de estudantes de curso superior de graduação. Entretanto, à análise da autora, comparando-se com as informações obtidas por estes registros é trazida para este contexto com ressalvas, visto que no caso da migração qualificada tratada por Pellegrino, poderia não haver a necessidade efetiva das pessoas migrarem para realizar estudos de educação terciária/graduação ou mestrado - por haver nos países emissores um sistema de ensino superior satisfatório - saindo somente para realizar doutorado.

Com relação aos espaços geográficos preferenciais dos estudantes estrangeiros, destacando os africanos, para realizar estudos no Brasil, foi observado tanto nos levantamentos do Censo Demográfico 2000 quanto nos registros do Departamento de Polícia Federal/SINCRE e do Ministério da Educação, que os destinos são preferencialmente a região Sudeste e Sul. Os estados onde se encontram mais estudantes estrangeiros são, principalmente, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que representam os centros anfitriões desta população.

Este aspecto está vinculado ao nível de oferta interna das Instituições de Ensino Superior e vagas disponibilizadas nos cursos aos candidatos do Convênio especificamente, onde notadamente se encontram nestas regiões os maiores números de Instituições Federais, estaduais e também privadas. No caso do PEC-G, participam do convênio 36 Instituições na região Sudeste, 21 na região Sul, 13 na região Nordeste, 8 na região Norte e 6 na região Centro-Oeste.

Outro aspecto vinculado também às decisões de residir em determinados estados está relacionado à Cooperação educativa ou cultural realizada entre os países, diretamente através de Comissões Nacionais de Educação ou de Ensino Superior, Programas de convênio específicos ou ainda Acordos celebrados diretamente entre o Ministério da Educação africano com determinadas Instituições de Ensino Superior em algumas unidades da federação. Nesse sentido, os estados que oferecem maiores números de Instituições, além de estarem nos grandes centros do país, são, portanto os destinos mais prováveis para os estudantes, haja vista que, quanto maior o número de Instituições de Ensino Superior em determinado estado, maiores as possibilidades também de participação de Universidades vinculadas aos Acordos de Cooperação bilateral.

Foi observado quanto aos estudantes estrangeiros, com destaque para os africanos, pelos registros do Censo Demográfico e pelas informações sobre a distribuição das IES vinculadas ao PEC-G que a maioria deles estudam em rede pública e isso estaria indicando também alternativa mais viável de acesso ao ensino gratuito e em escolas de qualidade, melhores que as existentes no país de origem, que no caso africano são poucas e deficientes para atender a demanda de universitários.

Alguns outros pressupostos que são tendências globais no contexto da migração e, de certa forma, pontual também nesse estudo, é a questão da feminização na migração e a crescente politização da migração, como no caso das relações bilaterais especificamente tratadas neste estudo. Desse modo, no caso da migração de estudantes estrangeiros no Brasil, foi observado que não ocorre uma tendência à feminização e há uma predominância do sexo masculino, tanto para os estudantes estrangeiros procedentes de todos os continentes quanto especificamente da população africana, excetuando-se Cabo Verde que apresenta uma tendência mais feminina, em todos os anos de ingressos no Brasil.

Nesse sentido, no que se refere à migração de estudantes estrangeiros e mais especificamente de africanos para o Brasil, observa-se que ainda é incipiente a participação feminina neste tipo de migração e no que se refere a população de estudantes africanas ainda mais, por refletir a situação desigual de gênero daquele país e menos favorável da mulher nos cursos superiores.

O caso concreto observado foram as informações sobre o nível de escolaridade dos pais dos estudantes africanos que responderam o questionário, onde a situação do Pai é muito melhor do que a da Mãe em todos os níveis e, sobretudo no superior completo e também doutorado.

No que se refere ao controle de entradas e permanência temporárias dos estrangeiros que desejam realizar estudos no Brasil, foi observado que este procedimento envolve uma série de normas e regulamentações que disciplinam a concessão de visto que, neste caso é temporário tipo IV, pelo prazo de 1 (um) ano, prorrogável, caso necessário e mediante prova declaratória de vínculo ativo na Instituição onde realiza o estudo.

Além deste controle anual, há a exigência de retorno imediato após finalizar colar grau. O estudante estrangeiro tem somente 3 (três) meses mais para permanecer no país, sem o risco de penalidades, o que evidencia, mais que o corolário do retorno imediato para que levem conhecimento e desenvolvimento para seu país de origem, se trata de uma forma de controle desta migração, já que somente recebem o diploma, na Embaixada do Brasil no país de origem.

Além da entrada de estudantes ser bastante seletiva, pelos demais requisitos exigidos, também há a exigência de comprovação de solvência econômica, junto à autoridade consular e mediante assinatura de Termo de Responsabilidade Financeira, onde o(s) responsável(is) declararam que está(ão) apto(s) a manter(em) o estudante durante o período de estudo sem ônus para o país, incluindo todas as despesas, as passagens de ida e de retorno ao país de origem.

Analizando especificamente a população do estudo observa-se que a maioria dos estudantes entrevistados é mantida unicamente pelos familiares e principalmente pelo pai e mãe que enviam uma cota mensal para cobrir as despesas de alimentação, moradia, vestuário, material didático, dentre outras. Contudo, declararam que sentem ou já sentiram dificuldade financeira, mesmo recebendo ajuda da família e alguns recebem também bolsa de estudos. A maior parte deles moram em domicílios coletivos, ou até como agregado dividindo despesas, principalmente por serem, em sua maioria estudantes solteiros.

Neste caso particularmente, ressalta-se que há, ainda que em recente atividade, algumas outras opções de ajuda financeira para que estes estudantes minimizem as dificuldades econômicas, como no caso de ofertas de bolsas pelo governo brasileiro com projetos dentro das próprias instituições, ou em âmbito nacional, como o projeto Milton Santos (PROMISAES) para atender especificamente os estudantes do Programa-estudante Convênio de Graduação. Nota-se que, não se trata unicamente de um benefício, mas também de uma ação positiva que evidencia uma responsabilidade compartilhada entre os Estados, tendo em vista o objetivo comum entre os países - que é a formação de competência para o desenvolvimento do país de origem do estudante – há o reconhecimento que a realidade dos estudantes africanos é distinta daquela dos estudantes oriundos da América Latina, por exemplo.

Nesse contexto, ainda que haja países como Cabo Verde que tem um investimento alto com bolsas de estudos para seus estudantes, em alguns outros países a oferta de bolsas não atende a demanda crescente ou até mesmo, não beneficiando com bolsa de estudos, deixando o ônus totalmente com a família dos estudantes, como é o caso atual dos oriundos de São Tomé e Príncipe, levando os estudantes a situação de esforços familiares e dificuldades posteriores no país anfitrião, tendo que enfrentar dificuldades, superar obstáculos e muitas vezes, contar com a solidariedade da rede social por origem comum.

Assim como a situação domiciliar no Brasil reflete uma solidariedade entre o grupo, onde freqüentemente os estudantes moram juntos, a preferência pelo lazer também está relacionada à interação que estabelecem com os amigos africanos. Nesse sentido a

relação com redes sociais por origem comum é um aspecto bastante presente na realidade destes estudantes africanos.

Ainda com relação a socialização, no que se refere a interação destes estudantes dentro e fora das Universidades, foi observada uma relação de socialização dialética, onde, por um lado há o reforço endógeno constante dos vínculos sociais, da manutenção e ampliação das redes e em contrapartida uma relação exógena de “estranhamento”, de distanciamento ou mesmo estigmatizada com os colegas que não são africanos, onde muitos alegam dificuldades de estabelecer amizade com brasileiros.

Pela Teoria de Sistemas Migratórios, as microestruturas como as redes sociais informais representam um suporte importante no processo migratório, contudo neste estudo não foi observado como aspecto mais relevante na fase pré-migratória, ainda que haja relação anterior de amizade com estudantes no Brasil. O pressuposto é que estes estudantes não dependeriam necessariamente da existência de uma rede social estruturada como suporte para realizar a migração, já que se trata de iniciativa, ou projeto individual e/ou familiar.

Contudo, os vínculos familiares funcionam como o principal aspecto microestrutural, tanto pelo incentivo com a manutenção financeira, quanto pelo investimento em capital social que representa enviar o filho para estudar no Brasil. Percebeu-se também que se trata de uma população comprometida com a atividade acadêmica pelas horas semanais que dispensam aos estudos, atentos e inteirados com os assuntos globais e locais, pelo exercício continuo de leituras seja semanal ou diariamente, informando-se freqüentemente sobre os diversos assuntos e cenários, tanto aqui no Brasil quanto sobre seu país de origem, já que se trata também de estudantes conectados ao universo virtual, onde a internet é o principal veículo de captação de informações e ferramenta didática bastante usada.

Desse modo, como reflexão pode-se depreender que o convênio, segundo a opinião dos estudantes africanos entrevistados, atende positivamente aos requisitos celebrados no Acordo no sentido de contribuir no desenvolvimento de competências ao obterem um diploma de formação superior. Entretanto, notou-se que haveria críticas no que se refere à assistência ao estudante estrangeiro, onde a maioria dos africanos do estudo de caso acha que a assistência ao aluno de convênio, é regular dentro das Universidades.

Partindo do pressuposto que os países, ao melhorarem a educação de sua população, ainda que seletivamente, realizam um investimento importante em capital humano, já que se trata de um bem intangível pertencente ao próprio indivíduo, a mesoestrutura formada pelos participantes bilateralmente, desloca o investimento individual e familiar para o coletivo, haja vista que o objetivo da Cooperação é claro no sentido de agregar valor social ao conhecimento, para que seja também revertido no

âmbito coletivo, e seja utilizada a formação em prol do desenvolvimento social e humano do país de origem.

Brasil e Portugal são os principais parceiros dos países africanos na cooperação e são também os países que mais desenvolvem projetos no sentido da integração e da melhoria de condições de vida da população africana enquanto membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que estabeleceu como uma das principais agendas, o eixo da educação. Nesse sentido, observou-se que com a internacionalização do ensino e a institucionalização do sistema de educação superior nos países africanos, ambos os Estados são partícipes ativos neste processo de cooperação.

Contudo, a internacionalização da educação apesar de global em suas diretrizes, apontando rumos para reformas na educação superior e/ou alternativas de políticas educacionais, tende a agregar uma ideologia às ações, seja ela voluntarista ou cooperativista, já que conta com a participação de instituições internacionais como parceiros e doadores. A institucionalização do sistema educativo, por sua vez, traz uma carga filosófica adotada por cada sistema e, no caso africano por se tratar de um processo razoavelmente recente de ampliação e “remodelamento” do sistema educativo, ainda se nota uma filosofia pautada no modelo colonialista, tendo em vista que algumas universidades datadas do período colonial permanecem dialogando com essa filosofia juntamente com as políticas sociais e educacionais e nesse sentido, as universidades que se instauraram refletem também o formato das universidades coloniais.

Ressalta-se, nesse contexto, que as relações internacionais entre Brasil e países de África, sobretudo no que se refere às celebrações de Acordos de Cooperação foram, ao longo da história, permeada por ideologias consonantes com as estratégias específicas das gestões presidenciais e se adequavam aos momentos históricos e políticos. Por essas observações, notou-se, desde meados dos anos 90, mais especificamente após a instauração da CPLP em 1996 e principalmente, nos últimos cinco anos, que houve um aumento de atos internacionais celebrados com este continente onde as relações foram ampliadas e novos acordos foram definidos, entrando imediatamente em vigor, diferentemente dos procedimentos anteriores que levavam anos para os Acordos serem efetivados.

Contudo, observa-se que existe uma relação dicotômica que, de um lado nota-se benefícios trazidos pela oportunidade de formação na educação superior dos estudantes estrangeiros e especificamente de africanos por tratar-se esta cooperação educativa de um instrumento que para muitos países de África, não somente significa uma opção de continuidade ao estudo no curso superior, principalmente uma necessidade, por existir não uma ausência mas uma carência e, sobretudo uma deficiência no sistema

universitário público africano, incapaz de absorver um público emergente de estudantes de graduação.

Por outro lado, nota-se a existência de obstáculos gerados por alguns aspectos normativos, jurídicos e operacionais do Convênio e que efetivamente, se transformam em barreiras à inserção, à adaptação e a condução destes estudantes nos espaços sociais no Brasil.

Por conseguinte, ocorre também às barreiras que se referem à perspectiva de futuro e de retorno, pois esse primeiro ciclo migratório pode efetivamente gerar um outro processo como de *brain circulation* à medida que o compromisso do retorno for protelado, ou no caso onde o estudante consegue inserção no mercado de trabalho no país anfitrião, a decisão de retornar imediatamente tende a ser adiada. Ou ainda, a hipótese da decisão de seguir para uma segunda fase da migração qualificada em outro país, sem retornar, todavia, para seu país de origem.

Essa lacuna sobre a instabilidade no retorno é verificada pela ausência de projetos pautados nas perspectivas de futuro dos estudantes do Convênio, sobretudo, por não haver um compromisso entre os países no aproveitamento profissional desta população ao finalizar o curso e, nesse sentido, resulta em perda de eficácia da Cooperação.

O objetivo específico deste Estudo de Caso foi fazer uma descrição mais abrangente possível do grupo de estudantes africanos no Rio de Janeiro, tentando determinar as inter-relações lógicas dos seus vários componentes do processo migratório pelos nexos observados na origem e no destino e as consequências da interação entre as micro, meso e macroestruturas.

A perspectiva teórico-metodológica propôs fazer um levantamento exploratório das características (social, econômica, cultural), das experiências (individuais ou coletivas) e das percepções desta população a fim de explicar, o processo social do deslocamento à inserção dos estudantes africanos de graduação, pelas etapas pré-migratória e migratória realizadas.

Os nexos do processo foram percebidos, inicialmente pela *etapa pré-migratória* onde se nota que a organização familiar norteia a decisão de migrar para realizar estudos e estrutura para a *etapa migratória* da inserção. Nesta etapa seguinte, diante do estudante se encontra um emaranhado de novos códigos, signos e redes que irão compor as estratégias de adaptação onde os recursos cognitivos são acionados para a socialização, para a interação, para o enfrentamento de dificuldades e na coesão que resulta em uma solidariedade que se potencializa nos distanciamentos e nas ações estigmatizantes. É nesta etapa onde o estudante alcança uma percepção mais concreta sobre o seu papel neste processo social, o papel do convênio e o papel de seu Estado de origem.

Na etapa posterior que capta a perspectiva de futuro com olhar para o pós-migratório, foi observado nesse momento o desejo do retorno, esperanças de realizações concretas e a certeza do dever cumprido pela aquisição do diploma e da formação, considerando a relevante contribuição do convênio como fator positivo.

A condução do estudo trouxe informações importantes no sentido de ter cumprido com os objetivos propostos e, nesse sentido, contribuiu para o entendimento desta migração. Desse modo, a partir de um esforço em abordar o objeto do estudo, buscou-se desenvolver um trabalho informativo e que pudesse ser mais um adicional à literatura existente sobre o tema, tanto da migração quanto dos africanos no Brasil.

Algumas diretrizes gerais e específicas foram estruturadas como contribuição ao estudo, por considerar que havia uma insuficiência de informações na literatura, ou dos estudos de caso nesta área para alcançar este objetivo, como no caso das informações trazidas da população total de estudantes estrangeiros de curso superior, destacando o contingente de África no Censo Demográfico e nos registros da Polícia Federal.

A partir da realização do estudo atingiu-se a compreensão sobre a Cooperação Educativa que se trata de um mecanismo importante enquanto fortalecedor de aliança entre os países, mas também um instrumento que potencializa melhorias nos indicadores sociais dos países em desenvolvimento.

Contudo deveria ter uma estrutura programática mais eficiente para alcançar resultados mais favoráveis - no sentido da ideologia que se estrutura que é, sobretudo da inclusão social e promoção da igualdade - mais eficaz e mais efetiva no sentido de alcançar o que se propõe no Protocolo de Intenções sobre Cooperação que é contribuir no desenvolvimento social das populações que participam do acordo, apoiada nas políticas nacionais de promoção da educação universitária.

Durante todo o encaminhamento do estudo buscou-se informações sobre o desenvolvimento de avaliação do desempenho dos estudantes ou do Programa, sem obter resultado efetivo como comparativo.

Nesse sentido, a reflexão final está no questionamento se realmente estaria havendo uma promoção de educação para a inclusão com o Acordo, já que há, nitidamente, uma linha divisória entre a formação e a participação destes profissionais, entre a aquisição de capital humano e a transferência deste conhecimento para a realidade social.

Como proposta para se entender essa lacuna implícita neste processo migratório, alguns caminhos poderiam levar a responder estas indagações e que seriam recomendações para estudos futuros, tais como: Avaliar o impacto da política nos países de origem; verificar se o modelo educacional do Brasil é compatível com a realidade dos países africanos e que quadros profissionais estão formando; mensurar as disparidades

no acesso em termos de base sócio-econômica, dentre outros que esse fenômeno suscita.

Conclui-se, portanto, que não se pretendeu com a realização deste trabalho dissertativo, esgotar todas as respostas que este objeto gerou nesta área de estudo. Contudo, pretende-se oferecer alguma contribuição pertinente a esta população africana e que possa, a partir destas informações, fomentar outros estudos ou pesquisas complementares sobre os imigrantes africanos que escolhem os espaços brasileiros, temporária ou permanentemente para residir, refugiar-se, asilar-se, trabalhar, simplesmente circular ou principalmente realizar estudos formais.

► REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, L. M. A *Internacionalização do Ensino Superior em Cabo Verde e Sua Importância no Seu Desenvolvimento*. Ministério da Educação, Ciência e Cultura de Cabo Verde. In. A Internacionalização da Educação. Millennium on line, Revista do Instituto Superior Politécnico de Viseu - Portugal, nº 11, julho de 1998. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millenium/alves11.htm> Acesso em: Maio de 2006.
- ASSIS, G. de O.; SASAKI, E. M. *Novos migrantes do e para o Brasil: Um balanço da Produção Bibliográfica*. In. CASTRO, M. G. (Coord.) Migrações Internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 615-639.
- BABBIE, E. *Métodos de Pesquisa de Survey*. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003. 519p.
- BAENINGER, R. *Brasileiros na América Latina: O que revela o projeto IMILA-CELADE*. In. CASTRO, M. G. (Coord.) Migrações Internacionais: contribuições para Políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 283-326.
- BAENINGER, R.; LEONCY, C. *Perfil dos Estrangeiros no Brasil Segundo Autorizações de Trabalhadores (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de Entradas e Saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça)*. In. CASTRO, M. G. (Coord.) Migrações Internacionais: contribuições para Políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 187-242.
- BELTRÃO, K. I. ; PINHEIRO, S. S. *Trabalhadores que se encontram no Japão como Dekasseguis*. In. IV Encontro Nacional sobre Migração. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro, 2005. 41p.
- BERQUÓ, E. *Prefácio*. In. CASTRO, M. G. (Coord.) Migrações Internacionais: contribuições para Políticas. Brasília: CNPD, 2001. p.11-12.
- BOAL, M. E. *A Participação Portuguesa em Programas Comunitários e de Cooperação Internacional*. (s/d). Ministério da Educação/Portugal. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millenium/boal11.htm>> Acesso em: Maio de 2006.
- BÓGUS, L. M. M. *Migrantes Brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar*. In.: PATARRA, N. L. (org.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 111-132.
- BÓGUS, L. M. M. ; BASSANEZI, M. S. C. B. *Brasileiros (as) na Itália: Nuovi Cittadini ou Extracomunitaria*. In. CASTRO, M. G. (Coord.) Migrações Internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 409-426.
- BOOTH, W. C.; COLOMB, G. G. ; WILLIAMS, J. M. *A Arte da Pesquisa*. Tradução: Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2000. 351p.
- CANALES, A I.; ZOLNISKI, C. *Comunidades Transnacionales y Migración En La Era De La Globalización*. Costa Rica, 2000. Disponível em:

- <<http://www.eclac.cl/celade/proyectos/migracion/Canales.doc>> Acesso em: Maio de 2005. 23p.
- CARDOSO, F. H. *Política Externa*. In. Brasil: 1994-2002. A Era do Real. Dezembro de 2002. Disponível em : <<http://www.psdb.org.br/biblioteca/era do real/30.pdf>>. Acesso em : Dezembro de 2005. p. 441-462.
- CARDOSO, M. M. *Educação/Formação/Investigação em São Tomé e Príncipe – Será uma aposta do país no caminho do desenvolvimento?* Lisboa, 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/mariaManuelaCardoso.pdf>> Acesso em: Maio de 2006. 13p.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura;* v.1. São Paulo: Paz e Terra, 8^a Ed.1999. 698p.
- CASTELLS, M. *O Surgimento do Quarto Mundo: capitalismo informacional, pobreza e exclusão social.* In. CASTELLS, M. *O Fim do Milênio. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura.* vol.3. 3^a Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 95-153.
- CASTLES, S.; MILLER, M. J. *The Age of Migration. International Population Movements in the Modern World,* (2.^a ed.), London. Macmillan Press Ltd. 1998.
- CASTLES, S.; MILLER, M. J. *La Era de la migración. Movimientos Internacionales de Población en el Mundo Moderno.* México. Editor: Miguel Ángel Porrúa,. 2004. 388p.
- CASTRO, M. G. *Migrações internacionais e políticas. Algumas experiências Internacionais.* In. CASTRO, M. G. (Coord.) *Migrações Internacionais: contribuições para políticas.* Brasília: CNPD, 2001. p. 15-32.
- CASTRO, M. G. *Estrangeiros e Identidades. Direitos Humanos, Cidadania e Sujeito Migrante. Representações em Textos Diversos.* ANPOCS. Caxambú/MG, 2004.
- COHEN, R. *Global Diasporas. A Introduction.* UCL Press. Great Britain, 1997.
- ENTZINGER, H. *Novas tendências migratórias à escala mundial.* Edição Público e Universidade Autônoma de Lisboa, Lisboa, Novembro de 2000. Disponível em <<http://www.casadobrasilidelisboa.rcts.pt/arg-artigos/novas-tendencias-mundial.doc>>. Acesso em: Dezembro de 2005. 15p.
- FINDLAY, A. *From Brain Exchange to Brain Gain: Policy Implications For the UK of Recent Trends in Skilled Migration from Developing Countries.* International Migration Papers 43. Geneva. 2001. Disponível em <http://www.ilo.org/public/english/protection/migrant/download/imp/imp43.pdf> Acesso em: Janeiro de 2006. 48p.
- FUSCO, W. *Redes Sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos.* In.. CASTRO, M. G. (Coord.) *Migrações Internacionais: contribuições para políticas.* Brasília: CNPD, 2001. p. 427-446.

- GALETTI, R. *Migrantes estrangeiros no centro de São Paulo: coreanos e bolivianos*. In.: PATARRA, N. L. (org.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 133-143.
- GOMES, P. F.; NARDIN, F. *Para uma abordagem visionária de cooperação entre a Angola Educational Assistance Fund e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Bissau/Boston. Dezembro de 1996. Disponível em <<http://www.aeaf.org/papers/1996-12-paulo-gomes.htm>>. Acesso em: Maio de 2006.
- GUERRERO, G. T. *Impulsar el desarrollo a través de la circulación del conocimiento: una mirada distinta a las migraciones de los mexicanos altamente calificados*. Global Commission on International Migration. GLOBAL MIGRATION PERSPECTIVES. No. 51 October 2005. Disponível em <<http://www.gcim.org/mm/File/GMP%2051%20spanish.pdf>> Acesso em: Janeiro de 2006.
- HERMANN, J. *Cenário do Encontro de Povos: A Construção do Território*. In. Brasil 500 Anos de Povoamento. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, 2000. p. 13-17.
- IANNI, O. *Globalização e Diversidade*. In.: PATARRA, N. L. (org.). Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, v.2.1996. p.1-15.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 1991. Base Multidimensional de Estatísticas*. Acesso: Setembro de 2005 – Março de 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000. Base Multidimensional de Estatísticas*. Acesso: Setembro de 2005 – Março de 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Estudos e Pesquisas. Tendências Demográficas*, nº 10, v. 1. Brasil, 2002. p. 24.
- KALY, A. P. *Os Estudantes Africanos no Brasil e o Preconceito Racial*. In. CASTRO, M. G. (Coord.) *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 463-479.
- KAWAMURA, L. *A Questão Cultural e a Discriminação Social na Migração de Brasileiros ao Japão*. In. CASTRO, M. G. (Coord.) *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001. p. 395-408.
- KODAMA, K. *O Sol Nascente do Brasil: Um Balanço da imigração japonesa*. In. Brasil 500 Anos de Povoamento. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, 2000.
- KURZ, R. *Barbárie, Migração e Guerras de Ordenamento Mundial*. Para uma caracterização contemporânea da Sociedade Mundial. In. Serviço pastoral do Migrante (Org.). *Travessia na De\$ordem Global: Fórum Social das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- MARRONI, M. da G. *Migrantes Latinoamericanos Rumbo a Estados Unidos Bajo el Neoliberalismo ¿México País de Tránsito?* In. XXV Congreso Asociación Latinoamericano de Sociología. Porto Alegre - RGS, 2005. 20p.

- MARTES, A. C. B. *Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre os imigrantes em Massachusetts*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- MARTINE, G. *A Globalização Inacabada. Migrações Internacionais e Pobreza no Século XXI*. In. Serviço pastoral do Migrante (Org.). *Travessia na Desordem Global: Fórum Social das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- MILESI, R. *Refugiados e pessoas sob o amparo do ACNUR: Dados mundiais e do Brasil*. Instituto Migrações e Direitos Humanos. Brasília-DF, 20 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.migrante.org.br/ref_pess_sobamparodoACNUR_19jun05.doc>. Acesso em Setembro de 2005.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Superior/departamento de Políticas de Ensino Superior/Coordenadoria do PEC-G.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento de Polícia Federal/DPMAF. Sistema Nacional de Cadastros e Registros de Estrangeiros – SINCRE.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Departamento de Cooperação Científica Técnica e Tecnológica/Divisão de Cooperação Educacional/Coordenadoria do PEC-G.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Divisão de Atos Internacionais. Acordos Bilaterais. Disponível em: < <http://www2.mre.gov.br/dai/bilaterais.htm>>. Acesso em Novembro de 2005.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica. Cooperação Bilateral/Cooperação Internacional - CNPq. *Programas Multilaterais*. Disponível em: < <http://www.cnpq.br>>. Acesso em Agosto de 2005.
- MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Departamento Cultural. Divisão de Temas Educacionais. Programa Estudante-Convênio de Graduação. *Protocolo PEC-G*. Disponível em <http://www.dce.mre.gov.br>. Acesso em Outubro de 2005.
- PALAU, T. “*Brasiguaios*”. In. CASTRO, M. G. (Coord.) *Migrações Internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, 2001.
- PAIVA, V. *Sobre o conceito de "capital humano"*. Cad. Pesqui. jul. 2001, no.113,p.185-191. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: Julho de 2006.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. *Migrações Internacionais Recentes: O caso do Brasil*. In.: PATARRA, N. L. (org.). *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 78-87.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. *Mobilidade Espacial da População no Mercosul: Metrópoles e Fronteiras*. In. Revista Papeles de Población. Centro de Investigación y Estudios Avanzados de la Población. México. Nueva Época. Año 10, N° 42. Octubre-diciembre de 2004. p. 73-99.

- PELLEGRINO, A. *Reflexiones sobre la migración calificada.* In: Las migraciones internacionales en América Latina y Caribe. N° 65. Mayo-agosto 2002. Secretaría Permanente del SELA. Disponível em: <http://www.sela.org/public.htm/AA2K2/esp/cap/n65/cap65-6.htm>. Acesso em: Janeiro de 2006.
- PELLEGRINO, A. *Drenaje, movilidad, circulación: nuevas modalidades de la migración calificada.* Documento presentado en el Simposio sobre Migración Internacional en las Américas. Organizado por la CEPAL/CELADE/OIM. San José, Costa Rica, 4 al 6 de septiembre del 2000. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/Poblacion/4/LCG2124P/lcq2124P_4.pdf>. Acesso em : Janeiro de 2006
- PELLEGRINO, A. *Éxodo, movilidad y circulación: nuevas modalidades de la migración calificada.* Notas de Población, Santiago de Chile, v.28, n.73, p.129-162, sep. 2001. Disponível em <http://www.eclac.cl/publicaciones/Poblacion/4/LCG2124P/lcq2124P_4.pdf> Acesso em: Março de 2006.
- PELLEGRINO, A.; MARTINEZ PIZARRO, J. *Una aproximación al diseño de políticas sobre migración internacional calificada en América Latina.* Santiago de Chile: CEPAL, 2001. 1687p. (Población y Desarrollo, 23). Disponível em <<http://www.eclac.cl/.../xml/2/9262/P9262.xml&xsl=/celade/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xslt>> Acesso em: Março de 2006.
- PENHA, E. A. O Atlântico Sul e as Dimensões da “Fronteira Oriental” brasileira> a política africana dos governos militares. In. Relações Brasil-áfrica e Geopolítica do Atlântico Sul. Rio de Janeiro.Tese de Doutorado. Departamento de Geografia.UFRJ. 1998.
- POLL, Ana Paula. *Do Baixo Congo ao Brasil: um olhar antropológico sobre o significado da Igreja Kimbanguista no contexto carioca.* 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- PORTES, A. *Convergencias Teóricas y Evicencias Empíricas En El Estudio Del Transnacionalismo de Los Inmigrantes.* In. Revista Migración y Desarrollo, 2005. 19p.
- PRIES, L. *Migración transnacional y la perforación de los contenedores de Estados-nación.* 2002. Disponível em: <http://www.ruhr-uni-bochum.de/soaps/downloado/publ_2002_ip_migraciontransnacional.pdf>> Acesso em: Setembro de 2005.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Arquivo Nacional e Base de Dados do Portal Brasil. Disponível em <http://www.portalbrasil.net/politica_presidentes.htm>. Acesso em: Dezembro de 2005.
- REIS, J. J. *Presença Negra: Conflitos e encontros.* In. Brasil 500 Anos de Povoamento. IBGE. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, 2000.
- RIBEIRO, G. L. *Goiânia, Califórnia. Vulnerabilidade, Ambigüidade e Cidadania Transnacional.* Brasília. 1998. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/serie235empdf.pdf>> Acesso em: Agosto de 2004.

- RIBEIRO, J. T. L. *Migração Internacional Brasil-África; Angola em destaque*. In. PATARRA, N. L. (coord.). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: FNUAP. 1995. p. 122-132
- ROSSINI, R. E. *O retorno às origens ou o seu sonho do encontro com o Eldorado Japonês: O Exemplo dos Dekasseguis do Brasil em Direção ao Japão*. In. PATARRA, N. L. (org.). Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 104-110.
- SASSEN, S. *The Global City. New York, London, Tokyo*. Princeton university Press. Princeton, New Jersey. 1991.
- SCHULTZ, T. W. O Capital Humano - Investimentos em Educação e Pesquisa. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1973. 250 p.
- SEDEÑO, E. P. (org.). Los Programas de Formación y Movilidad del Personal Investigador de Flujo Directo e Inverso: Problemas, Retos y Soluciones. Instituto de Filosofía. Departamento de Ciencia, Tecnología y Sociedad – CSIC. Informe del Proyecto EA2005_0004. Madrid. Oct./2005. Disponível em: <<http://www.mec.es/univ/jsp/plantilla.jsp?id=2160>> Acesso em: Janeiro de 2006. 105 p.
- SEHOOLE, M. T. C. *Democratizing Higher Education Policy: Constraints of Reform in Post-Apartheid South Africa*. New York: Routledge, 2005. 233 p.
- SILVA, S. A. da. *Migrantes Laborais na América do Sul: o caso dos bolivianos*. In. PATARRA, N. L. (org.). Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995. p. 181-187.
- SPRANDEL, M. *O Parlamento e as Migrações Internacionais*. IN. CASTRO, M. G. (Coord.) Migrações Internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001.
- SUBUHANA, C. *Estudar no Brasil: Imigração Temporária de Estudantes Moçambicanos no Rio de Janeiro. 2005*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro., Rio de Janeiro, 2005.
- TANNURI, M. R. P. *Emigrar de Angola e Imigrar no Brasil: Jovens imigrantes angolanos no Rio de Janeiro: história(s), trajetórias e redes sociais*. 2001. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2001.
- UNESCO-UIS (2003), *Compendio Mundial de la Educación 2003. Comparación de las Estadísticas de Educación en el Mundo*. Montreal: UNESCO Instituto de Estadística. Disponível em: <<http://www.unesco.org.uy/educacion/estadisticas.html>> Acesso em: Janeiro de 2006.
- UNESCO-UIS (2006), *Global Education Digest 2006: Comparing Education Statistics Across the World*, Montreal: UNESCO Institute for Statistics. Disponível em: <

<http://www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/ged/2006/GED2006.pdf> . Acesso em: Maio de 2006.

UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA (2000). *From Brain Drain to Brain Gain Africa's agenda for training, retaining and using its human resources effectively*. Regional Conference on Brain Drain and Capacity Building in Africa, Addis Ababa, Ethiopia, 2000. Disponível em: < <http://www.braingain-instruments.nl/docs/Ngu-AfricaBrain>>. Acesso em: Março de 2006

UNITED NATION. (2003). Commission on Population and Development. Report of the Secretary-General on world population monitoring focusing on population, education and development. Versão em Espanhol. Disponível em < <http://www.un.org/esa/population/cpd/comm2003.htm> >. Acesso em: Abril de 2006.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Banco de Dados*. Disponível por: Sub-Reitoria de Graduação – SR1/Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica (DEP). Convênio de Cooperação Internacional. Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G). Acesso em: Setembro de 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Banco de Dados*. Disponível por: Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos -PROAC/Serviço de Cadastro Discente da Divisão de Registro Escolar. Convênio Internacional. Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G). Acesso em: Setembro de 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Banco de Dados*. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Corpo Discente – PR1/ Divisão de Assistência ao Estudante (DAE). Cooperação Internacional. Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G). Acesso em: Setembro de 2005

VIDA, S. S. *Africanos no Brasil: Uma Ameaça ao Paraíso Racial*. In. CASTRO (Coord.). Migrações Internacionais. Contribuições para políticas. Brasília: CNPD, 2001. p. 449-462

ZAMBERLAM, J. *O Processo Migratório no Brasil e os Desafios da Mobilidade Humana na Globalização*. Porto Alegre: Ed. Pallotti, 2004. 171p.

Bibliografias Consultadas

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724/2005: *informações e documentação – trabalhos acadêmicos - Apresentação*. In. MATOSO, M. C. ; DUBOIS, M. C. De T. Manual para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. Sistema de Bibliotecas e Informação. PUC-Campinas, Campinas, 2006. Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br/biblioteca/_doc/2006_manual_trabalhos.pdf>. Acesso em: Junho de 2006.
- ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. *Brasil – 2004. Lei 9.474/97. Coletânea de Instrumentos de proteção internacional de Refugiados*. Disponível em <<http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/3390.pdf>> . Acesso em: Novembro de 2005.
- BELTRÃO, K. I. ; TEIXEIRA, Moema de Poli . *O Vermelho e o negro : raça e gênero na universidade brasileira - uma análise da seletividade das carreiras a partir dos censos demográficos de 1960 a 2000*. Texto Para Discussão Ipea, Rio de Janeiro, n. 1052, p. 1-56, 2004.
- BEKER, H. S. M. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução: Marco Estevão, Renato Aguiar. 4ª ed. São Paulo. Ed. Hucitec, 1999. 178p.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. Dicionário Crítico de Sociologia. São Paulo: Ed. Ática, 1993. 653p.
- BOURDIEU, P. Escritos de Educação. Petrópolis. Ed. Vozes, 1998. 256p
- CHARLET, V. ; DE LAAT, B. *la Coopération Scientifique Et Universitaire Franco-Sud-Africaine. Évaluation rétrospective 1994-2002*. Direction Générale de la Coopération Internationale et du Développment. Ministère des Affaires Étrangères. France, 2004. 116p.
- COMISSÃO EUROPÉIA. LIVRO VERDE. Educação-Formação-Investigação. Os Obstáculos à Mobilidade Transnacional, 1996. Disponível em: <http://ec.europa.eu/comm/off/green/index_pt.htm> Acesso em: Dezembro de 2005. 65.
- DOMENACH, H. ; PICOUET, M. *Las migraciones*. Córdoba, Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, Dirección General de Publicaciones, 1996. p.148.
- DUERKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. In. DUERKHEIM, E. Os Pensadores. Seleção de Textos de José Arthur Giannotti. Tradução de Carlos Alberto de Moura et al. São Paulo. Ed. Abril Cultural, 1978. p. 71-161.
- ELSER, J. Peças e Engrenagens das Ciências Sociais. Tradução de Antônio Trânsito. Rio de Janeiro. Ed. Relume-Dumará, 1994. 211p.
- GLOSSARY ON MIGRATION. International Organization for Migration (OIM). 2004.. Disponível em <<http://www.oim.int>> . Acesso em: Abril de 2005. 778p.
- GOFFMAN, E. Estigma. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1978.

- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar. Como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.* Rio de Janeiro, Ed. Record, 1997.
- INFORME ADITAL. Disponível em <<http://www.adital.com.br>> Acesso em novembro de 2005.
- NACIONES UNIDAS-ODM (2005), *Objetivos de desarrollo del Milenio. Informe de 2005.* New York Disponível em <http://unstats.un.org/unsd/mi/pdf/MDG%20BOOK_SP_new.pdf>. Acesso em: Maio de 2005. 43p.
- POL, P.; SAUDUBRAY, J. *La Politique des Bourses. Évaluation concernant les bourses attribuées par le Ministère des Affaires Étrangères aux étudiantes étrangères (1998-2004).* Direction Générale de la Coopération Internationale et du Développement. Ministère des Affaires Étrangères. France, 2005. 56p.
- SASSEN, S. *Formacion de Los Condicionantes Económicos Para Las Migraciones Internacionales.* Tema Central. Disponível em <<http://www.dlh.lahora.com.ecas/debate/paginas/debate1250.htm>> Acesso em : Setembro de 2005.
- SCHULTZ, T. W. *O Valor Econômico da Educação.* Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1967. 101 p.
- SILVA, C. A. S. da. *Os Regimes Internacionais para Refugiados e a situação brasileira.* Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/regimes_internacionais_refugiados_sit_brasil.pdf>. Acesso em: Novembro de 2005.
- TOURAIN, A. *El Sujeto.* In. Crítica de la Modernidad. Ed:FCE, México, 1994. p. 201-250
- UNITED NATION. (2005). *United Nation Division. World Migrante Stock: The 2005 Revision Population Database.* Disponível em: <<http://esa.un.org/migration>> Acesso em: Maio de 2006.
- WEBER, M. *Métodos da Ciência Social.* In. WEBER, M. Ensaios de Sociologia. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan S. A. ,1982. p. 73-79.

► APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário

PESQUISA ENCE: ESTUDANTES-CONVÊNIO DE PAÍSES AFRICANOS NO RIO DE JANEIRO

Esta pesquisa é parte integrante da elaboração da Tese de Mestrado com área de concentração em População, Sociedade e Território. Vigência 2004-2006

Levantar informações sobre o grupo de estudantes-convênio africanos ingressantes, concluintes ou recém egressos, nas Instituições de Ensino Superior no Rio de Janeiro, vinculadas ao programa PEC-G e PEC-PG.

- ☞ Por ser uma pesquisa declaratória, sua participação como respondente é muito importante para que os resultados sejam de boa qualidade e retratem essa realidade que se insere no contexto social de cooperação e de relações bilaterais;
- ☞ Procure responder a esta pesquisa de forma individual, consciente e independente. A veracidade das suas respostas é fundamental;
- ☞ O Questionário está estruturado em blocos, distribuindo as informações pelos momentos correspondentes às etapas migratórias;
- ☞ Os estudantes africanos que tiverem acesso à internet podem optar pelo preenchimento do questionário por meio eletrônico [on-line];
- ☞ As informações individuais prestadas têm caráter confidencial e somente serão utilizados para fins de pesquisa acadêmica;
- ☞ Os dados serão tratados estatisticamente e não haverá divulgação de informações individuais.

Obrigada pela sua valiosa contribuição.

MUNICÍPIO	Bairro	Domicílio (tipo)	Questionário nº

Endereço do domicílio:

SITUAÇÃO FINAL DA ENTREVISTA	
(<input type="checkbox"/>) Realizada	(<input type="checkbox"/>) Recusa
(<input type="checkbox"/>) Parcialmente realizada	(<input type="checkbox"/>) Outros

Dia e horário da aplicação: ____/____/2005 [Início ____:____ horas.]

QUESTIONÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO E CULTURAL

Marque um “x” no parêntese “()” ao lado da resposta desejada, seja de **única** escolha ou de **múltipla** escolha ou escreva a resposta quando solicitado no espaço ao lado da opção marcada como “Outros. Especifique”.

I. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Q. 1	Sexo:	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino
Q. 2	Idade:	[_____ anos]
Q. 3	Como você se considera? Raça / Etnia:	1. <input type="checkbox"/> Branco (a) 4. <input type="checkbox"/> Pardo (a)/mulato (a) 2. <input type="checkbox"/> Negro (a) <input type="checkbox"/> Outro. [Especifique: 3. <input type="checkbox"/> Pardo (a) _____]
Q. 4	Qual o seu Estado Civil?	<input type="checkbox"/> Solteiro (a) <input type="checkbox"/> Viúvo (a). <input type="checkbox"/> Casado (a) <input type="checkbox"/> Outro. [Especifique: <input type="checkbox"/> Separado (a) _____ Legalmente.
Q. 5	Qual o local de Nascimento?	País: [_____] Província: [_____]
Q. 6	Estudante-convênio	1. <input type="checkbox"/> PEC-G 2. <input type="checkbox"/> PEC-PG
Q. 7	Qual tipo de Instituição de Ensino Superior?	1. <input type="checkbox"/> Pública. [Qual: _____] 2. <input type="checkbox"/> Privada. [Qual: _____]
Q. 8	Qual a área e o seu curso?	<input type="checkbox"/> Humanas. Curso: [_____] <input type="checkbox"/> Biomédicas. <input type="checkbox"/> Exatas
Q. 9	Qual o ano de ingresso?	No Convênio: [_____] Na Instituição: [_____]
Q. 10	Houve transferência de Universidade?	1. <input type="checkbox"/> Não. 2. <input type="checkbox"/> Sim. (Ir para a Q.11)
Q.11	Em que ano houve a transferência e qual a Universidade anterior?	Ano de transferência: [_____.]. Universidade anterior: [_____]

II. INFORMAÇÕES GERAIS [INDIVIDUAL E FAMILIAR NA ORIGEM].

Q. 12	Quantos irmãos você tem?	1. <input type="checkbox"/> Nenhum. 2. <input type="checkbox"/> Um. 3. <input type="checkbox"/> Dois 4. <input type="checkbox"/> Três. 3. <input type="checkbox"/> Dois 4. <input type="checkbox"/> Quatro ou mais.
Q. 13	Qual o grau de escolaridade do seu pai?	1. <input type="checkbox"/> Sem escolaridade. 2. <input type="checkbox"/> Alfabetizado. 3. <input type="checkbox"/> Ensino Primário incompleto (1 ^a a 6 ^a classe). 4. <input type="checkbox"/> Ensino Primário completo (1 ^a a 6 ^a classe). 5. <input type="checkbox"/> Ensino Secundário/Médio incompleto (7 ^a a 11 ^a classe). 6. <input type="checkbox"/> Ensino Secundário/Médio completo (7 ^a a 11 ^a classe). 7. <input type="checkbox"/> Superior Incompleto. 8. <input type="checkbox"/> Superior Completo. 9. <input type="checkbox"/> Mestrado. 10. <input type="checkbox"/> Doutorado. 11. <input type="checkbox"/> Outro. [Especifique: _____]

Q. 14	Qual o grau de escolaridade de sua mãe?	<p>1. () Sem escolaridade.</p> <p>2. () Alfabetizado.</p> <p>3. () Ensino Primário/de base regular incompleto (1^a a 6^a classe).</p> <p>4. () Ensino Primário/de base regular completo (1^a a 6^a classe).</p> <p>5. () Ensino Secundário/Médio incompleto (7^a a 11^a classe).</p> <p>6. () Ensino Secundário/Médio completo (7^a a 11^a classe).</p> <p>7. () Superior Incompleto.</p> <p>8. () Superior Completo.</p> <p>9. () Mestrado.</p> <p>10. () Doutorado.</p> <p>12. () Outro. [Especifique: _____]</p>
Q. 15	Em que tipo de escola você cursou o ensino secundário/Médio (7 ^a a 11 ^a classe)?	<p>1. () Todo em escola Pública.</p> <p>2. () Todo em escola Privada (Particular)</p> <p>3. () A maior parte em escola Pública</p> <p>4. () A maior parte em escola Privada (Particular)</p> <p>5. () Metade em escola Pública e metade em escola Privada (particular).</p> <p>6. () Escola comunitária.</p> <p>7. () Outros. [Especifique: _____]</p>
Q. 16	Iniciou algum curso pós-secundário?	<p>1. () Nenhum.</p> <p>2. () Sim. Profissionalizante Técnico.</p> <p>3. () Sim.</p> <p>4. () Outro. [Especifique: _____]</p>
Q. 17 [Se Sim. Múltipla escolha]	Iniciou algum curso superior antes de vir para o Brasil?	<p>1. () Não.</p> <p>2. () Sim, mas abandonei.</p> <p>3. () Sim, mas já conclui.</p> <p>4. () Sim, em outro país africano. [Especifique: _____]</p> <p>5. () Sim, em outro país de outro continente. [Especifique: _____]</p>
Q. 18	Qual a faixa de renda familiar mensal de sua família? [Equivalente em Dólares Americanos USD\$]	<p>1. () Até \$300.</p> <p>2. () De \$300 a \$500.</p> <p>3. () De \$500 a \$800.</p> <p>4. () De \$800 a \$1000.</p> <p>5. () Acima de \$1000.</p> <p>6. () Outra faixa/valores.</p> <p>7. () Não sei responder</p>
Q. 19	Quantas pessoas contribuem para a obtenção dessa renda familiar?	<p>1. () Uma.</p> <p>2. () Duas.</p> <p>3. () Três.</p> <p>4. () Quatro.</p> <p>5. () Cinco.</p> <p>6. () Acima de Cinco.</p> <p>7. () Não sei responder.</p>
Q.20 [Múltipla escolha]	O (s) PRINCIPAL (AIS) RESPONSÁVEL (EIS) PELO SUSTENTO DA SUA FAMÍLIA É/SÃO?	<p>1. () Pai.</p> <p>2. () Mãe.</p> <p>3. () Pai e Mãe.</p> <p>4. () Irmão/Irmã.</p> <p>5. () Cônjuge.</p> <p>6. () Parentes.</p> <p>7. () Outros. [Especifique: _____]</p>

III. INFORMAÇÕES DA ETAPA PRÉ- DESLOCAMENTO [dados da origem]

Q. 21	De quem foi à decisão inicial e final sobre o projeto de estudar no Brasil?	<p>1. () Familiar do início ao fim</p> <p>2. () Individual do início ao fim.</p> <p>3. () Inicial minha, mas tive o apoio familiar.</p> <p>4. () Inicial da família e somente depois resolvi.</p> <p>5. () Outro. [Especifique: _____]</p>
Q. 22	Que/quais aspecto (s) foi	<p>5. () Familiaridade com</p>

<p>[Múltipla escolha] (foram) relevante (s) para motivar o estudo no Brasil?</p>	<p>1. () Nenhum 2. () Custo financeiro de manutenção, melhor que no próprio país. 3. () Custo financeiro de manutenção, melhor que em outros países. 4. () Nível de qualificação das Universidades brasileiras</p>	<p>5. () Pelos aspectos culturais (carnaval, futebol, novela, etc.) 6. () As redes sociais. 7. () Outro. [Especifique: _____]</p>
<p>Q. 23 Já conhecia pessoas que estudaram ou que estudam no Brasil?</p>	<p>1. () Não. 2. () Sim, familiares.</p>	<p>3. () Sim, amigos. 4. () Outro. [Especifique: _____]</p>
<p>Q. 24 Você conseguiu entrar no curso e na Universidade escolhida de imediato?</p>	<p>1. () Não.</p>	<p>2. () Sim.</p>
<p>Q. 25 [Múltipla escolha] Como foi à escolha pela Universidade?</p>	<p>1. () Não houve critério para a escolha. 2. () Pelo curso pretendido. 3. () Pela região que tinha maior número de Universidades.</p>	<p>4. () Pela disponibilidade de vagas nessa Universidade. 5. () Outros. [Especifique: _____]</p>
<p>Q. 26 [Múltipla escolha] Quanto à escolha pela carreira/curso, que aspecto(s) (pessoal, econômico, social, etc.) foi/ foram relevante(s)?</p>	<p>1. () Nenhum. 2. () Influência familiar/parentes. 3. () Influência de amigos. 4. () Realização Pessoal.</p>	<p>5. () Mercado de trabalho. 6. () Status social. 7. () Ausência do curso pretendido em meu país. 8. () Outro. [Especifique: _____]</p>
<p>Q. 27 Você já havia se candidatado antes para o convênio?</p>	<p>1. () Não. 2. () Sim, uma vez. 3. () Sim, mais de uma vez. 4. () Sim, mas não obtive os requisitos para a admissão</p>	<p>5. () Sim, mas desisti. 6. () Outro. [Especifique: _____]</p>
<p>Q. 28 A decisão de morar no Rio de Janeiro foi anterior a chegada no Brasil?</p>	<p>1. () Não. (Encerre. Ir p/ próxima seção).</p>	<p>2. () Sim. (Ir para Q.29)</p>
<p>Q. 29 [Múltipla escolha] Que critério(s) foi (foram) considerado(s) para a escolha pelo Rio de Janeiro?</p>	<p>1. () Nenhum. 2. () Pela oferta de universidades e cursos. 3. () Pela oferta de oportunidade profissional. 4. () Pelo clima. 5. () Pela estrutura da cidade com relação a lazer, transporte, alimentação, etc.</p>	<p>6. () Mais atrativa socialmente para viver e estudar. 7. () Facilidade de adaptação. 8. () Laços familiares. 9. () Redes sociais. 10. () Outro. [Especifique: _____]</p>

IV. INFORMAÇÕES DA INSERÇÃO NOS ESPAÇOS DE DESTINO: SOCIAL E INSTITUCIONAL

<p>Q. 30 Com quem você mora atualmente?</p>	<p>1. () Sozinho(a). 2. () Com familiares. 3. () Com cônjuge ou companheiro (a). 4. () Com amigos (compartilhando despesas</p>	<p>5. () Com colegas em alojamento universitário. 6. () Pensão/hotel. 7. () Outros. [Especifique: _____]</p>
---	--	---

		ou de favor).			
Q. 31	O local de residência teve influência pela proximidade da Universidade?	1. <input type="checkbox"/> Não.	3. <input type="checkbox"/> Sim, parcialmente.	2. <input type="checkbox"/> Sim.	4. <input type="checkbox"/> Sim, totalmente.
Q. 32	Assinale a situação abaixo que melhor descreve seu caso, aqui no Brasil:	1. <input type="checkbox"/> Não recebo ajuda da família e nem bolsa.	4. <input type="checkbox"/> Me sustento pelo financiamento/bolsa.	2. <input type="checkbox"/> Meus gastos são financiados unicamente pela família. (Ir para a Q. 33)	5. <input type="checkbox"/> Contribuo com o sustento da família.
		3. <input type="checkbox"/> Recebo bolsa e ajuda da família.	6. <input type="checkbox"/> Sou o principal responsável pelo sustento da família.		
Q. 33	Quem é o principal responsável pela sua manutenção aqui no Brasil?	1. <input type="checkbox"/> Pai	4. <input type="checkbox"/> Cônjuge	2. <input type="checkbox"/> Mãe	5. <input type="checkbox"/> Parentes
		3. <input type="checkbox"/> Pai e Mãe	6. <input type="checkbox"/> Outros. [Especifique: _____]		
Q. 34	Qual a faixa equivalente a sua despesa mensal aqui no Brasil (incluindo alimentação, moradia, vestuário, material acadêmico, transporte, etc.)?	1. <input type="checkbox"/> Até R\$ 300,00	5. <input type="checkbox"/> De R\$ 2.101,00 a R\$ 3.000,00	2. <input type="checkbox"/> De R\$ 301,00 a R\$ 900,00	6. <input type="checkbox"/> Acima de R\$ 3.000,00
		3. <input type="checkbox"/> De R\$ 901,00 a R\$ 1.500,00	7. <input type="checkbox"/> Outra faixa/valor.. [Especifique: _____]	4. <input type="checkbox"/> De R\$ 1.501,00 a R\$ 2.100,00	
Q. 35 [Múltipla escolha]	Qual (ais) a(s) despesa(s) que é/são custeada(s) pela família mensalmente?	1. <input type="checkbox"/> Todas.	5. <input type="checkbox"/> Material didático.	2. <input type="checkbox"/> Alimentação.	6. <input type="checkbox"/> Saúde.
		3. <input type="checkbox"/> Moradia	7. <input type="checkbox"/> Outro(s). [Especifique: _____].	4. <input type="checkbox"/> Transporte	
Q. 36	Você tem ou já teve dificuldade para se manter economicamente na Universidade?	1. <input type="checkbox"/> Não, nunca.	3. <input type="checkbox"/> Sim, permanente.	2. <input type="checkbox"/> Não atualmente.	4. <input type="checkbox"/> Sim, eventualmente.
Q. 37 [Múltipla escolha]	Você participa de Programa de Assistência ao estudante?	1. <input type="checkbox"/> Não participo.	5. <input type="checkbox"/> Odontológica.	2. <input type="checkbox"/> Alimentação.	6. <input type="checkbox"/> Transporte.
		3. <input type="checkbox"/> Moradia.	7. <input type="checkbox"/> Outros. [Especifique: _____]	4. <input type="checkbox"/> Psicoterapia.	
Q. 38	Que tipo de bolsa de estudos ou financiamento você recebe ou recebeu para custeio das despesas do curso?	1. <input type="checkbox"/> Nenhuma.	6. <input type="checkbox"/> Bolsa auxílio parcial de ONG's ou Fundações.	2. <input type="checkbox"/> Bolsa do Ministério das Relações Exteriores.	7. <input type="checkbox"/> Financiamento CAPES
		3. <input type="checkbox"/> Financiamento Estudantil - FIES. (MEC)	8. <input type="checkbox"/> Financiamento CNPq.	4. <input type="checkbox"/> Bolsa integral oferecida pela própria instituição privada vinculada.	9. <input type="checkbox"/> Outro(s). [Especifique: _____]
		5. <input type="checkbox"/> Bolsa integral oferecida por entidades externas			
Q. 39	Que tipo de atividade acadêmica você desenvolve (desenvolveu), durante o curso, além daquelas obrigatórias?	1. <input type="checkbox"/> Nenhuma atividade	4. <input type="checkbox"/> Atividades em projetos de pesquisa conduzidos por professores da minha instituição.	2. <input type="checkbox"/> Atividade de iniciação científica ou tecnológica (PIBId).	5. <input type="checkbox"/> Atividades de extensão promovidas pela instituição.
Q. 40	Você está (esteve) envolvido(a) em algum projeto de pesquisa (iniciação	3. <input type="checkbox"/> Atividade de Monitoria.	4. <input type="checkbox"/> Sim, participei (participei) de projetos de professores.	1. <input type="checkbox"/> Não porque não me interesso (interessei) ou não tenho (tive) oportunidade	

	científica)?	2. () Sim, desenvolvo (desenvolvi) pesquisa(s) independente(s). 3. () Sim, desenvolvo (desenvolvi) pesquisa supervisionada (s) por professor(es).	5. () Sim, participo (participei) de estudantes de pós-graduação. 6. () Outro. [Especifique: _____]
Q. 41	Quantas horas por semana, você dedica (dedicou) aos estudos, excetuando as horas de aula?	1. () Nenhuma, apenas assisto (assistia) as aulas. 2. () Uma a duas	3. () Três a cinco 4. () Seis a oito 5. () Mais de oito
Q. 42 <i>(Múltipla escolha)</i>	Com relação à inserção no espaço acadêmico e no seu cotidiano, você sente (sentiu) alguma dificuldade social?	1. () Nenhuma. (<i>Encerre.Ir para a próxima seção</i>) 2. () Sim, na Universidade com os colegas. 3. () Sim, na Universidade com os professores	4. () Sim, em todos os ambientes de convivência 5. () Sim, somente fora da Universidade 6. () Outro. [Especifique: _____]
Q. 43 <i>[Múltipla escolha]</i>	Que/quais tipo (s) de dificuldade (s)?	1. () Discriminação racial. 2. () Compreensão do português. 3. () Estabelecer amizades com brasileiros.	4. () Restrição em alguns espaços sociais. 5. () Outro. [Especifique: _____]
Q. 44	Em sua opinião, existe solidariedade entre os estudantes africanos?	1. () Não. 2. () Sim.	

V. INFORMAÇÕES SOBRE O CONVÊNIO

Q. 45	Em que medida o convênio contribuiu no desenvolvimento de competências tais como: Atuação ética, com responsabilidade social, análise crítica da realidade social, compreensão de processos e atuação profissional?	1. () Não contribui (não contribuiu) de forma alguma. 2. () Contribui (contribuiu) amplamente. 3. () Contribui (contribuiu) parcialmente.	4. () Contribui (contribuiu) muito pouco. 5. () Não sei responder.
Q. 46 <i>[Múltipla Escolha]</i>	Qual você considera a principal contribuição do convênio?	1. () A obtenção do diploma de nível superior 2. () A aquisição de cultura geral. 3. () A aquisição de formação profissional.	4. () A aquisição de formação teórica 5. () Melhores perspectivas de ganhos materiais 6. () Outro. [Especifique: _____]
Q. 47	Em sua opinião o Programa de Estudante-convênio é um fator:	1. () Negativo. 2. () Positivo amplamente. 3. () Positivo parcialmente	4. () Válido para ambos os países. 5. () Válido para a as pessoas que se beneficiam 6. () Não tenho opinião formada sobre o assunto.
Q. 48	Qual /quais forma(s) de assistência ao aluno	1. () Nenhuma. 2. () Acompanhamento social	5. () Assistência de Fundações (ex. FESA).

<p>estrangeiro conveniado você tem conhecimento?</p>	<p>na instituição (orientação pedagógica, psicológica, etc.).</p> <p>3. () Assistência consular do seu país.</p> <p>4. () Assistência consular do Brasil.</p>	<p>6. () Assistência de instituição externa/ONG's.</p> <p>7. () Assistência de instituição externa/ONG's.</p> <p>8. () Outro. [Especifique: _____]</p>
<p>Q. 49 Quanto à assistência ao aluno estrangeiro conveniado, em sua opinião:</p>	<p>1. () Não sei responder.</p> <p>2. () É ruim</p> <p>3. () É regular</p> <p>4. () É boa.</p>	<p>5. () É muito boa</p> <p>6. () É ótima.</p> <p>7. () É excelente.</p>

VI. INFORMAÇÕES SOBRE CULTURA, LAZER E SOCIALIZAÇÃO.

<p>Q. 50 [Múltipla escolha] O que costuma fazer nas horas de lazer?</p>	<p>1. () Fico em casa estudando.</p> <p>2. () Saio com amigos africanos.</p> <p>3. () Saio com colegas da Universidade.</p> <p>4. () Pratico atividade desportiva.</p> <p>5. () Participo de atividades culturais (palestras, conferências, etc.).</p>	<p>6. () Participo de atividades artísticas (teatro, música, etc.).</p> <p>7. () Freqüento associação, colônia ou centro de atividade estudantil africana.</p> <p>8. () Outro. [Especifique: _____]</p>
<p>Q. 51 [Múltipla escolha] Das atividades artístico-culturais listadas abaixo, qual constitui sua preferência para o lazer?</p>	<p>1. () Nenhuma.</p> <p>2. () Cinema.</p> <p>3. () Espetáculos teatrais.</p>	<p>4. () Shows musicais e/ou concertos .</p> <p>5. () Dança.</p>
<p>Q. 52 Você costuma se reunir com estudantes africanos?</p>	<p>1. () Não.</p> <p>2. () Sim, mas raramente.</p>	<p>3. () Sim, eventualmente.</p> <p>4. () Sim, freqüentemente.</p>
<p>Q. 53 [Múltipla escolha] Quais os tipos de livros que você mais lê?</p>	<p>1. () Nenhum além das referências bibliográficas indicadas no curso.</p> <p>2. () Obras literárias de ficção.</p> <p>3. () Obras literárias de não-ficção.</p> <p>4. () Livros técnicos.</p>	<p>5. () Livros de auto-ajuda.</p> <p>6. () Outros. [Especifique: _____]</p>
<p>Q. 54 Com que freqüência você lê jornal (Brasil)?</p>	<p>1. () Nunca (<i>Ir para a 56</i>).</p> <p>2. () Diariamente.</p> <p>3. () Raramente.</p>	<p>4. () Algumas vezes por semana.</p> <p>5. () Somente nos fins de semana (sábados e/ou aos domingos).</p>
<p>Q. 55 [Múltipla escolha] Quais os assuntos dos jornais que você mais lê?</p>	<p>1. () Todos os assuntos.</p> <p>2. () Política e/ou Economia.</p> <p>3. () Cultura e Arte.</p>	<p>4. () Esportes.</p> <p>5. () Outros.</p>
<p>Q. 56 (Múltipla escolha) Que meio você mais se utiliza para se manter atualizado sobre os assuntos do mundo contemporâneo?</p>	<p>1. () Jornais.</p> <p>2. () Revistas.</p> <p>3. () TV</p>	<p>4. () Rádio.</p> <p>5. () Internet..</p>
<p>Q. 57 Com que freqüência você utiliza a Internet?</p>	<p>1. () Utilizo raramente.</p> <p>2. () Utilizo com razoável freqüência.</p> <p>3. () Utilizo eventualmente.</p>	<p>4. () Diariamente e muitas horas por dia.</p> <p>5. () Semanalmente para realizar pesquisa.</p>

Q. 58	Você se mantém informado sobre os acontecimentos de seu país?	1. <input type="checkbox"/> Não. (Encerre.) 2. <input type="checkbox"/> Sim, freqüentemente. 3. <input type="checkbox"/> Sim, eventualmente. 4. <input type="checkbox"/> Sim, diariamente.
Q. 59 [Múltipla escolha]	Marque o principal meio de comunicação que você utiliza para se manter informado sobre as notícias de seu país:	1. <input type="checkbox"/> Jornais. 2. <input type="checkbox"/> Revistas. 3. <input type="checkbox"/> Televisão. 4. <input type="checkbox"/> Rádio. 5. <input type="checkbox"/> Internet. 6. <input type="checkbox"/> Conversa informal. 7. <input type="checkbox"/> Por telefone fixo. 8. <input type="checkbox"/> Por telefone celular. 9. <input type="checkbox"/> Outros.

VII. INFORMAÇÕES SOBRE PERSPECTIVAS E PROJETOS DE VIDA.

Q. 60	Com relação ao compromisso de retornar ao seu país após o término do curso, como você define essa obrigatoriedade?	1. <input type="checkbox"/> Não sei. 2. <input type="checkbox"/> Concordo fortemente 3. <input type="checkbox"/> Concordo. 4. <input type="checkbox"/> Discordo 5. <input type="checkbox"/> Discordo fortemente. 6. <input type="checkbox"/> Outro. [Especifique:]
Q. 61	O que pretende fazer após se formar?	1. <input type="checkbox"/> Não tenho decisão formada. 2. <input type="checkbox"/> Pretendo voltar e trabalhar na minha área de formação. 3. <input type="checkbox"/> Pretendo voltar e depois continuar os estudos em outro país. 4. <input type="checkbox"/> Pretendo voltar e depois retornar para o Brasil e continuar os estudos. 5. <input type="checkbox"/> Pretendo voltar e depois retornar para o Brasil caso haja proposta de trabalho. 6. <input type="checkbox"/> Pretendo voltar e depois buscar trabalho em outro país na África. 7. <input type="checkbox"/> Pretendo voltar e buscar trabalho fora do continente. 8. <input type="checkbox"/> Outro. [Especifique:]
Q. 62	Você conhece a situação de mercado de trabalho em seu país?	1. <input type="checkbox"/> Não. 2. <input type="checkbox"/> Sim. 3. <input type="checkbox"/> Sim, mas somente de minha área de interesse.
Q. 63	Se surgisse uma oportunidade de permanecer no Brasil para desenvolver trabalho, projeto, etc., qual seria a sua decisão?	1. <input type="checkbox"/> Não aceitaria. 2. <input type="checkbox"/> Pensaria na proposta 3. <input type="checkbox"/> Aceitaria de imediato. 4. <input type="checkbox"/> Procuraria saber a viabilidade legal antes de aceitar. 5. <input type="checkbox"/> Outro. [Especifique:]

* [Horário Final ____ : ____ horas.]

Caso seja de seu interesse ter acesso aos resultados desta pesquisa, informe seu endereço eletrônico para envio das informações, após finalizar o estudo, com prazo previsto para março de 2006.



Nome e Sobrenome [opcional] /E-mail:

APÊNDICE B - Descrição das Variáveis Selecionadas: Dados da Amostra do CENSO DEMOGRÁFICO - CD 2000⁸⁷

Os censos demográficos são a principal fonte de informações sobre a situação de vida da população em cada um dos municípios e localidades do País. As demais pesquisas domiciliares são levantamentos por amostragem, que não são representativas para todos os níveis geográficos. Os censos produzem informações fundamentais para a formulação de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos privados ou governamentais.

Notas Metodológicas

A coleta do Censo Demográfico 2000 foi realizada no período de 1º de agosto a 30 de novembro de 2000, abrangendo 215.811 setores censitários, que constituíram as menores unidades territoriais da base operacional do censo. Sua preparação levou em conta, além da aplicação tradicional - a de proporcionar a infra-estrutura cadastral e de mapeamento para a coleta dos dados do censo -, a necessidade de atender às demandas dos setores público e privado por informações georreferenciadas.

As principais preocupações com relação à coleta de dados foram garantir a eficiência do processo de enumeração da população residente e assegurar a boa qualidade das informações correspondentes.

Âmbito

O Censo Demográfico de 2000 adota o conceito de população residente ou de direito, ou seja, foram enumeradas todas as pessoas residentes em domicílios no Território nacional na data de referência.

Data De Referência

A investigação das características dos domicílios e das pessoas neles residentes teve como data de referência o dia 1º de agosto de 2000. As pessoas nascidas a partir desta data não foram incluídas no censo.

Pessoas

⁸⁷ Todas as informações foram obtidas na Base Multidimensional de Estatísticas – BME, disponibilizadas pelo IBGE. Acesso restrito e pelo período compreendido entre setembro de 2005 até junho de 2006.

Investigação, efetuada com o Questionário da Amostra (CD), das características das pessoas residentes no Território Nacional na data de referência, inclusive as que se encontravam temporariamente ausentes do País na referida data.

Características Gerais

Investigação das características demográficas gerais das pessoas enumeradas com o Questionário da Amostra (CD 1.02), tais como: sexo, idade, condição na família e no domicílio, deficiência física ou mental, capacidade de caminhar, de enxergar e de ouvir, raça ou cor, e religião ou culto professado.

InSTRUÇÃO

A investigação das características de instrução abrangeu os seguintes aspectos: alfabetização, anos de estudo, freqüência à escola, curso e série concluídos.

MIGRAÇÃO

As características investigadas para detectar a mobilidade espacial da população se referiram a: nacionalidade, naturalidade, migrações intramunicipais, intermunicipais e internacionais, local de trabalho ou estudo.

NUPCIALIDADE

Na investigação de nupcialidade foi levada em conta a condição das pessoas em relação ao fato de viverem em companhia de cônjuge, em decorrência de casamento civil, religioso, civil e religioso ou de união consensual estável. A noção de estado conjugal das pessoas, portanto, não corresponde a de estado civil, considerado como condição jurídica das pessoas em relação ao matrimônio, que também foi investigado.

RENDIMENTOS

Os quesitos referentes a rendimentos pesquisaram a existência e o valor dos rendimentos de trabalho e de outras fontes, tais como aposentadoria ou pensão, aluguel, pensão alimentícia, mesada, doação, programas oficiais de auxílio e outras, em no mês de julho de 2000, das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

FILTRO GEGRÁFICO

Foi utilizado o filtro geográfico para o País, para a Unidade da Federação: Rio de Janeiro e para o Município do Rio de Janeiro.

Abaixo estão listadas as Variáveis Categorizadas, selecionadas para o cruzamento das informações e análise da população de estudantes africanos observados no CD 2000.

- **Naturalidade, continente de nascimento**

Continente de nascimento da pessoa.

Nota: Brasileiro nato é a pessoa que nasceu no Brasil ou nascida em país estrangeiro que foi registrada como brasileira, segundo as Leis do Brasil; estrangeiros ou brasileiros naturalizados que não sabem em que país nasceram estão classificados como "Estrangeiro - não especificado".

Classificação da Informação:

Brasileiro nato; América (exceto Brasil); Europa; África; Ásia; Oceania; Estrangeiro – não especificado.

- **Naturalidade, país de nascimento**

País de nascimento da pessoa.

Nota: brasileiro nato é a pessoa que nasceu no Brasil ou nascida em país estrangeiro que foi registrada como brasileira, segundo as Leis do Brasil; estrangeiros ou brasileiros naturalizados que não sabem em que país nasceram estão classificados como "Estrangeiro - não especificado".

Classificação da Informação:

Seleção por expressão conjuntiva: África do Sul, Angola, Argélia, Benin, Botswana, Burkina Fasso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Comores (ilha), Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Egito, Eritréia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malaui, Mali, Marrocos, Maurício (ilhas), Mauritânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Réunion, Ruanda, Saara Ocidental, Santa Helena, São Tomé e Príncipe, Seichelles (ilha), Senegal, Serra Leoa, Somália, Suazilândia (ou Ngwane), Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue.

- **Estudante, curso**

Estudante é a pessoa que freqüenta escola, isto é, cursos regulares.

Classificação da Informação:

Seleção por expressão conjuntiva: Superior-graduação; Mestrado ou doutorado

- **Estudante, escola**

Classificação da Informação:

Seleção por expressão conjuntiva: Rede particular; Rede pública

- **Sexo**

Sexo da pessoa.

Classificação da Informação: Masculino; Feminino

- **Idade em anos, classe**

Idade da pessoa em anos completos na data de referência da pesquisa, em classes de valores.

Classificação da Informação:

Seleção por expressão conjuntiva: De 15 a 19 anos; de 20 a 24 anos; de 25 a 29 anos; de 30 a 34 anos; de 35 a 39 anos; de 40 a 44 anos; de 45 a 49 anos; de 50 a 54 anos; de 55 a 59 anos; de 60 a 64 anos; de 65 a 69 anos.

- **Condição no domicílio**

Relação de convivência existente entre cada pessoa e o responsável pelo domicílio.

Classificação da Informação:

- 1 - Pessoa responsável - Pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou que assim seja considerada pelos demais moradores.
- 2 - Cônjuge, companheiro(a) - Pessoa (homem ou mulher) que vivia conjugalmente com a pessoa responsável pelo domicílio, existindo ou não vínculo matrimonial.
- 3 - Filho(a), enteado(a) - Inclusive o filho adotivo ou de criação e o filho somente do cônjuge, mesmo que o cônjuge já tenha falecido ou não more mais no domicílio.
- 4 - Pai, mãe, sogro(a) - inclusive padrasto(s) e madrasta(s).
- 5 - Neto(a), bisneto(a) - inclusive o(s) que seja(m) só do cônjuge.
- 6 - Irmão, irmã - inclusive os que não têm laços consangüíneos (adotivos ou de criação).
- 7 - Outro parente - avô(ó), bisavô(ó), genro, nora, cunhado(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a), inclusive só do cônjuge.
- 8 - Agregado(a) - Pessoa que, sem ser parente, pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico, não pagava hospedagem nem contribuía para as despesas de alimentação e moradia do domicílio.
- 9 – Pensionista - Pessoa que, sem ser parente, pagava hospedagem ou contribuía para as despesas de moradia e alimentação do domicílio.
- 10 - Empregado(a) doméstico(a) - Pessoa que prestava serviços domésticos remunerados a um ou mais moradores do domicílio.
- 11 - Parente do empregado(a) doméstico(a) - Pessoa que era parente do empregado(a) doméstico(a) e que não prestava serviços domésticos remunerados a qualquer dos moradores do domicílio.
- 12 - Individual em domicílio coletivo -Pessoa só que residia em domicílio coletivo, ainda que compartilhando a unidade com outra(s) pessoa(s) com a(s) qual(is) não tinha laços de parentesco ou dependência doméstica.

- **Rendimento domiciliar per-capita, classe**

Rendimento nominal mensal obtido:

- com o rendimento bruto do mês de julho de 2000 no trabalho principal;

- com o rendimento bruto do mês de julho de 2000 de outros trabalhos (trabalhos exercidos simultaneamente com o trabalho principal);
- com o rendimento bruto do mês de julho de 2000 proveniente de aposentadoria ou pensão;
- com o rendimento bruto do mês de julho de 2000 para outros rendimentos não enquadrados nas categorias anteriores.

Soma dos valores dos rendimentos nominais mensais dos moradores de domicílios particulares, expressa em reais (R\$), dividida pelo número de moradores do domicílio, exclusive das pessoas consideradas na condição do domicílio como pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos, em classes de valores de salários-mínimos.

Nota: valor do salário-mínimo na data de referência do Censo: R\$151,00 (cento e cinqüenta e um reais).

Classificação da Informação:

1 - Até 0,25 do salário-mínimo; 2 - Mais de 0,25 a 0,5 do salário-mínimo; 3 - Mais de 0,5 a 0,75 do salário-mínimo; 4 - Mais de 0,75 a 1 salário-mínimo; 5 - Mais de 1 a 1,25 salários-mínimos; 6 - Mais de 1,25 a 1,5 salários-mínimos; 7 - Mais de 1,5 a 2 salários-mínimos; 8 - Mais de 2 a 3 salários-mínimos; 9 - Mais de 3 a 5 salários-mínimos; 10 - Mais de 5 a 10 salários-mínimos; 11 - Mais de 10 a 15 salários-mínimos; 12 - Mais de 15 a 20 salários-mínimos; 13 - Mais de 20 a 30 salários-mínimos; 14 - Mais de 30 salários-mínimos; 15 - Sem rendimento; 99 - Não aplicável

APÊNDICE C - Breve Histórico dos Protocolos de Cooperação do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G)

Fazendo uma breve síntese histórica sobre os *Protocolos de Cooperação* observa-se que, ademais de 5 (cinco) Protocolos referidos abaixo, esse intercâmbio foi estabelecido desde o início do século passado, principalmente com latino-americanos. Desse modo, alguns aspectos são relevantes nesse processo para entender os desdobramentos do Programa, tais como:

- A participação, que era esporádica e decorrente de iniciativas isoladas (estudantes individualmente) e em 1919, registra-se entradas no Brasil de argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios para realizarem cursos de nível superior (Escola Militar e Naval inclusive);
- Em 1941 ocorre um incremento nas relações culturais e intensifica-se a necessidade de celebração dos então chamados *Convênios de Cooperação Cultural* bilateral que incluía o aspecto educacional - e é a partir daí que se tem a denominação de *estudante-convênio*, isto é, selecionado por via diplomática, com fundamento nesses Convênios (Acordos) bilaterais do Brasil para atender a outros países, especialmente os latino-americanos;
- Em 1964 o PEC-G recebe a atual denominação em Relatório do MRE e em 1967 foi estruturado o primeiro instrumento normativo (**1º Protocolo** com 19 cláusulas), celebrado entre MEC e o MRE, o qual regulamentava a oferta e a distribuição das vagas por país, a seleção dos candidatos e a forma de encaminhamento do estudante-convênio nas IES;
- Em 1974, celebra o **2º Protocolo** (com 17 cláusulas), com a finalidade de simplificar operacionalmente o documento, pela necessidade de aperfeiçoar e atualizar os mecanismos reguladores e em atendimento a crescente demanda que nesse ano, registrou o ingresso de 1.600 alunos. É também

por esse protocolo que o PEC-G deixa de restringir-se aos países latino-americanos pela cláusula 2, ampliando para os países africanos;

- Em 1981, foi assinado entre a SESu do MEC e o Departamento Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do MRE, um *Termo Adicional ao Protocolo* celebrado em 1974, dando ênfase ao ensino do português para os estudantes estrangeiros nas Universidades brasileiras;
- Em 1986, foi assinado o **3º Protocolo** (23 cláusulas) que disciplinava mais explicitamente o tempo de permanência do estudante-convênio e a integralização nos cursos;
- Em 1993, é assinado o **4º Protocolo** (com 22 cláusulas) onde a gerência do Programa exercida pela CAPES é substituída pela Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC;
- No ano de 1998 foi celebrada a versão atual como **5º Protocolo** (com 29 cláusulas), vigente atualmente e traz em seu conteúdo, dentre outras inovações, o desvio do enfoque no “modelo balcão” (hierárquico) para o “modelo negociado” (com base em diretrizes definidas) e a implantação do *Manual do Estudante-convênio* também com função de regulamentar (cláusula 27) e como parágrafo único, a partir daquele momento o PEC-G daria “prioridade aos países que apresentassem candidatos no âmbito de programas nacionais de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e os países interessados, por via diplomática⁸⁸”.

⁸⁸ Cf. Documento eletrônico. Disponível em <http://www.dce.mre.gov.br/PEC-G/ProtocoloPEC-G.htm> Acesso em Novembro de 2005.

APÊNDICE D - Distribuição das Instituições Vinculadas ao Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), por Região no Brasil

Quadro D.1 - Instituições de Ensino Superior, Federais, Estaduais e Particulares participantes do PEC-G, nas Unidades da Federação, distribuídas por Região no Brasil⁸⁹

Região Centro-Oeste [6]

DF - Universidade de Brasília - UnB
 GO - Universidade Estadual de Goiás – UEG
 GO - Universidade Católica de Goiás - UCG, cidade de Goiânia
 GO - Universidade Federal de Goiás - UFG, cidade de Goiânia
 MS - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, cidade de Campo Grande
 MT - Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, cidade de Cuiabá

Região Nordeste [13]

AL - Universidade Federal de Alagoas - UFAL, cidade de Maceió
 BA - Universidade Federal da Bahia - UFBA, cidade de Salvador
 CE - Universidade Estadual do Ceará - UEC, cidade de Fortaleza
 CE - Universidade Federal do Ceará - UFC cidade de Fortaleza
 MA - Universidade Federal do Maranhão - UFMA cidade de São Luiz
 PB - Universidade Federal da Paraíba - UFPB, cidade de João Pessoa
 PB - Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, cidade de Campina Grande
 PE - Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, cidade de Recife
 PE - Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFPP, cidade de Recife
 PE - Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, cidade de Recife
 RN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, cidade de Natal
 SE - Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS, cidade de Aracaju
 PI - Universidade Federal do Piauí - UFPI, cidade de Teresina

Região Norte [8]

AM - Universidade Federal do Amazonas - UFAM, cidade de Manaus
 PA - Faculdades de Ciências Agrárias do Pará - FCAP, cidade de Belém
 PA - Universidade Federal do Pará - UFPA, cidade de Belém
 RR - Universidade Federal de Roraima - UFRR, cidade de Boa Vista
 AC - Universidade Federal do Acre - UFAC, cidade de Rio Branco
 PA - Universidade Federal da Amazônia - UNAMA, cidade de Belém
 TO - Universidade Federal do Tocantins - UFT, cidade de Palmas
 PA - Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, cidade de Belém

Região Sudeste [36]

ES – Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, cidade de Vitória
 MG - Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI
 MG - Universidade Federal de Lavras - UFLA
 MG - Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro - FMTM, cidade de Uberaba
 MG - Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina - FAFEOD
 MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC - MG, cidade Belo Horizonte
 MG - Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF
 MG - Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

⁸⁹ Cf. Portal SESu. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/index.php?option=content&task=view&id=611&Itemid=303>>. Acesso em Junho de 2006

MG - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP
 MG - Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV
 MG - Instituto Nacional de Telecomunicações - INATEL
 MG - Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ
 MG - Universidade Federal de Uberlândia - UFU, cidade de Uberlândia
 RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ, Rio de Janeiro
 RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC - Rio
 RJ - Universidade Católica de Petrópolis - UCP, cidade de Petrópolis
 RJ - Universidade Federal Fluminense - UFF, cidade do Rio de Janeiro
 RJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
 RJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ
 RJ - Universidade Gama Filho - UGF, cidade do Rio de Janeiro
 RJ - Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO
 RJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
 SP - Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, cidade de São Paulo
 SP - Faculdade de Engenharia de São Paulo – FESP, na cidade de São Paulo
 SP - Universidade Metodista de São Paulo - UMESP na cidade de São Paulo
 SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, na cidade de São Paulo
 SP - Universidade Católica de Campinas – PUC-CAMPINAS, na cidade de Campinas
 SP - Fundação Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, na cidade de São Carlos
 SP - Centro Universitário São Camilo – SÃO CAMILO, na cidade de São Paulo
 SP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, na cidade de São Paulo
 SP - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
 SP - Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP
 SP - Universidade de São Paulo - USP
 SP - Universidade São Francisco - USF, Bragança Paulista
 SP - Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP
 SP - Universidade do Sagrado Coração - USC

Região Sul [21]

PR - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR
 PR - Fundação Universidade Estadual de Londrina - UEL
 PR - Fundação Universidade Estadual de Maringá - UEM
 PR - Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
 PR - Universidade Federal do Paraná - UFPR
 RS - Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre - FFFCMMA
 RS - Fundação Universidade do Rio Grande - FURG, na cidade de Rio Grande
 RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS
 RS - Universidade Católica de Pelotas - UCPEL
 RS - Universidade Caxias do Sul - UCS
 RS - Universidade Federal de Pelotas - UFPel
 RS - Universidade de Ijuí - UNIJUÍ
 RS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
 RS - Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
 RS - Universidade de Passo Fundo – UPF
 RS - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ
 SC - Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
 SC - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
 SC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC
 SC - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
 SC - Universidade Regional de Blumenau - FURB

APÊNDICE E - Algumas Questões Sobre O PEC-PG

Com referência ao Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) que nesse sentido, confere um nível de qualificação e especialização através da Pós-graduação, pelo Mestrado ou Doutorado, tem como objetivo formar recursos humanos em ciência e tecnologia, possibilitando que cidadãos oriundos de países em desenvolvimento ingressem nos programas de pós-graduação nas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Tem o apoio conjunto, além da Divisão de Temas Educacionais (DCE) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) como o PEC-G.

Os estudantes-convênio de pós-graduação recebem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e podem solicitar o benefício de uma bolsa de manutenção. Nesse sentido, constitui-se como suporte na atividade de cooperação educacional com países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém Acordos de Cooperação Cultural e Educacional.⁹⁰

O PEC-PG apresenta um diferencial de requisitos quanto a direitos, benefícios e deveres, ou seja, o aluno é visto como um profissional, sobretudo pela prioridade que é dada aos candidatos que comprovam vínculo empregatício em seu país de origem. Também é concedido aos estudantes-convênio vaga em curso de pós-graduação de alta qualidade, com isenção do pagamento de mensalidade *ou qualquer espécie de taxa, no âmbito acadêmico.*

Além disso, contam com os seguintes benefícios, conforme o Manual protocolar da CAPES⁹¹: Bolsa de estudo de 24 mensalidades para o Mestrado e 48 para doutorado e passagem aérea de retorno ao país de origem para o bolsista que concluir o curso. Contam também com orientação acadêmica especial por parte das coordenações dos cursos de Pós-graduação; Assistências médicas, odontológicas e farmacêuticas no Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecidos nos termos do convênio firmado entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde, em 25 de janeiro 1994⁹².

Os estudantes que terminam o curso no âmbito do PEC-G e desejam continuar seus estudos na Pós-graduação no Brasil pelo programa, deverão, além de regressar a seu

⁹⁰ Cf. Programas Multilaterais. Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores/ Cooperação Bilateral/Cooperação Internacional – CNPq. Disponível em <<http://www.cnpq.br>> Acesso em Agosto de 2005.

⁹¹ Cf. Minuta do Protocolo para disciplinar o PEC-PG. Disponível em <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/Protocolo2003_PECPG.doc> Acesso em Setembro de 2005.

⁹² A assistência médica com atendimento pela rede pública de saúde também é acessível ao aluno do PEC-G.

país, conforme dispositivo legal, permanecer por um período de dois anos, no exercício profissional de sua formação. Contudo, ressalta o protocolo, casos excepcionais poderão ser acolhidos a critério do Grupo de Supervisão, como dar continuidade à qualificação pelo mestrado e doutorado se teve ingresso imediato em algum programa, depois de integralizar o curso.

Essa continuidade exige recursos específicos no trato do estatuto jurídico, já que ele perde o visto temporário IV ao colar grau, tendo que sair do país, ir a uma embaixada do Brasil em algum país vizinho e retornar com nova entrada nos registros do Departamento de Polícia Federal.

De acordo com o Protocolo vigente, Seção VI, § 1º, *o estudante-convênio é portador de dois tipos de vínculo: um com o PEC-G ou PEC-PG, por meio de sua aceitação; e o outro com a IES, pela efetivação de sua matrícula.* Nesse sentido, as informações disponibilizadas pelos órgãos envolvidos com o Acordo de Cooperação Cultural e Estudantil serão aqui analisadas pelo registro da migração estudantil através do cadastro de entradas de alunos do Programa Estudante-Convênio de Graduação e Pós-Graduação nas IES.

Atualmente no Brasil, estão distribuídos nas unidades da federação e nas IES, um quantitativo relativamente baixo de estudante do Programa de Pós-Graduação, comparativamente aos ingressos no PEC-G. Nas solicitações de bolsas junto a agências financeiras como a CAPES e CNPq para os candidatos do programa para todos os países participantes, observa-se também um maior número de candidatos principalmente dos países do continente africano que atualmente mantém acordo com um total de 27 países.

Nos registros dos alunos PEC-PG observa-se que pelos registros do Departamento de Cooperação do MRE, que existe um contingente bastante pequeno, comparativamente ao PEC-G, sendo o maior número de ingressos procedentes de Moçambique, distribuídas nas mais diversas áreas, conforme ilustra a *Tabela E.1*.

Tabela E.1 - Registros de Estudantes Africanos do PEC-PG - Brasil – 2000/ 2005

País	Área	Modalidade	IES	Início	Término	Situação
Angola	Informática	Mestrado	UFRJ	01-mar-05	28-fev-07	em curso
Angola	Economia	Mestrado	UFRGS	01-mar-05	28-fev-07	em curso
Total Angola						2
Moçambique	Ciências da Informação	Mestrado	UFMG	01-mar-05	28-fev-07	em curso
Moçambique	Saúde Pública	Mestrado	FIOCRUZ/RJ	01-mar-05	28-fev-07	em curso
Moçambique	Planejamento Urbano e Regional	Mestrado	UFRJ	01-mar-05	28-fev-07	em curso
Moçambique	Medicina Veterinária	Mestrado	UNESP/Jaboticabal	01-mar-05	28-fev-07	em curso
Moçambique	Demografia	Doutorado	UFMG	01-mar-05	28-fev-09	em curso
Moçambique	Ciências da Comunicação	Doutorado	UNISINOS/RS	01-abr-05	31-mar-09	em curso
Moçambique	Matemática Aplicada	Mestrado	UNICAMP	01-abr-05	31-mar-07	cancelada
Moçambique	Educação	Mestrado	UFRGS	01-abr-05	31-mar-07	em curso
Moçambique	Agronomia	Doutorado	UFV	01-mar-00	28-fev-04	encerrada
Moçambique	Ciências da Informação	Mestrado	UFF/Niterói	01-mar-05	28-fev-07	em curso
Moçambique	Odontologia	Mestrado	UFRGS	01-ago-05	31-jul-07	em curso
Total Moçambique						11
São Tomé e Príncipe	Medicina Tropical	Mestrado	UFPE	01-abr-02	31-mar-04	encerrada
Total São Tomé e Príncipe						1

Fonte: Deptº de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica/MRE/Coop. Bilateral/Coop.Internacional – CNPq, 2005.

Cabe a cada Programa de Pós-Graduação nas IES o registro e controle de situação acadêmica desses estudantes. Esses dados administrativos são enviados aos gestores⁹³ internos e externos do programa para eventuais acompanhamentos e avaliação de resultados.

Observa-se, entretanto que ao contrário do PEC-G que apresenta o maior contingente de estudantes dos países de África, no Programa de Pós-Graduação esse volume apresenta uma diminuição expressiva nesse contingente, conforme revelam os registros de candidatos contemplados com bolsa PECPG, CAPES e CNPq. Tomando-se como exemplo ilustrativo os registros relativos à demanda de bolsas referente ao ano 2004⁹⁴, observa-se que comparativamente entre a seleção de Janeiro e novembro do

⁹³ No âmbito interno do Programa cabe o gerenciamento ao MEC/Secretaria de Educação Superior- SESu e no âmbito externo ao MRE/Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica – DCT, conforme Protocolo vigente.

⁹⁴ Cf. documento eletrônico: EDITAIS e RESULTADOS > Editais CT&I. Seleção PEC/PG 2004. Disponível em : <http://www.cnpq.br>. Acesso em: Novembro de 2005.

mesmo ano, para um total de 70 bolsas, os candidatos dos países africanos representam 24,3% enquanto países latino-americanos e caribenhos e asiáticos representam 75,3% .

Na seleção posterior feita em novembro do mesmo ano, para uma demanda maior de contemplados que totalizaram 116 candidatos, os procedentes dos países africanos representaram 36,2% comparativamente aos demais países/continentes que totalizaram 63,2%. Também para Janeiro/2004 os maiores percentuais de ingressos de candidatos africanos são procedentes de Moçambique que representa 11,4% e Cabo Verde com 8,5% e para a seleção de novembro do mesmo ano, Moçambique e Cabo Verde apresentam um volume equivalente com 10,3%. Observa-se nessa seleção o ingresso significativo de candidatos do Timor Leste, todos para o Mestrado na UNB, representando um ingresso de 5,2% desta população.

Portanto, observa-se que as entradas do PEC-G apesar de ser um volume absoluto menor que o PEC-G, também apresenta especificidades de migração qualificada que, nesse sentido têm a abrangência de formação de recursos humanos de alta qualificação.

APÊNDICE F - Dados Recentes de Refugiados Sob o Amparo da ACNUR no Brasil: Uma Breve Síntese

Segundo o que indica o Glossário de Migração (OIM), além da modalidade de refugiado já reconhecida pela situação jurídica, conforme *Lei nº 9.474/97 – Estatuto do Estrangeiro*⁹⁵ – além da situação exposta no Estatuto, existem aqueles *refugees in orbit*, ou seja, aqueles estrangeiros que, embora não retornem diretamente para o seu país onde ele pode ser perseguido, circulam porque a estes são negados asilos ou são incapazes de encontrar um Estado disposto a examinar seu requerimento e, por esse motivo são movidos de um país a outro em busca de asilo.⁹⁶

Além disso, o Glossário também faz referência ao *refugee in transit* que são temporariamente admitidos no território ou país e submetidos à condição que eles sejam recompostos em outro país de acolhimento.⁹⁷

Pelas estimativas da United Nations Population Division⁹⁸ sobre o estoque da população de refugiados africanos pelo mundo, houve um aumento no volume desde o período de 1960 que era de 78.700 mil e passou em 2005 para 3.025.140 milhões de migrantes africanos em condição de refugiados.

Com relação ao volume relativo por quinquênios, observa-se que foi no período entre 1960 - 1965 que se verificou o maior aumento percentual para esses períodos que foi de 5,8%. Para o período de 1970-1975 observa-se que houve também um acréscimo no volume, porém bem mais baixo que o quinquênio anterior e correspondeu a 0,3%, contudo, no quinquênio de 1980-1985 houve uma diminuição no volume de refugiados de - 0,013%. De 1990-1995 houve um ganho percentual no volume de refugiados que correspondeu a 0,19% e em 2000-2005 observou-se um volume comparativo um pouco mais baixo, de 0,15% neste período. (*Tabela F.1*).

⁹⁵ Declaração sobre os Direitos Humanos dos Indivíduos que não são Nacionais do País em que Vivem (ONU, Resolução nº 40/144), Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ONU, Resolução nº 428/1950), Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados (1966)

⁹⁶ Cf. Glossary on Migration, OIM. 2004 p. 53. Versão original em inglês.

⁹⁷ *Idem. Ibdem.*

⁹⁸ A população estimada do refugiados até a data de cada um dos anos indicados. Os dados apresentados para os anos 1960-2000 foram obtidos do escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e do United Nations Relief and Works Agency for Palestinian Refugees in the Near East (UNRWA). Os dados apresentados para 2005 são estimativas da Divisão da População (UNPD).

TABELA F. 1 - ESTIMATIVA DE REFUGIADOS AFRICANOS E A PARTICIPAÇÃO RELATIVA NA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO MUNDO - 1960-2005

	Número de Refugiados Valores Absolutos (mil/milhões)	Percentual de Refugiados Africanos na Migração Internacional (%)
1960	78 700	0.9
1965	541 295	5.7
1970	988 713	9.9
1975	1 299 630	11.8
1980	3 577 855	25.4
1985	3 530 820	24.5
1990	5 350 404	32.7
1995	6 362 562	35.5
2000	3 575 262	21.7
2005	3 025 140	17.7

Fonte: World Migrante Stock: The 2005 Revision Population Database. UNPD.
<http://esa.un.org/migration>

No Brasil, o órgão responsável pelas apreciações e decisões feitas pelos estrangeiros que solicitam acolhimento do governo brasileiro como refugiado é o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), uma comissão interministerial sob o âmbito do Ministério da Justiça.

Nesse sentido, segundo o *Título IV – Do processo de refúgio; Capítulo II, Artigo 21*, para a *Autorização da Residência Provisória*⁹⁹, o CONARE após receber a solicitação de refúgio, encaminha ao Departamento de Polícia Federal que emite protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar, que se encontre no território nacional, o qual autorizará a sua estada até a decisão final do processo.

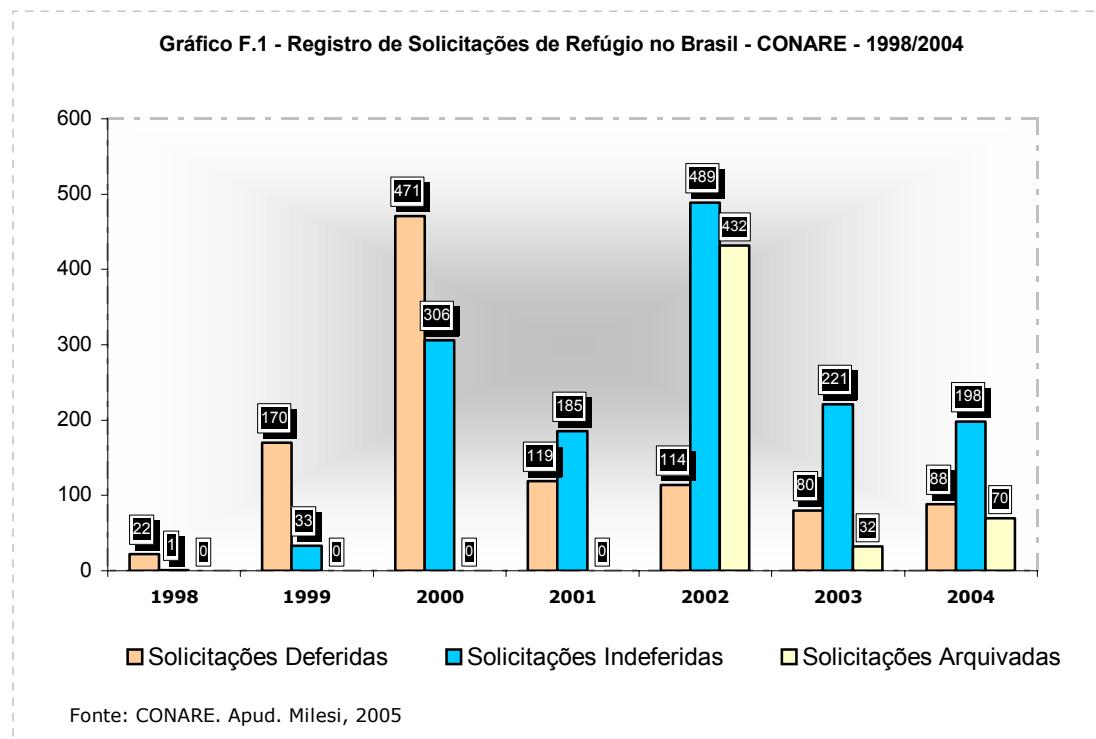
Enquanto pendente, o processo será aplicada à legislação sobre estrangeiros e no caso de solicitação deferida, o refugiado é registrado no Departamento Polícia Federal que emitirá cédula de identidade pertinente.

Segundo informações recentes, em fevereiro de 2005 as solicitações para serem analisadas pelo CONARE eram de 3.074, por continente de procedência, sendo que desse total, 81,5% eram africanos. Comparativamente aos outros continentes, os solicitantes da América Latina e Caribe registraram um percentual de 8,9%, enquanto que os solicitantes da Ásia representavam 5,8% e ainda, os solicitantes do continente europeu representam o menor percentual de registros com 3,6%. Ressalta-se ainda que desse volume total de solicitações por continente, 33% são de mulheres, segundo informa a Agência da ONU para refugiados no Brasil¹⁰⁰.

⁹⁹ ACNUR Brasil – 2004. Lei 9.474/97. Coletânea de Instrumentos de proteção internacional de Refugiados. Disponível em <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/3390.pdf>. Acesso em: Novembro de 2005.

¹⁰⁰ Cf. Documento da agência no Brasil - Estatísticas e outros dados de interesse. Disponível em http://www.onu-brasil.org.br/agencias_acnur.php. Acesso em: Novembro de 2005.

Nesse contexto, ao longo dos anos de 1998 até 2004, foram analisadas 3.031 solicitações e reconhecidas 3.074, conforme informado anteriormente, com uma variação de 43 solicitações não atendidas durante esse período. A distribuição de solicitações durante o período compreendido de 1998 até 2004, mostra que houve mais indeferimentos (1.433) do que deferimentos (1.064) e durante esse mesmo período foram arquivadas 534 solicitações, conforme ilustra o Gráfico F.1.



Para o mesmo período inicial observado até fevereiro de 2005 o CONARE registrou um total de 2.559 solicitações, por continente de procedência, destas solicitações 66,3% são do continente africano, 16,6% do continente americano, 10,7% do continente europeu e 6,2% do asiático. Para as solicitações deferidas foram verificados 1.077 registros, sendo 80,12% solicitações de africanos, 13,7% da América Latina e Caribe, 5,1% da Ásia e 1,02% de europeu. As solicitações indeferidas, por sua vez, totalizam 1.482 registros, sendo 56,3% dos países de África, 18,7% dos países Latino-americanos e de Caribe, 17,8% dos países europeus e finalmente 7,0% dos países asiáticos.

Nesse contexto, Milesi (2005) observa que houve um crescente aumento de solicitações de refúgio de estrangeiros procedentes dos países latino-americanos e principalmente de colombianos. Esses estrangeiros em situação de refúgio são reassentados e, desde 2001 fazem parte do programa estabelecido durante o 20º aniversário da Declaração de Cartagena onde se propôs o estabelecimento de um Plano

de Ação sobre Proteção de Refugiados (2004) através de um programa regional de reassentamento para refugiados latino-americanos.

Desse modo, refugiados procedentes da Colômbia, homens, mulheres e crianças - quase todos se encontravam no Equador e Costa Rica¹⁰¹ - solicitam acolhimento e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) assiste a esses migrantes com programas. Alguns estados da federação que são membros recebem um maior número de refugiados, como é o caso dos colombianos no Rio Grande do Norte.

Algumas unidades da federação, como já foi visto anteriormente pelos registros do SINCRE, apresentam maior volume de refugiados; ou seja, é livre a escolha de residência e circulação, conforme o dispositivo sobre a *Convenção de 1951, Relativa ao Estatuto dos Refugiados, no Capítulo II, Artigo 26 – liberdade de movimento*. Nesse sentido, os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte são os únicos que atualmente, possuem um programa mais definido para refugiados e os recebem em maior número, com a supervisão do CONARE e a ajuda do ACNUR.¹⁰²

A Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, também atua com a assistência social e promoção humanitária para refugiados, buscando soluções mediante processos de serviço social, mantém convênio com a ACNUR e segundo seus registros até o ano vigente de 2005 foram totalizadas 1.637 atendimentos aos estrangeiros que solicitaram assistência a essa entidade. Portanto, os números apresentam uma população significativamente relevante de pessoas que se deslocam forçosamente de seus países de origem em busca de acolhimento, de inserção e reconhecimento como cidadãos, cabendo ao país a política de amparo e assistência desse contingente estrangeiro.

¹⁰¹ Cf. Informe Adital [online] sobre refugiados colombianos que se adaptam a vida no Brasil. 21.03.2005. Disponível em <<http://www.adital.com.br>> Acesso em: Novembro de 2005.

¹⁰² Cf. Documento eletrônico: CIARI –Centro de Investigação e Análise em Relações internacionais. Os Regimes Internacionais para Refugiados e a situação brasileira. Disponível em: <http://www.ciari.org/investigacao/regimes_internacionais_refugiados_sit_brasil.pdf>. Acesso em: Novembro de 2005.

APÊNDICE G - Acordos Bilaterais Em Vigor Com Países Africanos

Quadro G.1 – Acordos de Cooperação entre Brasil e África

Países de África	Título	Data de celebração	Entrada em vigor
África do Sul	Acordo cultural	26/11/1996	28/10/1997
Angola	Acordo de Cooperação Cultural e Científica	11/06/1980	11/02/1982
Benin	Acordo cultural	07/11/1972	22/04/1974
Cabo Verde	Acordo sobre Cooperação Cultural	07/02/1979	07/07/1980
Cabo Verde	Memorando de Entendimento na Área de Educação	07/04/1998	07/04/1998
Camarões	Acordo Cultural.	14/11/1972	20/09/1973
Camarões	Memorando de Entendimento na Área de Educação	12/05/2004	12/05/2004
Camarões	Programa Executivo de Acordo Cultural Firmado em Iaunde em 1 de Novembro de 1972, Relativo ao Ensino Superior	11/04/2005	11/04/2005
Costa do Marfim	Acordo Cultural e Educacional	27/10/1972	06/11/1973
Egito	Acordo Cultural.	17/05/1960	24/12/1964
Gabão	Acordo de Cooperação Cultural	14/10/1975	21/03/1981
Gana	Acordo sobre Cooperação Cultural	02/11/1972	23/11/1973
Guiné-Bissau	Memorando de Entendimento.	21/06/1976	21/06/1976
Guiné-Bissau	Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio	18/05/1978	29/07/1980
Marrocos	Acordo Cultural	10/04/1984	16/07/1991
Moçambique	Comunicado de Imprensa sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas.	14/11/1975	14/11/1975
Moçambique	Acordo de Cooperação Cultural.	01/06/1989	26/04/1991
Namíbia	Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	07/03/1995	18/10/1998
Namíbia	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional (PEC)	07/11/2003	07/11/2003
Nigéria	Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio.	10/01/1979	10/01/1979
Quênia	Acordo de Intercâmbio Cultural.	02/02/1973	15/10/1973
Rep. Dem do Congo	Acordo de Cooperação Cultural.	28/02/1973	19/06/1976
República do Congo	Acordo de Cooperação Cultural, Educacional, Científica e Técnica	07/07/1982	14/07/1986
São Tomé e Príncipe	Acordo Cultural	26/06/1984	27/06/1991
São Tomé e Príncipe	Protocolo de Intenções sobre Cooperação Educacional (PEC)	02/11/2003	02/11/2003
Senegal	Acordo Cultural	23/09/1964	23/06/1967
Senegal	Protocolo de Aplicação do Acordo Cultural de 23 de setembro de 1964.	22/11/1972	22/11/1972

Fonte: MRE/Divisão de Atos Internacionais. Disponível em <<http://www2.mre.gov.br/dai/bilaterais.htm>>. Acesso em Setembro de 2005

**APÊNDICE H - Distribuição da População Total Africana no Brasil,
observada no Censo Demográfico 2000.**

Tabela H.1 População Total Africana no Brasil – CD 2000

País de Origem	Total Absoluto
África do Sul	1268
Angola	6319
Argélia	135
Burkina Fasso	7
Burundi	84
Cabo Verde	804
Camarões	38
Congo	75
Costa do Marfim	43
Egito	3386
Etiópia	18
Gabão	6
Gana	103
Guiné-Bissau	218
Libéria	38
Líbia	81
Mali	9
Marrocos	427
Maurício (ilhas)	9
Mauritânia	8
Moçambique	1328
Namíbia	9
Nigéria	527
Quênia	56
República Democrática do Congo	77
Santa Helena	16
São Tomé e Príncipe	54
Senegal	77
Serra Leoa	31
Sudão	13
Tanzânia	22
Togo	19
Tunísia	158
Uganda	11
Zâmbia	28
Zimbábue	66
TOTAL GLOBAL	15568

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

APÊNDICE I - Estudantes Africanos na Rede Pública e Particular de Ensino Superior no Brasil

Estudante, escola	Naturalidade, país de nascimento	Pessoa(s)
Superior-Graduação		
Rede Particular		713
	África do Sul	46
	Angola	356
	Cabo Verde	153
	Costa do Marfim	10
	Egito	17
	Etiópia	9
	Guiné-Bissau	23
	Líbia	9
	Moçambique	84
	São Tomé e Príncipe	6
	África do Sul	17
	Angola	239
	Cabo Verde	270
	Egito	9
	Guiné-Bissau	10
	Líbia	11
	Moçambique	74
	Nigéria	20
	São Tomé e Príncipe	19
Total Global		1382
Mestrado ou Doutorado		
Rede Particular		106
	Angola	52
	Egito	10
	Guiné-Bissau	18
	Moçambique	8
	Nigéria	12
	Zâmbia	6
Rede pública		137
	Angola	85
	Cabo Verde	16
	Camarões	7
	Congo	9
	Guiné-Bissau	7
	Tunísia	13
Total Global		243

Fonte de Dados Brutos: IBGE - Censo Demográfico 2000 (ARQUIVO DE MICRODADOS)

► ANEXOS

ANEXO A - Resolução Normativa do CNIg sobre Estudante Estrangeiro¹⁰³



SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Departamento de Estrangeiros

Entrada e Permanência no Brasil
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Imigração

Resolução Normativa nº 49, de 19 de Dezembro de 2000.

Disciplina a concessão de visto a estrangeiros que venham estudar no Brasil no âmbito de programa de intercâmbio educacional.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, instituído pela Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, resolve:

Art. 1º Ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil para estudar em curso regular, no âmbito de programa mantido por entidade dedicada ao intercâmbio estudantil, poder-se-á conceder o visto temporário previsto no item I do art. 13 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

Parágrafo único (Revogado)

Art. 2º O pedido de visto deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - da entidade de intercâmbio estudantil:

a) ata de constituição;

¹⁰³ Cf. Disponível em <<http://www.mj.gov.br/Estrangeiros/resolucoes.htm>> Acesso em: Novembro de 2005.

- b) (Revogado)
- c) Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

II - do estudante estrangeiro:

- a) da entidade de intercâmbio estudantil atestando sua inclusão no programa;
- b) comprovante de matrícula ou reserva de vaga na instituição de ensino brasileira em que pretende estudar;
- c) de recursos financeiros compatíveis com a viagem e a estada;
- d) autorização dos pais para deixar o país de origem, se menor; e
- e) endereço completo do local de hospedagem do aluno bem como qualificação dos responsáveis.

Art. 3º O visto a que se refere esta Resolução Normativa será solicitado no exterior às Missões diplomáticas, Repartições consulares de carreira ou Vice-consulados, e terá validade de até 1 (um) ano, improrrogável.

Art. 4º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução Normativa nº 40, de 28 de setembro de 1999, publicada no Diário Oficial nº 194-E, de 8 de outubro de 1999, Seção I, pág. 17.

ALVARO GURGEL DE ALENCAR

Presidente do Conselho Nacional de Imigração

ANEXO B – Declaração de Compromisso (PEC-G)¹⁰⁴

TERMO DE RESPONSABILIDADE FINANCEIRA

Afirmo, para fins de curso de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, no âmbito do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que assumo inteira responsabilidade em financiar os estudos de _____, selecionado no âmbito do PEC-G/2006, para o curso de _____, na _____, pagando seu bilhete de passagem aérea de ida e volta e não menos do que US\$ 300.00 mensais, durante sua estada no Brasil, durante o período do curso.

_____, ____ de _____ de 2006.

Dados do responsável financeiro do estudante:

Nome completo:

Grau de parentesco com o estudante:

Endereço completo:

Telefones para contato:

Fax:

e-mail:

(assinatura do responsável financeiro do estudante)

OBSERVAÇÃO

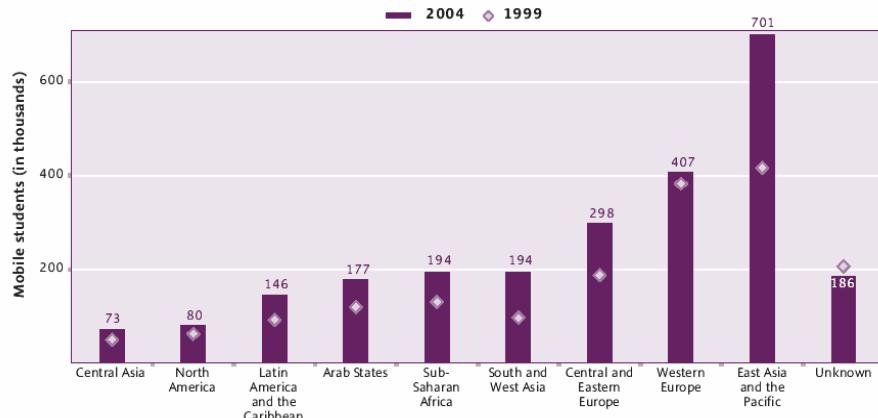
Anexar quaisquer outros documentos que se julgue relevantes para comprovar as informações acima, bem como atender a quaisquer outros requisitos exigidos pelas Embaixadas brasileiras. Caso haja referências a valores monetários nesses demais documentos, eles deverão ser convertidos para reais ou dólares americanos, informando a data e a taxa de conversão.

¹⁰⁴ Cf. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC-G/TermoDeResponsabilidadeFinanceiraPEC-G.doc>
Acesso e: Maio de 2006.

ANEXO C – Estudantes no Exterior pelos Indicadores da mobilidade Outbound, por Regiões em 1999 e em 2004 – Global Trends/2006¹⁰⁵

Where do mobile students come from? How has this changed from 1999 to 2004?

Mobile students (in thousands) by region of origin, 1999 and 2004



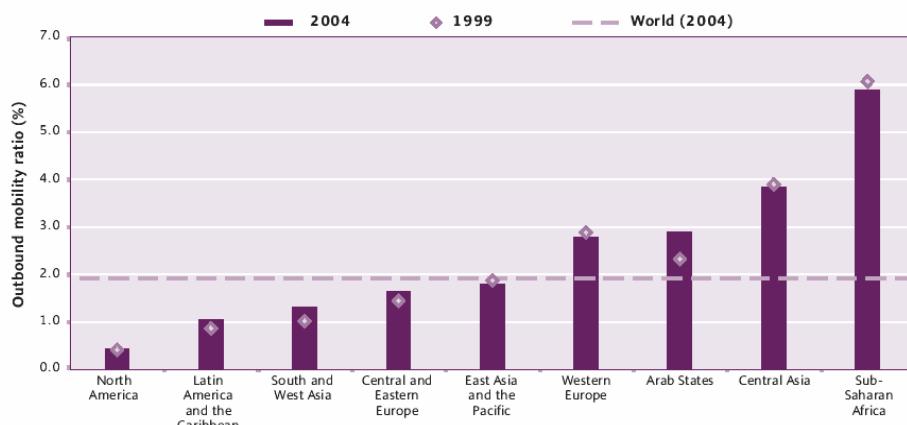
Coverage: See Figure 13. Data for 1999 are imputed by data for later years for 7% of the total. Data for 2004 are imputed by 2003 data for 14% of the total and by earlier years for 4% of the total.

Note: For selected countries, data for 1999 are adjusted for the change in reporting of mobile students based on citizenship or country of residence.

Source: UNESCO Institute for Statistics database.

What share of students study abroad?

Mobile students from a given region as a percentage of tertiary students enrolled in that region (outbound mobility ratio), 1999 and 2004



Coverage: See Figure 13. Mobile students not classified by country of origin are excluded. They account for 12% of mobile students in 1999 and 10% in 2004.

Note: Data partially imputed from other years. See note on Figure 13.

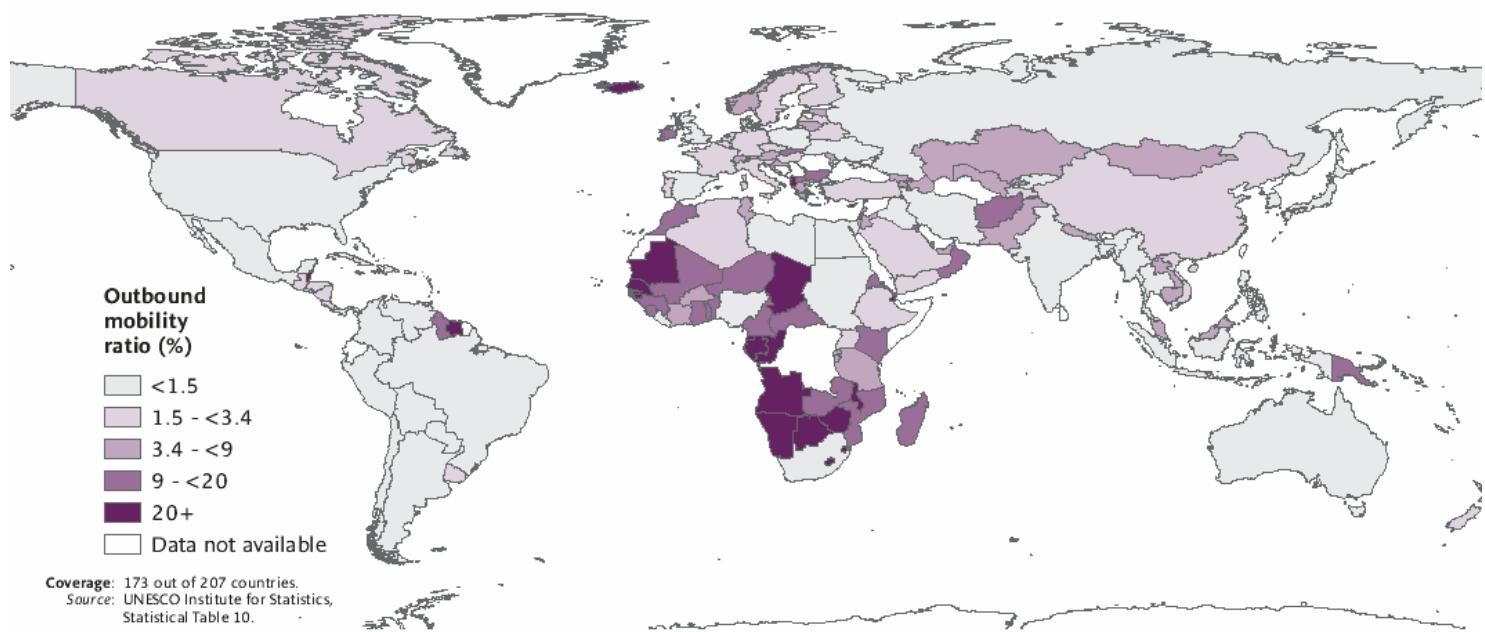
Source: UNESCO Institute for Statistics; reference year 2004: Statistical Table 10; previous years: UIS database.

105 Fonte: UNESCO-UIS (2006), Global Education Digest 2006: Comparing Education Statistics across the World, Montreal: UNESCO Institute for Statistics. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/ged/2006/GED2006.pdf>> . p. 37 e 38. Acesso em Maio de 2006.

**ANEXO D – Mapa Da Mobilidade Dos Estudantes Internacionais Pelos Países
- 2004**

What share of tertiary students study abroad?

Mobile students from a given country as a percentage of tertiary students enrolled in that country (outbound mobility ratio), 2004



Fonte: UNESCO-UIS (2006), Global Education Digest 2006: Comparing Education Statistics across the World, Montreal: UNESCO Institute for Statistics. Disponível em: < <http://www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/ged/2006/GED2006.pdf> > .
Acesso em: Maio de 2006.